



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. A AO Nº 140, SÁBADO, 3 DE OUTUBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**

Presidente

**Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)**

2º Vice-Presidente

**Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**

1º Secretário

**Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

**Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)**

3º Secretário

**Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rocha**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Coordenadora de Elaboração de Diários

**Mardem José de Oliveira Júnior**  
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO SENADO FEDERAL

#### 1.1 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2020 .....	4
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2020 .....	101
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2020 .....	169
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2020 .....	233





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às oito horas e três minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Marcos do Val, Esperidião Amin e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Fernando Bezerra Coelho, Simone Tebet, Daniella Ribeiro, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Fernando Collor, Jaques Wagner, Humberto Costa, Telmário Mota, Antonio Anastasia, Carlos Fávaro, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Marcos Rogério, e ainda dos Senadores não membros Rodrigo Pacheco, Leila Barros, Rose de Freitas e Carlos Viana. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Rocha e Mara Gabrilli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 38, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 15, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 43, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 27, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 4, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 18, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 20, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) nº 34, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldovia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) nº 14, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) nº 31, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda." **Autoria:** Presidência da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 11 - Mensagem (SF) nº 32, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação apreciada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 19, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a visita e as declarações do Senhor Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, ao tempo em que repudiamos os ataques direcionados ao presidente venezuelano e à Venezuela proferidos em solo brasileiro, na ocasião de sua passagem por Boa Vista, Roraima, no dia 18 de setembro." **Autoria:** Senadores Telmário Mota (PROS/RR) e Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Incluído extrapauta, o Requerimento é lido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Nelsinho Trad**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/09/21>

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Antes de tratar de qualquer assunto, gostaríamos aqui de prestar um minuto de silêncio às mais de 136 mil vítimas mortas pela Covid-19 no nosso País.

Então, eu pediria a todos que ficassem em pé, num momento de oração individual de cada um.

*(Faz-se um minuto de silêncio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Que Deus conforte o coração dos seus familiares.

Também não podemos nos esquecer daqueles que perderam seus empregos ou que tiveram seus salários reduzidos, assim como dos empresários e empreendedores autônomos e informais que também perderam os seus negócios ou que enfrentaram problemas decorrentes da pandemia. Recebam a nossa solidariedade e a certeza de que o Senado Federal cumprirá com o seu papel constitucional de aprovar o que for necessário para que haja uma rápida recuperação da economia brasileira e que a vida de todos os brasileiros volte ao normal o mais rápido possível.

Por fim, antes de iniciar os trabalhos, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Primeiramente, ao nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, por coordenar a aprovação da realização das reuniões semipresenciais da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Constituição e Justiça e das sessões semipresenciais do Plenário do Senado da República. Quero agradecer também, sensibilizado, a participação dos Srs. Senadores que vieram dos seus Estados até a Brasília para essas votações presenciais e também àqueles Senadores que, impedidos de vir a Brasília por questões de saúde ou mesmo de grupo de risco, estão participando por videoconferência.

Gostaria de registrar a presença aqui do sempre assíduo Senador Prof. Anastasia e do Senador Telmário Mota.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, gostaria de parabenizar algumas pessoas, por meio das quais parabenizo todos os servidores do Senado que trabalharam duro para que essas sabatinas hoje acontecessem. Primeiramente, à Secretária Ilana, que aqui se faz presente, sempre vigilante, para ver se tudo está funcionando bem; ao Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho; ao Secretário-Geral da Mesa Adjunto Waldir Bezerra Miranda; ao Diretor da Secretaria de Comissões, Dirceu Vieira Machado; aos servidores Bruno Cunha Lima, Bruno Souza de Barros, Tomás Oliveira, Andréia Mano, Clair Rezende, Gabriel Pereira Lima e ao Embaixador Marcus Arbizu.

Em nome do Embaixador Adalnio, gostaria de cumprimentar a toda a nossa assessoria aqui presente, que também se desdobrou para que a gente pudesse realizar esses trabalhos.

Agradeço também a presença do Senador Fernando Bezerra.

Informo às Sras. e Srs. Senadores que estão acompanhando a reunião remotamente pelo sistema de videoconferência que, nesse momento, as mãos serão abaixadas e vamos iniciar as inscrições para a lista de oradores.

Pela ordem, Senador Telmário; pela ordem, Senador Fernando Bezerra.

Gostaria de que os assessores me informassem posteriormente quem baixou a mão, quem não baixou, quem levantou.

Senador Telmário.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Presidente Davi, o Vice-Presidente Anastasia, aquele que começou, pioneiro nessa área de sessão remota, todo o corpo do Senado, esse quadro competentíssimo. Quero aqui aproveitar esta sessão presencial para saudar o Anastasia, o Fernando, V. Exa., Senador Nelsinho, Senador por quem a gente aprendeu a ter carinho e respeito nesta Casa por esse comportamento ético, conciliador, amigo.

Sr. Presidente, confesso para V. Exa. que, de coração partido, eu fiz um requerimento pedindo para a gente adiar esta sabatina de hoje. E por quais as razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras? Vou explicar.

Logo que começou a crise da Venezuela, lamentavelmente, a Prefeita de Boa Vista fez uma proposta, junto com dez Ministros do Governo Temer, oferecendo um aluguel de R\$700 a R\$1,2 mil. Isso fez com que uma avalanche, Senador Fernando, de pessoas que estavam indo da Venezuela para países da mesma língua – Bolívia, Peru – viesse para Roraima. De repente, Roraima, que tinha 500 mil pessoas, recebeu mais 100, 200, 300 mil pessoas. Isso esgotou todas as políticas públicas do nosso Estado e entramos num caos absoluto.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começou o sistema de Acolhida – sempre fui contra. Achei que nós deveríamos ajudar humanitariamente a Venezuela como fizemos no Haiti. Passamos 11 anos no Haiti e gastamos 150 milhões. E já no primeiro momento, no Brasil, já gastamos 250 milhões para fazer essa Acolhida. E Boa Vista virou de cabeça para baixo, um caos absoluto em todos os aspectos.

Naquele momento, naquela crise, os Estados Unidos, reconhecendo um outro Presidente da Venezuela, um tal de Guaidó, ofereceu uma ajuda humanitária à Venezuela. Mandou um caminhãozinho três quartos com mantimento pela metade, o que não dava para abastecer, Senador Gurgacz, sequer um dos nossos abrigos com 500 pessoas. Aquilo ali tinha um objetivo: a provocação, porque essas alimentações desse caminhãozinho iam pela mão do Guaidó. Imediatamente o Governo constituído lá, do Maduro, fechou a fronteira. Ao fechar a fronteira, qual o transtorno que aquilo causou a uma relação centenária entre o Brasil e a Venezuela? Noventa e seis por cento do comércio do Município de Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela, fechou. Toda a nossa exportação para a Venezuela fechou.

Nós tínhamos, Senador Anastasia, 250 mil brasileiros dentro da Venezuela. Esses brasileiros que ali estavam, Senador Fernando, tinham diversas relações: eram comerciantes, garimpeiros, estudantes. Só de Medicina, nós tínhamos mais de cem alunos ali dentro. Resultado: ao fechar essa fronteira, estrangulou-se essa relação humanitária, a relação comercial e a relação cultural. Mas permaneceu a migração, e essa migração, Senador Nelsinho, veio de forma pior, porque veio por vias tortas, por vias clandestinas.

E ali entrou gente de todo tipo, com grandes antecedentes criminais, perigosos, o que levou para Roraima uma insegurança absoluta, ou seja, a presença americana naquele momento nem ajudou a nossa Acolhida e criou uma situação internacional que nós nunca tínhamos vivido, Senador Gurgacz. Por isso o Senador Nelsinho, muito gentil, criou aqui uma Subcomissão para analisar o caso da Venezuela, e, com a autorização de V. Exa., eu fui até a Venezuela, conversei com o Presidente Maduro e ele nos abriu a fronteira...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... e autorizou restabelecimento do fornecimento de energia, porque a nossa energia toda vinha de lá; e ele também fez uma carta ao Presidente Davi oferecendo ao Presidente que criasse uma Comissão do Congresso para ver se havia lá ou se eles estavam cometendo alguma coisa contra os direitos humanos. O Davi não quis responder, e respeitamos esse ponto.

Resultado: a fronteira abriu. Com isso, a relação entre Brasil e Venezuela voltou a ser pacificada. Pacaraima voltou a ter vida, o comércio abriu todo. Hoje, são mais de 1,3 mil carretas por mês que nós estamos exportando para a Venezuela. Nós demos um salto de US\$6 milhões para US\$14 milhões, isso de 2019 para agora. A sobrevivência do Estado de Roraima é exatamente essa economia, e nos causou espécie a vinda do Sr. Pompeo ao Estado de Roraima. Ora, na hora da crise do pico da migração, os





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos não estavam presentes, não ajudaram; na hora da pandemia em que Roraima ficou sem nenhum respirador e que tinha um avião para Manaus socorrer nos hospitais de Manaus, considerando que nós tínhamos lá cinco, seis abrigos daqueles venezuelanos, os Estados Unidos não apareceram. Aí, de repente, quando nós resolvemos a questão da pandemia, nós resolvemos a questão da migração, agora que as fronteiras estão fechadas, não está entrando quase ninguém, chega o Sr. Pompeo lá, oferece uma migalha de US\$30 mil para o Brasil – não sei nem como diabos esse dinheiro vai vir; não sei se vem de jumento ou de jabuti, ou se vem ou se não vem – e de lá detona dizendo que vai derrubar o Maduro. Ora, gente, o Brasil não é colônia dos Estados Unidos! Se eles estão em campanha para o Trump, que ele venha, que faça como fez com Saddam Hussein, venha de lá, mate quem ele quiser, leve, mas usar o nosso Território, fazer palanque no nosso Estado, um Estado que acabou de pacificar... E nós temos uma relação amigável, estamos resolvendo a questão desses universitários em Medicina, que são 150 universitários, e nós estamos negociando isso para eles voltarem a frequentar a aula. Aí vem um camarada desses – sabe? – sem nenhuma responsabilidade e trata o Brasil como se fosse uma corrutela, como se fosse uma colônia. Nem em Pernambuco, Fernando, o Governador não faz isso com a menor vila que tem; com o menor distrito em Minas Gerais não se faz isso! Mas trataram o Brasil dessa forma.

Então, isso me causou espécie, me causou tristeza e, sobretudo, muita preocupação – muita preocupação! E ainda oferecem migalha.

Olhem só – somente para não me alongar muito –, em dois itens, Senadores Anastasia, Fernando, Nelsinho e Gurgacz, presentes aqui, e os demais por sessão remota, só dois itens. Como a energia vinha da Venezuela, nós pagávamos por ano R\$264 milhões para a Venezuela. Agora, como disse o próprio depoimento do Presidente nesses dias, nós estamos gastando R\$2 bilhões, subsidiando essa energia toda. E quem está pagando é o brasileiro, e agora 10 milhões foram para a linha de fome. Estamos tirando da mesa do brasileiro! Nós estamos pagando essa energia, que é uma energia sem nenhuma segurança.

Em Roraima, a empresa que fornece energia lá é a Boa Vista Energia. Eu a chamo de "Boa Vista sem energia", porque a gente passa toda hora sem energia. Então, mudou-se o nome: é "Boa Vista sem energia". Então, essa é, lamentavelmente, a situação caótica do Estado de Roraima. Pagamos uma energia caríssima, o Brasil é que paga, e a gente não tem resultado nenhum.

Então, como isso faz um ano e meio, pois se deu em março de 2019, são R\$3 bilhões em um ano e meio que estamos gastando, quando podíamos ter gastado R\$396 milhões. Gastamos R\$3 bilhões quando podíamos ter gastado só isso! Isso é fato causado pelos próprios Estados Unidos, nesse diabo dessa confusão! E agora lá vem outra: só para a Acolhida, R\$500 milhões, ou seja, pegando só a parte de energia e com a parte da Acolhida, o Brasil vai gastando R\$3,5 bilhões! Aí os Estados Unidos chegam e oferecem ao Brasil US\$30 milhões. Então, gente, eu achei isso demais, eu achei que isso fere a Constituição brasileira, que isso maltrata e fere a nossa soberania.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Bezerra, você, como Líder do Governo, tem o mesmo interesse que eu tenho e sabe que eu tenho votado com o Governo em tudo que você tem me pedido, mas eu não poderia, neste momento, me recusar a registrar essa situação tão difícil para o nosso País e para o nosso Estado. Digo isso porque não sou só o Telmário representante do Estado de Roraima. Eu tenho uma história ali dentro, Fernando. Meu avô era de Pernambuco, de Caruaru, e foi o último comandante do Forte de São Joaquim. Ele, junto com o Tio Vítor – que foi o primeiro filho do Coronel Mota, que era o Prefeito –, enfrentou a invasão dos negros e irlandeses, e ali o Tio Vítor foi assassinado por esses invasores.

Então, Anastasia, nós temos uma história de luta, de soberania, de amor por aquilo ali, de pacificação. Com a Guiana Inglesa agora explorando o petróleo, Roraima sai de um Estado mais pobre para talvez um dos Estados mais ricos.

Então, a nossa proposta... Eu queria, Presidente Nelsinho, com todo o carinho e com todo o respeito que eu tenho por você e por todos os Senadores, que submetesse à votação esse nosso requerimento de adiar essa sabatina até que possamos ouvir o Ministro Ernesto, para ele explicar que razões o levaram a conduzir esse chefe de Estado americano a Roraima para ameaçar outro país, para depois se apegar, se agarrar a uma miséria de US\$30 milhões.

Então, esse é o nosso requerimento, essa é a nossa justificativa.

Agradeço a todos.

Muito obrigado, Senador Nelsinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Telmário, V. Exa. sabe, já que acompanhou sempre os nossos trabalhos na Comissão, que a gente jamais deixou de pautar a liberdade de expressão de um colega Senador. Porém, faltam dois Senadores para a gente deliberar. Enquanto isso, eu vou passando a palavra para quem já se inscreveu. Antes, porém, quero agradecer e registrar a presença do Senador Acir, do Senador Carlos Fávaro, do Senador Marcos do Val e da Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, cumprimentá-lo por presidir esta reunião da Comissão de Relações Exteriores, que tem, diante dela, um enorme desafio, que é sabatar e aprovar as indicações de funcionários de carreira do Itamaraty para representarem o Brasil em mais de 33 embaixadas. É um desafio grande, tendo em vista esses tempos que estamos vivendo, que vai requerer todo o apoio do corpo técnico da Comissão e do Senado Federal para que a gente possa cumprir esse importante objetivo.

A aprovação dos Embaixadores é muito importante para os interesses brasileiros, para o restabelecimento das parcerias políticas e comerciais que o Brasil tem com esses 33 países, sobretudo no





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

momento em que o mundo inteiro enfrenta consequências desastrosas, no campo econômico, do efeito da pandemia, com a perda de milhões de empregos. E o grande alento para a economia brasileira vem do setor exportador, notadamente do agronegócio brasileiro. Nós precisamos ter os nossos representantes posicionados para que a gente possa defender os nossos mercados e, consequentemente, defender os empregos para milhares de brasileiros.

Portanto, eu queria cumprimentar V. Exa., embora compreenda as razões do Senador Telmário Mota, que merece o nosso respeito, a nossa admiração, pela maneira sempre muito franca, corajosa, ativa em defender os interesses do Estado de Roraima, que ele tão bem representa aqui no Senado Federal. V. Exa., de forma equilibrada, ouvindo os membros da Comissão, ouvindo os Líderes partidários, manteve a Ordem do Dia da Comissão para que a gente possa dar sequência à apreciação dos nomes dos Embaixadores.

É evidente que as preocupações do Senador Telmário Mota podem e devem ser amparadas por esta Comissão. Eu creio que nós temos outros remédios, nós temos outros caminhos que podem ser utilizados para que a gente possa aqui aprofundar e debater essa questão da relação do Brasil com a Venezuela, da relação do Brasil com os Estados Unidos, da visita que se deu em Território brasileiro do Ministro do Departamento de Estado americano, Mike Pompeo. Então, eu acho que esta Comissão, formada por qualificados Senadores com vasta experiência, saberá encontrar o remédio correto e adequado para que o Senado Federal também possa entrar nesse debate que suscita já a participação de importantes Líderes políticos no Brasil.

Portanto, essa é a nossa posição de encaminhamento para que V. Exa. possa fazer as ponderações. Mas, por outro lado, Sr. Presidente, eu gostaria de firmar, aqui na Comissão de Relações Exteriores, a posição do Governo brasileiro em relação a essa visita. Como Líder do Governo na Casa, cabe a mim a responsabilidade de trazer a posição do Governo brasileiro em função da visita que se realizou em Boa Vista pelo Chanceler Ernesto Araújo e o Ministro de Estado americano, Mike Pompeo.

A visita de trabalho do Secretário de Estado dos EUA a Boa Vista, em 18 de setembro, constituiu uma etapa de um périplo mais amplo pela América do Sul, que incluiu ainda Suriname, Guiana e Colômbia. A passagem pelo Brasil teve por objetivo, segundo o próprio departamento de Estado norte-americano, reafirmar a parceria estratégica entre os dois países no enfrentamento de desafios comuns no hemisfério.

Nesse contexto, o encontro entre o Ministro Ernesto Araújo e o Secretário Pompeo não constituiu evento isolado e precisa ser analisado do ponto de vista mais amplo da parceria estratégica entre o Brasil e os EUA.

Em reuniões dessa natureza, é praxe que haja intercâmbio de opiniões e troca de impressões a respeito da situação econômica, política e social em diferentes países, particularmente naqueles da região.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Não há nada de particular, assim, no fato de o Ministro Ernesto Araújo e do Secretário Mike Pompeo terem tratado da situação venezuelana. A esse respeito, o encontro não trouxe novidades quanto às conhecidas posições de Brasil e EUA a respeito do regime de Nicolás Maduro e da grave crise humanitária, política e econômica por que passa o país sob esse regime.

É do interesse brasileiro promover um ambiente democrático, livre e próspero nas Américas, em consonância com todos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, inclusive e sobretudo o da prevalência dos direitos humanos, estabelecido no art. 4º, inciso II. De acordo com agências da ONU – e aqui eu chamo a atenção dos membros desta Casa –, o número de venezuelanos que deixaram o país ultrapassa 4 milhões de pessoas. Para garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil, o Governo Federal criou a Operação Acolhida. Uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil, a operação oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. Desde o início da crise humanitária, estima-se que mais de 264 mil venezuelanos entraram e permaneceram no Brasil. Esse contingente de refugiados e migrantes constitui desafio concreto para a sociedade e Governo brasileiros, fazendo com que a causa dessa crise humanitária se torne tópico de particular relevância para o interesse nacional.

A preocupação com a crise humanitária venezuelana apresenta desdobramentos concretos para ambos os países: o Brasil já investiu cerca de US\$400 milhões, em dois anos, diretamente na Operação Acolhida – estruturas, processos e apoio ao Governo de Roraima –, sem mencionar os custos indiretos relacionados aos serviços públicos e benefícios sociais; Mike Pompeo, por sua vez, anunciou, durante a visita, a doação adicional de US\$30 milhões em ajuda humanitária por parte do Governo norte-americano, recursos que beneficiarão diretamente o Estado de Roraima. Até o momento, os EUA já doaram cerca de US\$50 milhões de ajuda humanitária no contexto da Operação Acolhida, elevando a pouco mais de US\$1,2 bilhão o total da ajuda norte-americana para a crise venezuelana desde 2017.

Tendo em vista a contribuição efetiva dos Estados Unidos no gerenciamento da crise humanitária venezuelana, a visita de trabalho do Secretário Pompeo não causa surpresa. A dramaticidade da crise venezuelana foi novamente atestada, no dia 16 de setembro, no relatório da missão internacional independente de apuração dos fatos sobre a Venezuela, organizada pela ONU. A missão concluiu que o Estado venezuelano tem de ser responsabilizado por execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias e tortura.

A preocupação com a situação venezuelana não se restringe a Brasil e Estados Unidos. Por exemplo, o Grupo de Lima, formado por 12 países americanos, já se manifestou, em diversas ocasiões, em apoio às forças democráticas venezuelanas, além de questionar a ausência de garantias mínimas para a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de eleições livres e de enfatizar a importância da manutenção da pressão internacional contra o regime de Maduro.

É igualmente importante ter presente que mais de 50 países, entre eles Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Portugal e Holanda, reconhecem o líder da oposição e Presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Juan Guaidó, como Presidente do País.

Além da situação venezuelana, o Ministro Ernesto Araújo e o Secretário Mike Pompeo trataram de diversos outros temas de interesse da agenda bilateral: o esforço coordenado de combate à pandemia da Covid-19; o adensamento da cooperação na área de meio ambiente, inclusive por meio do lançamento próximo do diálogo quadro sobre meio ambiente, que permitirá a cooperação bilateral ampliada em múltiplos temas, mediante a busca de parcerias com o setor privado no campo do desenvolvimento sustentável e a adoção de esforços conjuntos para lutar contra crimes ambientais; as negociações avançadas sobre facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e combate à corrupção; a realização, em 28 de setembro, do CEO Fórum, ocasião em que representantes do setor privado e do Governo de ambos os países revistarão os avanços e os desafios para o aprofundamento do comércio e dos fluxos de investimentos bilaterais.

Em síntese, Sr. Presidente, o encontro bilateral de Boa Vista permitiu revisitar e aprofundar diversos tópicos de interesse múltiplo no contexto de uma parceria estratégica das duas das maiores democracias do mundo.

Essa é a posição, Sr. Presidente, do Governo brasileiro em relação à visita do Secretário Mike Pompeo. E eu renovo aqui a minha sugestão de que a gente pode, sim, encaminhar, de forma adequada, o aprofundamento do debate para resguardar as preocupações legítimas aqui colocadas pelo Senador Telmário Mota, sem prejuízo de cumprirmos com a nossa agenda importantíssima para os interesses do Estado brasileiro para a indicação dos nossos embaixadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o Senador Fernando Bezerra.

O próximo Senador inscrito é o Senador Anastasia.

Apenas ressalto a sempre luta que desempenhou nesta Comissão e nesta Casa o Senador Telmário, relativamente a essa questão. Eu penso que o Parlamentar tem isso como uma bandeira do mandato dele e é louvável a sua determinação, a sua persistência de sempre insistir nessa questão, defendendo aquilo que ele acredita. Isso serve de exemplo para a gente.

Com a palavra o Senador Anastasia.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad. Quero cumprimentar V. Exa.. E na esteira que o Líder do Governo, Senador Bezerra, mencionou, cumprimentar V. Exa. pela iniciativa, pelo desdobramento e pelo esforço realizado aqui com a equipe técnica do Senado, realizando esta reunião. Não imaginávamos, em março deste ano, quando adotamos o sistema remoto, que demoraríamos tantos meses, infelizmente, para poder voltar os trabalhos no momento adequado. Então, V. Exa. agiu com muito acerto, ao fazer aqui a convocação desta reunião. E a está realizando com todas as cautelas possíveis. Faço aqui primeiro esse meu registro.

Em segundo lugar, exatamente da mesma forma, faço coro com V. Exa. em relação ao Senador Telmário. Eu sou testemunha, nesta Comissão, do empenho do Senador Telmário no que se refere às questões afetas à relação entre Roraima e Venezuela. O Senador Telmário há muito tempo, antes mesmo das questões da pandemia, já vinha se esforçando de modo cabal para demonstrar a relevância absoluta que existe entre a Venezuela e o Estado de Roraima. Desse modo, todo esse empenho, esse trabalho, essa dedicação que se faz...

Senador Amin, meus cumprimentos a V. Exa.

Todo esse empenho que realiza o Senador Telmário em relação à normalização das relações de Roraima deve ser de fato aplaudido e reconhecido, porque ele tem sido um guerreiro nesse segmento.

E quero ainda, Sr. Presidente, acrescentar que não há nenhuma simpatia, pelo menos de minha parte, em relação ao regime venezuelano. Acredito de fato que o regime atual do Presidente Maduro não é uma democracia; como foi lido aqui na nota do Governo já há uma observação internacional em relação ao tema, que diz respeito aos direitos humanos, situação que levou de fato à imigração muito expressiva de venezuelanos. Isso tudo nos leva, nós que gostamos da democracia e a defendemos ardorosamente em todos os países, a não termos nenhum – volto a dizer – apreço pelo regime venezuelano. Todavia, não nos parece que o que aconteceu em Boa Vista, na semana passada, foi algo digno de elogio.

O encontro realizado entre o Chanceler brasileiro e o Secretário de Estado norte-americano evidentemente faz parte do cotidiano das relações entre nações. Quanto a isso não há nenhuma dúvida, e até devemos aplaudir sempre esses esforços e esses encontros. Com o que não podemos concordar e que, de minha parte, até me scandalizou sob certo aspecto, é exatamente a palavra pública do Secretário de Estado, que de maneira quase em bravatas, dá a entender a queda do Governo de um país vizinho, e isso, evidentemente, no território brasileiro, não há dúvida alguma de que pode levar mácula à nossa Constituição e infringência ao art. 4º da Constituição.

Acho de fato que houve ali, na melhor das hipóteses, uma infelicidade absoluta. E eu acho que, por conta disso, nós devemos de fato indagar do Sr. Chanceler do Brasil, que foi o anfitrião desse evento, uma explicação formal sobre quais os motivos, uma palavra sua para esclarecer a esta Comissão ou ao





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário do Senado, porque a matéria está tendo uma grande repercussão. Certamente o Secretário de Estado Pompeo, reitero, não foi adequado e feliz.

Até em homenagem ao Senador Amin, que chegou há pouco, não sei se ainda se ainda está aqui. Está todo mundo distante.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Jamais poderia perder a oportunidade de ouvi-lo.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom dia a todos.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Em homenagem ao Senador Amin, eu lembraria que o nome Pompeo, na história da humanidade, não é muito feliz nem muito auspicioso.

Feita essa observação, Sr. Presidente, por outro lado, com todo o respeito ao Senador Telmário, eu não acredito que a suspensão aqui, neste momento da votação da sabatina, seja adequada. Eu acho, de fato, um esforço imenso desta Comissão, de V. Exa., de toda a equipe técnica para coincidirmos nesta data uma sabatina de 33 nomes de Embaixadores.

O corpo diplomático brasileiro é de uma excelência indiscutível. Na semana passada, eu tive a honra de participar de um webinar internacional com um Senador colombiano e uma Deputada argentina no Eisenhower Fellowships, uma grande instituição americana de assuntos internacionais, e eu fiquei muito orgulhoso quando a diplomacia brasileira foi saudada como uma das melhores do mundo, e os Parlamentares dessas duas nações amigas e irmãs lamentando que o corpo diplomático da ambas não tem a qualidade do nosso Itamaraty. Isso, é claro, nos orgulha como representantes dos Estados brasileiros.

Eu acredito que nós não podemos deixar de fazer a sabatina nesta data, como disse o Líder do Governo, sem prejuízo de ouvir, o mais rápido possível, nesta Comissão, no Plenário, o Chanceler e de outras medidas que vierem a ser tomadas. Mas a sabatina me parece inafastável.

Eu conversei, Senador Nelsinho, nosso Presidente, com o nosso Líder, Senador Otto, que conversou também com V. Exa. Ele também se manifestou muito indignado com o que aconteceu em Roraima. Então, como ele não está aqui, eu gostaria de trazer a lume também essa indignação dele, que é a nossa – volto a dizer. Os eventos são extremamente infelizes e devem ser esclarecidos de modo cabal, mas a sabatina deve dar sequência, porque se trata de matéria administrativa e de rotina, e nós estamos com essa pandemia e esse afastamento já com esse prejuízo da indicação dos nossos Embaixadores, que têm que representar o Brasil.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha posição é nesse ponto, com todo o respeito ao Senador Telmário, que, como eu disse, tem sido um leão. Na selva amazônica, não há leão, mas nós temos animais ao mesmo tempo com muita coragem. Como Roraima é mais a savana – eu conheço bem o Estado, uma região tão bonita do planalto, plano e com cantos altos; como disse, é um lugar maravilhoso, pelo Rio Branco e todos montes –, o Senador Telmário tem sido de fato um cruzado, um guerreiro. E, como disse no início da minha fala e reitero agora: eu respeito e aplaudo, porque, não fosse inclusive a ida dele, no início desse ano, ao Governo venezuelano, nós teríamos o problema da energia, que seria fatal. Deve-se de fato ao Senador Telmário esse esforço que realizou.

Eu queria, Senador Telmário, mais uma vez, cumprimentá-lo. Aliás, eu o faço – e a V. Exa., quando entrei, falei da máscara com a bandeira de seu Estado –, para mostrar de fato o amor que tenho a Roraima.

Senador Telmário, meus cumprimentos, parabéns, e peço que compreenda a minha posição, que é favorável no mérito. Só mesmo na forma que acho que o momento será mais oportuno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço sempre as colocações, de forma muito singela e especial, do Senador Antonio Anastasia, que sempre é um mestre aqui para nós.

Gostaria de registrar a presença do Senador Zequinha Marinho, sempre presente nas reuniões, e do nobre Senador de Santa Catarina Esperidião Amin.

Pela ordem, antes, porém, de passar a palavra ao Senador Humberto Costa e ao Senador Jaques Wagner, que estão *on-line*, posteriormente ao Senador Amin, eu passo, pela ordem, ao Senador Telmário Mota.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esta Casa é uma Casa plural. Quando você está numa Casa plural, prevalece a vontade da maioria e é assim que a democracia se fortalece. Eu ouvi atentamente o Fernando, que desempenha o papel de Líder. Às vezes, quando você desempenha – já fui Líder e Vice-Líder e sei como é –, defende aquilo que você se propôs a fazer; às vezes, até seu coração vai para um lado, mas as suas missões vão para outro. Então, entendo perfeitamente todas as colocações do Senador Fernando, este não é o momento de fazer contraditório. Por outro lado, o Prof. Anastasia é um bálsamo, ele chega com essa sabedoria que Deus lhe deu. Esse homem enobrece esta Casa, tenho dito isso sempre, cada dia mais ele busca e conquista a credibilidade de todos os seus pares pela sua competência, por esse lado conciliador, esse lado humanitário e responsável, Fernando. Então, Anastasia, eu fico muito feliz em participar dessa escola em que você é mestre junto com tantos outros aqui, nesta Casa selecionada de 81 Senadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas conversei aqui com os demais Senadores e, Senador Nelsinho, eu queria aqui fazer uma proposição. Conversei também com o Senador da minha Região, o Gurgacz, a Soraya, com todo mundo. Eu tenho esse requerimento pedindo a suspensão da sabatina. Como já disse, como a Casa é plural e prevalece o sentimento da maioria, eu queria fazer uma proposição: no lugar de colocar o requerimento para suspender a sabatina, eu queria fazer uma nota de repúdio à fala do Pompeo, do Secretário, e, ao mesmo tempo, convidar o Ministro das Relações Exteriores para vir explicar com mais detalhes – aí, sim, é a hora do contraditório, não é a hora de contraditar com o Fernando –, contraditar com ele as razões que ele passou para o Fernando e as razões da prática nos assiste. Então, eu queria fazer esse requerimento verbal e que V. Exa. o colocasse em votação. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Telmário por ter compreendido todo o esforço que esta Presidência, junto com seus colaboradores, fez para a gente poder sabatar os 32 embaixadores.

Então, eu determino à assessoria que retire o requerimento ora apresentado pelo Senador Telmário. Ele apresenta um requerimento verbal de uma moção de repúdio à fala do Ministro Mike Pompeo e faz um convite ao Chanceler Ernesto Araújo para que venha a nossa Comissão prestar os devidos esclarecimentos.

De primeira mão, gostaria de informar a V. Exa. que, de todas as vezes em que nós o convidamos o Ministro Ernesto, ele nunca deixou de vir a esta Comissão. Vamos só organizar uma data da conveniência da agenda nossa e dele e, se possível, nesta semana mesmo, já vamos providenciar – vez que os Senadores estarão aqui – a vinda dele na Comissão de Relações Exteriores.

Fica a sugestão, já que quinta-feira, às 10h da manhã, é o dia normal do funcionamento da Comissão. Fica a sugestão de ele poder comparecer nessa próxima quinta-feira para prestar os esclarecimentos, se for de comum acordo de todos os colegas Senadores.

Coloco em discussão o requerimento do Senador Telmário.

Antes, porém, pela ordem, a Senador Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Bom dia a todos! Bom dia, Sr. Presidente Nelsinho Trad! Bom dia a todos os colegas! É um prazer estar aqui presencialmente! Eu, sinceramente, estava com muita saudade de poder trabalhar olhando nos olhos de todas as pessoas, de todos os colegas. Fica mais fácil, é indubitável.

Eu quero agradecer ao Senador Telmário. Senador Telmário, nós, que somos Governo, agradecemos; agradeço ao senhor por não fazer convocação, e, sim, convite. E agradeço aos Senadores, que têm aceitado isso de forma unânime, como foi a questão do Ministro Paulo Guedes, foi muito difícil de articular aqui, nos bastidores, para nós, do Governo, transformarmos uma convocação em convite. É





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma forma delicada, honrosa, e eu espero que o Ministro Ernesto... Tenho certeza de que ele tem resposta para nos dar. Então, espero que ele marque brevemente, para que não fiquemos sem resposta, como estamos até agora.

Nós transformamos em convite a convocação do Ministro Paulo Guedes, e, nos bastidores, estou sofrendo muito por ter pedido que transformassem em convite, por ter ajudado a colocar panos quentes. Então, o Ministro Paulo Guedes, até este momento, não conseguiu uma agenda para nós, Senadores, mas eu acredito que o Ministro Ernesto vai conseguir.

Então, muito obrigada pela sua compreensão e toda a minha solidariedade. Peço ao senhor que nos mantenha informados. Os números são anunciados mais no seu Estado, mas nacionalmente, não.

Gostaria de saber também do Covid, se vocês têm esse número de quantos venezuelanos foram tratados no Brasil e quantos venezuelanos morreram no Brasil, no Estado de Roraima, à custa do nosso Estado, do Estado Brasileiro.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem – é o último pela ordem –, o Senador Amin. Posteriormente, vamos seguir a sequência dos que estão inscritos. Será o Senador Humberto Costa, via Zoom.

Senador Amin, pela ordem.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, um abraço afetuoso a todos os colaboradores, especialmente aos colegas Senadores. Eu estava com muita saudade, e não matei a saudade ainda. Quero tratá-la apenas.

Quero cumprimentar o Senador Telmário, que me distinguiu, com um telefonema enérgico ontem à noite, pelo fato de ter esfriado a cabeça e dado lugar à razão na sua proposta, que é uma manifestação. Era um grito, agora é uma manifestação racional de patriotismo e brasilidade. Eu queria cumprimentá-lo e fazer um breve retrospecto.

No conselho que eu lhe dei ontem – ontem foi um conselho baseado em fato pregresso –, eu rememorei um evento ocorrido em março de 91. Eu tinha recém chegado ao Senado pela primeira vez. No dia 28 de março de 1991, o Governo americano – olhem como a cena é atual – bloqueou, por ato monocrático, um empréstimo de US\$350 milhões para o Brasil no BID. Eles já mandavam no BID na época e, agora, têm o Presidente do BID. Empréstimo destinado ao Prosege, que era um programa de geração de empregos no Brasil.

E, no dia 21 de março, dia do equinócio - eu sempre lembro do dia do equinócio, do equilíbrio, porque é o dia do nascimento do nosso amigo, atual Presidente, Jair Bolsonaro –, no dia 21 de março,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores americanos, o segundo signatário era o Senador Edward Kennedy, apresentaram um projeto de lei, esse grupo apresentou um projeto de lei para a sobrevivência cultural pan-americana, que significava o seguinte: determinar que qualquer contribuição ou participação do Governo americano em alguma ação na América Central ou na América do Sul ficaria condicionada a que os Estados Unidos monitorassem o tratamento aos índios, no caso, brasileiros. Eles, que trataram de maneira bem diferenciada os deles. John Wayne que o diga – John Wayne.

Então, em função disso, eu apresentei um voto de censura, uma moção de censura, que está prevista no nosso Regimento, art. 222, §1º. Foi essa a sugestão que eu lhe dei, porque essa é a maneira de nós deliberarmos sobre o que nós pensamos acerca do que o visitante, muito bem lembrado pelo Senador Anastasia... Temos vários amigos com o nome de Pompeu, mas o romano era meio confuso, bastante confuso. Tenho um grande amigo, Pompeo de Mattos, aqui na Câmara, que é um declamador invejável, é uma figura extraordinária, meu amigo pessoal, mas esse Pompeu foi o tal da visita que você recebe, leva para a sacada da sua casa, e ele usa a sacada da sua casa para lançar impropérios contra o seu vizinho. Essa é a cena teatral.

Então, cá para nós, impedir que esta reunião transcorra não seria, digamos, devolver a injúria à pessoa certa.

Então, eu queria cumprimentá-lo, porque o senhor, realmente, expressou um sentimento de brasileiro e de um brasileiro muito peculiar pela sua origem, que eu admiro e reconheço, e nós vamos poder, sob a condução do nosso querido Senador Nelsinho Trad, com a nossa ajuda, conduzir esta reunião histórica, que homenageia os diplomatas do nosso País, com carreira, pessoas cujo currículo a gente pode facilmente compulsar e sobre ele deliberar.

Então, quero terminar esta explanação um pouquinho longa, mas acho que oportuna, porque as coisas se repetem: Amazônia, veto a dinheiro para o Brasil, condicionamento. Está tudo acontecendo de novo.

Lembro que, em 1989/1990, o grande Senador Jarbas Passarinho concluiu o relato sobre a CPI da Amazônia, que é um belo documento, em que aparece Mitterrand e Gorbachev defendendo a relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia. Isso há 30 anos. Portanto, esse filme a que nós estamos assistindo não é nem *avant-première* nem estreia. É apenas um recrudescimento.

Desculpe, Presidente. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como sempre, as palavras do nosso amigo Esperidião Amin são uma aula de história.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Agora quero falar do futuro. Parabéns ao Brasil, que recebeu o seu primeiro caça Gripen. Adivinha onde ele chegou?

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Santa Catarina! (*Risos.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Ou seja, chegou no solo pátrio e beijou as águas brasileiras no litoral de Santa Catarina, complexo portuário de Navegantes e Itajaí. Deve decolar no dia 25 de setembro, rumo a Gavião Peixoto, para ter concluídas as suas instalações menos pacíficas.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor não podia perder a oportunidade de deixar a gente com inveja, não é?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Uma bravatazinha é boa, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Antes de passar a palavra para o Senador Humberto Costa, que está *on-line*, quero só passar uma mensagem: está confirmada, quinta-feira, às 10h, a presença do Ministro Ernesto. Ele já confirmou presença. Então, está marcado para quinta-feira, às 10h.

Eu queria até aproveitar, em cima dessa confirmação, em cima do que nossa querida Senadora Soraya passou para gente, para reforçar que nós também fizemos um convite ao Ministro Paulo Guedes. Já vai passar um mês e até o momento nem sequer uma resposta do Ministério nós tivemos. Sinto-me, como Senador da República, constrangido com essa falta de atenção ao Senado Federal.

Vou passar agora a palavra ao Senador Humberto Costa, que está *on-line*.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu estou aqui em Brasília. Estou *on-line* porque sou duplamente grupo de risco. Além de mais de 60 anos, eu tenho as comorbidades de diabetes e hipertensão, de modo que só participarei da votação no Senado no momento em que ela for acontecer. E não sou fraco, não. O Presidente da República pode ser fraco. Eu não sou fraco, não.

Quero, em primeiro lugar, dizer que apresentei um pedido de convocação do Ministro Ernesto Araújo, ao mesmo tempo em que o Senador Jaques Wagner apresentou uma moção de censura a esse Ministro, e eu preferiria que nós votássemos a convocação, porque o fato de o Ministro ter marcado para quinta-feira a ida dele a um convite não significa que ele realmente irá. Na verdade, o Senado está





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformando um instrumento constitucional que não tem nada de agressivo – é apenas uma forma de fiscalização do Poder Executivo –, que é a convocação, quase que em uma afronta. Eu fui Ministro da Saúde e eu compareci ao Congresso Nacional inúmeras vezes, convocado pelo Congresso, e não vejo nenhum problema nisso.

Acho que é importante que esse cidadão, o Sr. Ernesto Araújo, compareça ao Senado, porque ele está levando o Brasil a uma posição de pária, a uma posição de se tornar um instrumento de vergonha para a nossa população com a condução que ele dá à política de relações exteriores.

Vejam bem, há poucos dias reuniu-se o BID para escolher o seu presidente. Historicamente o presidente do BID tem sido alguém da América Central ou da América do Sul para que nós possamos ter um equilíbrio na definição de políticas regionais, investimentos regionais. Pois bem, dessa vez o Presidente Trump decidiu que a presidência do BID deveria ir para os Estados Unidos. Contou com o apoio do Brasil e, pela primeira vez em décadas, os americanos têm agora o controle do BID e vão utilizar isso para fazer geopolítica, para dar empréstimos, financiamentos a posicionamentos políticos dos diversos países. Eles têm essa posição.

Segundo... *(Falha no áudio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Cortou o sinal lá do Senador Humberto...

Voltou?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sem oferecer ao Brasil...

Está ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está ouvindo?

**O SR. NELSON TRAD** (PSD - MS) – Não está chegando bem. Se V. Exa. puder tirar o vídeo...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou deixar só o som.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Isso! Está ótimo!

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Como eu estava dizendo, sem nenhuma reciprocidade, o Brasil está







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importando 750 mil litros de álcool derivado do milho, causando uma crise profunda no setor sucroalcooleiro aqui do Nordeste, para atender os interesses políticos e eleitorais do Presidente Trump.

E agora vimos essa agressão, essa violência que foi perpetrada de vir ao Brasil para agredir outro país. E aqui eu ouço alguns Senadores, com todo o respeito inclusive, também o Líder do Governo, tentarem justificar isso. Alguns falam da crise econômica que a Venezuela vive. É óbvio! O bloqueio econômico está fazendo hoje com que a Venezuela, país que tem a segunda maior reserva de petróleo do mundo, esteja importando derivados de petróleo porque suas refinarias não podem produzir, porque sua rede de distribuição americana foi, na prática, confiscada pelo governo, porque não tem recursos. E agora, mediante um acordo nacional, poderão acontecer eleições na Venezuela, mas o governo americano quer impedir que, pelas eleições, se resolva o impasse e o conflito que lá existe. E foi por esta razão que esse *cowboy* da diplomacia americana veio ao Brasil: foi para impedir que os venezuelanos possam resolver entre eles qual deve ser a saída para a crise que vivenciam lá.

Então, eu acho que deveríamos aprovar essa moção de censura do Senador Jaques Wagner e acho temerário nós votarmos esses embaixadores. Entre eles está o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o Sr. Forster, que é um dos pupilos do astrólogo Olavo de Carvalho e que vai ser Embaixador do Brasil, possivelmente sob um Governo democrata, sendo ele um aliado político, o que não deveria ser como Embaixador, do atual Presidente Donald Trump. Então, até nisso, seria uma coisa adequada que nós adiássemos essas sabatinas e essas votações.

Então, eu quero aqui insistir em fazer a convocação ao Embaixador Ernesto e também em que nos aproveamos a moção de censura do Senador Jaques Wagner ao Ministro Ernesto e também que o convoquemos para estar nesta reunião na próxima quinta-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Humberto Costa.

Pediria ao demais Senadores que faltam falar – Jaques Wagner, *on-line*, Esperidião Amin, presencial, e Angelo Coronel, *on-line* – que se restrinjam ao tempo de três minutos para a gente dar sequência às sabatinas.

Senador Jaques Wagner...

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas Senadores.

Eu infelizmente não estou em Brasília, estou *on-line*, estou aqui ainda em Salvador, mas fiz questão de pedir a palavra para pontuar algumas coisas.





## SENADO FEDERAL

## Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, o elogio a V. Exa. e à nossa equipe da CRE por ter feito esse esforço para que o Brasil não fique, vamos dizer, capengando na nossa diplomacia ao não ter 33 ou 32 embaixadores aprovados e indicados para as várias praças, para os vários países.

Segundo, quero me somar à indignação do Senador Telmário. Copiando palavras de Esperidião Amin, a sua indignação é uma expressão de patriotismo e brasilidade, que eu aprendi ainda nos idos de 1962, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, sendo aluno daquela casa de ensino que para mim é especial e primorosa.

Depois, também ao Senador Esperidião Amin: eu quero só lhe dizer que seu deleite com a chegada do Gripen tem a participação deste humilde Senador pela Bahia, porque eu fui o último Ministro da Defesa a finalmente fechar o acordo entre a Força Aérea Brasileira e a empresa sueca. Consegui, inclusive, baratear o custo – como bom judeu que sou, baratee o custo para o Brasil. E para mim é motivo de orgulho que a Força Aérea Brasileira tenha conquistado um equipamento de primeira linha.

Depois, quero parabenizar também o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo. V. Exa., como já lhe disse, cumpre à risca a sua missão de defender o Governo do qual se propôs ser o Líder. E, na verdade, muito melhor do que o nosso Ministro das Relações Exteriores. V. Exa. esgrime muito bem, mas hoje, tangenciou afrontar a nossa inteligência, ou pelo menos imaginando que nós fôssemos ingênuos para imaginar que a visita do Departamento de Estado americano, na figura do Embaixador Mike Pompeo, fosse um ato corriqueiro. E não é. Ele visitou exatamente Colômbia, Brasil, Suriname e a Guiana, ou seja, o entorno da Venezuela, a quem eles querem ameaçar para eleição que ocorrerá em 6 de dezembro, eleições legislativas na Venezuela.

E dou logo minha sugestão, Presidente Nelsinho Trad: melhor faríamos nós brasileiros se designássemos uma comissão que fosse aceita pelo Governo venezuelano para também acompanhar o que vai acontecer naquelas eleições. Melhor do que ficar torcendo para que o caos se instale e, finalmente, a gente não consiga sequer opinar.

V. Exa. esgrime muito bem, enquanto o Ministro das Relações Exteriores se colocou quase como um elefante na cristaleira. Esta sessão era sabida há muito tempo, e ele bota no colo de V. Exa. uma bomba exatamente há dez dias da sessão. É de um primor absoluto a tentativa de implodir essa votação que nós vamos ter. Melhor seria se o Departamento de Estado americano estivesse em Brasília para discutir com o Ministro da Economia a restrição ao aço brasileiro e a liberação graciosa do etanol para a importação. Então, V. Exa. se mostra um diplomata, enquanto o Ministro das Relações Exteriores, permita-me a imagem, se mostra um elefante em cristaleira, para dizer o mínimo.

Eu entendo, Senador Telmário – e me somo às ponderações feitas pelo Anastasia e pelo Esperidião Amin –, que não devemos interromper esse esforço feito. Eu sou, inclusive, Relator, e gostaria de relatar a indicação para a Embaixada do Brasil no Estado de Israel, mas propus e enviei a vários colegas o voto de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

censura não ao Ministro brasileiro, mas à visita, porque, Senador Esperidião Amin, ele chegou a Boa Vista, mas não foi para a sacada da casa do Governador em Boa Vista. Ele fez questão de ir bem pertinho, na fronteira do Brasil com a Venezuela – quem sabe para que o Governo da Venezuela pudesse ouvir as suas bravatas –, para usar o solo nacional, para usar o nosso solo, ferindo a Constituição brasileira.

Nós não somos nem possessão nem base militar dos Estados Unidos. E eu estou muito à vontade; fui um dos Ministros que acompanhou o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua primeira visita ao Salão Oval, quando era Presidente George Bush. Depois acompanhei a Presidenta Dilma, quando o Presidente era Obama. Então, nossas relações não são para ser maculadas com os Estados Unidos, tampouco com os vizinhos da América do Sul.

Eu acho um absurdo que esse monitoramento esteja sendo admitido, transformando o Brasil numa espécie de quintal. Nós queremos as relações com os americanos altaneira, com absoluta independência nossa.

Então, minha proposta, Sr. Presidente, acompanhando a decisão final do Senador Telmário, é o convite ou a convocação, que já está feita, e a aprovação desse voto de censura à forma como essa visita foi feita, inapropriada, fora de tempo, fora de lugar, usando o solo nacional para ameaçar o povo venezuelano.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Jaques Wagner.

Presencialmente, Senador Esperidião Amin, por três minutos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não, quero só um minuto, porque eu fiz uma analogia acerca da vinda do Secretário de Estado americano ao Brasil. Comparei isso à situação de alguém que recebe uma visita e vai até a sacada e insulta o vizinho. Foi essa a analogia que eu fiz, e foi exatamente isto que aconteceu: chegou a Boa Vista, foi até a divisa, que é a sacada, e insultou o vizinho! Só que não era o vizinho da minha casa: era o vizinho de Roraima.

Então, eu acho que o Senador Jaques Wagner corou a analogia, e eu quero só repetir os meus cumprimentos ao Senador Telmário Mota, que deu um grito e agora racionalizou o grito de protesto pelo que esse visitante fez. Se houve ou não houve cumplicidade ou favorecimento do anfitrião, isso é uma questão subjetiva e pode ser discutida.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que houve é o seguinte: a minha visita foi para a sacada e insultou o vizinho. Então, eu vou fazer uma moção para que o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vizinho e a vizinhança saibam de que eu não concordo com o que ele falou – muito menos com o conteúdo e menos ainda com as circunstâncias.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Agora, *on-line*, o Senador Angelo Coronel, diretamente de Salvador, na Bahia. (*Pausa.*)

Está aí o Senador Angelo Coronel?

**O SR. ANGELO CORONEL** (PSD - BA) – Bom dia, meu Presidente Nelsinho! Está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia.

**O SR. ANGELO CORONEL** (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Oi, Presidente, eu queria, neste momento, corroborar com a proposta do Senador Telmário, ratificada pelo Senador Jaques Wagner, para que essa convocação se dê o mais rápido possível. Mas já recebi informações de que já foi confirmada para a próxima quinta-feira.

Nós não podemos, em hipótese alguma, servir de escada para nenhuma candidatura de outro país, por mais parceiro que se demonstre ser. O Brasil tem que ter a sua soberania preservada, tem que ter a sua independência, e não poderemos ser puxadinho de nenhum país, principalmente dos Estados Unidos. Fica aqui, Sr. Presidente, o meu repúdio também para o episódio acontecido recentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Angelo Coronel.

Faltam dois Senadores para a gente dar início às sabatinas.

Gostaria de registrar a presença do Senador Major Olimpio e do Senador Chico Rodrigues, que acabaram de chegar.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues – três minutos.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, caros colegas Senadores, cumprimento a todos depois desse longo e tenebroso inverno em que estamos vivendo o momento de pandemia, o que dificultou a nossa convivência presencial. Isso nos alegra bastante porque vemos, na verdade, que é aqui no debate franco, aberto, na presença física, que as conversas, as discussões se ampliam e se valorizam mais ainda.

Com relação a esse tema, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Exa. que tive a oportunidade, estando em Boa Vista, de ser convidado pelo Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer parte daquela comitiva de recepção no meu Estado, juntamente com o Governador do Estado, Antonio Denarium.

Ali, na primeira fase do debate e da apresentação do Sr. Ministro dos Estados Unidos Mike Pompeo, nós verificamos que a primeira visita foi feita diretamente à Operação Acolhida, em que se encontram abrigados os venezuelanos. E foi uma visita em que as palavras eram apenas de conforto e incentivo àqueles refugiados, que já são mais de 4 milhões, que, tangidos pelo governo duro do Presidente Maduro, obviamente foram fazer diáspora em vários lugares do planeta. Inclusive, o nosso Estado está com aproximadamente cem mil venezuelanos. A segunda parte da visita, nós a acompanhamos exatamente na Igreja Consolata, onde há várias representações internacionais fazendo esse trabalho de apoio aos refugiados. Em nenhum momento, o Ministro Mike Pompeo externou qualquer palavra que viesse, na verdade, tentar transformá-lo em alguém que tenha autonomia para decidir aqui dentro do nosso País.

No terceiro momento, do qual não participamos, em uma entrevista coletiva, aí sim, acompanhamos pela imprensa as suas palavras, que foram duras, absolutamente duras, mas que, em nenhum momento, no meu entender, tiveram o apoio do Governo brasileiro. Ele reverberou de forma democrata, no nosso sentimento, a sua absoluta decisão pessoal, o que não pode realmente se transformar em um grande conflito diplomático. Nós vimos, nos últimos dois dias, realmente, a fogueira acesa nessas discussões. E os Estados Unidos, como todos sabem, têm realmente uma reação duríssima em relação ao regime atualmente implantado na Venezuela. No entanto, em absolutamente nada... Não acredito em... Talvez a chance seja próxima de zero de uma invasão dos Estados Unidos na Venezuela ou da deposição pela força do Presidente Juan Guaidó, porque todos sabem das forças também de países fortes como a Rússia, a China, o Irã etc., que apoiam a Venezuela, esse governo.

Então, acho que nós deveríamos realmente conduzir as sessões, fazer as sabatinas. São 32 embaixadores que precisam logo... Ora, são 32 embaixadores que precisam logo ser nomeados. E a discussão continua para aqueles que acham que se criou uma crise diplomática de níveis fantásticos. Eu, particularmente, acho que não, acho que o Brasil é soberano, que o Brasil tem autonomia, que o Brasil não é um país que concorde com algumas posições mais radicais. Agora, as palavras do Ministro Mike Pompeo apenas interessam a ele e ao seu país. A nós não nos interessam, absolutamente! Nós somos um País pacífico, somos um País democrático. Tenho a certeza de que aquelas palavras não poderiam criar uma crise entre o Brasil e os Estados Unidos.

Era isso que eu gostaria de deixar aqui, Presidente. Eu queria pedir a V. Exa. que as sabatinas fossem realizadas o mais rápido possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Chico Rodrigues, os embaixadores a serem sabatinados já estão todos em seus postos, aguardando apenas a leitura do primeiro relatório, que será do Senador Marcos do Val.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós temos ainda dois Senadores inscritos para esgotar esse assunto e, como a gente aqui sempre abriu o espaço para todo mundo se manifestar, não acho prudente cortar esse ou aquele. Então, vou dar sequência a isso. Aí esgotaremos essa questão com a votação do requerimento ora apresentado pelo Senador Telmário, vez que ele tirou o primeiro, e aí nós passamos logo para a outra parte da sessão, que são 32 embaixadores, cada um no seu posto de trabalho, muitos com fuso horário, aguardando para que a gente possa dar sequência aos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Mecias, três minutos; posteriormente, Senador Major Olímpio.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Nelsinho, bom dia a V. Exa. e a todos os colegas Senadores e Senadoras que se encontram aqui. Quero dizer da minha satisfação em poder vê-los novamente, senão abraçá-los, mas cumprimentá-los de alguma forma carinhosa, os olhos sorriem por nós. Então, eu fico feliz de poder voltar a abraçar os colegas aqui, bem como os servidores desta Casa.

Sr. Presidente, sobre o fato ocorrido que se debate neste momento, apresentado pelo Senador Telmário, muito bem aqui questionado pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Jaques Wagner, uma simbologia maior é que eu tenho um amigo que mora nos Estados Unidos, mas que é inimigo do meu vizinho. Ele veio me visitar, e, da minha casa, na visita que me fez, ele abriu fogo contra o meu vizinho, que é meu amigo – o meu vizinho é meu amigo. O meu amigo veio de lá, abriu fogo, foi embora e me deixou na trincheira sozinho. O problema, Sr. Presidente, é que Roraima e o Amazonas são os Estados mais afetados do Brasil por qualquer tipo de ação que venha a ser tomada pelo Governo venezuelano. Nós em Roraima já sofremos muito com a chamada migração venezuelana. Nós temos mais de 100 mil venezuelanos nas ruas de Boa Vista e no Estado de Roraima, nos Municípios do interior. O Brasil ainda não sabe disso. Não são US\$30 milhões que o Ministro Pompeo quer oferecer para a Operação Acolhida que vão resolver o nosso problema ou ajudar. O Governo brasileiro já gastou mais de R\$500 milhões lá.

Recebi antes, creio que numa visita precursora à do Ministro Pompeo, o Embaixador dos Estados Unidos, homem elegante, simpático, competente, Embaixador Todd Chapman, que fez uma visita ao meu gabinete em Boa Vista. E, naquela visita simpática, cortês, ele deixou claro que não haveria nenhum tipo de tom ameaçador ao Governo venezuelano. Se as coisas tiverem que acontecer, que aconteçam, mas que sejam de forma clara. Por que o Ministro Pompeo não veio a Brasília e, daqui de Brasília, que simbolicamente representa todo o País, não fez a ameaça ao Governo venezuelano com o claro apoio do Governo brasileiro? Mas ir a Roraima visitar só os países que fazem fronteira com a Venezuela me parece um recado claro para o mundo e uma ameaça à Venezuela, porque se aproximam as eleições venezuelanas e eles querem como palanque para eles o Território nacional, especialmente o Estado de Roraima. Então, lamentamos profundamente.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também somos favoráveis a que não se deixe de votar os nomes dos demais Embaixadores. O esforço concentrado que o Presidente Davi, V. Exa. e todos os Senadores estão fazendo para votar os nomes dos Embaixadores, que certamente não têm culpa dessa demanda que está acontecendo agora, nós não poderíamos também... Mas é preciso que o Ministro Ernesto Araújo entenda que o Senado é quem fala pelos Estados, e é dever dele vir ao Senado dar essas explicações.

Quero fazer esta consideração, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a V. Exa., para deixar claro que o povo de Roraima também não concorda com essa ação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Mecias de Jesus.

O último Senador inscrito, para posteriormente iniciarmos os relatórios das sabatinas, é o Senador Major Olimpio.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadores que estão presentes e os que estão nesta reunião remotamente, eu devo dizer que me causa até emoção estar de volta na nossa Casa, ainda que com todos os cuidados e cautelas, para cumprir a nossa obrigação.

Logicamente, encaminhamentos já foram dados. Eu até tive uma aula de história de luta do Parlamento brasileiro aqui quando o Esperidião Amin me mostrou uma moção que ele apresentou em 1991, Sr. Presidente, e absolutamente pertinente para o cenário de hoje. Então, nosso mestre Amin já nos deu um caminho.

Por outro lado, devo dizer: esse esforço concentrado e com sessões presenciais para se cumprir justamente a possibilidade do voto secreto é um esforço do Senado para prestigiar a Diplomacia brasileira, para que nós tenhamos 33 representantes atuando e facilitando a vida dos brasileiros na atividade econômica com os países. E nenhuma dessas autoridades que nós vamos avaliar tem que ser punida pela irresponsabilidade do Chanceler, do Ministro, ou por políticas distorcidas do Presidente da República, ou por revés ideológico em relação às coisas. Não; ao contrário. Prestigiando essas autoridades, quero dizer que governo vem e vai; as instituições são permanentes, as necessidades do País são permanentes. Se os americanos estão tratando hoje o Brasil ainda como uma capitania – "olha, vai lá e dá umas ordens" – é exatamente porque nós temos um Governo subserviente a essas ordens. Como diz o filósofo venceslauense, a saúva sabe a roça que come. E justamente vão ter essas atitudes nos países que são subservientes, onde os governantes não se posicionam literalmente como Chefes de Estado, e sim como adoradores do americano ou coisa parecida. Então, as pessoas não merecem.

É necessário, sim, dizermos da falta de política em relação às relações exteriores, do desrespeito de algumas nações, principalmente os Estados Unidos, em relação ao Brasil, mas nada disso tem a ver com a







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa necessidade de ter os nossos representantes nas embaixadas, minimizando esses efeitos perversos contra o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Major Olímpio.

Para encerrar esta introdução, requerimento apresentado pelo Senador Telmário:

Nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre a visita e as declarações do Senador Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, ao tempo que repudiamos os ataques direcionados ao Presidente venezuelano e à Venezuela, proferidos em solo brasileiro na ocasião de sua passagem por Boa Vista, Roraima, no dia 18 de setembro.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2020, Senador Telmário Mota, PROS, Roraima.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Às providências.

Fica, então, estabelecido quinta-feira, às 10 horas da manhã, de forma presencial, no espaço destinado às reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Vamos dar início à Ordem do Dia.

Os relatórios das mensagens constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta *drive-thru*, instaladas na entrada da garagem coberta, e três urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo duas urnas em frente ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e as outras duas aqui dentro da sala.

Para otimizar os trabalhos, os indicados serão divididos em dois grupos com quatro embaixadores e um grupo com três embaixadores. As sabatinas começarão com a participação dos quatro Senadores Relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas Sras. e Srs. Senadores, com duração improrrogável de três minutos.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores da Secretaria de Comissões e da área de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reunião para atender demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6 de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020.

Primeiro grupo: Indicação de autoridades.

**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.*

**Autoria:** Presidência da República**Relatório:** Pronto para deliberação.**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos Do Val. Pronto para deliberação.

Vou ler até o item 4 e atendo o pedido pela ordem.

## ITEM 2

## MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Pronto para deliberação.

## ITEM 3

## MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

1) *Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Relator: Senador Humberto Costa. Pronto para deliberação.

Último item dessa fase.

**ITEM 4**

**MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1) *Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Relatoria: Nobre Senador Roberto Rocha. Pronto para deliberação.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damos as nossas boas-vindas aos Embaixadores que participarão da reunião remota, pelo sistema de videoconferência.

Boas-vindas ao Sr. Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, ao Sr. Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira, ao Sr. Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, ao Sr. Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos.

Esta reunião é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal.

Pedi pela ordem o Senador Randolfe e já solicito ao Senador Marcos Do Val que fique pronto para, após o pela ordem do Senador Randolfe, de três minutos, V. Exa. ler já o primeiro relatório, dos 32 que temos pela frente.

Com a palavra o Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, meu bom dia a V. Exa. Meus cumprimentos a todos os Srs. Embaixadores que serão sabatinados.

Meus cumprimentos, meu bom dia, boa tarde, boa noite, conforme o fuso horário de cada um dos Embaixadores, e às Sras. e aos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu sei, me parece que é um assunto já superado. Eu quero reiterar aqui minha concordância com o que foi dito anteriormente pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Telmário. *Data venia*, com todo o acatamento e respeito, e profundo respeito a todos os Embaixadores – eu inclusive tenho a honra de ser o Relator de um desses –, os fatos recentes do nosso Ministro das Relações Exteriores brasileiro, no meu sentir, no meu entender, ofendem a tradição histórica do nosso Itamaraty e ofendem a nossa política de relações internacionais. Eu consideraria que o adequado seria suspendermos a indicação dos Embaixadores para ouvirmos imediatamente o Sr. Ministro das Relações exteriores.

Como de igual forma já foi aprovada aqui a convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores para estar nesta Comissão de Relações Exteriores na próxima quinta-feira e como, me parece, houve tacitamente um acordo com V. Exa., com a oposição de que, além da aprovação da convocação, nós iríamos aprovar os diferentes votos de repúdio e de censura que estão nesta Comissão, eu queria complementar, para nós podermos de fato superar este momento, e solicitar a V. Exa. que também fossem apreciados os votos de censura e de repúdio à conduta do Sr. Ministro das Relações Exteriores, notadamente em relação ao comportamento que teve com a visita do Sr. Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Sr. Mike Pompeo, recentemente ao Brasil.

Nós da oposição, Presidente, não queremos, até em respeito aos Srs. Embaixadores, criar um constrangimento e ter que obstruir a votação dos Srs. Embaixadores. Para tanto, a postura do Sr. Ministro





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merece uma reação à altura desta Casa, que tem a responsabilidade de ser a guardiã do comportamento internacional da República Federativa do Brasil.

Diante disso, Presidente, nós gostaríamos que, além, já foi aprovado o requerimento de convocação, também fossem apreciados os requerimentos que existem de censura e de repúdio ao Sr. Ministro Ernesto Araújo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Randolfe, respondendo o pela ordem de V. Exa., foi tratado e devidamente combinado com os Líderes que nós daremos a oportunidade da oitiva primeiramente ao Ministro Ernesto na quinta-feira. Se algum integrante da Comissão entender por bem, mesmo após as explicações dadas pelo Chanceler nesta Comissão, a necessidade de um voto de censura, de repúdio, que apresente oportunamente após a oitiva do Ministro.

Esse foi o encaminhamento tirado com os Líderes partidários.

Agradeço a compreensão de V. Exa.

Com a palavra o Senador Marcos do Val, para a leitura do primeiro relatório.

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Vou tentar ser breve, que o dia vai ser longo.

Relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Rodrigo do Amaral Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Rodrigo do Amaral Souza é filho de José Eugenio do Amaral Souza e Lya Regina Leite Paes de Barros, e nasceu em São Paulo, capital, em 24 de agosto de 1957. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP, em 1979.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1982. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2005, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Moeda Única no Mercosul: Devaneio ou Objetivo Factível? Lições da Experiência Europeia".





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987 e a Primeiro-Secretário em 1993; a Conselheiro em 1999, a Ministro de Segunda Classe em 2006 e a Ministro de Primeira Classe, em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de assessor e oficial de Gabinete do Ministro de Estado (1993-1995), assessor na Secretaria-Geral (1995), diretor da Fundação Alexandre de Gusmão no Departamento de Administração-Geral (2003-2005), chefe da Divisão do Oriente Médio-I (2005-2008), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral Política II (2008-2010), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-2011), e diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2011-2016).

No exterior, serviu na Embaixada em Buenos Aires (1987-1990), no Consulado em Ciudad Guayana (missão transitória, em 1993), na Embaixada em Bridgetown (missão transitória em 1994), na Embaixada em Santiago (1995-2000), e na Embaixada em Roma (2000-2003). É o Embaixador do Brasil em Manila, capital das Filipinas, desde 2016.

Em 2010, o diplomata em apreço recebeu a Ordem de Rio Branco (Brasil), no grau de Grande Oficial.

Em 1989, publicou o artigo "Da política externa independente à política externa interdependente: o Governo Castello Branco", *in* Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, Cadernos do IPRI, vol. 2.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem documento informativo sobre a República de Trinidad e Tobago, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República de Trinidad e Tobago tem área de 5.801 quilômetros quadrados (aproximadamente a mesma área do Distrito Federal) e população da ordem de 1.208 milhão de habitantes, em dados de 2020. Seu PIB (Produto Interno Bruto) alcançou o montante de US\$23,8 bilhões em 2018 e o Índice de Desenvolvimento Humano foi de 0,799 em 2019, colocando-o em 63º lugar entre 188 países. O país tem alta taxa de alfabetização, da ordem de 99% (2015) e expectativa de vida de 73,9 anos.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República de Trinidad e Tobago, estas se intensificaram a partir da década passada, inserindo-se em processo mais amplo de aproximação com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para esta aproximação destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-Caricom (Comunidade do Caribe), que aconteceu em Brasília, em 26 de abril de 2010, que reuniu dez dos catorze chefes de governo da organização. Houve contatos bilaterais de alto nível em 2011 e 2012, e reunião entre os chanceleres à margem de almoço com os chanceleres da Caricom.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os projetos de cooperação, delegação do Ministério da Saúde e outras autoridades de Trinidad e Tobago realizaram visita ao Brasil em 2017, como parte de iniciativa coordenada pelo Ministério da Saúde do Brasil e pela Organização Pan-Americana da Saúde, visando apoiar o Governo trinitário no aperfeiçoamento da saúde materno-infantil naquele país, além de apresentar as experiências brasileiras no que se refere a projetos voltados para pacientes com zika, de instalação de bancos de leite humano, de realização de parto humanizado e de hospitais amigos da mãe e do bebê.

Com vistas à cooperação humanitária, o Brasil doou a Trinidad e Tobago 20 mil doses de vacina contra influenza (H1N1). Em 2018, realizou-se visita de navios patrulhas brasileiros a Port of Spain, que foram objeto de recepção oferecida pelas autoridades locais.

Com relação ao intercâmbio bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago, dá conta a informação encaminhada a esta Casa pelo Itamaraty, que as trocas somaram, em 2019, US\$471 milhões, com déficit para o Brasil da ordem de US\$32 milhões. O documento não faz referência aos produtos intercambiados, mas segundo consta do relatório de gestão do Embaixador que deixa o posto, encaminhado a esta Casa junto à mensagem presidencial, em 2019, a maior parte (55%) dos produtos exportados pelo Brasil a Trinidad e Tobago eram minérios de ferro, e 7,3% eram papel e cartão. Historicamente, as importações do Brasil provenientes daquele país concentram-se em três produtos: gás natural liquefeito ou GNL (mais de 50%), álcool e derivados (mais de 30%) e amônia (em torno de 10%).

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República de Trinidad e Tobago, atualmente, são 140 brasileiros, em sua maioria vinculados a empresas de petróleo ou de logística. Registra-se também significativo número de pastores evangélicos acompanhados de familiares (32, na estimativa de 2019).

A economia de Trinidad e Tobago é baseada na produção de gás natural e petróleo, setores responsáveis por 40% do PIB e 80% da exportação, mas que ocupam apenas 5% da força de trabalho.

O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe com sistemas relativamente estáveis e regulados.

No tocante à sua política externa, o atual Governo de Trinidad e Tobago participa ativamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da Caricom. Preserva também, à razão do idioma comum, relações estreitas com os Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. Privilegia ainda o relacionamento com a China, grande parceira na área de cooperação, com programa de assistência técnica e financiamento de diversas obras de envergadura.

O relacionamento com Venezuela é marcado por questões referentes à exploração e distribuição de petróleo no Caribe.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabem serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

Sala das Comissões.

Encerra-se a minha relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Marcos do Val.

De acordo com a sequência dos trabalhos, de pronto já passamos a palavra ao Senador Chico Rodrigues, para leitura do segundo relatório.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 15, de 2020, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei no 11.440, de 2006, o nome do Sr. Arthur Henrique Villanova Nogueira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Arthur Henrique Villanova Nogueira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

O indicado é filho de Edward Nogueira Júnior e Maria Regina Euler Villanova Nogueira e nasceu em 30 de outubro de 1956, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 1979, graduou-se em Letras (idiomas alemão e inglês), pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas de São Paulo, e, no ano seguinte, em Direito pela Universidade de São Paulo. Ainda em 1980, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, o que o levou ao cargo de Terceiro-Secretário em 1981. Em 2002, ascendeu a Conselheiro, no Quadro Especial, e em 2014, a Ministro de Segunda Classe, também no Quadro Especial.

Entre as funções desempenhadas, cronologicamente, destacam-se: Encarregado de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi, entre 1988 e 1990; Encarregado de Negócios na Embaixada em Havana, em 1990; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Montreal, de 1997 a 2001; Principal Officer junto ao Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Montreal, Canadá, entre 2000 e 2007; Senior Governance Advisor junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Nairóbi, Quênia, de 2007 a 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Abu Dhabi, entre 2008 e 2011; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Belgrado, de 2011 a 2016; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Hanói, de 2016 até a presente data. Brasil e Zâmbia estabeleceram





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relações diplomáticas em 1970, seis anos após a independência zambiana, em 1964. Em 2020, as relações bilaterais completam 50 anos. O Presidente Edgar Lungu indicou a importância de se celebrar essa efeméride.

Historicamente, a base da economia zambiana tem sido a mineração, particularmente do cobre. O país está entre os principais produtores mundiais e detentor de 10% das reservas mundiais conhecidas desse valioso metal.

A agricultura é de fundamental importância na economia zambiana, menos por sua contribuição ao Produto Interno Bruto do que pelo fato de ser a maior empregadora do país. O milho, base da dieta da população, é a principal cultura, com mais da metade da área cultivada, e uma produção que apenas cobre as necessidades de abastecimento do país.

A Zâmbia conta com localização estratégica na África Austral, dividindo fronteiras com oito países da região, bem como integra os principais arranjos de livre-comércio africanos.

Brasil e Zâmbia dispõem de 14 instrumentos bilaterais, dos quais cinco se referem a ajustes complementares relativos a projetos de cooperação técnica prematuramente concluídos. Registre-se, ainda, a existência, desde 2010, de Mecanismo de Consultas Políticas, embora sem reuniões efetuadas até o momento. Deve ser salientada, contudo, a realização de duas reuniões da Comissão Bilateral Mista voltadas para a prospecção de ações de cooperação técnicas (agricultura, educação, saúde, segurança, esportes e energia), em 2008 e 2011.

No campo do comércio bilateral, Brasil e Zâmbia registraram, em 2019, a maior corrente comercial da história (US\$28,4 milhões) – superando o recorde anterior, pertencente ao ano de 2018 (US\$25,99 milhões) –, com déficit de US\$19,6 milhões para o Brasil. Cabe sublinhar que as exportações zambianas aumentaram 158% em relação a 2018, havendo forte concentração das vendas no segmento de produtos semimanufaturados derivados do cobre (quase 100% do total). Já as exportações do Brasil para a Zâmbia mostraram-se mais diversificadas.

Destacaram-se as vendas de pneus usados (27%), móveis (22%), maquinário agrícola (17%) e máquinas em geral, estas últimas respondendo por 11% do total exportado.

Para concluir, Sr. Presidente, o Ministério da Agricultura da Zâmbia encaminhou, em maio de 2019, a primeira versão de memorando de entendimento bilateral em cooperação agrícola. O conteúdo do instrumento procura favorecer texto voltado a promover a aproximação entre os setores privados de ambos os países, com a finalidade de incrementar negócios e investimentos.

A Embaixada do Brasil em Lusaca defende que a sua assinatura poderia ter impacto positivo para a dinamização das relações bilaterais, tanto pela importância do tema para a Zâmbia – prioridade do governo com vistas a alavancar o desenvolvimento nacional – quanto pelas oportunidades a serem





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geradas para o Brasil, que, ao possuir condições geoclimáticas muito similares às da Zâmbia, teria considerável vantagem comparativa no oferecimento de bens, serviços e tecnologias agrícolas localmente, além de potenciais oportunidades em nível regional. A minuta de memorando de entendimento encontra-se em análise no MAPA.

Tendo em vista a natureza da matéria, esta apreciação cinge-se ao conteúdo do relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Portanto, Sr. Presidente, é um breve relato na apresentação deste relatório da indicação do Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira para a República da Zâmbia, demonstrando que, por ser um diplomata de altíssima capacidade e com experiência enorme em relações internacionais, ele está realmente apto a ocupar essa importante embaixada de um país amigo, que é a Zâmbia.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Chico Rodrigues.

O próximo Senador a fazer o seu relatório é o Senador Humberto Costa, que vai relatar a indicação do Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva para a República das Filipinas e, cumulativamente, para a República de Palau, para os Estados Federados da Micronésia e para a República das Ilhas Marshall.

Como esta é uma reunião...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... *on-line* também, interativa, passo a palavra ao Senador Humberto Costa, que podemos acompanhar pelo telão.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, já entro no relatório.

Trata-se da indicação do nome do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Antonio José Maria de Souza e Silva é filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, tendo nascido a 16 de agosto de 1950 no Rio de Janeiro. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1976. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1979; a Primeiro-Secretário em 1984, por merecimento; a Conselheiro em 1989, por merecimento; a Ministro de Segunda Classe em 2004, por merecimento; e a Ministro de Primeira Classe em 2010, por merecimento. Foi para o Quadro Especial em 2015.

No Ministério das Relações Exteriores, exerceu diversos cargos, entre eles o de Chefe da Divisão da Europa I, de 1997 a 1999, e o de Chefe da Divisão de Feiras e Turismo em 2004.

Ainda no Brasil, foi Assessor Especial na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, de 2012 a 2013, e no Ministério do Meio Ambiente, de 2013 a 2015.

No exterior, serviu na Embaixada em Trípoli (Líbia), duas vezes, em 1976 e em 2004; no Consulado-Geral em Nova Iorque de 1979 a 1982; na Embaixada na Guatemala em 1982; na Embaixada em Assunção (Paraguai) de 1982 a 1987; na Embaixada em Islamabad (Paquistão) de 1988 a 1989; na Embaixada em Buenos Aires de 1990 a 1993; na Embaixada em Praga (República Tcheca) de 1993 a 1997; e na Embaixada em Brazavile (República do Congo) de 2015 a 2016. Foi Embaixador em Díli (Timor Leste) de 2004 a 2008 e em Maputo (Moçambique) de 2008 a 2012. É o Embaixador do Brasil em Yangon ou Rangum (Mianmar, antiga Birmânia) desde 2016.

Foi agraciado com quatro condecorações nacionais e três estrangeiras.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea “d”, número 1, do RISF, o Ministério das Relações Exteriores elaborou relatório sobre as Filipinas, as Ilhas Marshall, a Micronésia e Palau, do qual destacamos as informações seguintes.

As Filipinas são um arquipélago do Oceano Pacífico formado por mais de 7 mil ilhas, com 300 mil quilômetros quadrados e 100 milhões de habitantes. Sua capital é Manila. Em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi de US\$330,9 bilhões e o PIB em paridade de poder de compra *per capita* foi de quase US\$9 mil.

Em 2019, o intercâmbio comercial com o Brasil totalizou US\$921,9 milhões. As exportações brasileiras somaram US\$655 milhões, e as importações brasileiras, US\$266,9 milhões, resultando em um saldo de US\$388,1 milhões em favor do Brasil. Basicamente, o Brasil exportou minérios, carnes e combustíveis e importou máquinas elétricas e máquinas mecânicas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa brasileira Vale fechou seu escritório em Manila, em decorrência da perda de relevância do transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay com destino à China.

Posso continuar, Presidente? (*Pausa.*)

Alô?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode continuar.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Em 2017, a Embraer venceu licitação para fornecimento de seis Super Tucanos à Força Aérea Filipina.

Cenário positivo se desenha para as exportações de carnes do Brasil para as Filipinas, que em 2019 atingiram US\$139 milhões. No final daquele ano, realizou-se missão de inspeção ao Brasil de técnicos do Departamento de Agricultura (DA) filipino, cujos resultados foram divulgados em maio de 2020. Todos os 24 estabelecimentos visitados no Brasil foram aprovados (habilitados ou revalidados) para exportação de carnes bovinas, de aves e suínas, e as habilitações são válidas até abril de 2023. No total, há atualmente 66 estabelecimentos brasileiros habilitados. O DA reconhece o Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação, com a exceção do Estado de Santa Catarina, livre de febre aftosa sem vacinação. Não obstante, permanecem restrições para exportação de alguns tipos específicos de carne bovina (cabeça e pescoço).

As Ilhas Marshall ocupam cerca de 180 (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Feche seu vídeo. Fique só no som, Senador Humberto, para ver se consegue retomar.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... cerca de 180km<sup>2</sup>, somou US\$216,1 milhões e consistiu quase totalmente em exportações brasileiras de combustíveis.

Os Estados Federados da Micronésia são formados por mais de 600 ilhas que ocupam 700km<sup>2</sup> e possuem mais de 100 mil habitantes.

As relações bilaterais se iniciaram em 2010. Ainda não foram firmados atos bilaterais. Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais.

Os dados mais recentes sobre o intercâmbio comercial bilateral são de 2016, ano em que totalizou 224 milhões de dólares e consistiu praticamente em exportações brasileiras.

A República de Palau é formada por mais de 300 ilhas, com 458km<sup>2</sup> e pouco mais de 20 mil habitantes.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As relações diplomáticas começaram em 2005, mas não há atos bilaterais, empréstimos nem financiamentos oficiais.

O intercâmbio comercial bilateral não foi expressivo em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, considerando, em princípio, o nobre candidato como perfeitamente adequado às funções que haverá de exercer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

O próximo Relator é o Senador Roberto Rocha.

Pergunto à assessoria se ele está lincado. Ele estava em deslocamento do Estado do Maranhão para cá. (*Pausa.*)

Não.

Então, designo Relator *ad hoc*, Senador Carlos Fávaro, para ler a mensagem de relatoria do Senador Roberto Rocha, Mensagem 27, de 2020.

V. Exa. tem cinco minutos.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Como Relator.) – Muito obrigado.

Bom dia, Sr. Presidente, é uma honra fazer parte desta Comissão. Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores aqui presentes e os demais que se encontram virtualmente conectados, os Embaixadores que se encontram presencialmente e os de forma remota também e os telespectadores e ouvintes da Rádio e da TV Senado.

Sr. Presidente, vou ao relatório, então, com muita honra, *ad hoc*, substituindo o caríssimo Senador Roberto Rocha.

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Rodrigo de Azeredo Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Rodrigo de Azeredo Santos nasceu em 14 de janeiro de 1966. É filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos.

No ano de 1986, tornou-se Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No ano seguinte, concluiu Ciência Política no Instituto Católico de Paris. Tornou-se mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, pela Universidade Internacional de Schiller, em Londres. Já no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1992 e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2001. No Curso de Altos Estudos, no ano de 2008, apresentou a tese, aprovada com louvor, cujo título é “A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta”.

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1992. Por merecimento, chegou a Segundo-Secretário em 1997, a Primeiro-Secretário em 2002, a Conselheiro em 2006, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe em 2018.

Destacamos algumas das funções por ele desempenhadas: Chefe do Setor de Política Financeira na Embaixada em Washington, de 1997 a 2000; Chefe do Setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva na Embaixada em Buenos Aires, de 2000 a 2002; Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, de 2008 a 2010; Ministro-Conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia na Embaixada em Londres, de 2010 a 2013; Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, de 2013 a 2016; Chefe do Posto na Embaixada em Teerã desde 2017. Além disso, ministrou as disciplinas de Economia Internacional e Promoção Comercial no Instituto Rio Branco.

Segundo o documento informativo do Itamaraty, no ano de 2015, o diplomata foi agraciado com as seguintes condecorações no Brasil: Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz; medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico; medalha da Ordem do Mérito do Exército; e medalha da Ordem do Mérito da Marinha.

Ainda em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Dinamarca e a República da Lituânia. O documento traz informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desses países e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

O Reino da Dinamarca conta com economia sólida e excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. Sua economia se caracteriza pelas modernas indústrias, por um setor agrícola que emprega alta tecnologia e, em especial, pelo comércio exterior.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e Dinamarca detêm relações amistosas históricas. A abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828. Há diversos acordos firmados no âmbito de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Além disso, os dois países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais.

A atração de investimentos ocupa posição de destaque nas relações econômicas bilaterais. Assim, grande parte do comércio bilateral ocorre intrafirma, sobretudo no setor da saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados. Cerca de 140 empresas dinamarquesas estão presentes no Brasil.

Nossa pauta de exportações para a Dinamarca, em 2019, compôs-se de “outros medicamentos, incluindo veterinários”, que responderam por 44% do valor total, seguidos por “farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais” (22%), “madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira” (4,8%), “demais produtos – indústria de transformação” (4,5%) e “resíduos vegetais, feno, forragens e outros farelos” (4,4%). Já a pauta de importações, contou com “medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários”, que somaram 20% do total, seguidos por “obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns” (18%), “outros medicamentos, incluindo veterinários” (16%), “inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes” (9,3%) e “outros produtos químicos” (5,2%). Houve déficit em desfavor do Brasil no ano passado.

Quanto à República da Lituânia, o documento informa que o Brasil reconheceu sua independência em 1991, tendo as relações diplomáticas sido restabelecidas. Em 2008, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), junto com os demais países que aderiram à União Europeia (UE) em 2004. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 5 de fevereiro de 1993. Até 2012, quando foi fechada, a Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília.

Sobre o comércio bilateral, houve oscilações nos últimos 10 anos, mas, em geral, tem sido superavitário para o Brasil. Em 2019, os principais produtos exportados foram: “tabaco, descaulificado ou desnervado” (15%), “couro” (12%), “matérias brutas de animais” (9,4%), “polímeros de etileno, em formas primárias” (7,4%) e “produtos de perfumaria ou de toucador, exceto sabonetes” (6,4%). No mesmo período, importamos: “adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos” (39%), “equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios” (11%), “outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes” (10%), “aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos” (5,4%) e “demais produtos – indústria de transformação” (4,8%).





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando sequência aos nossos trabalhos, uma vez que o item 5...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Carlos Fávaro.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como cumprimos o relatório referente ao quarto indicado, eu pediria ao senhor que pudesse dar vista aos relatórios das mensagens que já foram publicados, com a vista coletiva concedida. Solicito que V. Exa. possa abrir o processo de votação, para que nós, os Senadores que aqui estão, possamos ter a tranquilidade, se for preciso, para voltar aos gabinetes, para se evitar a acumulação de pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É pertinente a colocação de V. Exa., Senador Carlos Fávaro, visto que os relatórios das mensagens já foram publicados e que a vista coletiva foi concedida.

Havendo solicitação de abertura, indago aos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos abrir o processo de votação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será feito nas urnas eletrônicas instaladas na Ala Senador Alexandre Costa e pelo sistema *drive-thru* somente presencialmente. A votação é secreta. O sistema *drive-thru* está instalado na garagem do Senado.

V. Exas. já podem se dirigir à cabine de votação e proferir os votos.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Antes de passar a palavra à exposição dos embaixadores, até para a gente pegar o andamento do ritmo, vez que a próxima relatoria é do nobre Senador Carlos Fávaro, solicito a V. Exa. que já leia o próximo relatório do Sr. Paulo Roberto Caminha de Castilhos França, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

## ITEM 5





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. tem a palavra, Senador Carlos Fávaro.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Nelsinho Trad.

Dando sequência aos trabalhos, para dar agilidade, como aqui se faz necessário, já vou diretamente ao relatório.

Como o relatório já é de conhecimento de todos, farei breves considerações a respeito do currículo do Sr. Paulo Roberto Caminha de Castilhos França, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos, popularmente conhecido como Holanda. O Sr. França ingressou na carreira diplomática em 1981, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2001, quando defendeu a tese “A Guerra do Kosovo e a Doutrina da Intervenção Humanitária”.

Entre as funções desempenhadas na carreira destacam-se as de Encarregado de Negócios na Embaixada em Libreville, em 1982; Chefe substituto da Divisão de Direitos Humanos, de 1991 a 1995; Coordenador-Técnico da Secretaria de Relações com o Congresso, entre 1995 e 1998; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Atenas, de 1998 a 2002; Chefe do Centro de Documentação





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diplomática, de 2002 a 2003; Chefe da Divisão de Integração Regional, entre 2003 e 2005; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à Unesco, em Paris, de 2005 a 2008; Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, de 2008 a 2011; Diretor do Departamento da Aladi e da Integração Econômica Regional, entre 2011 e 2012; Chefe do Escritório de Representação do Brasil em Ramala, de 2012 a 2015; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral do Brasil em Istambul, de 2016 até o presente momento.

Foi condecorado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2003, e a Medalha Mérito Tamandaré, em 2010.

Quanto ao Reino dos Países Baixos, destaco que é formado por quatro países: Países Baixos, Aruba, Curaçao e São Martinho. As três localidades caribenhas têm estatuto independente, com governo e eleições próprios.

O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos comuns.

Os Países Baixos são o maior mercado para as exportações brasileiras na Europa e o quarto maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Argentina. Exportamos para os Países Baixos cerca de US\$13 bilhões e importamos algo em torno de US\$1,6 bilhão, resultando um saldo de 11,3 bilhões, de longe o maior das relações comerciais com parceiros europeus.

Embora tenham superfície 205 vezes menor que o Território brasileiro, os Países Baixos são destacados atores no comércio agrícola internacional. O país continua a ser o segundo maior exportador agrícola do mundo. Os principais itens exportados são plantas e flores, carnes, legumes e verduras e laticínios. E, como produtor, fico muito feliz em manter essa relação no setor do agro, que é o nosso carro-chefe.

Registre-se, também, o potencial de cooperação bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação, que se afigura bastante promissor. Os Países Baixos atingiram a primeira posição em matéria de inovação na Europa e o segundo lugar no *ranking* mundial.

Segundo essas minhas considerações, deixo aqui minha recomendação pela aprovação do nome do Ministro e o desejo de sucesso na nova missão. Que ele nos ajude a desenvolver o nosso País em conjunto com os nossos amigos europeus.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pela ordem, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, é muito bom revê-los.

Dirijo-me a todos que nos assistem aqui neste momento na CRE para informar que nós teremos aqui, na quinta-feira, às dez da manhã, conforme aprovado por esta Comissão e todos os Senadores, o Chanceler, o Ministro do Itamaraty para prestar esclarecimentos a respeito da visita do secretário de Estado americano no nosso Estado de Roraima, fazendo afrontas e ofensas ao país Venezuela.

Independentemente de quem governa ou não governa a Venezuela, independentemente do mérito do que está acontecendo lá, nós temos acordos internacionais e regras rígidas impostas pela nossa Constituição quanto à intromissão na vida de outro país. Ficou muito clara para todos nós a interferência desse cidadão americano no Brasil para se aproveitar da situação em um período eleitoral nos Estados Unidos, usando o Território brasileiro, o Governo brasileiro para fazer favorecimento ao candidato Trump, candidato a Presidente nos Estados Unidos. Isso é inadmissível para todos nós, e ele precisa vir, sim. Ele não tem Senadores no Itamaraty; os Senadores estão no Congresso Nacional. Então, ele tem que vir até aqui para se justificar, para explicar aos Senadores, que aprovam os diplomatas para todas as embaixadas do Brasil, o que foi que ele fez e o que aconteceu em Roraima. Ele precisa se justificar.

E eu gostaria, Sr. Presidente, também, aproveitando a oportunidade da lista de falas, de deixar registrado – e não vou interpelar os Embaixadores que aqui estão sendo votados neste momento, se aprovados ou não, mas vou deixar registrado para todos eles – que chegou ao meu conhecimento, já há vários dias, antes ainda do episódio de Roraima, que está havendo no Itamaraty uma caça às bruxas, perseguindo diplomatas; influências políticas escancaradas, o que nunca existiu no Itamaraty – sempre tivemos o respeito à meritocracia e à antiguidade –; listas de indicações são formadas; os diplomatas, todo o corpo diplomático está silencioso, mesmo apesar da estabilidade.

Por isso que a estabilidade precisa ser corrigida, porque muitos dos servidores não estão usufruindo da sua condição de estabilidade, de que eu sou a favor, inclusive, justamente para protegê-los. E o corpo diplomático está todo em silêncio, com medo dessa perseguição.

Nós estamos sabendo que a Fundação Alexandre de Gusmão está sendo comandada pelo Sr. Olavo de Carvalho. Os "olavistas", com temas de palestras, até a semana passada ainda discutiam em palestra o tema "uso da máscara", se se deve usar a máscara ou não dentro da Fundação Alexandre de Gusmão, que é do Itamaraty, que é do Governo brasileiro, que é do povo brasileiro. E nós temos muitos questionamentos a fazer a respeito dessas escolhas e dessa caça às bruxas relacionada ao quadro de acesso.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, causou-me muita estranheza o corpo diplomático, com a estabilidade que tem, dada pela Constituição brasileira, não se manifestar. Absolutamente nenhuma palavra a respeito do ocorrido em Roraima.

Eu já assisti a isso na defesa do País. Nas Forças Armadas, quem está na ativa não comenta nada sobre os seus chefes. Isso é uma questão correta e uma questão legal. Só comentam os militares que estão aposentados. Mas na diplomacia, no Itamaraty, não existe essa ordem e não existe essa condição. Ela está imposta apenas pelo medo, pela perseguição ideológica no Itamaraty. Muito diplomatas que ainda poderiam servir estão pedindo aposentadoria porque não estão conseguindo viver com tamanha arbitrariedade, com tamanha consequência dentro do nosso Itamaraty.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A Senadora Kátia Abreu manifesta através de sua fala a sua indignação. Na quinta-feira o Ministro Ernesto estará presente na Comissão de Relações Exteriores, que é esta sala aqui ao lado, para a gente poder fazer os questionamentos a respeito dessa e de outras matérias.

Exposição dos embaixadores.

Para iniciar, concedo a palavra ao Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Informo a V. Exa. que o tempo destinado à exposição é de cinco minutos.

Com a palavra o Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, que vamos acompanhar aqui no telão.

**O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa noite, Senador Nelsinho Trad! Cumprimento a todos. Boa noite aqui em Manila, onde me encontro. Bom dia aos Srs. Senadores que estão em Brasília. Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; o Relator da minha indicação, Senador Marcos do Val; os demais Senadores da Comissão de Relações Exteriores e os meus colegas embaixadores que estão sendo sabatinados.

Como o tempo que tenho é muito breve, vou tentar ser o mais conciso e direto possível.

Primeiramente, gostaria de destacar a importância de Trinidad e Tobago a partir da sua localização geográfica. Trinidad e Tobago, as duas ilhas que compõem esse País, ficam muito próximas à Venezuela, praticamente coladas àquele País, e muito próximas ao Canal do Panamá, por onde passa boa parte do transporte de carga entre o Atlântico e o Pacífico.

Trinidad e Tobago também é uma plataforma de observação interessante para examinar a presença chinesa no Caribe. É para esse País que são direcionados grandes volumes de investimento na área de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção, na área de infraestrutura, e Trinidad e Tobago foi o primeiro País do Caribe a fazer parte da iniciativa Belt and Road, capitaneada pela China.

Trinidad e Tobago é o País do Caribe anglófono com a maior economia, é o País que tem a terceira maior renda *per capita* nas Américas, depois dos Estados Unidos e do Canadá, com cerca de US\$16 mil de renda *per capita*, ou US\$32 mil, pelo critério de paridade do poder de compra. E, ao contrário de vários outros países do Caribe, é um país que tem uma indústria desenvolvida na área de petróleo, na área petroquímica e na área de extração de gás natural.

Trinidad e Tobago foi muito importante para a criação e a condução dos mecanismos de integração regionais no Caribe. O primeiro deles é a Comunidade do Caribe (Caricom), o tratado constitutivo da Caricom foi assinado em Trinidad e Tobago, e também existe a Associação dos Estados do Caribe, que é sediada em Port of Spain, da qual o Brasil é membro observador.

Trinidad e Tobago também foi o primeiro País no Caribe anglófono com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas. Isso em 1965, apenas três anos após a independência do País. Então, nós temos esse capital político que é preciso explorar. Temos relações diplomáticas antigas já sólidas com Trinidad e Tobago. Não temos nenhum contencioso na agenda bilateral com esse País e podemos até citar, por exemplo, que houve, no passado recente, um intercâmbio muito grande de visitas de altas autoridades entre os dois países. De 2008 até aqui, três Primeiros-Ministros de Trinidad e Tobago visitaram o País. E no nosso Chanceler, o então Chanceler Antonio Patriota, visitou Port of Spain em 2013.

Gostaria, como o tempo é muito curto, apenas de destacar os itens que merecerão prioridade da minha parte, no meu programa de trabalho, quando assumir a Embaixada, em Port of Spain, se merecer a aprovação dos membros desta Comissão.

Em primeiro lugar, como eu já destaquei, nós temos laços antigos e sólidos, afinidades inclusive culturais com Trinidad e Tobago. O Brasil e Trinidad e Tobago são países com grande diversidade étnica e multiculturais. Em Trinidad e Tobago, existe uma comunidade enorme de quase 40% da população de origem indiana; uma comunidade de origem africana também, que chega a quase 40% da população, e também existem pequenas comunidades descendentes de árabes e chineses.

Eu pretendo aproveitar esse capital político e buscar explorar mais a fundo o grande potencial que ainda existe para ser explorado nas relações bilaterais: o comércio principalmente, o turismo, a cooperação técnica, a cooperação na área energética e na área agrícola.

E finalmente gostaria de destacar um ponto que para mim é sempre fundamental, que é o da proteção e defesa das comunidades brasileiras sediadas, radicadas no exterior.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade brasileira em Trinidad e Tobago é reduzida – são cerca de 150 pessoas – e é um pouco maior em outras localidades que estão incluídas na jurisdição consular do posto. Basicamente são as ilhas holandesas no Caribe: Aruba, Curaçao e Antilhas Holandesas.

Então, uma das minhas prioridades vai ser atender a essa população, que é muito mais de turistas do que de brasileiros residentes.

Muito obrigado a todos os Senadores. Estou à disposição para responder às perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Rodrigo do Amaral Souza.

De pronto, passo a palavra, agradecendo a observância do tempo dos Srs. Embaixadores, ao Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira, indicado para a Embaixada do Brasil na República da Zâmbia.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

**O SR. ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, Relator da minha candidatura. Bom dia, Sras. Senadoras; bom dia, Srs. Senadores. É uma honra estar aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado para apresentar a minha candidatura à Embaixada do Brasil na Zâmbia.

Hoje tivemos a oportunidade de ler o relatório apresentado pelo Senador Chico Rodrigues, que é extremamente completo, cobre muito bem as relações entre o Brasil e a Zâmbia e descreve bem o País, de maneira que eu vou procurar evitar repetições e procurar mais me concentrar sobre o programa de trabalho que eu poderia desenvolver na Zâmbia, caso venha a contar com a aprovação do meu nome por V. Exas.

Conforme disse o Senador Chico Rodrigues, as relações começaram em 1970 – portanto têm 50 anos – e se adensaram bastante. Temos 14 acordos bilaterais, várias visitas presidenciais, ministeriais, comissões mistas, empresas brasileiras, como a Embraer e a Marcopolo, que estão trabalhando naquele mercado, e a Embaixada do Brasil tem dado apoio à comunidade brasileira e aos viajantes brasileiros que passam pela Zâmbia – os turistas.

Eu não vou me alongar sobre isso, porque já foi perfeitamente dito pelo nosso Senador Chico Rodrigues.

Com relação ao programa de trabalho, o importante, em primeiro lugar, seria dar continuidade a esse trabalho que já foi começado pela Embaixada.

Na política interna, por exemplo, o Brasil deverá continuar acompanhando os eventos que estão dinamizando a sociedade zambiana neste momento. Haverá eleições presidenciais e parlamentares em





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

agosto de 2021. E, ao mesmo tempo, a Zâmbia tem um histórico muito longo já de participação em eventos regionais, desde a época da descolonização, mas hoje ainda em fóruns de estabilização de zonas de conflito na África, como, por exemplo, no Sudão e em outras regiões, no próprio Congo (República Democrática do Congo), que é um dos vizinhos da Zâmbia. Portanto, acompanhar a projeção internacional da Zâmbia na região é também o objetivo da Embaixada.

No comércio, destacaria cooperação; feiras comerciais, entre elas a Agritech, que é uma feira de agricultura; prospecção de oportunidades comerciais, dois projetos, do Fundo Ibas, junto com a Índia, Brasil e África do Sul, que nós acompanhamos, e participação no grupo dos países cooperantes. O Brasil, com isso, tem acesso às mais altas autoridades do País.

Dos desafios para os próximos anos, eu mencionaria diplomáticos, comerciais e de cooperação técnica.

Em primeiro lugar, os diplomáticos seria retomar, quando a pandemia o permitir, visitas bilaterais de alto nível, como já houve no passado. Ativação com mecanismo de consultas bilaterais estabelecidas em 2010, mas que até hoje não foi implementada.

Na área comercial, eu falaria da venda das aeronaves da Embraer. As negociações começaram em 2018, houve contato com o Ministério dos Transportes, mas ficaram um pouco paradas neste momento, nós gostaríamos de retomar esse trabalho.

Também promover missões empresariais, equipamentos, máquinas e equipamentos de irrigação, fertilizantes. Existe uma cooperação que já começou na área de biocombustíveis, com a ajuda da Apla, de São Paulo, e o desenvolvimento genético do rebanho bovino da Zâmbia, com o apoio do Instituto Daniel Franco, de Minas Gerais.

O Secom da Embaixada identificou também tecnologia da informação em farmacêuticos como setores promissores para o comércio, os interesses comerciais brasileiros.

Na área de cooperação educacional, recorro o acordo de cooperação aprovado em 2018 pelo Congresso Nacional. A Zâmbia gostaria de enviar técnicos zambianos para participarem dos programas de PEC-PG do Brasil.

Na área de saúde, nós temos a competência, capacidade, pessoal e empresas que poderiam ajudar na prevenção e controle do HIV/aids, treinamento de profissionais na área de saúde, programas de alimentação escolar e segurança sanitária nas fronteiras.

E, por fim, cooperação técnica. O Memorando de Entendimentos de Agricultura, que foi proposto pela Zâmbia em 2019, está em análise no MAPA neste momento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E o combate à praga do milho. Como disse o Senador Chico Rodrigues, é o alimento principal da Zâmbia e nós temos competência também para cooperar nessa área.

Agradeço a atenção de V. Exas., caso meu nome seja agraciado com a boa vontade desta Comissão.

Estou à disposição para suas perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Concedo agora a palavra ao Sr. Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

V. Exa. tem a palavra por cinco minutos, conforme o Regimento aqui.

Por gentileza.

**O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, meus colegas.

Em primeiro lugar, eu queria dizer da minha alegria de ter tido meu nome indicado para um país aqui, na Ásia. Certamente, é das regiões, hoje, mais vibrantes e de maior dinamismo no mundo. Curiosamente, ou naturalmente, eu diria até, há um desconhecimento mútuo relativo, mas importante, entre o Brasil e os países asiáticos.

Em primeiro lugar, a Ásia não se limita à China, o Japão e a Coreia, mas tem todo um conjunto de nações que compõem a Asean e que são os motores hoje da economia mundial, na qual nós já estamos nos inserindo, mas devemos nos inserir ainda mais. A ponta de lança da nossa inserção tem sido os produtos do agronegócio, a excelência da qualidade dos nossos produtos, os preços, a segurança sanitária, enfim, que fazem dos nossos produtos altamente competitivos e que hoje começam a encontrar os seus nichos. Obviamente, com esses nichos, começam a surgir também irritantes. Especificamente, nas Filipinas nós temos esse irritante recente, com a questão da suspensão das exportações brasileiras de frango. Houve uma justificativa absolutamente ridícula da parte deles, mas, de qualquer forma, entende-se que sejam reações aos produtores internos, que se veem ressentidos com os produtos estrangeiros chegando lá. Obviamente, o nosso produto é mais barato, o nosso produto é de melhor qualidade, e os distribuidores e as grandes cadeias de supermercados tendem a priorizar os nossos produtos.

Portanto, uma das funções que eu vejo é esta: a de estarmos muito atentos, permanentemente, defendendo o Brasil, defendendo a imagem do Brasil, do nosso agronegócio, para que possamos continuar não apenas com o agronegócio, mas também com outros produtos, ampliando o nosso mercado externo.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Filipinas são um país curioso da Ásia, porque têm uma forte herança hispânica – depois, dos Estados Unidos, que estiveram lá há quase cem anos –, e são curiosamente também o segundo maior país que acolhe todo mundo, depois do Brasil. Todas essas coincidências, digamos assim, culturais facilitam muito e ajudam a azeitar o relacionamento.

A importância está em podermos conversar melhor, sentar com os *stakeholders* quer dizer, com os grandes importadores, com as autoridades e, aos poucos, ir ganhando terreno.

Sobre as três ilhas, Palau, Ilhas Marshall e Micronésia, basicamente está tudo ali, nos relatórios. São países que têm uma certa coincidência conosco, sobretudo nas questões ambientais, na questão do desenvolvimento e em posições também de comércio internacional, mas, no ponto de vista prático e comercial, não são relevantes. Agora, são relevantes, sim, porque tem sempre nos apoiado nas grandes questões nossas nos organismos internacionais.

Eu estou aqui às ordens para eventuais perguntas.

Eu confesso que, nos cinco minutos, me perdi um pouco.

Mas eu gostaria, aqui também, para finalizar, ainda voltando um pouco a esta parte comercial, de dizer que os seis Super Tucanos chegaram às Filipinas nesse sábado. Dos seis, chegaram quatro. Dois tiveram problemas técnicos, que estão sendo equacionados em Nova Delhi, e haverá uma grande cerimônia de recebimento efetivo deles aparentemente no dia 26 de setembro. Realmente é uma grande conquista termos esses aviões lá.

Nesse setor de defesa também, conforme está mencionado, inclusive, no relatório, de forma muito rápida, são importantes as conversas da Marinha das Filipinas com a nossa Marinha sobre o tema de submarinos. Esse ainda é um assunto também envolto sob certo sigilo, mas pode-se dizer isso.

Finalmente, há um grande investimento filipino no Brasil também de uma empresa de transporte e de logística portuária, que tem uma grande operação em Suape e que conseguiu também, agora, uma concessão para o porto do Rio de Janeiro.

Enfim, são relações com países.

As Filipinas são um país em que essa proximidade cultural facilita e tem dado grandes proveitos.

O meu colega Rodrigo Amaral, que acabou de falar agora, está saindo dali e é testemunha disso, porque, nos quatro anos em que esteve lá, o comércio bilateral mais que dobrou. Foi da ordem de US\$400 milhões para já acima de US\$800 milhões.

Sras. Senadores e Srs. Senadores, muito obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva.

Mais uma vez, peço as minhas escusas, em nome do Senado, a todos os embaixadores pelo tempo exíguo da apresentação de V. Exas., mas foi a única maneira que a gente encontrou para poder dar seguimento à sabatina de todos os colegas de V. Exas.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

**O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Relator, Senador Roberto Rocha, Sr. Relator *ad hoc*, Senador Carlos Fávaro, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas, é uma honra e uma satisfação, Presidente, ter sido convocado para participar desta reunião histórica da Comissão.

Eu gostaria de me juntar aos agradecimentos pelos esforços de V. Exas. e de todos os funcionários da Comissão do Senado Federal em geral e da assessoria parlamentar do Itamaraty, que tornaram possível esta reunião da Comissão. Agradeço também ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, pela indicação do meu nome para exercer o cargo de Embaixador junto ao Reino da Dinamarca e à República da Lituânia. É uma indicação que muito me honra e, caso mereça a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal, esta será a minha segunda chefia de missão diplomática.

Com relação à Dinamarca, eu gostaria de destacar algumas características do país que ajudam a determinar sua economia e sua política externa, e ao mesmo tempo representam boas oportunidades para o Brasil.

Trata-se de um país com pequena população, com alta renda *per capita*, de US\$60 mil, e elevado Índice de Desenvolvimento Humano – é o 11º no *ranking* mundial. A Dinamarca, como disse o Relator *ad hoc*, tem uma economia sólida, uma indústria moderna, um setor agrícola muito forte e com alta tecnologia. É o comércio exterior que é fundamental para a economia dinamarquesa, pois representa 55% do PIB da Dinamarca, e 20% dos empregos totais. O país também conta com empresas líderes mundiais em vários setores, como farmacêutico, transporte marítimo, logística portuária e de energia renovável. A Dinamarca também conta com um índice de digitalização muito elevado – é o maior da Europa – e ocupa a 4ª posição do *ranking* mundial de facilidade para fazer negócios.

A política externa dinamarquesa prioriza o multilateralismo e é fortemente engajada em temas como direitos humanos, a agenda climática, livre comércio, a cooperação internacional e a segurança mundial. As relações com o Brasil foram sempre marcadas com laços de amizade e de cooperação, e







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por isso a Dinamarca tem apoiado os pleitos brasileiros em órgãos multilaterais, e também o nosso acordo entre a União Europeia e o Mercosul. A Dinamarca também apoia o pleito brasileiro de fazer parte da OCDE como membro pleno.

Na área de cooperação econômica, o mais forte é na área de investimentos. Também como foi dito pelo Relator *ad doc*, há cerca de 140 grandes e médias empresas dinamarquesas no Brasil, entre as quais a Maersk, que é a maior transportadora de cargas do mundo, a Vestas, no setor de energia eólica, com duas fábricas no Ceará para fabricação de turbinas para parques eólicos, e a Novo Nordisk, que é a maior produtora mundial de insulina, com fábrica em Minas Gerais.

Brasil e Dinamarca também têm uma cooperação em ciência, tecnologia e inovação muito importante, nas áreas de saúde, energia renovável e biotecnologia.

Sras. e Srs. Senadores, caso esta minha indicação mereça aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal, eu pretendo ter como prioridades na Embaixada junto a Copenhague os seguintes temas: o apoio à comunidade brasileira da Dinamarca, de cerca de 3.500 pessoas; atração de novos investimentos dinamarqueses para o Brasil; a promoção da imagem da sustentabilidade da agricultura brasileira, já que esse é um tema muito forte na Dinamarca; a cooperação em temas relacionados ao meio ambiente e à mudança do clima – inclusive temos muito o que aprender com a experiência dinamarquesa em relação ao meio ambiente e à mudança do clima –; e a ampliação da cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

Com relação à Lituânia, é um país de pequena extensão territorial. Ela tem um excelente ambiente de negócios e um alto grau de desenvolvimento. Brasil e Lituânia também mantêm consultas políticas regulares desde 2017 e recentemente foi assinado um acordo de cooperação econômica que prevê a formação de um grupo de trabalho.

A Lituânia também apoia o Acordo Mercosul-União Europeia e a entrada do Brasil na OCDE como membro pleno.

É importante dizer também que está no Brasil a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, fato que aproxima ainda mais os dois países.

Muito obrigado, mais uma vez, por esta oportunidade. Estou aberto às perguntas.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos.

De pronto passo a palavra ao Sr. Embaixador Rodrigo do Amaral Souza pelo prazo de cinco minutos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Retificando, só um minuto. *(Pausa.)*

Pela ordem, Senador Major Olímpio com a palavra.

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Só uma dúvida: o que V. Exa. chamou já falou...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não, está faltando só um Embaixador se pronunciar, o do próprio Senador Fávoro, que vai para os Países Baixos.

Com a palavra o Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França, designado para o cargo de Embaixador no Reino dos Países Baixos.

**O SR. PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Carlos Fávoro, que me honra com sua relatoria, Sras. e Srs. Senadores, meus caros colegas que me acompanham nesta jornada de sabatinas, em primeiro lugar eu queria agradecer ao Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação do meu nome.

Queria, igualmente, agradecer ao Senado Federal e a esta Comissão pelos esforços de realização desta jornada de sabatinas em momento tão difícil que atravessamos.

Meu agradecimento, é uma honra estar com V. Exas.

O Reino dos Países Baixos é uma monarquia parlamentarista que tem um PIB da ordem de US\$1 trilhão. Com uma população de cerca de 17,2 milhões de habitantes, a sua renda *per capita* gira em torno de US\$58 mil. É, portanto, um país que se caracteriza por ter uma economia rica e pujante.

O país se notabilizou pela gestão das águas. Durante sua história sofreu inúmeras inundações, algumas delas muito trágicas. Conseguiu superá-las, conseguiu domar essas inundações e conquistar território das águas do oceano, aumentando sua área física. O país é hoje aquele que detém o maior conhecimento, o conhecimento mais avançado na área de gestão de recursos hídricos.

Os Países Baixos, como meu Relator já indicou, é uma potência no setor agropecuário. É o segundo maior exportador do mundo, superado apenas pelos Estados Unidos.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Em 2019, o país exportou cerca de 94,5 bilhões de euros, uma soma significativa. Vale dizer que uma parte dessas exportações foram de produtos brasileiros que receberam algum tipo de processamento nos Países Baixos.

O país também é uma potência industrial significativa nas áreas de química, nas áreas de petróleo, combustíveis, indústrias de precisão, processamento de alimentos. O país é igualmente um verdadeiro *hub*. O Porto de Roterdã é o maior porto da Europa e um dos maiores do mundo. É por ele que entram cerca de 50% das importações dos países europeus provenientes do resto do mundo. É por ele também que sai uma parte significativa das exportações dos países europeus para o resto do mundo.

O Brasil e os Países Baixos têm uma história compartilhada. Como é do conhecimento de V. Exas., no século XVII, os Países Baixos, a Holanda dominou uma parte do Nordeste brasileiro. Foram mais de 24 anos. E deixou uma marca indelével tanto na cultura, quanto na arquitetura de cidades como Recife e Olinda.

Hoje em dia, as nossas relações são relações que têm no substrato econômico a sua energia, a sua pujança e o seu dinamismo.

O país é o terceiro maior importador de bens brasileiros. Claro que o carro-chefe dessas importações é o segmento agropecuário, que corresponde a mais ou menos 20% desse valor, mas há uma quantidade de produtos de alto valor agregado, como embarcações e plataformas petrolíferas.

O país é o maior investidor no Brasil. São cerca de US\$207 bilhões, de acordo com dados do Banco Central, em 2019 – US\$120 bilhões aproximadamente são investimentos em capital e o restante, em operações intercompanhia.

Várias empresas neerlandesas contribuem para o nosso desenvolvimento e geram uma quantidade significativa de empregos. Por exemplo: Shell, Philips, Unilever, Makro, Heineken, C&A, ABN Amro, entre outras. E há uma quantidade significativa de empresas brasileiras instaladas no país, como Petrobras, Embraer, Braskem, Cutrale, Bertin Agropecuária.

Temos uma parceria importante entre o Porto de Pecém e o Porto de Roterdã. Hoje, o Porto de Pecém já se beneficia dessa parceria com tecnologia, com metodologia de ponta e com recursos.

Ciência e tecnologia é uma área significativa. Os Países Baixos são uma verdadeira *powerhouse* em inovação não apenas nos setores tradicionais, como recursos hídricos, alimentos, processamento de alimentos e agricultura; também na área de tecnologia da informação, na área de indústrias de precisão, cidades inteligentes e agricultura de precisão.

Os Países Baixos são sede de uma quantidade significativa de organismos internacionais, a Corte Internacional de Justiça, a Organização para a Proibição de Armas Químicas, a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, entre outras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Caso V. Exas., caso o Senado me honre com sua aprovação, eu pretendo trabalhar com determinação para fortalecer os laços de amizade entre os nossos dois países e dinamizar ainda mais as relações econômico-comerciais que tantos benefícios trazem para o Brasil.

Muito obrigado.

Fico à disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do Sr. Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França, designado Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Registro, com muito prazer, que está aqui a Senadora Eliziane Gama, que abrilhanta a nossa reunião com a sua presença.

Também gostaria de registrar a presença do Embaixador Nilo Barroso, que irá nos assessorar doravante.

Dando prosseguimento à reunião, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se a arguição dos sabatinados será feita em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra a quem quiser fazer algum questionamento a respeito desse bloco dos Embaixadores sabatinados. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer nenhum questionamento, vamos passar já ao segundo bloco.

Encerrada a sabatina do primeiro bloco, agradeço a participação de todos.

E vamos já, de pronto, dar sequência ao segundo bloco.

**ITEM 6****MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Presidência da República**Relatório:** Pronto para deliberação**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

A relatoria é do Senador Randolfe Rodrigues, que está *on-line*.

**ITEM 7****MENSAGEM (SF) Nº 20, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.*

**Autoria:** Presidência da República**Relatório:** Pronto para deliberação**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Relatoria: Senador Zequinha Marinho.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## ITEM 8

## MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Relatoria: Major Olimpio, nosso Senador.

Passo, então, à primeira relatoria.

A palavra está com o Senador Randolfe Rodrigues, por via remota, para fazer o relatório do Sr. Oswaldo Biato Júnior, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Com a palavra o Senador Randolfe.

Antes, porém, quero registrar a presença do Senador Marcos Rogério, que muito abrilhanta a nossa reunião.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só uma pergunta preliminar: as urnas para os votos secretos estarão disponibilizadas, no decorrer do dia, para as Sras. e os Srs. Senadores, correto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Elas estão disponibilizadas, e estamos votando de 11 em 11, de acordo com a capacidade que cada urna tem de receber esse quantitativo.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Mas ela vai ficar aberta o dia inteiro, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vai ficar aberta o dia inteiro, mas o primeiro bloco já vai acabar daqui a pouco. Aí vem o segundo bloco, e aí vão abrir o segundo e o terceiro.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Acho que é sobre isso que o Senador Randolfe está em dúvida, porque se ele vai viajar...

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Se vai ficar o dia inteiro...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – É exatamente esse o questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, o Randolfe tem que vir para votar no primeiro bloco presencialmente, até o meio-dia – por aí.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Vai ter que vir.

Não pode ficar o dia todo?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Até porque, Presidente...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Eu peço somente essa paciência de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Aí entra no segundo bloco.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Não, nesse bloco...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Peço esta paciência...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não consegue, não consegue...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – ... de V. Exa.: até o meio-dia estarei aí. Farei a leitura do relatório do Embaixador Oswaldo







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Biato e, em seguida, me dirigirei até aí, ao Senado, para proceder à votação. Com certeza chegarei antes do meio-dia.

Então, de imediato, Sr. Presidente...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, quero só lembrar que 11 é o único número perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É verdade. Bem lembrado, Senador Esperidião Amin!

Estaremos aguardando o Senador Randolfe.

Pode ler, Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço a V. Exa.

Então, de imediato, fazendo a leitura, trata-se da indicação do nome do Sr. Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em sequência, Oswaldo Biato Filho, filho de Oswaldo Biato e Nea Fortuna Biato, nasceu em Buenos Aires a 12 de setembro de 1957, sendo brasileiro de acordo com a legislação vigente à época.

Graduou-se em economia pela Australian National University, *campus* de Camberra, Austrália, em 1978. Ingressou na carreira de diplomata em 1981, após ter concluído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no ano anterior. Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2014.

Exerceu importantes cargos na chancelaria e no exterior. Foi Chefe Substituto e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania I, de 2000 a 2004, e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Pequim, de 2004 a 2007. Depois de ser aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2007, com a monografia intitulada “A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas”, foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Moscou, de 2008 até 2011; Embaixador em Astana, atualmente Nursultán (Cazaquistão), de 2011 a 2013; e Diretor do Departamento de Europa, de 2013 a 2016. É o Embaixador do Brasil na Ucrânia desde 2016.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi condecorado com a Ordem da Estrela Polar, no grau Cavaleiro, pela Suécia em 1994, e com a Ordem Nacional do Mérito, no grau Comendador, pela França em 2014.

Em atendimento ao art. 383, inciso I, alínea “d”, item 1, do Risf, o MRE elaborou relatório sobre a Geórgia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Geórgia é uma república parlamentarista localizada na Europa Oriental, às margens do Mar Negro. Possui cerca de 70 mil km<sup>2</sup> e quase 4 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto em Paridade de Poder de Compra *per capita* foi superior a 11 mil dólares em 2019. Sua capital e maior cidade é Tbilisi. Tornou-se independente da União Soviética em 1991. Tem duas regiões separatistas sobre as quais não exerce controle: Abcásia e Ossétia do Sul.

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em abril de 1993. Em julho de 2010, foi aberta a Embaixada da Geórgia em Brasília. O Brasil inaugurou embaixada residente em Tbilisi em junho de 2011.

A Geórgia tem apoiado o Brasil em diversas candidaturas, entre as quais os pleitos ao Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), mandato 2020-2022; ao Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-2023; ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2020-2022, de Regina Vanderlinde para a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV); da Senadora Mara Gabrilli para o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-2022; e para a Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2018-2019.

O intercâmbio comercial bilateral totalizou 193,2 milhões de dólares em 2019. As exportações brasileiras somaram 184,6 milhões de dólares, mas as importações brasileiras foram de apenas 8,6 milhões de dólares, resultando em saldo amplamente favorável ao Brasil de 176 milhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou carnes, minérios, açúcar e cobre, e importou ferro e aço.

Considerando-se o comércio da Geórgia com os demais países, os principais destinos de suas exportações são o Azerbaijão, a Rússia e a Armênia, e as principais origens de suas importações são a Turquia, a Rússia e a China. Os principais itens exportados são automóveis, minérios, álcool etílico e bebidas, e os importados, combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Está feita a leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues pela leitura do seu relatório.

Já de pronto, eu o convido a vir ao Senado para já fazer a sua votação presencial.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, porém, passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, que vai ler o relatório referente ao Sr. Francisco Mauro Brasil de Holanda, Ministro de Primeira Classe, que vai exercer o cargo de Embaixador no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Com a palavra o Senador Zequinha.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Francisco Mauro Brasil de Holanda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Clóvis Coelho de Holanda e de Maura Brasil de Holanda. Nasceu no dia 22 de abril de 1956, em Fortaleza, Ceará.

Concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília e o mestrado pela London School of Economics, em Londres, Reino Unido. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, e o Curso de Altos Estudos.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1981. Tornou-se Segundo-Secretário em 1984. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2005 e Ministro de Primeira Classe em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeiro-Secretário na Embaixada em Ottawa (1989 a 1992); Assistente da Divisão de Política Comercial (1992); Representante do Ministério das Relações Exteriores nas negociações do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia (1992 a 1995); Conselheiro nas Embaixadas em Roma (1998 a 2000) e em Assunção (2000 a 2004); Chefe da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2004-2005); Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II (2005 a 2011); Diretor do Departamento da Ásia do Leste (2011 a 2016); Representante do Brasil junto ao Estado da Palestina como Chefe do Escritório de Representação em Ramala (2016).

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco e a Ordem do Mérito Naval.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Estado do Kuwait e o Reino do Bahrein. Esse documento informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O território do Kuwait, organizado sob a forma de monarquia constitucional, por sua localização estratégica e por contar com um porto natural, tornou-se posto de passagem para comércio marítimo e terrestre. A ocupação permanente do território, contudo, foi muito reduzida até o século XVIII, em razão das difíceis condições climáticas e da escassez de água. Data desse século a gerência do clã Al-Sabah, a qual perdura até os dias de hoje.

Em 1899, o Kuwait tornou-se protetorado britânico, tendo sido reconhecido como unidade autônoma do Império Turco-Otomano em 1913, retomando, porém, a condição de protetorado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Veio a se tornar independente somente em 1961.

A exploração de petróleo em escala industrial foi iniciada em 1956, tendo levado prosperidade ao Kuwait. Esse quadro foi abalado pela invasão e ocupação do Iraque, que durou de agosto de 1990 a fevereiro de 1991, quando coalização internacional liderada pelos Estados Unidos da América sob a égide das Nações Unidas libertou o Kuwait.

As relações diplomáticas entre Brasil e Kuwait foram formalizadas em 1968, quando foi aberta a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, funcionando cumulativamente a partir do Cairo. Somente em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no Kuwait e, em agosto do mesmo ano...

Cadê o técnico, hein?

Prossigo: o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no Kuwait e, em agosto do mesmo ano, o Kuwait em Brasília.

Houve duas visitas de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuwaitianos ao Brasil.

Vale lembrar que o Brasil estreitou seu vínculo com o Kuwait com a crise do petróleo de 1973. Nessa época, foi criado o mecanismo bilateral de Comissão Mista, assinado o Acordo de Cooperação, de 1975, e passou a haver intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países. Esse cenário foi afetado com a invasão do Kuwait pelo Iraque, com o diálogo político bilateral passando a ter maior densidade: foram, por exemplo, feitas gestões do Kuwait junto ao Governo brasileiro para





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas, como as de demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

As trocas comerciais foram retomadas em 1995, com intensificação nas décadas seguintes. A partir de 2014, porém, o Brasil reduziu suas exportações para aquele país e houve queda brusca no preço e quantidade do petróleo que importávamos.

No ano de 2019, o intercâmbio foi de US\$307,29 milhões, com superávit de US\$111,38 milhões a favor do Brasil. Os principais produtos kuwaitianos importados pelo Brasil foram: óleos de petróleo (89,4%) e enxofre (6,9%). O Brasil exportou para o Kuwait, sobretudo, carnes (84,8%) e milho (4,7%). No ano corrente, entre janeiro e abril, o fluxo de comércio bilateral totalizou US\$310 milhões, com déficit de US\$114,3 milhões para o Brasil. O principal produto das exportações brasileiras foram carnes de aves (85%) e foram importados adubos e fertilizantes (99,9%).

Ademais, o Kuwait tem no Brasil um dos seus principais parceiros estratégicos em segurança alimentar e, no plano comercial, o Brasil é o seu maior fornecedor de frango congelado, da Sadia e da Nicolini, com 85% do mercado. Também exportamos frutas, sapatos, moda infantil, dentre outros produtos. Há possibilidade de diversidade da pauta exportadora brasileira no setor alimentício e nos setores moveleiro e de construção civil.

O Reino do Bahrein é um arquipélago que conta com 84 ilhas, sendo que apenas as três maiores são habitadas. Sua posição geográfica o levou a se tornar entreposto comercial já na antiguidade. Esteve sob o controle dos assírios, persas e árabes e finalmente, em 1521, os portugueses ali se instalaram. Após a retomada pelos persas, abriu-se o caminho para a predominância xiita do reino, a qual permanece até os dias atuais. Tribos sunitas chegaram ao poder com o apoio britânico.

O Bahrein tornou-se independente apenas em 1971. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas no ano de 1974. As relações bilaterais começaram tradicionalmente no campo financeiro. Não há registro de visitas de alto nível.

Sobre as trocas de comércio bilateral, as cifras passaram de US\$58 milhões, em 2000, para US\$788 milhões, em 2019, com superávit de US\$565 milhões para o Brasil, comparado a 2018.

O fluxo de comércio aumentou em 47% com a ampliação em 62% das exportações brasileiras. Exportamos minério de ferro (84% do total); carnes de aves (7,2%). No mesmo ano, o Brasil importou do Bahrein US\$111,9 milhões, com destaque para produtos de fiação (46%), adubos ou fertilizantes (19%) e óleos combustíveis de petróleo (14%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste sentido.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório, que acabamos de ler neste momento.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Zequinha Marinho pela leitura do relatório.

De pronto, passo ao Senador Major Olimpio para a leitura do relatório do Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta, que foi indicado para Embaixador na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova. **O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senadores, Brasil que nos acompanha aqui, Norton de Andrade Mello Rapesta, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, está sendo indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

O diplomata indicado nasceu em 20 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro, e é filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1982; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991; e o Curso de Altos Estudos em 2007, no qual defendeu a tese sob o título “Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial”.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1996; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2010.

Destacamos as atividades seguintes ao longo de sua carreira profissional: Cônsul-Geral em Caiena (1997-1999); Primeiro-Secretário na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE (1999-2003); Assistente e Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (2003-2009); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (2009-2011); Embaixador em Helsinki (2011-2015); Embaixador em Luanda (2015-2016); Embaixador no Kuwait (desde 2016).

Foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras. No Brasil, com a Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro (1993); Medalha Santos Dumont (1994); Ordem do Mérito Naval, no grau de Cavaleiro (1995); Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador (2008); Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial (2010). No exterior, com a Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal (1986); Ordem do Mérito Nacional, da França, no grau de Cavaleiro (1999); Ordem de Dannebrog, da Dinamarca, no grau de Comandante (2007); Ordem de Orange-Nassau, dos Países Baixos, no grau de Comandante (2008); Comandante da Grã-Cruz da Ordem do Leão da Finlândia (2015).

Também em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

sobre a Ucrânia e a República da Moldova. O documento traz informações sobre as relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

A Ucrânia, país cuja capital é Kiev, detém população de 42 milhões de habitantes. Cuida-se de república semipresidencialista, com Parlamento unicameral.

O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em relação à ex-União Soviética no ano de 1991 e, no ano seguinte, as relações diplomáticas foram estabelecidas. A abertura de Embaixada residente em Brasília se deu em 1993 e a Embaixada brasileira em Kiev foi instalada em 1995.

Somos o único país da América Latina que recebeu três visitas oficiais do chefe de Estado ucraniano. De nossa parte, foram duas visitas oficiais de chefes de Estado brasileiros a Kiev. Contamos com a terceira maior comunidade de ucranianos e de seus descendentes nas Américas, estimada em cerca de 450 mil pessoas.

O Acordo de Cooperação Econômico-Comercial entre Brasil e Ucrânia foi firmado em 1995. Foi criada a Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação, que deu início a um diálogo comercial e tecnológico entre os dois países.

Outro ponto a ser lembrado é o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em 2003. Considerado principal pilar do relacionamento bilateral, os dois governos decidiram elevar o relacionamento bilateral ao nível de parceria estratégica, entretanto, em julho de 2015, o governo brasileiro denunciou o acordo, tendo em vista a inviabilidade econômica e tecnológica da implementação de tal projeto.

O fim desse projeto, aliado à onda de manifestações nacionalistas e de protestos públicos, denominada Euromaidan, bem como a incorporação da Crimeia pela Rússia afetaram o relacionamento Brasil-Ucrânia.

No entanto, a retomada do crescimento econômico pela Ucrânia a partir de 2016 trouxe novo fôlego para as relações bilaterais, seja com aquele país despontando como potência agrícola, seja com a possibilidade de ele vir a ser conduto das exportações brasileiras ao mercado europeu, uma vez que possui acordo de livre comércio com a União Europeia. No entanto, a confirmação dessas perspectivas dependerá da evolução da pandemia do Covid.

No campo comercial bilateral, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Ucrânia em 2019 foram: café, US\$28 milhões; tabaco, US\$22 milhões; aparelhos mecânicos, US\$14 milhões; amendoim, US\$11 milhões; tripas, bexigas e estômagos de animais, US\$10 milhões – já partindo para a conclusão, Sr. Presidente; açúcar, US\$5,7 milhões; cítricos, US\$2,8 milhões; ferroligas, US\$2,7 milhões.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os principais produtos importados da Ucrânia foram: produtos farmacêuticos, US\$31 milhões; laminados de ferro e aço a quente e frio, US\$22 milhões; aquecedores elétricos de água, US\$13 milhões; malte, US\$13 milhões; aparelhos elétricos para telefonia, US\$5,5 milhões.

O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US\$1 bilhão entre 2011 e 2012, despencou para US\$133 milhões em 2016, mas apresenta sinais de recuperação.

No tocante à comunidade de brasileiros vivendo em solo ucraniano, ela é estimada em 300 pessoas. Esse contingente é assistido pelo setor consular da nossa Embaixada em Kiev, bem como pelos consulados honorários em Kharkiv, Dnipro e Lviv.

Por sua vez, a República da Moldova conta com 3,5 milhões de habitantes.

Nossas relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No entanto, a agenda política e econômica é incipiente. Destaque-se que a Moldova tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais.

No que tange ao intercâmbio bilateral, tem-se verificado comportamento errático. Em 2019, nossas exportações foram de US\$9,4 milhões; e as importações, de US\$4,9 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações, e solicito aos nossos pares Senadores que possamos votar todos pelo "sim", para que o Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta possa ser designado como Embaixador, conforme a proposta do Executivo.

É esse o meu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Distinguido pelo nosso Presidente Nelsinho Trad, dou curso a nossa reunião.

O Major Olimpio inovou, não apenas apresentou o Sr. Embaixador, mas também pediu votos para ele, o que não é usual, mas deve ser por força do hábito neste momento da vida pública brasileira.

Concedo a palavra agora ao nobre Sr. Embaixador Oswaldo Biato Júnior, cuja apresentação, sem pedido de voto, foi feita pelo Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues, meu Relator; senhores membros da Comissão, tenho muita satisfação de estar hoje aqui, diante de V. Exas., para ser sabatinado sobre a Geórgia.

Em relação à Geórgia, eu gostaria de dizer que é um dos mais antigos países da região do Cáucaso, nasceu no século XI, floresceu por cerca de 200 anos e infelizmente depois veio a entrar em decadência e foi ocupado sucessivamente pelos Impérios Persa e Otomano.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Em 1801, é conquistado pelo Império Russo e, a partir de então, por 200 anos, faz parte seja do Império, seja da União Soviética. Veio a ser independente em 1991. Hoje a Geórgia se destaca por querer aderir à União Europeia e à Otan e deixar a zona de influência russa. Essa postura naturalmente irrita profundamente a Rússia, que, em represália, invadiu o país em 2008 e dá suporte ao separatismo da Abecásia e Ossétia, como já frisado pelo meu Relator.

No plano econômico, a Geórgia é o país que mais avançou em reformas econômicas liberais da ex-União Soviética, juntamente com os países bálticos. Em função dessas reformas, pôde manter o crescimento econômico bastante alto nos últimos 15 anos.

Em 2007, o Banco Mundial considerou a Geórgia o país mais reformista do mundo. Em 2019, a Geórgia ocupou o sexto lugar no levantamento do Banco Mundial sobre a facilidade de realizar negócios.

Nesse mesmo ano, ocupou o sétimo lugar entre o índice de liberdade econômica do instituto canadense Fraser. Finalmente, em 2018, a transparência internacional considerou a Geórgia o país mais honesto da região da Bacia do Mar Negro.

Graças a essas reformas, a Geórgia possui hoje uma economia dinâmica, aberta, que dá boa acolhida ao capital estrangeiro e, consequentemente, vem recebendo muitos investimentos.

Em 2019, como acontece pelo mundo todo, a economia deve cair cerca de 5%, mas, em 2021, o Banco Mundial já prevê que haverá um crescimento de cerca de 5%.

A Geórgia se destaca também com dois grandes feitos culturais. O primeiro é o fato de ser o berço da cultura do vinho, que surgiu na Geórgia 8 mil anos atrás. Seus vinhos gozam de grande prestígio internacional, sobretudo na região da ex-União Soviética.

É também a Geórgia o primeiro país, juntamente com a Armênia, a aderir ao Cristianismo na mesma época em que o Imperador Constantino pensava em transformar o Império Romano em império cristão. É um país também de grande beleza natural e vasto patrimônio histórico, que recebeu, em 2019, 5 milhões de turistas, dos quais praticamente 3 mil foram brasileiros.

Com relação ao nosso relacionamento bilateral, o Brasil e a Geórgia mantêm uma excelente relação. A Grécia aprecia a firme defesa que o Brasil faz da integridade territorial georgiana e considera o Brasil seu principal parceiro político e econômico na América Latina. Por isso, a Geórgia tem dado constante apoio a candidaturas brasileiras em fóruns multilaterais, como já disse o meu Relator novamente, e, muitas vezes, esse apoio é dado de forma unilateral.

Visitaram o Brasil todas as lideranças georgianas a partir de 2011: em 2016, o Presidente; em 2012, o Primeiro Ministro; em 2013, o Vice-Presidente do Parlamento; e em 2011 e 2013, por duas vezes, o chanceler georgiano visitou o Brasil. O Brasil retribuiu essas visitas com a visita de uma missão parlamentar em 2015, da qual fez parte o Senador Anastasia, membro desta Comissão.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, queria falar um pouco sobre comércio, que é em torno de US\$200 bilhões e é amplamente superavitário para o Brasil. Embora nós tenhamos já uma boa posição em açúcar, carnes e minérios, há novas possibilidades de exportação nas áreas de alimentos amazônicos, cosméticos, equipamentos elétricos, soja, armas e aviões comerciais.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Oswaldo Biato Júnior.

Mais uma vez, peço escusas aos Srs. Embaixadores pelo exíguo tempo destinado a cada um, mas foi a única forma que a gente encontrou para poder terminar com as 32 sabatinas de hoje.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda.

**O SR. FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad; Sr. Relator, Senador Zequinha Marinho; caros colegas Embaixadores; senhoras e senhores, dada a exiguidade do tempo e com o benefício das informações já prestadas pelo Relator, a quem muito agradeço, vou me limitar a propor as ações que pretendo executar caso tenha a minha designação como Embaixador junto ao Estado do Kuwait e ao Reino do Bahrein aprovada por esta Comissão.

As ações que proponho são, em grande medida, uma continuidade das que estão em curso, com alguns matizes. Identifico três temas prioritários na agenda bilateral com os dois países: investimentos, comércio e cooperação militar. E vejo duas outras áreas que, a meu juízo, podem frutificar: diálogo político e cooperação técnica em terceiros países, em associação com o Kuwait.

As políticas de investimento são vitais para o Kuwait, para o futuro do Kuwait e do Bahrein, e repercutem nas agendas bilaterais conosco. Os esforços da comunidade internacional de transição para uma economia pós-fóssil, somados à volatilidade do mercado petrolífero mundial, expõe muito o Kuwait e o Bahrein às oscilações do ciclo econômico.

Para reduzir a dependência em relação ao petróleo e pensando nas gerações futuras, os dois países formularam o plano de reconversão para setores não petrolíferos como o financeiro, o de turismo e, no caso específico do Bahrein, o de produção de alumínio.

Na base desses planos de reconversão, estão os fundos soberanos administrados pelos dois países, com destaque para o Fundo do Kuwait. O Fundo Kuwaitiano é o quinto maior do mundo, com uma carteira da ordem de US\$535 bilhões e investimentos no Brasil estimados em cerca US\$2 milhões.

Os dois países têm interesse em participar do programa brasileiro de privatização e negociam conosco acordos bilaterais nas áreas de cooperação e facilitação de investimentos.

Vou empenhar-me para a conclusão exitosa dessas negociações bilaterais.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido à dimensão reduzida de seus territórios e à excessiva concentração de sua base produtiva no petróleo, o Kuwait e o Bahrein estão fadados a importar praticamente tudo o que consomem. Somos o principal fornecedor de frango congelado para ambos os países e estamos retomando as exportações de carne bovina para o Kuwait, que estavam suspensas há alguns anos. Há condições favoráveis para o nosso minério de ferro no Bahrein com o processo de reconversão econômica do país, mas existe grande potencial não explorado em ambos os países.

Procurarei estimular a exploração e a diversificação das exportações brasileiras para ambos os países.

Com relação à agenda de defesa, terceira prioridade que propus ao Ministro, vale lembrar que o Kuwait e o Bahrein estão inseridos numa região com extenso histórico de *(falha no áudio)* Recordo, a propósito, a invasão iraniana do Kuwait, em 1990, e as disputas do Bahrein com o Irã e o Katar.

Há 13 mil militares norte-americanos em bases militares no Kuwait e seis mil no Bahrein.

Kuwait e Bahrein são importantes mercados para produtos de defesa e têm interesse em estabelecer mecanismos de consulta e diversificar suas fontes de suprimento e de parcerias tecnológicas. O Brasil se apresenta como uma importante opção.

No momento, oficiais da Marinha do Brasil integram as Forças Marítimas Combinadas, sediadas no Bahrein e lideradas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido. As Forças Marítimas Combinadas têm como função reprimir a pirataria e atos terroristas no Estreito de Ormuz e em outras áreas marítimas *(falha no áudio)*.

Entre os 33 membros das Forças Marítimas Combinadas, o Brasil é o único latino-americano.

Considero a cooperação militar uma nova fronteira na agenda bilateral.

Passando aos dois temas adicionais que propus no início, o diálogo político e a cooperação técnica, e já me aproximando do final da minha exposição, é notório que os países do Golfo aumentaram sobremaneira seu peso relativo na ponta política do Oriente Médio. O Kuwait tem uma tradição mediadora em questões diplomáticas no Golfo. Por outro lado, o recente episódio do reconhecimento de Israel pelo Bahrein e suas consequências em toda a região mostram que o Kuwait é mais do que um autódromo de fórmula um.

No plano do México, o Kuwait e o Bahrein são monarquias constitucionais, tendo o Kuwait sido o primeiro país do Golfo a instituir o parlamento, em 1963. As mulheres têm direito a voto nos dois países desde 1975, no Kuwait, e desde 2002, no Bahrein.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Considero importante estimular (*falha no áudio*) os dois países seja em nível oficial, inclusive a dos parlamentares, seja por meio de parcerias entre centros de investigação acadêmica do Brasil e daqueles países.

Estimo também importante acompanhar os entendimentos que a parte kuwaitiana pretende manter com a Embrapa para explorar oportunidades de cooperação técnica em terceiros países. Agradeço a oportunidade de dirigir-me a esta Comissão e coloco-me à disposição para responder eventuais perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta.

**O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito boa tarde, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelson Trad.

De imediato, quero parabenizar V. Exa. e toda a equipe da Comissão por viabilizarem política e tecnicamente esta reunião. Sei que foi um grande esforço e estão todos de parabéns.

Gostaria de saudar o Exmo. Senador Major Olimpio, nobre Relator de minha indicação. Major, que é originalmente Senador, que é por mandato, hoje se tornou meu cabo eleitoral. Muito obrigado, Senador!

Meu saudoso abraço ao amigo Senador Fernando Bezerra.

Senador Anastasia, grato pelas palavras de apreço ao Itamaraty. São sempre muito bem-vindas.

Exmas. Senadoras e Senadores, membros desta Comissão, gostaria inicialmente de agradecer ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado por confiarem em mim e por me indicarem para ser Embaixador na Ucrânia e em Moldova.

O relatório do Senador Major Olimpio já destaca os pontos principais sobre Ucrânia e Moldova. Eu não vou aqui repetir, pela escassez do tempo.

O relacionamento entre Brasil e Ucrânia passa por um bom momento após um período de dificuldades entre 2015 e 2018, geradas pelo fim do programa espacial e pela queda do comércio bilateral. Mais recentemente, com manifestações de ambos os governos em prol da retomada da cooperação, acho que é o momento de procurarmos reativar esse relacionamento. Brasil e Ucrânia hoje têm 25 acordos em vigor. O potencial está aí. Dois estão suspensos – são relacionados ao programa espacial – e três estão em tramitação na Câmara dos Deputados. Sei que quando forem analisados lá, esta Comissão e o Senado Federal analisarão e aprovarão com rapidez, como é praxe.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso venha a ser honrado com a aprovação de meu nome por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, pretendo reforçar a presença do Brasil na Ucrânia com a identificação de possibilidades para ampliar a cooperação nos seguintes setores.

Parlamentar. Eu acho fundamental a participação da Comissão de Relações Exteriores, do Parlamento Brasileiro, no acompanhamento das questões internacionais, e a Ucrânia – etimologicamente, Ucrânia quer dizer "país da fronteira" – é um país que está hoje no meio de uma disputa entre União Europeia, Estados Unidos e Rússia. A participação da assembleia ucraniana é muito importante neste momento. Eu queria lançar um convite, Sr. Presidente, para que uma delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vá visitar a Ucrânia.

O outro setor é o agrícola. É um setor que tem muito potencial, que é muito importante na Ucrânia, e nós temos condições de compartilhar experiências nossas e aprender também com eles. Os outros seriam tecnologia da informação, aeroespacial, educacional – educacional porque a Ucrânia tem ótimas universidades em ciências exatas.

Saúde: porque temos também uma *expertise* brasileira e produtos que podemos oferecer; setor militar: também seria importante área para cooperação; infraestrutura, porque eles estão num processo de reforma e de modernização da infraestrutura rodoviária e ferroviária. Então, resta como um desafio principal dinamizar o comércio e, com isso, outras oportunidades virão.

Cabe lembrar, como ressaltado no relatório do Senador Major Olímpio, o acordo de livre comércio entre Ucrânia e União Europeia. Empresas japonesas, coreanas e chinesas estão se instalando lá. Isso seria uma oportunidade também para empresas brasileiras.

Moldova. Não há muito o que dizer sobre as nossas relações, há pouco contato entre os dois países. Seria interessante a possibilidade também de uma missão parlamentar e de uma missão comercial. O Brasil exporta...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** – ... carnes, mas eles têm três aviões da Embraer voando, assim como tem a empresa aérea ucraniana. Enfim, uma cooperação em agricultura poderia acontecer, especialmente no setor de vinhos, já que são grandes produtores e exportadores.

Fico por aqui e agradeço a oportunidade. Obviamente, estou aberto às perguntas que V. Exas. acharem por bem me fazer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Informo aos Srs. Senadores e Senadoras, assim como aos sabatinados, que, caso seja necessário tratar de dados ou informações sigilosos ou de algum esclarecimento de algum assunto sensível, poderão a qualquer momento solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Dando prosseguimento à arguição, pergunto aos Srs. Senadores se têm algum questionamento a fazer para algum Embaixador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Gostaria de fazer uma observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Esperidião Amin, pela ordem.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Nós todos estamos empenhados em abreviar esta reunião e não criar problemas, mas todos nós sabemos que a Ucrânia, país para o qual se está em vias de designar Embaixador, vive um momento de conturbação continuada, desde os episódios da Crimeia, da reincorporação – ou que nome se dê – da Crimeia à Federação Russa. O Major Olímpio foi muito feliz ao mostrar a pujança e, acima de tudo, a potencialidade... Então, queria deixar registrado aqui... Não vou pedir informações adicionais sobre energia nuclear, não vou pedir informações adicionais sobre tecnologia.

Quero lembrar que a primeira base do Maranhão...

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Alcântara.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de Alcântara...

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Nós citamos aqui.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... foi um projeto...

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Ele se encerrou em 2015.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que teve que ser substituído.

Então, acho que isso não é matéria para este momento, mas fica aqui consignado que oportunamente, quando da retomada das atividades, digamos, novamente normais da Comissão, eu acho que nós deveríamos nos debruçar sobre essa questão, não para interferir, mas para saber quais são os potenciais de interesse do Brasil, por exemplo, transferência de tecnologia para o celeiro.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O celeiro do antigo Império Russo sempre foi a Ucrânia. Então, eu acho que fica aqui a recomendação para que, no momento oportuno, haja uma reunião da Comissão de Relações Exteriores para prospectar esse segmento da nossa geografia.

E já antecipo que estou satisfeito com os esclarecimentos dados no momento.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Major Olimpio.

Agradeço a pertinente colocação do Senador Esperidião Amin.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Mais do que oportuna. E aqui no relatório eu faço questão de citar esse Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, que foi assinado em 2003: considerado principal pilar do relacionamento bilateral, os dois governos decidiram elevar o relacionamento bilateral ao nível de parceria estratégica. Entretanto, em julho de 2015, o Governo brasileiro denunciou o acordo, tendo em vista a inviabilidade econômica e tecnológica da implementação plena do projeto.

Então, é mais do que oportuno que o Senado se debruce sobre essa matéria e, de repente, até com subsídios, que o novo Embaixador já vai nos passar com absoluta tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com certeza, muito bem também colocado pelo nobre Senador Major Olimpio.

V. Exas. sabem – e quem nos acompanha também – que a gente sempre abre para questionamentos de internautas que nos acompanham pelo [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania). Nós temos três questionamentos. Eu já vou fazê-los de pronto e pediria uma resposta de três minutos para cada embaixador.

O primeiro vai para quem vai servir lá em Trinidad e Tobago. Pergunta da Gabriela Andrade: "Qual a principal problemática a ser enfrentada hoje em Trinidad e Tobago?". A pergunta vai para o Embaixador Rodrigo do Amaral.

A segunda vai para o Embaixador que vai servir em Zâmbia, do Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Por que é necessário termos uma embaixada na Zâmbia? Qual a importância estratégica e econômica desta relação bilateral?".

E a terceira pergunta vai para quem vai servir nas Filipinas, do Edvagner de Lima, de Minas Gerais: "Qual a relação comercial do Brasil com as Filipinas e demais países indicados para o embaixador? Existe algum projeto nessa área?".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho mais duas aqui, para encerrar essa fase, que vão para o Embaixador Paulo Roberto Caminha, que vai servir nos Países Baixos: "Que ações irão ser tomadas para fomentar a cooperação científica entre universidades holandesas e brasileiras?", pergunta que veio do Paraná, do Tiago Akaboci.

E a do Marcos Vinicius Fernandes, lá do Amazonas: "Há possibilidade de alguma aliança econômica e migratória com os Países Baixos?" também vai para o Embaixador Paulo Roberto Caminha.

São esses os questionamentos.

Eu passo, de pronto, a palavra ao Embaixador Rodrigo do Amaral para fazer a sua resposta em três minutos.

**O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Pergunta de Gabriela Andrade: qual o principal problema enfrentado hoje em Trinidad e Tobago. O problema que domina as manchetes da imprensa em Port of Spain, em todo o país, é a questão da criminalidade. A primeira página de todos os jornais em Trinidad e Tobago invariavelmente é dominada pela questão do crime. E o aumento da criminalidade está associado à ação de gangues de narcotraficantes. Trinidad e Tobago é usado também como trampolim para o envio de drogas para os países da América do Norte. Então, eu diria que, no imaginário coletivo de Trinidad e Tobago hoje, o problema número um é a questão da insegurança e do aumento exponencial da criminalidade urbana.

Na questão do relacionamento bilateral, eu diria que o problema mais sério é a questão da diminuição do volume de comércio bilateral causado por questões estruturais. E aí a questão é que o comércio bilateral é dominado por um número muito reduzido de produtos e, em alguns casos, tem acontecido a diminuição de preço. Então, eu diria que um dos objetivos, inclusive, da minha ação na área comercial é tentar diversificar a composição do comércio bilateral.

Acredito que, com isso, possa ter respondido à indagação da Gabriela Andrade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, então, as colocações do Embaixador Rodrigo do Amaral.

De pronto, para responder ao Fredjorger Mendes: qual é a necessidade de termos uma Embaixada na Zâmbia, qual a importância estratégica dessa ação bilateral. Quem responde é o Embaixador Arthur Villanova. Três minutos.

**O SR. ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Senador Presidente da Comissão, e muito obrigado ao brasileiro Fredjorger Mendes, que perguntou qual é a importância bilateral.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A verdade é que as embaixadas são unidades de prestação de serviços que o Estado brasileiro coloca à disposição tanto dele próprio, Estado, quanto da sociedade brasileira. As embaixadas não se limitam apenas a questões comerciais, à venda de produtos minerais ou produtos do agronegócio. As embaixadas se relacionam com os governos. As embaixadas prestam assistência ao público, aos brasileiros que viajam. As embaixadas têm interesses comerciais. As embaixadas negociam acordos bilaterais, apoiam as relações entre os países, visitas de altas autoridades de um país e de outro. Portanto, as embaixadas – e isto vale para todas as embaixadas, é muito importante lembrar que não é só a Embaixada na Zâmbia, mas é um mandato de todas as embaixadas no Brasil e no exterior –, elas representam o Estado brasileiro, representam a sociedade brasileira.

No caso específico da Zâmbia, eu diria que, primeiro, a Zâmbia tem sido um parceiro leal nas nossas relações bilaterais, sobretudo nos foros internacionais.

A Zâmbia é um país importante no contexto regional, o que é importante observar e acompanhar. A Zâmbia faz parte de uma iniciativa, de um grupo muito grande que é o grupo africano que tem muito peso em organismos internacionais, e a Zâmbia tem influência pela sua própria projeção regional junto a diversos outros governos. De maneira que, estrategicamente, de fato, a Zâmbia tem importância para o Brasil.

Do ponto de vista comercial puramente, as relações ainda são modestas, mas estão crescendo. Todos os anos estão crescendo: basta olhar nas estatísticas comerciais bilaterais. Este ano, possivelmente por causa da pandemia, houve uma redução, mas em todos os anos anteriores houve aumento do comércio. Mas o importante é lembrar: uma embaixada é muito mais do que apenas comércio. Um país que não se relaciona, um país que não tem laços com os demais países se condena necessariamente à irrelevância e ao esquecimento. Nós existimos como país porque existimos para os outros países, e a cooperação faz parte da nossa Constituição Federal, inciso IX do art. 4º. Portanto, as relações com a Zâmbia, como com todos os outros países, é muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Arthur Villanova.

Agora, quem responde é o Embaixador Antonio José Maria à pergunta de Edvagner de Lima: "Qual é a relação comercial do Brasil com as Filipinas e os demais países indicados para o Embaixador? Existe algum projeto nessa área?" – Edvagner de Lima, de Minas Gerais.

**O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Edvagner, o que eu entendi da pergunta seria sobre a relação comercial.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso das Filipinas é uma relação crescente. Para você ter uma ideia, em 2009, no comércio bilateral, a soma que o Brasil exportava e importava das Filipinas era de US\$615 milhões; em 2019 foi para US\$921 milhões, quase US\$1 bilhão. Quer dizer, dentro desse quadro, as exportações brasileiras são de US\$665 milhões, e em 2009 eram de US\$321 milhões, ou seja, elas dobraram.

Estão-se criando mercados para o Brasil onde o Brasil produz para vender fora e não apenas para o mercado interno, o que gera receitas e gera, sobretudo, empregos. Os principais produtos brasileiros para as Filipinas em 2019 foram minério (30%), carne (22%), combustíveis (18%), cereais, tabaco, etc. (tudo isso em menor porcentagem). E nós importamos de lá coisas que são importantes para o Brasil para o país produzir outros produtos: foram máquinas elétricas (nós importamos 34%), máquinas mecânicas, instrumentos de precisão e depois cobre, minérios (na base de 1%, 2% da pauta total).

Com relação à Micronésia, Ilhas Marshall e Palau, são ilhas do Pacífico sem nenhuma relevância comercial. Agora, são países como nós, quer dizer, fazem parte do concerto das nações – participam das Nações Unidas –, têm problemas globais como nós todos temos. Portanto, nós estendemos a eles esse relacionamento. Eles têm nos apoiado muito nas candidaturas dos brasileiros para altos cargos em diferentes agências das Nações Unidas. Os três países nos apoiam no nosso projeto de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enfim, é um relacionamento normal, político, em que você também tenta inserir algum tipo de cooperação técnica. Isso faz parte. São países de menor desenvolvimento relativo, e nós temos toda uma capacidade montada, que nós estendemos a eles através da Embrapa ou através do Ministério da Saúde. Enfim, são projetos tradicionais de cooperação técnica e de capacitação de gente, em um ato de solidariedade entre os países, porque, afinal de contas, somos a oitava ou nona economia do mundo.

Espero ter respondido a você.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Embaixador.

Agora a pergunta vai para o Embaixador Paulo Roberto Caminha.

Há duas perguntas, e V. Exa. tem três minutos para responder. São do Tiago, do Paraná, e do Marcos Vinícius, do Amazonas: "Que ações serão tomadas para fomentar a cooperação científica entre universidades holandesas e brasileiras? Há a possibilidade de alguma aliança migratória com os Países Baixos?".

Com a palavra o Embaixador Paulo Roberto.

**O SR. PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, muito obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta do Tiago é muito pertinente e importante. Eu mencionei na minha apresentação que a área de ciência e tecnologia é uma área muito dinâmica. Os Países Baixos são países que despontam em inovação em várias áreas do conhecimento, não apenas naquelas tradicionais, como a de recursos hídricos, processamento de alimentos e agricultura, como também em áreas como tecnologia da informação, cidades inteligentes, sustentabilidade. Então, é óbvio que o nosso interesse é muito grande nessa cooperação.

Nós assinamos um memorando de entendimento em 2011 na área de ciência e tecnologia, e o Brasil foi designado como um dos países prioritários nessa área. Tem sido realizada uma série de reuniões, e a última do comitê que administra, digamos assim, esse memorando ocorreu em 2017. Mas tem ocorrido uma série de visitas bilaterais, uma série de entendimentos no plano, inclusive, de Estados brasileiros que mandam autoridades para discutir com autoridades dos Países Baixos.

Eu acredito que é uma área que é prioritária. O que eu pretendo fazer na minha gestão, além de dar sequência às ações que já existem e que a minha colega tem desenvolvido com muita competência, é dinamizar essa área, em contato com universidades e *startups* que são de excelente nível. Eu pretendo dar prioridade a essa área.

A segunda pergunta, feita pelo Marcos Vinícius, diz respeito à imigração. A imigração é um tema muito sensível hoje em dia na Europa e, particularmente, nos Países Baixos. A política interna ficou muito mesclada, digamos assim, com esse tipo de elemento, tendo em vista todos os acontecimentos que nós vimos nos últimos anos em relação à imigração, à tragédia na Síria e ao norte da África. Enfim, tem ocorrido uma série de movimentos migratórios significativos e importantes. E, nos países europeus, de uma forma geral, há uma reação que é muito conservadora, digamos assim, a essa questão da imigração.

O que nós pretendemos fazer, e eu pretendo fazer na minha gestão, em primeiro lugar, é a defesa da comunidade brasileira ali existente. São 25 mil brasileiros que terão a nossa convicção e a nossa determinação para que todos os seus direitos sejam atendidos. Esse é o ponto de partida para a minha gestão durante a minha estada à frente da Embaixada dos Países Baixos.

Eu espero que tenha respondido ao Marcos Vinicius e ao Tiago essas duas perguntas, pelas quais eu muito agradeço.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Também agradeço ao nobre Embaixador.

Agora, daremos a oportunidade da manifestação diante dos comentários do Senador Esperidião Amin e do Senador Major Olimpio para o Embaixador Norton Mello, a quem também tem uma pergunta da Fernanda Carneiro, do Distrito Federal: "O Governo brasileiro deve apoiar as alterações do código eleitoral da Moldova para impedir a violação da liberdade de expressão?". Três minutos para a resposta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente Nelsinho Trad.

Muito agradeço ao Senador Esperidião Amin e Major Olimpio por levantarem essas questões da tecnologia espacial. Quero dizer que estou pronto a pesquisar mais, a estudar mais e compartilhar com V. Exas. as informações que dispuser sobre o tema e espero recebê-los lá na Ucrânia, em Kiev.

Sobre a questão da Fernanda, um dos pilares da política externa brasileira é a não intervenção em assuntos internos de outros países. Portanto, qualquer código eleitoral, qualquer questão relacionada ao processo eleitoral de Moldova ou de outros país não compete ao Governo brasileiro se meter, quer dizer, nós temos que manter... Assim como não aceitamos que países venham nos dizer como devemos proceder nas nossas eleições, no nosso Parlamento, em outros setores da vida nacional. Entendido? Então, não seria diplomaticamente correto qualquer manifestação do Brasil, do Governo brasileiro, do futuro embaixador ou do atual embaixador na Moldova sobre questões relativas ao código eleitoral da Moldova.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A última participação popular, da Fernanda Delgado, do Rio de Janeiro: "Qual a relevância macroeconômica para o Brasil de uma embaixada no Estado do Kuwait?".

Embaixador Francisco Mauro Brasil...

Posteriormente, já vamos passar o relatório do Senador Esperidião Amin, do Senador Ciro Nogueira e do Senador Major Olimpio, que são os três últimos da manhã.

**O SR. FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, muito obrigado pela pergunta.

O Kuwait é um país que tem um potencial de investimentos muito importante. Como eu mencionei na minha exposição, ele tem o quinto maior Fundo Soberano do mundo, com recursos da ordem de US\$585 milhões, e é um país que, por sua configuração econômica, terá necessariamente de buscar uma diversificação de seus ativos no exterior.

O Brasil se apresenta como um país com grande potencial para ocupar um espaço importante. Eu vejo vários setores em que isso pode acontecer, desde setores ligados à produção de hidrocarbonetos, nos quais o Kuwait já tem uma tradição, até outros setores, como o de infraestrutura, como essa parte de geração e transmissão de energia elétrica, que também podem ser muito importantes como um portfólio futuro de investimentos kuwaitianos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

À medida que esses investimentos se consolidarem – ainda há uma falta de conhecimento mútuo, sobretudo da parte kuwaitiana em relação a nós –, creio que há perspectivas importantes de diversificação dessas opções de investimento.

Espero ter respondido satisfatoriamente a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador.

Terceiro grupo de indicação de autoridades.

**ITEM 9****MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**ITEM 10****MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor*







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Último item da manhã.

## ITEM 11

## MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Damos as boas-vindas, pelo sistema de vídeo remoto, aos três Embaixadores ora citados.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já de pronto informo às Sras. e Srs. Senadores assim como aos sabatinados que, caso seja necessário tratar de algum dado reservado, a qualquer momento podem solicitar que a reunião se torne secreta.

Vamos ouvir os nossos Relatores.

Primeiro, concedo a palavra ao Relator da Mensagem 14, Senador Esperidião Amin, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou procurar me ater aos cinco minutos. Talvez extrapole um pouquinho, porque quero colocar para V. Exa. uma questão de ordem.

Esta reunião está sendo realizada, graças a um acordo concertado por V. Exa. e ao qual eu também acudo com muito prazer, em função de duas condições. A primeira condição foi satisfeita: o Ministro estará aqui quinta-feira, às 10h da manhã. Ótimo! Segundo: há uma proposta, aliás, há duas propostas e quase uma terceira proposta de moção de censura ao Secretário de Estado americano. Eu conheço o texto do Senador Telmário Mota, que eu subscrevi. Há um outro, pelo que sei, do Senador Jaques Wagner e um terceiro que estava sendo até alinhavado aqui, e eu acho que é uma dispersão desnecessária.

Agora, quando será deliberado esse requerimento? Primeiro, pelo art. 222, §1º, que eu conheço há 30 anos, isso tem que ser deliberado no Plenário. Eu acho que o correto, já que estes nomes serão aprovados no Plenário porque houve um acordo, é que o acordo seja cumprido, ou seja, o Ministro virá quinta-feira, e o Presidente do Senado, é o que eu rogo a V. Exa., colocará este requerimento em votação no início da sessão plenária. Pode ser aprovado, pode não ser aprovado, mas tem que ser deliberado, sob pena de nós termos participado de uma manobra canhestra.

Gostou do canhestra, não é?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – *Mise-en-scène.*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Um "migué", como se diz na gíria.

Então, essa é a colocação que eu faço, por saber que é da índole de V. Exa. especificar o acordo e fazê-lo cumprir. Aliás, nós estamos tratando aqui com diplomatas que têm que fazer disso um exercício permanente.

Portanto, o pedido que faço a V. Exa. é que o senhor remeta ao Presidente da Casa esta minha ponderação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Chanceler está topado: quinta-feira, às 10h da manhã. Agora, a votação da censura ao Secretário de Estado americano pode ser aprovada e pode não ser, mas, na forma do art. 222, ela tem que ser apreciada pelo Plenário, com 27 assinaturas... Se não tiver as 27 assinaturas, também nem vai para o Plenário, mas como eu já assinei... Tenho um pouco de receio de que, havendo três requerimentos, alguém possa assinar um e não assinar outro. Deveriam ser apensados. O primeiro foi o do Telmário. Então, essa é a colocação que eu faço preliminarmente.

Até pediria ao Senador Randolfe, que está com o dedo no gatilho, que permita que eu cumpra meu prazo, por favor.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Se V. Exa., Presidente, permitir, é um minuto, não mais. E eu tenho compromisso do Presidente de que não será descontado de V. Exa. Eu tenho certeza de que o relatório que V. Exa. lerá será brilhante, como é sua postura.

Mas me permita somente acrescentar, Presidente e caríssimo Senador Esperidião Amin: vários Senadores vieram a esta reunião da CRE com a disposição, inclusive, de não fazer a votação das Sras. e dos Srs. Embaixadores. Era essa a primeira disposição. Eu me incluo nisso por conta do gravíssimo acontecimento recente, envolvendo o Secretário de Estado americano e o nosso Ministro das Relações Exteriores.

V. Exa. foi o "diplomata" que, para fazer um jogo com as palavras e com esta Comissão, mediou o acordo da apreciação do voto de censura e a presença do Ministro aqui. A presença do Ministro está resolvida, como já foi dito por S. Exa. o Senador Esperidião Amin. Eu reitero o apelo de S. Exa. o Senador Amin a V. Exa., rogo a V. Exa. para apelar ao Presidente Davi Alcolumbre que, antes de qualquer deliberação na quarta, nós apreciemos esse voto de censura. Eu digo, como reitero o que foi dito também pelo Senador Amin, que o voto pode ser derrotado, mas eu acho que foram as duas condições para que tivéssemos um bom termo no dia de hoje. Só para reiterar o pertinente apelo do meu mestre, Senador Esperidião Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. Para responder questão de ordem.) – Respondendo à questão de ordem do Senador Esperidião Amin, eu me comprometo com V. Exas. de tão logo passar ao Presidente Davi o relatório do trabalho de hoje e apensar a esse relatório o devido encaminhamento a esse requerimento, como solicitam V. Exas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Tenho a honra, cumprindo a determinação de V. Exa., de relatar, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a indicação, feita pela Presidência da República, na forma da Constituição, do Sr. Colbert Soares Pinto Junior para exercer, na Embaixada do Brasil, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Eu sempre fico muito sereno quando se trata do currículo de alguém de carreira. E a nossa casa do Rio Branco, no nosso Itamaraty, nos dá essa segurança quando se trata de apreciarmos o nome de alguém para cumprir essa tarefa de representar o Brasil.

Salvo prova em sentido contrário, todos são habilitados pela sua formação acadêmica, pela sua conduta pessoal, razão pela qual eu me dispenso de ler o currículo do indicado, que preenche perfeita e completamente os requisitos exigidos para esse cargo que é o de representar o nosso País.

Quero apenas salientar que Brasil e Cabo Verde têm relações diplomáticas estabelecidas desde 1975, incrementadas em 2004, particularmente em julho de 2004, pela visita do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. E o intercâmbio comercial, ainda que modesto, coloca o Brasil como... Vendo a atividade econômica de empresas como Boticário, empresa de pescados, Sadia – hoje integrante do grupo BRF –, Rede Record, temos uma gama modesta mas diversificada que dá uma certa densidade à relação comercial. E mais do que isso, Cabo Verde é, desde a história das navegações, um ponto fundamental de logística, posto que localizado praticamente entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul.

O Brasil exporta para Cabo Verde principalmente açúcares, cereais, carnes – como eu já mencionei –, preparações alimentícias, malte, amidos e fécula. E independentemente da modéstia do volume comercial, é uma ligação de logística e comercial, e uma área forte em turismo.

Quanto ao comércio ainda, é beneficiado por regime preferencial com a Europa, o African Growth and Opportunity Act com os Estados Unidos e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

Enfim, o Brasil tem interesse em facilitar os fluxos comerciais com a região por intermédio de Cabo Verde, evitando, assim, a passagem de navios pela Europa – daí a importância logística dessa relação.

É o que cabe mencionar e é assim que concluo o meu relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao nobre Senador Esperidião Amin.

De pronto, o Senador Ciro Nogueira está *on-line*? (*Pausa.*)

Não.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar ao Senador Major Olimpio, que está presente.

Vamos tentar achar o Senador Ciro Nogueira. Se ele não estiver, a gente põe um dos Senadores presentes para ler *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Major Olimpio, para ler o relatório do Sr. Carlos Antonio da Rocha Paranhos, que foi designado para representar o Brasil na República da União de Myanmar.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senadores, o Brasil nos acompanhando, Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar...

Para tanto, o Itamaraty, observando o que dispõe o Regimento Interno do Senado, elaborou o currículo do diplomata e enviou sumário executivo a respeito de Myanmar. O documento traz informações sobre o relacionamento bilateral, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, bem como dados básicos do país.

Em relação ao diplomata, ele nasceu em 29 de abril de 1950, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio em 1972. No Instituto Rio Branco, iniciou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1971 e o Curso de Altos Estudos em 1988, oportunidade em que defendeu tese intitulada “A política brasileira de informática e suas repercussões no plano externo”.

Começou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1973, Segundo-Secretário em 1976. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1979; a Conselheiro em 1985; a Ministro de Segunda Classe em 1992; a Ministro de Primeira Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2014.

Entre as atividades que exerceu ao longo da carreira profissional, destacamos: chefe da Divisão da Europa II, de 1986 a 1993; chefe substituto do Departamento de Europa, de 1990 a 1993; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma, em 1993; Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra, de 1995 a 1999; chefe de gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 1999; Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Abastecimento, de 1999 a 2002; Embaixador na Missão Permanente em Genebra, de 2003 a 2008; Embaixador em Moscou e não residente junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão, de 2008 a 2013; Subsecretário-Geral na Subsecretaria-Geral de Política I, de 2013 a 2015; e Embaixador em Copenhague, em 2015.

Para além disso, o Embaixador indicado participou como presidente, chefe de delegação e coordenador em diferentes fóruns internacionais. Destaco aqui a presidência do Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi agraciado ainda com importantes condecorações nacionais e estrangeiras.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto, também, os Prêmios Lafayette de Carvalho e Silva (Medalha de Prata) e Rio Branco (Medalha de Ouro) em 1973. Ambas as láureas têm o objetivo de agraciar, respectivamente, os primeiros classificados no concurso de ingresso na carreira e os primeiros colocados no CPCD, justamente o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

No tocante ao Myanmar, cuida-se de república presidencialista, com parlamento bicameral, que se tornou independente do Reino Unido em 1948. O país tem, desde 2005, a cidade de Nay Pyi Taw como capital e conta com população estimada em mais de 56 milhões de habitantes. O Myanmar possui importante dotação de recursos naturais e encontra-se situado às margens do Golfo de Bengala, no Sudeste Asiático. Trata-se de localização estratégica que possibilita suprimento energético à Índia e à China, sem passagem pelo Estreito de Malaca. Some-se a esse quadro a circunstância de o país ser membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático desde 1997.

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em 2010. Desde então, as relações entre os dois países têm se ampliado apesar de o fluxo de visitas de autoridades ainda ser modesto. No momento presente, estão em vigor tratados na área de cooperação técnica e de isenção de vistos em favor de nacionais portadores de passaportes diplomáticos e oficiais.

Só para concluir, Sr. Presidente.

No campo do comércio bilateral, as trocas ainda são modestas. No ano passado, a corrente de comércio foi de US\$69,8 milhões, com superávit brasileiro. Nossa pauta exportadora concentra-se em produtos do agronegócio (87,7% do total exportado). Quase 83% das nossas importações são produtos manufaturados: pneus de borracha (45%); casacos femininos e infantis (15%); calçados (13%); partes e acessórios de veículos automotivos (5,6%), e vestuário (4,3%).

A respeito da comunidade de brasileiros vivendo no Myanmar, ela é composta por 41 indivíduos. Esse contingente é formado majoritariamente por professores e funcionários de organizações internacionais e organizações não governamentais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações, Sr. Presidente. Mas, como em tudo que faço, envolvo-me bastante com isso, até extrapolando nos conteúdos, como reparou o Senador Amin, tenho que dizer – como ele mesmo disse, em relação ao relatório que ele proferiu – que, quando vem gente da carreira diplomática que começou lá no Instituto Rio Branco e fez carreira brilhante, vemos que são sempre os melhores aqueles cuja escolha estamos fazendo. Mas devo recomendar mesmo o Sr. Carlos Antonio da Rocha Paranhos.

Vou votar e vou pedir aos meus pares que votem amanhã, depois que votarmos a censura que o Senador Amin está encabeçando...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. MAJOR OLÍMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Telmário Mota.**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Major Olímpio.

De pronto, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório do Sr. Marcel Fortuna Biato, que vai para a Irlanda. Relator *ad hoc*, substituindo Ciro Nogueira.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, com muita satisfação, não posso substituir, mas posso fazer as vezes do nosso querido amigo Senador Ciro Nogueira. Assumo por inteiro o seu relatório, dizendo que, mais uma vez, temos a satisfação de apresentar apenas o nome e a carreira de alguém que dignifica o Itamaraty.

Saliento até uma curiosidade: o Sr. Marcel Fortuna Biato nasceu em Buenos Aires, mas tem a condição de brasileiro nato, na forma do dispositivo constitucional em vigor, que já estava em vigor quando do seu nascimento. No Instituto Rio Branco, concluiu o curso com brilhantismo, cumpriu a carreira.

Entre as funções desempenhadas destacam-se: Primeiro-Secretário no Consulado-Geral em Berlim, de 1990 a 1994; Conselheiro da Missão junto à ONU, de 1999 a 2003; Assessor Especial da Presidência da República, de 2007 a 2010; Presidente da Delegação brasileira à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma/Tribunal Penal Internacional, na Uganda; Embaixador em La Paz, de 2010 a 2013; Representante Permanente na Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena. Esse é, em síntese, o seu currículo.

Agora, a República da Irlanda é algo muito importante para que se conheça, e as relações do Brasil com a República da Irlanda são merecedoras da atenção que lhes estamos dando agora. É uma república parlamentarista, com população de cerca de 5 milhões de habitantes, formada por maioria de católicos romanos – quase 80% –, com um PIB *per capita* de US\$80,641. É uma economia moderna com altos índices de liberdade econômica, setores industriais avançados, sobretudo nos campos farmacêutico e de tecnologia de informação e comunicação, com mão de obra muito qualificada.

A sua política externa é um exemplo para o mundo; carrega um conjunto de visões com muita identidade própria, as quais se realçam ou recuam a depender das circunstâncias domésticas, ou seja, dos seus interesses, da sua autodeterminação. Por exemplo, a afirmação do país como nação soberana, com posições independentes do Reino Unido; associação do nacional irlandês à figura do cidadão global, haja vista a imigração, e da identificação da Irlanda como "república" europeia e, sobretudo, a partir da presidência de Donald Trump, como nação anglo-americana.

Essas visões refletem-se na cena internacional em posturas como neutralidade na Segunda Guerra Mundial; defesa de princípios como autodeterminação dos povos e igualdade entre Estados; entrada na







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunidade Europeia em 1973; parceria privilegiada com os Estados Unidos da América e a sua permanência na União Europeia, apesar do Brexit aprovado na Inglaterra, ou seja, no Reino Unido.

No âmbito bilateral, Brasil e Irlanda estabeleceram relações em 1975; a Embaixada foi aberta em 1991, e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília, em 2001.

Segundo dados de 2018, a Irlanda está na 30ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, e o Brasil ocupa a 39ª posição entre os destinos das exportações irlandesas.

É um país de 5 milhões de habitantes. E o intercâmbio comercial superou, em 2013, o valor de US\$1 bilhão.

Com relação aos investimentos bilaterais, destacam-se as inversões diretas irlandesas no Brasil, nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo. E inexistem registros de investimentos diretos consideráveis por parte de agentes brasileiros na Irlanda.

No que diz respeito a assuntos consulares, a comunidade brasileira na Irlanda é estimada em 18 mil pessoas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Fiquei muito feliz em poder substituir, de certa forma, o Senador Ciro Nogueira para esta importante relatoria.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Exposição dos Embaixadores.

Pedindo novamente as escusas a cada Embaixador, concedo a palavra ao Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior, por cinco minutos, ele que foi indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Posteriormente, vai falar o Embaixador Marcel Fortuna Biato, que vai ser designado para a Irlanda.

E, por último, nesta manhã, o Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, que vai para a República da União de Myanmar.

Rogo, mais uma vez, que se atentem ao tempo porque, senão, atrasam os demais que estão aguardando.

Com a palavra o Embaixador Colbert Soares Pinto Junior por cinco minutos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Saúdo respeitosamente V. Exa., Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelsinho Trad, assim também como o Senador Esperidião Amin, Relator da minha sabatina, e todos os membros da Comissão.

Gostaria de expressar, assim como outros colegas, o meu reconhecido agradecimento pelo notável esforço feito pela Comissão e também pela equipe técnica do Senado para viabilizar esta reunião extraordinária de hoje.

Dou início, agora, à minha exposição sobre Cabo Verde.

Eu gostaria de salientar dois pontos que me parecem muito importantes para se compreender a inserção de Cabo Verde no mundo. O primeiro deles é a localização estratégica, como já frisou o meu Relator. Cabo Verde é um arquipélago localizado no Atlântico Norte, próximo da zona limítrofe com o Atlântico Sul, e ocupa uma posição de relativa equidistância entre a Europa e a costa da África Ocidental. É, assim, uma espécie de ponta-de-lança para as rotas de navegação com destino às Américas. Essa é uma posição geoestratégica de que desfruta Cabo Verde, e é, portanto, um primeiro elemento a ser ressaltado.

O segundo elemento que eu quero ressaltar é a qualidade democrática do país, porque, após pouco mais de cinco séculos como colônia portuguesa, Cabo Verde fez sua independência em 1975, e em apenas 45 anos conquistou um *status* democrático invejável. Cabo Verde adotou um sistema parlamentarista de Governo, com a figura do Presidente e de um Primeiro-Ministro. Desde 1990, quando passou a ser uma democracia multipartidária, tem conhecido um revezamento de poder entre as duas principais forças políticas do país, com eleições livres, sem registro de nenhuma violência eleitoral.

Vale destacar que Cabo Verde ocupa a 26ª posição na relação das nações mais democráticas do mundo, e a primeira posição entre os países africanos no que se refere à liberdade de imprensa. Esses dois elementos me parecem importantes para se compreender como Cabo Verde consegue se inserir favoravelmente no contexto internacional, e são elementos que alavancam a sua diplomacia e permitem acesso à cooperação internacional, que é um elemento de vital importância para o desenvolvimento do país, para sua estabilidade e para sua boa governança.

A língua portuguesa é outro elemento muito importante de inserção e de projeção de Cabo Verde. Permite que Cabo Verde seja parte de um fórum multilateral de países de língua portuguesa – a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual Cabo Verde é membro fundador, juntamente com o Brasil.

Para o Brasil, Cabo Verde é um país diferenciado no contexto africano. Primeiro, porque é um dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Segundo, porque é um país com traços sociológicos similares aos do Brasil, com o qual nós temos afinidades históricas, culturais e humanas profundas, e isso faz com que a nossa ação diplomática possa se desenvolver sobre um terreno naturalmente fértil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A posição estratégica, já por mim mencionada, de Cabo Verde é também um elemento fortemente considerado pelo Brasil. Cabo Verde é considerado como uma parte do nosso entorno estratégico e essa avaliação está... *(Falha no áudio.)*

... na nossa Estratégia Nacional de Defesa.

Nós temos a nossa relação diplomática com Cabo Verde ancorada em amplos programas de cooperação técnica, militar, educacional e cultural.

E eu gostaria, para finalizar a minha apresentação, apenas de mencionar três tópicos que eu pretenderia, caso aprovado meu nome pela Comissão, desenvolver à frente da embaixada.

Primeiro, manutenção e fortalecimento de todos os programas de cooperação em todas as suas vertentes e com atenção para a possibilidade de ampliar essa cooperação. Vale lembrar nesse aspecto que Cabo Verde tem interesse em que se crie uma adidância policial junto à embaixada para reforçar a cooperação nessa área, sobretudo em relação... *(Falha no áudio.)* ... a ocorrência de ilícitos transnacionais, como o tráfico de drogas e a imigração e a pesca ilegais.

Outro aspecto, outro ponto a ser desenvolvido seria a exploração de sinergias na área do turismo, para a qual tanto o Brasil quanto Cabo Verde têm vocação muito forte. O turismo é o hoje o polo econômico dinâmico de Cabo Verde, responde por 25% do PIB do país e por 20% do emprego. Eu acho que essa é uma área que merece atenção especial nossa.

O terceiro ponto seria examinar e explorar possibilidades para a ampliação do comércio e de oportunidades de investimento brasileiro no arquipélago.

Agradeço a atenção de V. Exas. e me coloco à disposição para responder quaisquer perguntas que venham a acontecer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Colbert Soares Pinto Junior.

De pronto, mais uma vez solicitando a observância do tempo, passo a palavra ao Embaixador Marcel Fortuna Biato, indicado para a Irlanda.

**O SR. MARCEL FORTUNA BIATO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos!

De início quero agradecer ao Senador Nelsinho Trad e, por intermédio do Senador Esperidião Amin, ao Relator Ciro Nogueira pela oportunidade de comparecer, agradecer o relatório, e apenas acrescentar algumas considerações ao relatório bem completo que foi apresentado.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

O relatório bem comenta que a Irlanda é uma economia moderna voltada para o comércio, setor desenvolvido e bem avançado, tendo taxas de crescimento bastante robustas nos últimos anos e, bilateralmente, as relações vêm se fortalecendo desde os anos 90.

Gostaria de destacar alguns pontos.

Talvez o mais importante e primeiro, recorrendo aqui às palavras do Senador Esperidião Amin: a Irlanda, apesar de ser um país relativamente pequeno, é hoje uma plataforma absolutamente privilegiada para observar o futuro da União Europeia, e a razão, como ele mencionou, é exatamente a questão do Brexit. O fato é que a União Europeia enfrenta-se com um desafio enorme, e o principal fator de discordância, de conflito, é hoje o destino da Irlanda do Norte. A Irlanda do Norte, se bem que parte do Reino Unido do ponto de vista político, é comercialmente parte da União Europeia.

Isso cria um conflito que vem dificultando toda a relação entre o Reino Unido e a União Europeia nesse processo de separação. Isso tem um desdobramento de política interna muito importante, que é as relações entre a parte sul da ilha e a parte norte. Há um processo de paz conquistado a duras penas há 20 anos, que é Acordo da Sexta-feira Santa, que estaria ameaçado caso a relação na fronteira seja alterada em função da separação da Irlanda do Norte e da Irlanda do Sul, do ponto de vista físico.

Ao mesmo tempo, essa realidade apresenta oportunidades acho que muito interessantes. Do ponto de vista do Brasil, ela significa que a Irlanda é um país que cada vez mais busca diversificar o seu comércio. Ela está frente a necessidades de se separar, em boa medida, do seu principal parceiro historicamente, que é o Reino Unido, e, portanto, buscar novos parceiros. E já vem fazendo movimentos nessa direção, havendo identificado a América Latina como destino prioritário.

Caso eu mereça o endosso dos Srs. Senadores, a minha intenção é me concentrar em algumas das áreas de oportunidades que se apresentam, ao mesmo tempo em que enfrentar alguns desafios associados.

As relações são históricas, mas não são particularmente densas politicamente. Há uma troca de visitas, sobretudo do lado irlandês, que demonstra, em função do que eu comentei, interesse na aproximação política. Tem uma presença, como mencionado no relatório, no campo da economia, da tecnologia e da ciência, o que evidentemente oferece oportunidades para empresas irlandesas no Brasil, como já descrito.

Uma outra área importante que é do interesse imediato do Brasil é a área de educação. O Governo irlandês tem interesse em aprofundar ou retomar, na verdade, o dinamismo do programa Ciência sem Fronteiras, pelo qual se permite que, no caso específico, brasileiros possam estudar e trabalhar simultaneamente. Isso tem atraído um número importante de estudantes brasileiros – quase 4 mil entre 2012 e 2017 –, abrindo oportunidade para treinamentos na área de gestão, de educação básica e outras áreas, e também do ensino de língua inglesa. Isso evidentemente significa que o Brasil tem sido, digamos, estimulado a levar mais imigrantes para lá, o que tem consequência no setor consular. O Senador





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou a existência de 17 mil; na verdade, esse número é talvez até maior e, portanto, uma questão consular muito importante a ser tratada.

Último ponto que eu queria mencionar rapidamente tem a ver com o acordo Mercosul-União Europeia. A Irlanda é, infelizmente, uma das pontas de lança de resistência por conta dos seus interesses agropecuários e, portanto, uma área prioritária de atuação para convencimento, para ver se nós conseguimos lograr que ratifiquem esse acordo, que é fundamental para que as relações do Brasil com a União Europeia possam se consolidar no futuro.

Muito obrigado pelo seu tempo. Agradeço e estou à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Marcel Fortuna Biato, mais uma vez pedindo escusas aos Srs. Embaixadores pelo curto tempo que cada um tem para sua explanação, mas somente assim conseguiremos cumprir com a nossa missão de sabatinar e votar os 32 embaixadores designados pelo Itamaraty.

Com a palavra o Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

**O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Senador Major Olimpio, Relator da minha mensagem, a quem agradeço muito as referências muito positivas à minha carreira e a meu nome; senhoras e senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é um grande prazer voltar aqui à Comissão para pleitear o apoio de V. Exas. à indicação que fez o Senhor Presidente da República do meu nome para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da União de Myanmar, antiga Birmânia.

Como bem assinalou o Relator, Myanmar é um país estratégico, localizado entre a Índia e a China, na região do Sudeste Asiático, e é um país rico, muito rico em petróleo, gás, pedras preciosas, recursos minerais e agrícolas.

Antes da pandemia do Covid, Myanmar vinha apresentando taxas de crescimento anual superiores a 6%. É um parceiro importante no âmbito da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). No entanto, Myanmar é um país que apresenta uma miríade de problemas, e eu penso que cinco minutos seriam escassos para tratar da maneira que o tema mereceria.

O país atravessa hoje uma transição política complexa e entremeada por conflitos étnicos. O Governo é chefiado, de fato, pela Líder da Liga Nacional pela Democracia, Prêmio Nobel da Paz, Aung





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

San Suu Kyi, ela própria filha de um grande herói da Segunda Guerra Mundial, General Aung San, que é considerado pai da independência da Birmânia, mas a Sra. Suu Kyi, em razão de dispositivo constitucional, como sabem, foi impedida de assumir o cargo de Presidente por ter sido casada com um britânico e ser mãe de filhos que têm dupla nacionalidade.

Apesar da significativa vitória do partido, da Liga Nacional pela Democracia, a Sra. Suu Kyi teve que aceitar, numa solução de conciliação, o cargo de Conselheira de Estado, o que, na prática, representaria a função de Primeiro-Ministro dentro da gestão de Myanmar. Isso foi resultado da Constituição de 2008, que foi adotada durante o regime militar. Como sabem, a antiga Birmânia, depois do golpe de 1962, viveu por quase cinco décadas um regime militar bastante fechado, inclusive fechado para o exterior, e só começou um processo de abertura a partir das eleições de 2010 e, mais especificamente, em 2012.

Os objetivos do Governo civil liderado pela Sra. Aung San Suu Kyi, de promover a pacificação nacional, reforma da Constituição de 2008 para o estabelecimento de um regime federativo – porque hoje Myanmar é um Estado unitário – e também a redução da presença militar no Parlamento ainda não foram atingidos, apesar de diferentes conferências negociadoras etc. O que ocorre, basicamente, é que essa Constituição adotada em 2008 prevê a presença de 25%, nas duas Casas de Parlamento, de militares nomeados pelas Forças Armadas, e isso torna, nas atuais circunstâncias, virtualmente impossível significativas reformas políticas que permitam mover adiante no sentido da prática de um regime plenamente democrático.

Outro problema sério que enfrenta o país é a presença do que eles chamam de organizações étnicas armadas – na verdade, exércitos étnicos – em diferentes regiões do país, mas, sobretudo, concentrados no norte, no noroeste e também um pouco no leste e no sul, exércitos esses que, não raro, para além de lutarem contra as Forças Armadas do Governo central, são ligados a atividades ilícitas, atividades de tráfico de drogas, de anfetaminas e também de comércio de ópio. Alguns desses exércitos participaram de uma grande conferência nacional de conciliação que ocorreu em 2015, e continua a haver um processo chamado Processo de Pangrong, de negociação com essas organizações.

Agora, depois de um longo período de isolamento, o Governo de Myanmar tem promovido várias aberturas para os governos do Ocidente e também em relação aos países da Asean, porque tem muito interesse em investimentos na área de infraestrutura.

As relações nossas – eu não quero me estender porque o nosso Relator já as apresentou muito bem – datam de 1982. Nós temos uma embaixada residente desde 2010 e um mecanismo de consultas políticas que tem funcionado. Na última reunião desse mecanismo, em 2018, a Sra. Aung San Suu Kyi recebeu o chefe da delegação e deixou claro seu interesse pelo Brasil. Ela, inclusive, tem um convite, feito durante o Governo do Presidente Michel Temer, para visitar o País, que ela ainda não pôde aceitar, mas ela tem todo o interesse em promover o desenvolvimento de negócios na área de agronegócio, cooperação





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica, etc. Eles têm muitas áreas que têm interesse conosco: por exemplo, na área de zoneamento agrícola, na área de zoneamento florestal, na área de cooperação entre instituições técnicas como Embrapa, Instituto Butantã para produção de soro antiofídico, etc. E é uma preocupação muito grande, do lado de Myanmar, de obter, cada vez mais, cooperação técnica do Brasil.

O comércio, como disse o Relator, ainda é modesto, mas sempre superavitário para nós, e eu acho que há uma grande possibilidade de nós explorarmos, cada vez mais, Myanmar como um mercado para o agronegócio, especialmente nas áreas de carne de porco, de carne de frango, produtos processados e também, na área de produtos industriais, prosseguir tratativas para a exportação de aviões da Embraer para as companhias internas e internacional de Myanmar, que têm interesse no assunto, e também de explorar a possibilidade de fornecimento de equipamentos de defesa – por exemplo, o sistema Astros, da Avibras, no qual também as autoridades de Myanmar demonstraram grande interesse.

Eu permaneço à disposição dos senhores para eventuais perguntas. Como eu disse, é um país muito complexo – eu necessitaria, realmente, de um pouco mais de tempo do que apenas cinco minutos para poder apresentar a diversidade de Myanmar, a diversidade étnica, cultural, política, etc. Mas, enfim, estou pronto a responder perguntas que forem do interesse dos senhores e do público em geral.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Embaixador.

Encerrada a sabatina do último grupo, agradeço a participação de todos e determino o procedimento de apuração da votação.

Quanto à apuração em reunião aberta, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de determinar à Secretaria que proceda à apuração, faço apenas um registro: este é um dia histórico para o Senado da República. Pela primeira vez, a gente faz um sistema de uma sessão como esta, conciliando as questões presenciais com as questões remotas, mas não abrindo mão da votação presencial de cada Senador.

Quero agradecer a todos que compareceram.

Em especial, quero registrar aqui o sistema de votação por *drive-thru*, garantindo toda a segurança necessária para o sigilo do voto, como também em relação às questões epidemiológicas e sanitárias. Inaugurou esse quesito o Senador Izalci, a Senadora Simone Tebet, o Senador Humberto Costa, o Senador Randolfe, o Senador Acir e a Senadora Eliziane.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a toda a equipe técnica do Senado da República, que possibilitou que nós chegássemos a este momento histórico na vida do Senado da República.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Resultado. Comunico o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

O Sr. Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago, obteve 18 votos SIM e 1 voto NÃO, no total de 19 votos.

O Sr. Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira, indicado para a Zâmbia, também obteve 18 votos SIM e 1 voto NÃO. Aprovado.

O Sr. Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, indicado para exercer o cargo nas Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall, obteve 18 votos SIM e 1 voto NÃO. Está aprovado também.

O Sr. Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca, obteve 19 votos SIM e nenhum voto contrário. Aprovado.

O Sr. Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França, que vai exercer as suas atividades no Reino dos Países Baixos, obteve 18 votos SIM e 1 voto NÃO. Aprovado.

O Sr. Embaixador Oswaldo Biato Júnior, que vai desempenhar suas funções na Geórgia, obteve 18 votos SIM e 1 voto NÃO. Aprovado.

O Sr. Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda, que vai cumprir suas funções no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein, obteve 18 votos SIM e 1 voto NÃO. Aprovado.

Sr. Embaixador Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta, que vai desempenhar suas funções na Ucrânia, e, cumulativamente, também na República da Moldova: 18 votos SIM, 01 contrário. Aprovado.

Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde: 18 votos SIM, 01 NÃO. Aprovado.

Sr. Embaixador Marcel Fortuna Biato, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda: 18 votos SIM, 01 NÃO. Aprovado.

E o Sr. Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar: 18 votos SIM, 01 contrário. Aprovado.

Uma salva de palmas para todos os Embaixadores aprovados. *(Palmas.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus possa abençoar a missão e a tarefa de vocês.

Agradecendo novamente a participação dos indicados, manifesto meus cumprimentos desejando-lhes êxito nas honrosas missões.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Uma pausa de uma hora para o almoço. Retornaremos para as duas reuniões do período da tarde, com início às 14h.

Bom almoço a todos e até logo mais!

Temos que esgotar isso hoje.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 8 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Esperidião Amin, Kátia Abreu, Eliziane Gama e Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Simone Tebet, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Randolfê Rodrigues, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Telmário Mota, Antonio Anastasia, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Marcos Rogério e Marcos do Val, e ainda os Senadores não membros, Leila Barros, Zenaide Maia e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Roberto Rocha e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 33, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 45, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 22, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 26, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, cumulativamente, na República da Gâmbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 30, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 42, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 46, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) nº 23, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercera cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para pauta. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) nº 35, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) nº 44, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã."





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 11 - Mensagem (SF) nº 47, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

### Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/09/21>

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas as senhoras e aos senhores; boa tarde aos Embaixadores.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Informo às Sras. e Srs. Senadores que estão acompanhando a reunião remotamente por videoconferência que neste momento as mãos serão abaixadas e vamos iniciar as inscrições para a fala dos oradores.

Antes de iniciarmos a apreciação da pauta, passo à leitura das normas e diretrizes da 5ª Reunião.

Os relatórios das mensagens constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora 9, de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura do relatório. Porém, a votação será obrigatoriamente presencial, conforme já devidamente comunicado, nos locais disponibilizados pela assessoria técnica.

Para otimizar os trabalhos, os indicados serão divididos em dois grupos com quatro Embaixadores e um grupo com três Embaixadores. As sabatinas começarão com a participação dos quatro Senadores Relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos Embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, com duração de três minutos para cada. E as respostas pelos Embaixadores, com o tempo de cinco minutos.

O acesso à sala de reunião está restrito às Sras. e Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores da Secretaria de Comissões e da área de tecnologia do Senado Federal.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As regras e procedimentos para a reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020.

Primeiro grupo:

## ITEM 1

## MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Roberto Rocha.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

## ITEM 2

## MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2020

- Não terminativo -





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.*

**Autoria:** Presidência da República**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues**Relatório:** Pronto para deliberação.**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.*

**Autoria:** Presidência da República**Relatoria:** Senadora Kátia Abreu**Relatório:** Pronto para deliberação**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item 4, Mensagem nº 26, o último desse bloco.

## ITEM 4

## MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião. Queremos dar as boas-vindas aos Embaixadores que participarão da reunião remotamente, pelo sistema de videoconferência. Boas-vindas às Vossas Excelências Luís Ivaldo, Renato Soares, Flávio Hugo e Bruno Luiz.

Haja vista que os relatórios das mensagens já foram publicados e a vista coletiva concedida, indago aos Srs. Senadores e às Sra. Senadora Leila Barros, que aqui se encontra, se podemos abrir o processo de votação. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será feito nas urnas eletrônicas instaladas na Ala do Senador Alexandre Costa e pelo sistema *drive thru*, na garagem do Senado.

(Procede-se à votação)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Concedo a palavra para o Relator ad hoc Antonio Anastasia, que substitui o Relator Roberto Rocha, na Mensagem nº 33, de 2020, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais do seu relatório. Vai relatar a indicação do Sr. Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, que foi designado para a República do Iraque.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como apregoo V. Exa., trata-se da indicação do Sr. Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea “a” do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do Diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Sr. Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, filho de Ivaldo Carvalho dos Santos e Lia Villafañe Gomes Santos, nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1981, por concurso, tornando-se Terceiro-Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1987, a Primeiro-Secretário em 1996, a Conselheiro em 2007, e a Ministro de Segunda Classe em 2013, sempre por merecimento.

Em 2011, apresentou a tese “A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira”, como requisito para a conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de assistente da Divisão de Sistematização da Informação, entre 1983 e 1986; assistente da Divisão das Nações Unidas, de 1986 a 1988 e assessor da Divisão da América Central e Setentrional, de 1993 a 1995.

Foi assessor internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2001 e 2005.

No exterior, serviu nas seguintes Embaixadas: Lisboa, de 1988 a 1991; Bogotá, de 1991 a 1993; Estocolmo, de 1995 a 1999; Viena, de 1999 a 2001; Bruxelas, de 2005 a 2007; Adis Abeba, de 2007 a 2009; Washington, de 2009 a 2012; e Luanda, de 2012 a 2016.

É o atual Embaixador do Brasil no Benim, desde 2016.





## SENADO FEDERAL

## Secretaria-Geral da Mesa

Foi agraciado com a Ordem do Mérito de Portugal, no grau de Oficial, em 1991; a Ordem da Estrela Polar da Suécia, no grau de Cavaleiro de 1ª Classe, em 1999; e a Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial, em 2003.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea “d”, número 1, do Regimento Interno, o Ministério das Relações Exteriores elaborou relatório sobre o Iraque, do qual destacamos as seguintes informações: A República do Iraque é um país do Oriente Médio, com cerca de 438 mil quilômetros quadrados e 39 milhões de habitantes, com a capital em Bagdá.

O PIB nominal *per capita* é de quase US\$6 mil. O PIB em paridade de poder de compra *per capita* é da ordem de US\$18 mil.

O Iraque é parceiro tradicional do Brasil no Oriente Médio. A aproximação entre os dois países foi impulsionada, inicialmente, pela coincidência de interesses no campo do petróleo. Enquanto o Brasil dependia da importação de grandes quantidades de petróleo, o Iraque era um dos principais produtores mundiais da *commodity* e mantinha um dos maiores programas de investimentos em infraestrutura do mundo.

A cooperação entre ambos os Estados permitiu que o Brasil importasse petróleo iraquiano sem a exigência de garantias, pagando, em parte, com contratos de prestação de serviços de empresas brasileiras – com destaque para a construtora Mendes Júnior –, importantes para a execução do projeto de modernização da infraestrutura iraquiana.

As relações bilaterais tornaram-se, a partir da década de 80, complexas e onerosas. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos os seus recursos para sustentar despesas decorrentes da guerra com o Irã, atrasando, consequentemente, pagamentos devidos a empresas brasileiras.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o Governo brasileiro acatou determinação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. A medida acarretou a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. A dívida do Iraque com a União e com empresas brasileiras viria a tornar-se tópico relevante da agenda bilateral e só recentemente a questão foi solucionada.

O Brasil é hoje o único país latino-americano com Embaixada no Iraque.

Em 2019, o intercâmbio comercial totalizou US\$883 milhões, tendo o Brasil exportado o equivalente a US\$649 milhões e importado o correspondente a US\$234 milhões, com saldo positivo de US\$414 milhões. Basicamente, o Brasil exporta açúcar, carnes e bovinos e importa petróleo.

Os principais destinos das exportações iraquianas são a Índia, a China e os Estados Unidos. As principais origens das importações iraquianas são os Emirados Árabes, o Irã, a Turquia e a China.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o relatório, Senador Roberto Rocha, que tenho de honra de fazer em consideração de V. Exa.

Sr. Presidente, podendo porventura fazer o próximo, o meu, que seria do Irã, que está na próxima etapa, eu agradeceria, se fosse possível, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, nós vamos conceder isso a V. Exa.

Pela ordem, com a palavra a Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor na tarde hoje, o Senador Fernando Bezerra, que está chegando, Líder do Governo, o Senador Anastasia, a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Eliziane, os Senadores também que estão via *on-line* com todos nós, os indicados e os que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Embora eu não seja membro da CRE, eu acompanhei hoje atentamente o debate inicial, o requerimento do Senador Telmário Mota e os posicionamentos dos demais amigos Senadores na manhã de hoje e eu me senti na obrigação de participar um pouco desta reunião, desta sabatina, primeiro porque dois temas, de certa forma, me afligem: primeiramente um alinhamento personificado que a diplomacia brasileira adotou com o atual Governo dos Estados Unidos. Não se trata de criticar a adoção de uma aliança quase exclusiva com aquele país, mas, sim, a relação de submissão dos interesses do Brasil em defesa de um Presidente específico. Isso para mim é muito claro.

De agosto para cá, nós assistimos à exclusão da cota do aço, das importações de aço do Brasil pelos Estados Unidos e a extensão da isenção de importação do etanol norte-americano. E, a um mês e meio das eleições norte-americanas, o Governo brasileiro – desculpa eu falar – oferece um palanque eleitoral para o Secretário do Departamento de Estado daquele país para que fizesse um ato político contra a Venezuela dentro do nosso País.

São ações contrárias – eu tenho certeza – dos interesses do Brasil e desta Casa, demonstrando absoluta submissão e a ausência da soberania nacional a que estamos submetidos a serviço de uma candidatura. Eu faço esse alerta porque, de certa forma, isso me preocupou.

O segundo ponto se refere à questão da representação feminina no Itamaraty. Estou aqui com duas Senadoras que acompanharam a lista apresentada pelo Itamaraty. Dentre os 32 indicados, há apenas duas mulheres – duas mulheres. Refiro-me ao que parece ser o baixo aproveitamento das diplomatas mulheres nos principais postos do Ministério. Peguei nesta manhã, pelo que pude apurar, que a proporção de mulheres no Itamaraty é de 23% para 77% dos homens. Pois, ao longo de mais de um ano e meio em que estou nesta Casa, no Senado Federal, posso assegurar a todos vocês que tenho certeza de que foram menos de 20% as indicações de mulheres para as embaixadas brasileiras. Basta ver o atual esforço



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

concentrado em que temos em trinta e duas indicações apenas duas mulheres, isso sem falar das indicações propriamente ditas. Afinal, os países são classificados em ordem de desenvolvimento e importância para a política externa brasileira em postos A, B, C e D. E, pelo que sei, usualmente as mulheres têm sido indicadas para os países de classe D. Nada contra essa questão dos países classe D, mas, coincidência ou não, elas têm sido indicadas para esses postos.

Eu gostaria de deixar para todos os sabatinados esse questionamento. Eu não quero colocar ninguém em saia justa, muito pelo contrário. Apenas quero levantar essa bola com relação a esses sabatinados e sobre os critérios que levam o Itamaraty a não reconhecer ou valorizar os talentos femininos de que dispõe.

Pelo que pude apurar, os postos mais importantes parecem ser privativos aos embaixadores. Nunca houve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, embaixadoras indicadas em Washington, em Londres, em Roma, Buenos Aires, Madri e Lisboa. Não há nenhuma mulher chefiando embaixadas em países da América do Sul, exceto na Guiana Inglesa. Parece-me que a única exceção é a atual Embaixadora do Brasil junto à ONU, em Genebra.

Encerro comunicando que estou encaminhando na tarde de hoje o requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando uma lista das chefias dos postos no exterior. Quem sabe assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, nós poderemos começar a entender o porquê dessa atual situação em relação às nossas diplomatas, nossas embaixadoras.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A manifestação de V. Exa., querida Senadora Leila Barros. Gostaria que as autoridades, às quais compete a designação dos embaixadores, possam se inspirar na primeira brasileira a tornar-se embaixadora, que foi Odete de Carvalho e Souza, em 1956. Ela é também a primeira Embaixadora de carreira de que se tem notícia no mundo. Ao longo dos anos, diversas diplomatas passaram a chefiar embaixadas, representações e consulados, além de secretarias, departamentos e divisões no Ministério.

Será encaminhada ao Chanceler a manifestação de V. Exa.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A pedido do Relator, Senador Antonio Anastasia, vamos colocar o Sr. Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que foi designado para a República Islâmica do Irã, para que o relatório possa ser lido.

Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me, antes da leitura do relatório, cumprimentar as três eminentes colegas que aqui se encontram. Senadora Leila, Senadora Kátia e Senadora Eliziane, meus cumprimentos, e ao Senador Líder do Governo, Fernando Bezerra, que está aqui, Sr. Presidente.

Faço coro com as observações da Senadora Leila. Eu sou testemunha, como V. Exa., da qualidade excepcional do corpo diplomático brasileiro, tanto de homens quanto de mulheres. E eu cito, Senadora Leila, que, de fato, V. Exa. tem razão, porque o percentual é aquém do que deveria; deveria ser, pelo menos 50% e 50%, pela regra.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Ou 30%.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Ou 30%, não há dúvida. Mas eu quero fazer referência a grandes Embaixadoras, que tenho o hábito de estar com elas nesses trabalhos, nos últimos anos. V. Exa. fez menção à Embaixadora Maria Nazareth, que é nossa Embaixadora nas Nações Unidas, em Genebra; à Embaixadora Regina Dunlop, que está hoje Embaixadora na Holanda; à Embaixadora Eugênia, em Singapura; à Embaixadora Glivânia, que faz um belíssimo trabalho no Panamá, e outras tantas. Então, de fato, a qualidade das nossas diplomatas mulheres é inexcelável. De fato, esperamos logo que esses postos mais relevantes também sejam providos com as diplomatas mulheres aqui mencionadas: Washington, Buenos Aires, Londres e Paris, entre outros.

Parabéns! Tem, é claro, sempre o nosso endosso. Então, agradeço, Presidente, a gentileza de V. Exa. de me permitir a antecipação da leitura.

Trata-se da indicação do nome do Senhor Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, o ministério encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasceu a 26 de junho de 1960 em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1982, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991 e o Curso de Altos Estudos em 2005, cujo trabalho final foi intitulado “O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil”. Foi promovido a







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro de Primeira Classe em 2015. No Brasil, exerceu diversos cargos, entre eles, o de Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, de 2013 a 2017.

No exterior, serviu nas seguintes Embaixadas do Brasil: em Moscou, de 1986 a 1989; em Madri, de 1989 a 1991; em Paris, duas vezes, de 1995 a 1998 e de 2008 a 2011; em Montevidéu, de 1998 a 2001; e em Londres, de 2003 a 2008. É, atualmente, o Embaixador do Brasil no Suriname desde 2017.

Foi agraciado com cinco condecorações nacionais e duas estrangeiras.

Sobre o Irã, destacamos as seguintes informações. A República Islâmica do Irã, cuja capital é Teerã, possui área de 1,648 milhão de quilômetros quadrados e população de 84 milhões de habitantes. O idioma oficial é o farsi (persa) e a religião de 89% dos iranianos é o islamismo xiita.

Em 2019, o PIB nominal foi de US\$458 bilhões e o PIB em paridade de poder de compra per capita foi de US\$17.662.

Também em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Irã totalizou US\$2,326 bilhões. As exportações brasileiras somaram US\$2,2 bilhões, e as importações brasileiras, US\$116 milhões, resultando em um saldo amplamente favorável ao Brasil, de mais de US\$2 bilhões. Basicamente, o Brasil exportou milho, soja e carne e importou adubos.

Em 2018, o Governo dos Estados Unidos retirou-se do acordo nuclear com o Irã e reimpôs duras sanções econômicas ao país, que prejudicam seu comércio exterior e dificultam, inclusive, as transferências bancárias realizadas por empresas e bancos brasileiros que fazem negócios com os iranianos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, a gentileza da leitura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia a leitura da Mensagem 44, que designa o Sr. Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto para servir como Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Passo, agora, à leitura da Mensagem 45, de 2020, com a designação do Sr. Renato Soares Menezes para desempenhar suas funções de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Com a palavra o Relator, Senador Chico Rodrigues, que está *on-line*.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, nobres Senadores, nós estamos aqui apresentando este relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre esta Mensagem nº 45, de 2020 ((Mensagem nº 500/2020, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Sr. Renato Soares Menezes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Renato Soares Menezes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o curriculum vitae do diplomata.

O Sr. Renato Soares Menezes é filho de Rubens de Barros Menezes e Maria da Conceição Soares Menezes, e nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1954. Graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (RJ), em 1975, em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976, concluiu pós-graduação em História pela Universidade de Brasília (DF) em 1980, e concluiu o mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Belgrano, Buenos Aires, Argentina, em 1986. Em 1976, ingressou no curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco e em 2000 concluiu o curso de Altos Estudos do mesmo instituto, com a tese: "CPLP Para Quê? Sua Criação, Análise de Seus Resultados e Perspectivas Para a Sua Consolidação".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1977. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1979 e a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1997 e a Ministro de Segunda Classe em 2005. Todas as promoções por merecimento.

No Exterior, serviu na Embaixada em Tóquio (1981), no Consulado-Geral em Buenos Aires (Cônsul-Adjunto, em 1984), na Embaixada em Port-of-Spain (1988), na Embaixada em Lisboa (1997), Secretariado Executivo da CPLP (2001), na Embaixada em Rabat (2003), Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa (Encarregado da Missão, 2006), Consulado Geral em Beirute (Cônsul-Geral, em 2010) e Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa (Encarregado da Missão, em 2014).

O diplomata em apreço recebeu as seguintes condecorações:





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Ordem do Ipiranga, Brasil (1981), no grau de Grande Oficial; Ordem do Tesouro Sagrado, Japão (1984), 1º grau; e Medalha Mérito Tamandaré (2012).

A República do Congo tem área de 342.000 km² e população de 4,568 milhões de habitantes, em dados de 2019. Seu PIB alcançou o montante de US\$11,58 bilhões em 2019 e o IDH foi de 0,608 no mesmo ano, colocando-o em 138º lugar entre 188 países. O país tem taxa de alfabetização da ordem de 79,3% (2019) e expectativa de vida de 64,3 anos (2019).

No campo da cooperação educacional, Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congoleseiros vêm se beneficiando de vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras.

No que se refere ao comércio bilateral, o seu recorde foi registrado em 2012, quando o intercâmbio total chegou a US\$352 milhões.

Em 2019, o fluxo de comércio foi equivalente a US\$22 milhões, compondo-se quase totalmente de exportações brasileiras. A lista de produtos exportados pelo Brasil concentrou-se em carne de frango e bovina e álcool etílico. Apesar do decréscimo na corrente de comércio, o Brasil vem mantendo superávit nas trocas com o Congo desde 2008.

No que diz respeito a investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença naquele país da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. Ademais, tem havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o Governo congolês. Estas empresas identificaram oportunidades relativas ao suprimento de material para as forças de segurança da República do Congo.

O Congo mantém estreito relacionamento com a França, os Estados Unidos, China e, mais recentemente, voltou a se aproximar de Moscou.

Sobre a República Centro-Africana, sua área é de 622.984 km² e sua população, segundo dados de 2019, é de 5,181 milhões de habitantes. Em 2019, seu PIB alcançou a cifra de US\$2 bilhões, seu IDH ficou em 0,381 (188º em 188 países, portanto o último). A expectativa de vida é de 52,8 anos e o índice de alfabetização é extremamente baixo: apenas 36,8% da população é alfabetizada, segundo dados de 2019.

No tocante às relações bilaterais com o Brasil, estas foram estabelecidas em 2010. Em duas ocasiões, 2012 e 2015, o Brasil doou arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao comércio bilateral, este é ainda muito incipiente. Em 2019, as exportações brasileiras para a República do Congo subiram, chegando a US\$3 milhões. A pauta de exportações concentrou-se em carne de aves.

A França, antiga metrópole, a Rússia e a China são países cujos vínculos com a República Centro-Africana vêm se estreitando.

As exportações estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira corresponde a mais de 50% da pauta exportadora, seguida da venda de diamante.

Cameroun, França, Índia, Bélgica e Alemanha estão entre as principais origens das importações centro-africanas. China, Burundi, Bélgica, Luxemburgo e França estão entre os principais destinos das exportações.

A rede consular brasileira é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui, não se estimando haver comunidade brasileira em números significativos no país.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

Sr. Presidente, nós gostaríamos de desejar ao Sr. Embaixador Renato Soares Menezes pleno êxito nessa missão diplomática que exercerá, visto que, na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana, ele terá um trabalho ingente no sentido de levar toda a expertise brasileira na área comercial, na área industrial e na área de relações e negócios para que aqueles países irmãos possam ter realmente os ensinamentos dos nossos diplomatas brasileiros, que, como V. Exa., Embaixador Renato Soares Menezes, são um orgulho da diplomacia brasileira.

Esse, Sra. Presidente, é o relatório.

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Eu quero cumprimentar o senhor e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Dr. Renato Soares Menezes, desejando a ele muito sucesso e êxito nesse novo grande desafio.

Concedo agora a palavra à Relatora da Mensagem nº 22, de 2020, Senadora Kátia Abreu, pelo prazo de até cinco minutos para as suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Colegas Senadores, Srs. Embaixadores e as duas Embaixadoras que estão sendo também avaliadas na tarde de hoje, quero reiterar também a minha indignação pelo número muito pequeno de mulheres





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

embaixadoras por todo o mundo. Será uma oportunidade na quinta-feira, quando aqui o Chanceler vier, de interrogá-lo a respeito dessa posição. Hoje, por exemplo, poderíamos estar aprovando aqui e fazendo justiça à competência e à carreira das mulheres diplomatas, poderíamos estar aprovando várias mulheres para exercer o cargo de embaixadora em vários países.

Vamos ao relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

O Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior ingressou no curso preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1984. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1985. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1990; a Primeiro-Secretário em 1997; a Conselheiro em 2004; e a Ministro de Segunda Classe em 2009. Todas as promoções por merecimento.

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Chefe do Setor Cultural na Embaixada em Londres, de Chefe do Setor de Promoção Comercial na Embaixada em Argel e de Chefe dos Setores de Administração e Político na Embaixada em Paris. Foi Embaixador em Nouakchott, na Mauritânia, tendo, no mesmo ano, assumido a chefia da Embaixada em Dacar (Senegal), cumulativamente com a Embaixada em Banjul (Gâmbia).

A República de Botsuana tem área um pouco menor que o Estado de Minas Gerais – 581 mil quilômetros quadrados – e conta com 2,3 milhões de habitantes em estimativa de 2020. Seu PIB (Produto Interno Bruto) é de US\$17,38 bilhões, a expectativa de vida é de 65 anos e a taxa de alfabetização é de 88%.

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985, mas o Brasil só abriu Embaixada residente em Gaborone em 2007. Em julho de 2009, Botsuana abriu embaixada em Brasília, a primeira daquele país na América Latina.

O impulso ao incremento das relações bilaterais foi dado em 2004, quando o então Secretário-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros de Botsuana visitou o Brasil à frente de missão empresarial. Ainda em 2005, Botsuana reiterou seu acordo a que o Brasil ocupasse um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em julho de 2006, realizou-se o segundo encontro empresarial Brasil-Botsuana, seguido da assinatura do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ministério da Agricultura de Botsuana na área de pesquisa agrícola.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Na área de agricultura e segurança alimentar foram realizadas várias reuniões bilaterais, em particular a partir de 2017, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e na Embrapa. Foram, ainda, organizadas visitas de campo pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

Cabe assinalar que existe interesse também na cooperação Mercosul/Botsuana, havendo algumas cooperativas do setor lácteo para examinar oportunidades comerciais e de investimento no país africano.

Há ainda interesse por parte do governo de Botsuana em contar com a cooperação técnica brasileira na área de defesa.

No que diz respeito às trocas entre os dois países, assinale-se que a corrente de comércio é modestíssima, sendo que o Brasil é tradicionalmente superavitário. Em 2019, as exportações do Brasil para Botsuana somaram US\$1,65 milhão, registrando incremento de 68% em relação ao ano anterior.

Importante salientar que Botsuana, por ser membro da União Aduaneira da África Austral, recebe número muito maior de produtos brasileiros, em especial alimentos processados, via África do Sul, uma vez que entram no espaço econômico integrado sem o pagamento de tarifas adicionais.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

Sr. Presidente, encerro o meu relatório, desejando ao Sr. Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Júnior uma boa estada e uma carreira mais promissora no país Botsuana, mesmo porque a nossa corrente de negócios não pode ser sequer considerada, de tão pequena que foi até agora, embora a embaixada esteja lá desde 2007. Eu vejo com muita preocupação um nível de comércio tão baixo. Com mais de 2 milhões de habitantes, poderia ser bem melhor. Um milhão e meio de dólares não significam nada, principalmente para uma embaixada tão bem estruturada em Botsuana, o que traz despesas importantes para o País.

Eu espero também que, na reforma administrativa, Sr. Presidente, em respeito a todos os nossos diplomatas, aos nossos embaixadores, que têm tanto preparo e competência para estar em vários lugares do mundo, nós possamos fazer uma revisão do número de embaixadas e consulados de acordo com sua produtividade e retorno em interesses comerciais e, claro, interesses políticos. Espero que a reforma administrativa possa chegar, nesse sentido, ao Itamaraty.

Ainda falando da reforma administrativa, também esperamos que toda a aprovação com relação ao mérito, com relação ao tempo de serviço, possa ficar um pouco mais claro e um pouco mais transparente o modo como são selecionados os embaixadores do Brasil para trabalharem no exterior. Como disse aqui mais cedo, tenho denúncias de vários diplomatas de que nunca aconteceu no Itamaraty o que está acontecendo agora, a interferência política, especialmente de pessoas de fora do País, que moram nos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos, brasileiros como o Sr. Olavo de Carvalho, uma ingerência total e absoluta e um clima de terror dentro do Itamaraty, principalmente com os mais antigos de casa, que estão se aposentando até mesmo antes da hora, por não estarem aguentando o clima vivido no Itamaraty hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as considerações e a leitura do relatório da nobre Senadora Kátia Abreu.

Gostaria de solicitar ao Presidente, Senador Fernando Collor, que possa fazer a leitura do relatório da Mensagem 47, de 2020, que designa o Sr. Sérgio França Danese, a quem tive o prazer de conhecer na Embaixada de Buenos Aires, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

## ITEM 11

## MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Fernando Collor

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Presidente Fernando Collor.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Como Relator.) – Exmo. Sr. Presidente Nelsinho Trad, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, S. Exa. o Sr. Sérgio França Danese, nascido em 22 de dezembro de 1954, na cidade de São Paulo, é filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese.

Bacharelou-se em Letras Modernas – Português, Francês e Espanhol – pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Coursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985 e o Curso de Altos Estudos em 1997, no qual defendeu a tese intitulada “Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira”. A obra, aprovada com louvor, é ainda hoje texto de referência para a formação do nosso corpo diplomático e leitura incontornável para todos aqueles atentos às nuances e complexidades da prática das relações internacionais.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1981 e Segundo-Secretário em 1984. Foi promovido a Primeiro-Secretário, a Conselheiro, a Ministro de Segunda Classe e a Ministro de Primeira Classe em 2008. Conforme a praxe do Ministério das Relações Exteriores, todas as promoções foram por merecimento, salvo a primeira, alcançada por antiguidade.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria e em outros órgãos do Governo, destacam-se as seguintes: Assessor Internacional do Gabinete Civil da Presidência da República, Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Assessor de Gabinete e Porta-Voz do Ministro da Fazenda, Subchefe do Gabinete e Porta-Voz do Ministro das Relações Exteriores. Esteve à frente da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, e da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. Foi Secretário-Geral das Relações Exteriores, função de responsabilidade singular, desempenhada – assim como as demais – com a excelência própria dos melhores quadros da Casa de Rio Branco.

No exterior, exerceu funções na Embaixada em Washington, na Cidade do México, em Paris, em Argel e, por duas vezes, em Buenos Aires, embaixada esta das mais relevantes para a política externa brasileira, que chefiou desde 2016.

Na academia diplomática brasileira, foi professor de História Diplomática do Brasil, e de Política Externa Brasileira Contemporânea.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as de Comendador da Ordem Nacional de Bernardo O’Higgins, do Chile; da Ordem Nacional da Águia Azteca, do México; e da Ordem Nacional do Mérito, da França. No grau de Oficial, foi agraciado com medalhas da Ordem do Mérito





## SENADO FEDERAL

## Secretaria-Geral da Mesa

Aeronáutico, do Brasil; Cruz do Mérito, da Alemanha, entre outras. Destaque também para a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, do Brasil.

O diplomata indicado é, enfim, servidor de trajetória exemplar, ao longo da qual acumulou vasta e diversificada experiência, agora convocada para novo desafio dos mais nobres e complexos. A esse respeito, para subsídio à deliberação dos membros da Comissão, destaco e aprofundo pontos centrais de sumário executivo sobre a República da África do Sul, o Reino do Lesoto e a República de Maurício, que o Itamaraty fez constar da mensagem.

A África do Sul é a segunda maior economia da África – logo após a Nigéria –, com Produto Interno Bruto nominal de aproximadamente US\$371 bilhões, PIB nominal per capita um pouco superior a US\$6 mil, e população estimada em 56 milhões de habitantes. Ocupa a 113ª posição quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo país de grande diversidade de idiomas e religiões, de destacada riqueza em recursos minerais, sobretudo ouro, platina, crômio, e, assim como o Brasil, de imensas questões sociais e econômicas a equacionar.

Brasil e África do Sul estabeleceram relações diplomáticas em 1948 e, desde o final do regime do *apartheid*, vêm aprofundando e diversificando seu relacionamento, alçado ao patamar de “Parceria Estratégica” há exatos dez anos. A intensa agenda bilateral inclui atualmente iniciativas de cooperação em setores centrais, tais como defesa e segurança, energia nuclear, ciência e tecnologia, investimentos e comércio, com perspectivas promissoras também nas áreas de biocombustíveis e agricultura. Sobre a cooperação bilateral, destaco o desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, que deverá permitir aos dois países independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Assinalo igualmente o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, em fase final de negociação, que contribuirá para o fornecimento seguro, previsível e contínuo, ao Brasil, de insumo essencial para exames de diagnóstico na detecção de câncer. Essas duas iniciativas exemplificam os benefícios concretos para as nossas sociedades, resultantes do trabalho cooperativo com parceiro de tamanha relevância e convergência.

Ponto adicional a destacar no relacionamento é a participação dos países no Brics – iniciativa conjunta de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e no Fórum de Diálogo Ibas, integrado por Índia, Brasil e África do Sul.

Relacionamento de tamanha densidade e abrangência qualifica a África do Sul como um dos principais parceiros do Brasil não apenas no continente africano, mas no conjunto da política externa brasileira.

Cumulativamente, caberá ao diplomata indicado ocupar-se do desenvolvimento do vínculo do Brasil com outros dois países da região – o Reino do Lesoto e a República de Maurício –, sobre os quais há vários comentários interessantes, que constam já do relatório entregue à Presidência desta Comissão.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observo, por fim, a V. Exas. que o Sr. Embaixador Sérgio Danese vem de uma longa trajetória exitosa no Itamaraty e, agora, na África do Sul, naquele continente, sobretudo no momento em que os países se organizam para fazer um grande acordo comercial, poderá desempenhar um papel de fundamental importância para o estreitamento das relações entre África do Sul, Lesoto, Maurício e Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Fernando Collor, que, com muita maestria, o que lhe é peculiar, fez a relatoria sobre o Embaixador Sérgio Danese.

Passo agora a palavra ao Senador Mecias de Jesus, que está aqui presente – logo depois, o Senador Chico Rodrigues também está lista –, para fazer o relato sobre a Sra. Embaixadora Regina Célia de Oliveira Bittencourt, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

## ITEM 6

## MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:** pronto para deliberação.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, Sras. e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Regina Célia de Oliveira Bittencourt, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Dessa forma, o Itamaraty, em conformidade com os preceitos regimentais desta Casa, elaborou o currículo da diplomata e enviou sumário executivo sobre ambos os países. O documento oferece informações sobre o relacionamento bilateral, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, bem como dados básicos do Benim e do Níger.

Sobre a diplomata indicada, ela nasceu em 28 de junho de 1955, em Alagoinhas, Bahia, e é filha de Renato Vasconcelos Bittencourt e Josepha Celia de Oliveira Bittencourt.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1978. Iniciou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1982, no Instituto Rio Branco. Também no instituto, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1990 e o Curso de Altos Estudos em 2011, quando defendeu tese intitulada “A transição democrática na Nicarágua: perspectivas para o relacionamento com o Brasil”.

Começou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1983. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987. Chegou a Primeira-Secretária em 1997; a Conselheira em 2004; a Conselheira do Quadro Especial em 2013; e a Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial também em 2013.

Exerceu várias atividades.

No tocante ao Benim, cuida-se de pequeno país localizado no oeste da África, às margens do Golfo da Guiné. Chamado de Daomé até 1975, ele se tornou independente da França no ano de 1960. Foi importante entreposto de escravos entre o século XVII e o século XIX. Dessa forma, muitos negros escravizados foram trazidos para o Brasil. Verifica-se, assim, forte vínculo cultural entre nosso País, particularmente a Bahia e a república beninense.

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1961. Entretanto, ele se intensificou nos últimos 15 anos. Desse modo, realizou-se visita presidencial brasileira ao Benim em 2006, oportunidade em que se anunciou a criação da Embaixada do Brasil em Cotonou. Essa iniciativa foi retribuída pelo Presidente Boni Yayi, que veio ao Brasil e inaugurou oficialmente a Embaixada do Benim em Brasília, em 2007.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os encontros oficiais impulsionaram a cooperação técnica bilateral. Nesse domínio, a pauta abrange projetos nas áreas de saúde, cultura, agricultura, educação, portos marítimos, defesa e esportes. Particularmente promissora tem se revelado a cooperação no campo da defesa. Nesse campo, a principal solicitação beninense ao Brasil se refere à assistência técnica para reforço das capacidades das Forças Armadas locais na luta contra o terrorismo, a cibercriminalidade e a pirataria marítima no Golfo da Guiné.

Em relação ao comércio bilateral, seus resultados são francamente positivos para o lado brasileiro. Os valores têm flutuado ao longo do tempo. Em 2019, o valor total das exportações ficou em US\$98 milhões contra US\$145 milhões em 2018. Os destaques são itens do agronegócio, de modo especial açúcar e carnes de aves. Verifica-se, ainda, presença de produtos industrializados com destaque para maquinário agrícola e veículos automotivos (particularmente ônibus) na nossa pauta exportadora.

A respeito da comunidade de brasileiros vivendo em solo beninês, ela é estimada em apenas 43 indivíduos.

Sobre o Níger, trata-se de país localizado no centro-oeste da África, sem saída para o mar. O território nigerino tem dois terços de sua área ocupada pelo deserto do Saara. O restante está situado na zona semidesértica do Sahel. A economia é dependente da exploração de vastas reservas de urânio situadas no norte do país, onde ocorrem, por igual, atividades de rebeldes tuaregues e de militantes ligados à Al Qaeda.

As relações diplomáticas entre Brasil e Níger foram estabelecidas em 1975. Desde o romper de 2011, os assuntos relativos a esse país estão a cargo da embaixada brasileira em Cotonou. O comércio bilateral é bastante modesto, mas tem possibilidade de incremento, que se relaciona com o início das importações de urânio pelo Brasil em 2018, bem como a exportação brasileira de itens do nosso agronegócio.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Sr. Presidente, não cabem outras considerações neste relatório.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Mecias de Jesus.

Passo neste momento a palavra ao Relator, Senador Chico Rodrigues, que está com a Mensagem 26, que designa o Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## ITEM 4

## MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2020

## - Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Com a palavra, via remota, o Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, dando continuidade à relatoria desses projetos de indicação dos Srs. Embaixadores, relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem 26, de 2020, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado, nascido em 16 de abril de 1955 em Santos, São Paulo, é filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio.

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Campinas em 1977. No Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2010, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência".

Iniciou sua carreira como 3º Secretário no ano de 1983. Tornou-se 2º Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a 1º Secretário em 1994; Conselheiro, em 2005; Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: 3º e 2º Secretário na Embaixada em Budapeste, de 1985 a 1990; assistente na Divisão da América Meridional I, de 1990 a 1991; Chefe de Gabinete do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, de 1991 a 1992; 2º e 1º Secretário na Embaixada em Madri, de 1993 a 1997; 1º Secretário na Delegação Permanente junto à Aladi, Montevidéu, de 1997 a 2001; assistente do Diretor do Instituto Rio Branco, de 2001 a 2003; Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, de 2003 a 2006; Conselheiro na Embaixada em Montevidéu, de 2006 a 2008; Conselheiro na Embaixada em Paris, de 2008 a 2011; Embaixador em Libreville, de 2012 a 2016; e Embaixador em Abidjã desde 2016.

O relacionamento bilateral com o Senegal iniciou-se em 1961, um ano após a independência deste País. O atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, efetuou visita oficial ao Senegal em dezembro de 2019, mantendo contato com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Nessa oportunidade foram avançados interesses quanto ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa.

O panorama da cooperação com Senegal é diversificado. Com fundamento no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 1972, a cooperação bilateral evoluiu para projetos em Senegal, como o de criação de unidades agroecológicas, prospecção para o aumento da produtividade do cultivo de algodão, estabelecimento de centros de referência em censos com coleta eletrônica de dados e aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de alimentação escolar, além da cooperação nas áreas de defesa, educação, cultura, tecnologia e jurídica.

Quanto às relações comerciais, há histórico superávit brasileiro, tendo o Brasil, em 2019, exportado cerca de US\$135 milhões para o Senegal, especialmente arroz, ovos de aves e açúcares de cana







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido. E importamos do Senegal, no mesmo período, produtos que totalizam US\$4,7 milhões, principalmente ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos e minérios de zircônio e seus concentrados.

Distinto de outros países africanos na sua fase pós-colonial, não teve golpes e manteve eleições periódicas, bem como convivência pacífica interétnica e inter-religiosa, mesmo entre a maioria muçulmana sunita e as minorias xiita, cristã e animista.

Em que pesem a estabilidade institucional, a independência do Poder Judiciário e a baixa criminalidade, os índices sociais são insatisfatórios. O Senegal ocupa a 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, com alta taxa de pobreza e elevado índice de analfabetismo. Contudo, há boas expectativas para negócios e parceria com o Senegal, conforme o documento enviado pelo Itamaraty.

Devido à sua localização geográfica, o país constitui um *hub* comercial na África Ocidental. O Governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial. Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146ª posição, em 2015, para a 140ª, em 2017, e para a 123ª, em 2019, no *ranking* Doing Business, do Banco Mundial.

A embaixada brasileira em Dacar também acumula a representação diplomática em relação à Gâmbia, o que se justifica por vários títulos, a começar pelo caráter territorial. Gâmbia só possui Senegal como vizinho e é bastante dependente daquele país, com o qual chegou, nos anos 80, a formar uma grande confederação.

Nosso relacionamento bilateral com Gâmbia teve início em 1965, ano de sua independência. Mantemos um baixo fluxo comercial, da ordem de US\$79 milhões, fruto sobretudo de nossas exportações de açúcar, arroz e carnes. Trata-se de um país com escassez de recursos, que, apesar dos esforços de reestruturação econômica, deriva suas divisas do amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Portanto, Sr. Presidente Nelsinho Trad, nós verificamos que, neste esforço concentrado, patrocinado pelo Presidente do Senado Davi Alcolumbre, sob a presidência de V. Exa. na Comissão de Relações Exteriores, nós temos demonstrado ao Brasil e ao mundo o compromisso que o Parlamento brasileiro e o Senado da República têm para que essas questões da diplomacia sejam concentradas no sentido de que o Brasil, com dezenas e dezenas de embaixadores, possa manter essa relação de aproximação com os povos, demonstrando exatamente a nossa autoridade, a nossa autonomia e, acima de tudo, o nosso espírito de liberdade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, a economia prospera, as relações diplomáticas se fortalecem e os nossos embaixadores, que são considerados os melhores do mundo, podem fazer essa ponte entre o país em que vão servir e o nosso País. Com isso ganha realmente todo o Brasil, que, irrigando as suas relações com dezenas de países, pode realmente manter uma relação permanente e extremamente forte com todos eles.

Aqui nós queremos desejar ao Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio que a sua missão junto à República do Senegal e, cumulativamente, à República islâmica da Gâmbia possa na verdade ser coroada de êxito, assim como o foi em outras missões que exerceu à frente dessas embaixadas.

Muito obrigado, Presidente.

E parabéns ao Embaixador!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Chico Rodrigues.

Respeitando a presença da nobre Senadora Eliziane Gama, vamos passar agora à leitura do relatório que designa o Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

## ITEM 5

## MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senadora Eliziane Gama

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

V. Exa. tem a palavra por cinco minutos.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, cumprimento o senhor e todos os demais colegas Senadores.

Antes de tudo, eu queria, Presidente, cumprimentar este Colegiado pela aprovação, hoje, da moção de repúdio ao Chanceler Ernesto Araújo, bem como pela sua convocação.

Eu vejo que se ultrapassaram os limites aceitáveis da interferência americana no Brasil com a vinda do Secretário de Estado Mike Pompeo ao nosso País. Nós precisamos entender que a soberania nacional é algo de que nós não podemos jamais abrir mão. E, infelizmente, uma rotina histórica brasileira de mediar conflitos, de intermediar momentos realmente tensos na história mundial, começa a ser quebrada, quando se coloca o Brasil numa situação constrangedora e numa tentativa de acirrar os ânimos em relação aos países daqui, da América Latina, nossos vizinhos. Então, eu vejo que a postura desta Comissão, de fato, foi muito importante e fundamental.

E, para finalizar, Presidente, quero destacar, por exemplo, que essa moção de repúdio, no meu entendimento, também vem atender àquilo em que, historicamente, o Chanceler tem se posicionado. Entre os vários pontos, lá atrás, ele falou, por exemplo, que a Covid-19 seria, na verdade, coisa da China, e agora, mais recentemente, banalizou a tentativa de estupro, que, todos nós sabemos, homens e mulheres sabem, o quanto é doloroso para homens e mulheres. Infelizmente, ele acabou banalizando esse termo, com colocações realmente inoportunas. Eu quero deixar aqui o meu registro em relação à postura do Chanceler Ernesto Araújo.

E, por fim, Presidente, quero cumprimentar a minha querida amiga Leila, que fez um registro muito oportuno acerca da ausência das mulheres em relação às embaixadas. Infelizmente, embora a luta das mulheres seja histórica, nós ainda não alcançamos minimamente o adequado – no que se refere à participação igualitária, em relação aos homens – na sociedade brasileira. Isso fica muito claro quando nós temos apenas duas mulheres indicadas, num universo de 32 embaixadores que estamos aqui a votar nesta Comissão.

Vamos ao relatório, Presidente.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Mensagem nº 30, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52 da Constituição Federal e com o art. 39, combinado com o art. 46, o nome do Sr. Rafael de Mello Vidal, Ministro de





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Vamos ao relatório.

Trata-se da indicação do nome do Sr. Rafael de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Sr. Rafael de Mello Vidal, filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasceu em Montevideu, Uruguai, em 1964, sendo brasileiro nato, conforme o art. 12, letra b, da Constituição de 1946.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal desde 1987 e iniciou sua carreira diplomática em 1991.

Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, defendendo a tese “A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul”.

Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2011, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções, foi Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, de 2003 a 2005.

No exterior, foi Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral em Nova York, Estados Unidos, de 1995 a 1998; Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá, Colômbia, de 1998 a 2002; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevideu, Uruguai, em 2002; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami, Estados Unidos, de 2005 a 2008; Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas, Venezuela, de 2008 a 2010; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, Paraguai, de 2010 a 2012; Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, Paraguai, em 2012; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, Dinamarca, de 2013 a 2016; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri, Espanha, de 2016 a 2019.

É o Embaixador do Brasil no Mali desde o ano passado.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Foi agraciado com a Medalha da Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, em 2010, e no grau de Grande Oficial, em 2019; e com a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, em 2012.

Ainda, Presidente, no Brasil, foi Subchefe da Divisão do Mercosul, Subchefe da Assessoria de Imprensa do Ministro de Estado, Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático, Subchefe da Secretaria de Orçamento e Finanças e Subchefe da Divisão de Administração dos Postos no Exterior. É bacharel em Direito e advogado.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea “d”, número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre Angola, do qual destacamos as informações seguintes:

Angola é um país do litoral sudoeste da África, com cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados e 30 milhões de habitantes, cujo idioma oficial é o português. O Produto Interno Bruto (PIB) nominal *per capita* é da ordem de US\$3 mil. O PIB em Paridade de Poder de Compra (PPP) *per capita* é da ordem de US\$6 mil.

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).

Em 1995, o Brasil participou da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (Unavem III, sigla em inglês), que monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e consolidar a paz.

As relações diplomáticas entre Brasil e Angola possuem caráter estratégico e pautam-se na cooperação técnica, na articulação política e na integração econômica.

O idioma em comum, os laços culturais e históricos, a vizinhança atlântica e os desafios semelhantes entre as sociedades brasileira e angolana facilitam o diálogo bilateral com Angola.

A economia angolana baseia-se na exploração de petróleo. Com a queda do preço do petróleo desde 2015, o intercâmbio comercial e os investimentos bilaterais caíram sensivelmente.

Em 2018, 57,5% das exportações de Angola foram para a China. Quanto às importações, 14,1% vieram da China, 13,3%, de Portugal, e 11,1%, de Singapura. Os combustíveis representaram 92,4% das exportações, e os principais itens importados foram combustíveis, máquinas mecânicas e embarcações.

Em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Angola totalizou US\$585 milhões. As exportações do Brasil para Angola somaram US\$445 milhões, e as importações, US\$140 milhões, acarretando um saldo de US\$305 milhões favorável ao Brasil. Basicamente, o Brasil exporta açúcar e carnes e importa combustíveis.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe alertar, por fim, que, desde março deste ano, aguarda aprovação pelo Senado o Acordo de Cooperação de Defesa entre Brasil e Angola, assinado em 2010. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, Presidente.

Os meus cumprimentos ao Dr. Rafael de Mello Vidal, desejando a ele muito sucesso nessa nova empreitada.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Senadora Eliziane.

De pronto, eu solicitaria à própria Senadora que pudesse, como Relatora *ad hoc*, ler o relatório que designa o Sr. José Carlos de Araújo Leitão, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim, vez que o Relator, Senador Márcio Bittar, não pôde estar presente.

**ITEM 7****MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Será uma honra, Presidente.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Parecer da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 46, de 2020, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. José Carlos de Araújo Leitão, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor José Carlos de Araújo Leitão, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. José Carlos de Araújo Leitão é filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão e nasceu no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1954.

Ingressou na carreira diplomática em 1976, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Nesse mesmo ano, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também se tornou Mestre em Direito Público, em 1981. No âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1983 e pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos, em 2003, quando defendeu a tese intitulada “A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico”.

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1988; a Conselheiro, em 1996, e a Ministro de Segunda Classe, em 2004. Em 2014, passou para o Quadro Especial.

Na carreira, exerceu funções nos seguintes lugares, entre outros: Conselheiro na Embaixada no Vaticano, de 1999 a 2003; assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência República, de 2003 a 2006; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa, de 2006 a 2009; Subsecretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de 2009 a 2011; Embaixador em São Tomé, entre 2012 e 2017; e Embaixador em Praia, de 2017 até o presente.

Foi galardoado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial, em 2004.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Costa do Marfim, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência da Costa do Marfim em 13 de agosto de 1960 e estabeleceu embaixada em Abidjan, em 1969.

Em março de 1971, a Costa do Marfim abriu embaixada em Brasília.

As perspectivas positivas da economia marfinense contrastam com os resultados do país em termos de desenvolvimento. Classificado na posição número 165, posição no Índice de Desenvolvimento Humano, em 2019, a Costa do Marfim apresenta expectativa de 57,4 anos e índice de alfabetização de 43,9%.

A população do Marfim, em 2019, era de cerca de 26 milhões de habitantes.

Em 2012, o Governo brasileiro tomou diversas iniciativas de cooperação humanitária em favor da Costa do Marfim. O Brasil realizou contribuição de US\$200 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, para apoio a projetos de reconstrução de 180 casas para famílias de deslocados internos na região de Duékoué, uma das mais afetadas pela guerra civil que afetou o país em 2010 e 2011. Outra contribuição, de US\$50 mil, por meio do Acnur, foi empenhada para a assistência a refugiados liberianos no país. O Governo brasileiro também efetuou doação de 2.700kg de medicamentos e insumos hospitalares, em apoio emergencial ao Ministério de Saúde Pública da Costa do Marfim e à Organização Caritas para o combate à úlcera burili, endemia que afetou as regiões oeste e centro-oeste daquele país.

Há, entre os dois países, acordo cultural e educacional, em vigor desde 1973. Desde o ano 2000, 57 estudantes da Costa do Marfim participaram do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, mantido pelo Brasil.

Nos últimos cinco anos, a balança comercial entre o Brasil e a Costa do Marfim registrou variações consideráveis, embora tenha prevalecido o déficit brasileiro.

Os principais produtos exportados pela Costa do Marfim são cacau, caju e borracha. A pauta de exportação brasileira é mais diversificada, envolvendo mais de 300 produtos, tendo como principais destaques os açúcares, as carnes e maquinário agrícola e automotivo.

Em 2015, a balança comercial representou déficit de US\$16,5 milhões para o Brasil. Em 2016, o superávit do Brasil foi de US\$837 mil. Em 2017, a Costa do Marfim obteve superávit de US\$18 milhões e, em 2018, o Brasil alcançou superávit de US\$11 milhões.

Em 2019, a liberação da importação do cacau marfinense pelo Brasil repercutiu na balança comercial. As exportações da Costa do Marfim para o Brasil registraram aumento de quase 300%. Como





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as exportações brasileiras mantiveram-se no patamar dos anos anteriores, houve significativo crescimento do déficit brasileiro, que alcançou US\$91 milhões.

Como a Costa do Marfim é uma das mais dinâmicas economias da África Ocidental, há, contudo, potencial para aumento das exportações brasileiras.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, Presidente.

Os meus cumprimentos ao Dr. José Carlos de Araújo Leitão pelo novo desafio, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – E o meu agradecimento a V. Exa., que, de uma maneira sempre gentil e pronta, atendeu à relatoria *ad hoc* do nobre Senador Marcio Bittar.

Passo agora a palavra ao Senador Humberto Costa, via remota, para ler o relatório da indicação do Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte, designado para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e organismos internacionais conexos, com sede em Viena, na Áustria.

## ITEM 8

## MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercera cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para pauta.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Cinco minutos, Senador Humberto Costa, via Zoom.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada para deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte. Nasceu em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ.

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Sussex, no Reino Unido, em 1980. No Instituto Rio Branco, em 1982, finalizou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2002, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada “O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) – implicações para a política externa brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear.”

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1999; Ministro de Segunda Classe em 2004 e Ministro de Primeira Classe em 2010.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeiro-Secretário na Delegação Permanente em Genebra (1995-1998); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (1999-2001); Chefe da Divisão das Nações Unidas (2003-2004); Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (2004-2007); Diretor do Departamento de Organismos Internacionais (2007-2011); Embaixador em Nova Delhi (2011-2015); Embaixador (Representante Permanente Alternativo) na Missão junto às Nações Unidas (2015-2017); e Embaixador em Santiago (desde 2017).

Foi agraciado com as seguintes condecorações nacionais: Ordem de Rio Branco, em 2001, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2002, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Naval, em 2008, no grau de Comendador; e Ordem do Mérito da Defesa, em 2010, no grau de Comendador.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cuja sede é em Viena, tendo sido estabelecida no ano de 1957.

Cuida-se de organização internacional independente que, no entanto, está relacionada com o sistema das Nações Unidas (ONU). Diante disso, apresenta relatórios anuais à Assembleia Geral da ONU e informa o Conselho de Segurança acerca do descumprimento pelos Estados de suas obrigações no que diz respeito a salvaguardas nucleares e sobre questões de sua competência relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

Nos termos de seu estatuto, o objetivo da AIEA é “acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade mundiais” e “assegurar, na medida de suas capacidades, que a assistência prestada pela Agência, ou a seu pedido, ou ainda sob sua supervisão e controle, não seja utilizada de maneira a promover qualquer finalidade militar”.

Assim, as principais áreas de atuação da AIEA são: 1) energia nuclear (apoio a programas nucleares nacionais em suas vertentes de planejamento, análise, operação conhecimento na área nuclear); 2) salvaguardas (fornecimento de comprovação crível de que material nuclear declarado pelos países não foi desviado para a fabricação de explosivos nucleares); 3) segurança técnica (operação segura de materiais e instalações nucleares) e segurança física (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares); 4) aplicações e ciências nucleares (atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e social, como agricultura, alimentação e saúde); e 5) cooperação técnica (capacitação, treinamento, disseminação de conhecimentos e técnicas no campo nuclear).

O Brasil é membro fundador da AIEA e detém histórico de participação ativa nos trabalhos da agência, seja pelo uso pacífico da energia nuclear, seja por sua importante contribuição ao desenvolvimento de atividades nucleares. Essa participação tomou ainda mais corpo na década de 90, com o domínio do ciclo do combustível nuclear e com a entrada em operação do Centro Experimental Aramar (Iperó-SP) e da Planta de Enriquecimento Isotópico de Urânio (Resende-RJ).

Desse modo, por meio do Decreto nº 5.582, de 16 de novembro de 2005, criou-se a Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações, a não ser o desejo de sucesso e êxito ao indicado para a função.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito ao Presidente Fernando Collor que assuma os trabalhos a fim de que eu possa fazer as minhas considerações sobre a indicação da qual sou o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão, para apresentar o relatório da Mensagem nº 35, de 2020, de sua autoria, pelo prazo de cinco minutos, regulamentar, para as suas considerações iniciais e um breve resumo do seu relatório.

## ITEM 9

## MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Com a palavra V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Como Relator.) – Esta Casa do Congresso Nacional, Sr. Presidente Collor, demais pares, é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Ellen Osthoff Ferreira de Barros, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Ellen Osthoff Ferreira de Barros é filha de Linton Ferreira de Barros e Aída Osthoff Ferreira de Barros e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 19 de dezembro de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1980, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2018, quando defendeu a tese intitulada “Gestão consular brasileira no exterior: diagnóstico, formação de pessoal e propostas”.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceira-Secretária, em 1980, ascendeu a Primeira-Secretária em 1990; a Conselheira, em 2000; e a Conselheira do Quadro Especial, em 2015.

Na carreira, exerceu funções nos seguintes lugares, entre outros: Embaixada em Tóquio (1991); Embaixada em Buenos Aires (1992); Secretaria de Planejamento Diplomático (1995); Embaixada em Madri (1997); Embaixada em La Paz (2000); Consulado-Geral em Chicago (2003); Secretaria de Estado (2010); Embaixada em Basseterre (2012); Consulado-Geral em Los Angeles (2014); e Consulado-Geral em Montevidéu (2018).

Foi galardoada com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2015.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Burkina Faso, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta em 1960. Em 1975, estabeleceu relações diplomáticas com o país, que adotaria o nome Burkina Faso em 4 de agosto de 1984. O relacionamento bilateral intensificou-se na década de 2000, especialmente após a abertura da Embaixada do Brasil em Uagadugu (2007) e da Embaixada do Burkina Faso em Brasília (2009).

A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado Cotton 4, grupo de países africanos produtores de algodão que se organizaram para pressionar os Estados Unidos a reduzirem os subsídios a sua produção cotonífera, responsáveis por distorções significativas no mercado internacional. O projeto de cooperação Cotton 4 + Togo, que, além do Burkina Faso, beneficia Benin, Chade, Mali e Togo, tem como meta fortalecer a produção cotonífera nesses países por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

Embora não haja histórico de investimentos brasileiros no Burkina Faso, as relações comerciais passaram por um período de diversificação nos últimos anos, com a exportação de produtos brasileiros com maior valor agregado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As exportações burkinabês têm sido menos significativas, exceto em 2014, quando o Brasil importou quantidade maior de algodão, levando ao único superávit burkinabé na balança comercial bilateral nos últimos 15 anos.

O comércio bilateral, embora reduzido, é caracterizado por amplo saldo favorável ao Brasil. De 2005 e 2010, as exportações brasileiras eram dominadas por produtos primários (principalmente açúcar, além de café, pimenta, chocolate e papelão) e alguns poucos produtos industrializados (maquinário agrícola e geradores elétricos). Em 2011, a venda de aviões Super Tucano da Embraer foi responsável pelo maior fluxo de comércio dos últimos 15 anos, alcançando quase U\$50 milhões. Entre 2011 e 2019, a pauta exportadora passou a ser dominada por itens industrializados (aviões, tratores agrícolas, maquinário para mineração, ônibus, armas e pneus), ainda que tenham sido relevantes o petróleo e produtos agropecuários (arroz, pimenta, chocolate e carnes). Em 2019, a pauta exportadora brasileira para o Burkina Faso incluiu, principalmente, petróleo, pneumáticos, espingardas e carabinas, ônibus e veículos para transporte de mercadorias, entre outros itens. As exportações brasileiras totalizaram U\$7,3 milhões.

A Força Aérea do Burkina Faso utiliza três aviões Super Tucano, entregues pela Embraer em 2011. A compra das aeronaves criou oportunidades para empresas brasileiras do setor de defesa que, desde então, vêm estabelecendo canais de contato com o governo, a fim de aproveitar oportunidades que possam surgir nessa área.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Senador Nelsinho Trad.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Presidente Nelsinho Trad, e devolvo a V. Exa. a Presidência dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Concluídas todas as relatorias deste bloco, o penúltimo, passaremos às exposições dos embaixadores.

Solicito a todos que estão nos ouvindo e nos vendo que possam se ater ao tempo de cinco minutos para que o outro bloco que está também aguardando – não só os Senadores Relatores, mas também os embaixadores a serem sabatinados – possa também cumprir o horário.

Nós temos a lista da relação, mas eu vou subvertê-la, homenageando as mulheres que hoje foi o palco dos reclamos na sessão.

Então, eu passo, primeiro, a palavra à Embaixadora Regina Célia Bittencourt. V. Exa. tem cinco minutos para a sua explanação.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT** (Para expor. *Por videoconferência.*)  
– Exmo. Sr. Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, agradeço a V. Exa. estar aqui hoje e, através do senhor, agradeço a todos os Senadores. Agradeço também ao meu Relator, Senador Mecias de Jesus, pela competente relatoria.

Eu vou resumir bastante a minha apresentação dada a hora e dada a situação em que estamos.

O Benim mantém relacionamento pacífico com os seus vizinhos. O país busca, pragmaticamente, captar investimentos estrangeiros. Os seus principais parceiros são a França, a Nigéria e a China.

Em julho de 2020, o Presidente Talon reduziu a rede diplomática do país doravante restrita a 11 embaixadas e um consulado-geral em Lagos.

As relações com o Brasil são bastante boas. Há uma troca intensa de visitas de ordem presidencial ou ministerial, destacando-se as duas últimas visitas do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, que convidou o Presidente Patrice Talon para visitar o Brasil, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Benim, Aurélien Agbénonci. Na ocasião dessa última visita, foi assinado o acordo bilateral sobre os serviços aéreos.

Existe uma Comissão Mista criada em 2005 entre o Brasil e o Benim, e houve duas reuniões: uma em março de 2009, em Cotonou, e outra em agosto de 2011, em Brasília.

Os beninenses desejavam marcar uma terceira reunião este ano, mas o Brasil propôs, alternativamente, sediar, neste mês, a primeira reunião do mecanismo de consultas políticas instituído pelo acordo de 15 de agosto de 2007. O encontro infelizmente não pôde se realizar por conta da pandemia do Covid-19.

Atualmente, estão em fase de negociação dois acordos: a proposta beninesa de acordo de transferência de pessoas condenadas e a proposta brasileira de acordos de cooperação em matéria de defesa.

É importante destacar que a Assembleia Nacional mantém um grupo interparlamentar de amizade Benim-Brasil comandado pelo Presidente da instituição que conta com a participação de 21 do total dos 83 Deputados. Aliás, a esse respeito seria interessante haver uma visita de representantes da nossa Câmara.

Comércio e negócios. No que tange ao comércio, o saldo é favorável ao Brasil. O Benim não deve ser encarado como um mercado final, mas como uma porta de entrada para o conjunto da CBAO e, em especial, para a vizinha Nigéria. Exportamos produtos alimentícios, máquinas e equipamentos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil e o Benim mantêm ampla agenda de cooperação. Foram concluídos projetos nas áreas de gestão portuária e de agroecologia e cooperativismo. Está finalizando-se o processo do Cotton-4 + Togo. Vale observar que o Benim é o primeiro produtor de algodão da África Ocidental.

Novas demandas de cooperação: área esportiva, programa de merenda escolar, capacitação profissional de funcionários da chancelaria local e turismo.

Pretendo dar continuidade aos esforços de divulgação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação.

Em especial eu pretendo, tenciono, ampliar os laços com a comunidade dos Agudás, que são os ex-escravos retornados do Brasil e que representam cerca de 5% da população beninesa, ou seja, 500 mil pessoas.

Há um fluxo regular de visitas em ambos os sentidos, de pesquisadores acadêmicos, empreendedores culturais e autoridades religiosas de cultos tradicionais e afro-brasileiros.

Existe uma demanda de ensino do português de Benim. Entre 2009 e 2012, houve leitorado nas universidades de Abomey-Calavi e Porto Novo, que foi suspenso.

Caso mereça a aprovação de V. Exas. para o cargo a que o Sr. Ministro Ernesto Araújo e o Presidente Bolsonaro me indicaram, comprometo-me a priorizar a promoção comercial, a cooperação técnica e a difusão e divulgação cultural, além do atendimento à comunidade brasileira. Pretendo também incrementar as relações do Brasil com o Níger, que, neste momento, não exploram a sua potencialidade.

Agradeço a oportunidade de fazer esta exposição e declaro que finalizei.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a Embaixadora Regina Célia Bittencourt.

Indo na mesma esteira da homenagem às mulheres, coloco, agora, para fazer uso da palavra por cinco minutos, a Embaixadora Ellen Osthoff.

**A SRA. ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Muito obrigada, Sr. Senador.

Boa tarde, Sras. Senadoras e demais Senadores presentes, bem como meus colegas de ministério, em especial minha colega Embaixadora Regina Bittencourt, a quem terei a honra de substituir, caso seja aprovada por esta Comissão.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar, em especial, o Senador Nelsinho Trad, como Presidente desta Comissão, mas também como Relator da minha candidatura, o que muito me deixa honrada.

Se me permitem, eu vou continuar lendo para tentar me ater aos cinco minutos.

Burkina Faso quer dizer terra dos homens íntegros, na combinação das duas línguas mais faladas pelas principais etnias de um país que conta com cerca de 60 etnias, oriundas de reinos que remontam a centenas e centenas de anos. E por que eu considero esse dado importante? Porque essas etnias não obedecem ao traçado das fronteiras atuais, desenhadas ao final dos anos 1800, e podem ser encontradas nos 15 países que compõem a África Ocidental de hoje, países com os quais o Burkina Faso mantém laços muito fortes. Isso se aplica também a tudo o que envolve os países da região, onde se observa um efeito dominó para os demais países, dadas as fortes relações entre as diversas etnias e os países da região.

Tendo esse quadro como pano de fundo, eu queira abordar a questão relacionada com a importância estratégica do Burkina Faso. Estudos recentes da Agência Francesa de Desenvolvimento apontam que a região do Sahel é a que mais vem crescendo em todo o continente africano, a taxas médias de mais de 5%, o que vem atraindo cada vez mais a ação diplomática e econômica de outros parceiros não tradicionais, como Estados Unidos, China e Alemanha. O próprio Burkina Faso não fica atrás, pois vem crescendo a uma média de 6% ao longo dos últimos cinco anos, ocupando um lugar estratégico em termos geopolíticos, da mesma maneira que o seu vizinho Mali, país com o qual o Burkina Faso tem a fronteira mais extensa.

Do tamanho do Estado do Tocantins, com poucos recursos naturais, o Burkina Faso, no entanto, é rico em recursos minerais, tendo se tornado o quarto país africano exportador de ouro, atraindo investimento de mineradoras e empresas de infraestrutura, mas também a cobiça do terrorismo de jihadista, interessado em financiar as suas atividades.

Com uma população em torno de 20 milhões de habitantes, com um Índice de Desenvolvimento Urbano dos mais baixos, é preciso contextualizar, no entanto, que tais indicadores representam uma grande melhora em relação a 20 anos atrás.

Embora o islamismo seja a maior religião, abarcando 60% da população, trata-se de um islamismo recente, não fundamentalista. E isso é importante, porque as diferentes etnias têm um histórico de tolerância religiosa e de convivência pacífica, o que, inclusive, gerou a presença de missionários brasileiros.

As mulheres trabalham para garantir a sobrevivência de suas respectivas famílias, exercem o direito a voto e dirigem suas próprias motonetas, que é o meio de transporte mais utilizado localmente.

Os dados relacionados com o comércio bilateral já foram amplamente apresentados pelo Sr. Relator, de forma que vou apenas relembrar que, embora o volume do comércio ainda esteja baixo, tem





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tido saldo sistematicamente favorável ao Brasil. E, desde que os dois países trocaram embaixadas residentes – o Brasil, em 2007, e Burkina Faso, em 2009 –, a pauta comercial bilateral vem se intensificando, incluindo produtos brasileiros de maior valor agregado.

Além de continuar apoiando a entrada de empresas brasileiras em Burkina Faso, minha intenção seria, caso aprovada, também potencializar o intercâmbio de estudantes universitários, através do programa PEC-PG, e também a cooperação técnica, um projeto de mais longo prazo, como esse bem sucedido projeto Cotton-4, que foi levado a cabo pela Embrapa, mencionado pelo Sr. Relator. O referido projeto é importante, porque ele não só abriu a entrada para produtos brasileiros de maior valor agregado, como também gerou projetos em outros 15 países.

Enfim, tendo esse cenário mais amplo como pano de fundo, eu queria mencionar brevemente três questões que eu considero mais prementes. São três temas inter-relacionados e que têm a ver com a importância estratégica de Burkina Faso. São eles a pandemia, que tem estado sob controle, o terrorismo de jihadista, que já provocou o deslocamento de 1 milhão de refugiados somente em Burkina Faso, e as eleições presidenciais e legislativas, marcadas para 22 de novembro próximo. Essas eleições são importantes, porque serão o segundo pleito democrático que se realiza após a Revolução Popular de 2014, que tirou um governante que estava há 27 anos no poder.

Como creio não ter tempo suficiente para abordar cada uma dessas questões, eu me coloco ao dispor de V. Exas. para responder perguntas mais adiante.

Eu queria somente finalizar, assegurando que, caso seja aprovada por V. Exas., estarei indo para Burkina Faso com muito entusiasmo, não somente porque, ao longo do processo de sabatina, eu me encantei pelo país, mas também porque, depois de 42 anos de ministério, estarei completando um ciclo de ter servido o Brasil em todos os continentes.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Mais uma inspiração para que o Itamaraty possa designar mais mulheres para a carreira: a nossa querida Embaixadora Ellen.

Com a palavra, agora, o Embaixador Luís Ivaldo. V. Exa. tem cinco minutos.

**O SR. LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, Sr. Relator! Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores!

Com sua licença, eu começarei diretamente minha exposição.

O Iraque tem 437 mil quilômetros quadrados de área... (*Pausa.*)

Desculpe-me. O som está chegando?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está perfeito. Pode continuar.

**O SR. LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Desculpe-me.

Bom, como eu ia dizendo, o Iraque tem uma área de 437 mil quilômetros quadrados, o que, aproximadamente, é equivalente ao Paraguai ou, em termos de Brasil, a São Paulo e Paraná juntos. A população é estimada em 38 milhões de habitantes e, com uma renda *per capita* de paridade de poder de compra de US\$18 mil, ele é considerado um país de renda média superior, de acordo com os critérios do Banco Mundial. A economia é amplamente dominada pela exploração do petróleo e do gás natural, sendo que o Iraque é o país que tem as terceiras maiores reservas mundiais de petróleo, depois da Venezuela e da Arábia Saudita.

Bom, o Iraque é o Berço da Civilização, mas o tempo disponível não permite abordar 5 mil anos de história.

Na forma atual, o Iraque foi criado após a 1ª Guerra Mundial como um mandato da Liga das Nações à Grã-Bretanha. Ele se tornou independente em 1932, como uma monarquia, e se transformou em república em 1958. O Saddam Hussein se tornou Presidente do Iraque em 1979, e o período, desde então, tem sido marcado por grandes atribulações.

Entre 1980 e 1988, houve a guerra com o Irã. Em 1990, a invasão do Kuwait seguida pela expulsão do Iraque de lá durante a Guerra do Golfo, de 1991. Em 2003, o país foi invadido por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos sob a justificativa de que ele estaria desenvolvendo armas de destruição em massa, e o Saddam Hussein foi deposto. Com isso, uma série de tensões entre grupos étnicos e religiosos que vinham sendo abafadas pela força passaram a eclodir com violência. Em 2005, foi adotada uma nova Constituição. Em 2011, foi encerrada a ocupação militar estrangeira, mas esse ciclo de tensões entre os vários grupos étnicos e religiosos persiste. Em 2014, o autodenominado Estado Islâmico desfechou uma ofensiva e chegou a ocupar mais de um terço do território do país, inclusive grandes centros urbanos, mesmo em Mossul, que é a segunda maior cidade do Iraque. Em 2017, com o auxílio de uma nova coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos, o Estado Islâmico foi expulso desses territórios, mas, se ele foi derrotado, ele não foi erradicado e continua efetuando operações.

O Brasil e o Iraque estabeleceram relações diplomáticas em 1967, e a Embaixada do Brasil em Bagdá foi criada em 1972.

Na sequência do choque do petróleo, o Iraque se tornou um parceiro comercial estratégico do Brasil nas décadas de 70 e 80, chegando a ser responsável por 60% do fornecimento do petróleo brasileiro.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida, o Brasil conseguiu conquistar uma posição de bastante relevância no mercado iraquiano com exportações de material bélico, automóveis, alimentos, com a realização de grandes obras de engenharia, sendo que a Petrobras chegou a descobrir e operar grandes campos de petróleo no sul do Iraque.

Com a decretação, pelo Conselho de Segurança, de sanções econômicas contra o Iraque, a partir da invasão do Kuwait, esse relacionamento econômico praticamente cessou de existir, a Embaixada foi fechada e as relações passaram a ser mantidas por intermédio da Embaixada...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – ... em Amã.

Em 2012, o Brasil voltou a contar com o Embaixador residente em Bagdá, e retomou-se o processo de desenvolvimento em comércio bilateral. Em setembro de 2018, celebrou-se o acordo de estruturação da dívida iraquiana, sendo que o débito remanescente foi liquidado em seguida.

Entre 2017 e 2019, a corrente de comércio situou-se sempre na faixa de US\$900 milhões, com amplo superávit a favor do Brasil. Se V. Exas. decidirem me honrar com sua aprovação, eu pretendo priorizar a continuidade desse trabalho feito pelos meus antecessores na tentativa de aumentar tanto a dimensão quanto a diversidade da pauta exportadora brasileira para o Iraque.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Luís Ivaldo.

Mais uma vez, o registro, em nome de todos os Senadores desta Casa, das escusas pelo exíguo tempo que V. Exas. estão tendo para as suas apresentações, mas foi a única forma que a gente encontrou para dar sequência a todo o trabalho com sucesso.

Passo, de pronto, a palavra ao Embaixador Renato Soares.

V. Exa. tem cinco minutos.

**O SR. RENATO SOARES MENEZES** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Trad. Muito obrigado.

Boa tarde, Senador Chico Rodrigues. Muito obrigado pela relatoria, pelas palavras generosas a meu respeito.

Boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e colegas presentes.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exposição do Senador Chico Rodrigues vai facilitar bastante a minha própria exposição, porque o Senador falou, basicamente, sobre várias coisas que eu pretendia expor. Então, eu vou poder me ater ao tempo que me é permitido falar.

A República do Congo tornou-se, como foi dito, independente, em 1960, da França, passou por duas guerras civis, na década de 90, e, a partir de 1999/2000, tornou-se um dos países mais estáveis da região centro-africana.

A Embaixada do Brasil em Brazzaville é um importante posto de observação e um canal direto com o governo do país, pelo papel que a República do Congo teve e ainda tem na região, pela inserção estratégica de seu governo em questões de estabilidade, governabilidade, fluxo de mercadorias, manutenção da paz e defesa do meio ambiente.

A República do Congo é uma nação muito respeitada pelos vizinhos africanos e pelas nações europeias também, por ter sido berço de reinos importantes com ascendência intestina sobre os vizinhos.

O atual Presidente, Sassou Nguesso, tem um grande conhecimento da política regional, envia tropas, defende os vizinhos em questões de soberania e estende a sua influência até mesmo ao norte da África, à parte setentrional da África, como, por exemplo, ao Estado Líbio, sendo ele hoje um dos principais articuladores do processo de remontagem da Líbia, país que teve grande importância comercial e política em relação aos países da África Central.

Se os senhores me honrarem com a aprovação para que eu seja o Embaixador em Brazzaville, eu pretendo realizar duas ou três atividades que considero importantes. A primeira delas, em relação à parte educacional e cultural, isso porque eu acredito que a cultura e a língua portuguesa são primordiais para o conhecimento recíproco entre os países. É com base no conhecimento do país, no caso o Brasil, que se podem lançar as relações comerciais, econômicas, técnicas ou o que seja. Então, se eu conseguir criar um leitorado brasileiro na Universidade de Brazzaville, eu já me darei por satisfeito, recompensado em parte.

A ideia é entrar em contato com aquela universidade e uma universidade do Brasil, talvez a Universidade de Brasília, para que vejam a possibilidade de se estabelecer um convênio entre elas e o possível ensino do português na Universidade de Brazzaville.

Um outro ponto seria em relação à Comissão Mista Bilateral, que foi criada em 1984, mas que só se reuniu uma vez até hoje, no próprio ano de 1984. Então, pretender-se-ia estabelecer uma nova reunião, uma segunda reunião, com a presença de empresários, comerciantes, interessados, quando a questão da pandemia permitir.

À parte disso, pretender-se-ia também fazer com que uma empresa particular que atua atualmente no Congo em três projetos bastante importantes para o país – Água para Todos, Saúde para Todos e um







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexo industrial em torno da capital, Brazzaville – permaneça atuando, porque essa tem sido uma atividade bastante positiva para o governo congolês.

No que diz respeito à república centro-africana, também ela se tornou independente da França em 1960. Ao contrário, porém, da república congolês, ainda sofre bastantes conflitos internos.

O poder central tem controle de 30% do território, os 70 outros por cento estão na mão de numerosos grupos rivais de milícias, o que provoca uma questão securitária bastante grande no país. E a função da Embaixada em Bamingui, através da Embaixada em Brazzaville, é acompanhar esse processo, na expectativa de que haja uma solução para esses conflitos na república centro-africana e que possamos incentivar e aprimorar o nosso relacionamento bilateral.

Muito obrigado. É tudo o que eu diria.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Embaixador Renato Soares.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Flávio Hugo. Cinco minutos V. Exa. tem.

**O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. (*Falha no áudio.*)

... no continente africano. Eu explico: ao conquistar sua independência da Coroa britânica no final dos (*Falha no áudio.*)

... *per capita* à época era de apenas US\$100. Decorridos 53 anos, Botsuana hoje é considerado um país de renda (*Falha no áudio.*)

... um dos índices mais elevados na África. Esse bom desempenho, a meu ver, tem dois fatores principais: em primeiro lugar, é a estabilidade política. (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Embaixador Flávio Hugo...

**O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – ... Estado democrático... (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Embaixador...

**O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Por favor, está havendo uns cortes na sua explanação. Se o senhor puder, tire o vídeo e deixe só o áudio; vamos ver se melhora.

Pode dar sequência.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Como eu dizia, a liderança de (*Falha no áudio.*)

... estável, com eleições regulares e transparentes, e, do ponto de vista da economia, soube criar um ambiente favorável ao investimento (*Falha no áudio.*)

... e também o turismo e a pecuária.

Embora conte com dados positivos, Botsuana enfrenta questões comuns (*Falha no áudio.*)

... diversificar a economia é atacar a alta taxa de desemprego, que está por volta de 20%, em (*Falha no áudio.*) ... cerca de 80% dos bens e serviços de que necessita.

Botsuana mantém boas (*Falha no áudio.*) ... Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, que é a instituição que visa, em último lugar, à integração regional dos países da região.

Brasil e Botsuana (*Falha no áudio.*) ... nos anos 2000, que essas relações ganharam impulso. Primeiro, com a troca de visitas de alto nível, a visita do Presidente de Botsuana ao Brasil, a visita do então Presidente Lula a (*Falha no áudio.*) ... do nosso relacionamento tem sido a cooperação técnica. No passado, nós tivemos e realizamos o importante programa de combate ao HIV em (*Falha no áudio.*) ... hoje temos também um importante projeto na área de cooperativismo.

Na área comercial, é que há muito a se fazer. E eu agradeço muito o ponto levantado (*Falha no áudio.*) ... eu procurarei atacar essa deficiência no intercâmbio comercial, buscando oportunidades comerciais e de investimento para empresas brasileiras.

E do lado (*Falha no áudio.*) ... África-Brasil ou até mesmo a Fundação Getúlio Vargas, para que venham visitar o país e examinar possíveis projetos de cooperação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Flávio Hugo.

De pronto, da mesma forma, passo a palavra ao Embaixador Bruno Luiz.

**O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Alô.  
Alô.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está ótimo o som. Pode seguir.

**O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está ótimo o som.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de tudo, boa tarde a todos.

Eu gostaria de parabenizar os Srs. Senadores por este esforço concentrado de sabatinas, que é uma forma inédita de cooperação entre o Parlamento e o Executivo e do qual se orgulham todos os brasileiros.

O Senegal é um país pobre em recursos naturais, com uma população de 16 milhões de habitantes, um PIB *per capita* baixo, de US\$1,5 mil, e um índice de alfabetização também baixo, de apenas 50%.

Os bens produzidos no país são poucos e a maioria é de natureza primária, tais como amendoim, algodão, milho, produtos da pesca e fosfato. Consequentemente, a oferta exportável é também muito reduzida.

Apesar desses desequilíbrios de natureza estrutural, a economia senegalesa tem apresentado desempenho significativo nos últimos anos, com taxas de crescimento entre as mais altas da África, em torno de 6% ao ano.

Devido à sua localização geográfica, o país constitui um *hub*, um polo comercial em toda a África Ocidental, e tem ganhado importância o setor de serviços, que representa cerca de 60% do PIB e que engloba as atividades comerciais e a relevante indústria do turismo.

Essa indústria transformou-se em importante fator de captação de divisas externas. Milhares de franceses, sobretudo aposentados, compraram residências secundárias no país, onde passam boa parte do ano procurando fugir do inverno europeu. Nesse sentido, destacam-se Dacar e a cidade balneária de Sali, ao sul de Dacar, a 100km da capital.

Na realidade, o Senegal, por sua estabilidade política, tirou benefício, nos últimos anos, da grande instabilidade regional. Dacar, por exemplo, atraiu muitas empresas regionais e internacionais que estavam instaladas aqui, em Abidjan, e que deixaram a Costa do Marfim em função da guerra civil de 2011.

A fim de estimular e desenvolver a economia do Senegal, o Presidente Macky Sall lançou o Plano Senegal Emergente, pelo qual o país se propõe a atingir a condição de emergente até 2035. Serão investidos 12 bilhões de euros na economia, com o objetivo de modernizar a agricultura, a indústria, o setor de transportes e de criar novos polos turísticos para estrangeiros. Os primeiros resultados do plano já estão aparecendo. Recentemente, foi inaugurado um novo aeroporto internacional em Dacar que é um dos mais modernos da África e foi construída uma moderníssima autoestrada ligando a capital ao balneário de Sali. Dacar, segundo relatos de amigos que ali vivem, virou um verdadeiro canteiro de obras, atraindo empresas do mundo todo, mas, infelizmente, as nossas empresas continuam com pouco ou nenhum acesso a esse pujante mercado.

Em relação à política interna, desde a independência, em 1960, o Senegal tem sido um caso exemplar de democracia representativa na África. O país é conhecido por sua cultura de tolerância, e, ao contrário do que ocorre em outros Estados da região, não há registro de movimentos religiosos radicais





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuando em seu território. Não houve até o momento nenhum atentado terrorista no Senegal. Eleito em 2012, o Presidente Macky Sall reelegeu-se em 2019 para um mandato de cinco anos.

Sobre as relações políticas bilaterais, é importante enfatizar que o Brasil e Senegal celebram, em 2020, 60 anos de relações diplomáticas. Ao longo desses anos, os dois países estabeleceram relacionamento sólido de amizade e cooperação. As relações são extremamente cordiais e não existe qualquer contencioso entre os dois países.

Apesar das oportunidades abertas pelo Plano Senegal Emergente aos investidores e exportadores brasileiros, as nossas exportações continuam em um patamar muito baixo em relação ao nosso potencial exportador. Em 2019, o Brasil exportou o equivalente a US\$135 milhões para o Senegal e importou quase US\$5 milhões, US\$4,7 milhões, em produtos daquele país. Os principais itens da pauta exportadora brasileira foram arroz, ovos e açúcar de cana. Vale destacar que o Senegal é o terceiro maior comprador do arroz brasileiro no mundo e a principal porta de entrada do produto no continente africano. Já as importações de produtos senegaleses concentram-se em insumos industriais, ácido fosfórico e minérios de zircônio. Outro problema é que a pauta exportadora brasileira é muito pouco diversificada e se concentra em produtos básicos de pouco valor agregado.

Com relação à Gâmbia, que é um país menor, o intercâmbio comercial bilateral em 2019 atingiu o patamar de US\$79 milhões com um saldo de US\$78 milhões para o Brasil. A pauta de exportação brasileira se concentra em dois produtos principais: açúcar e arroz.

Para concluir, Srs. Senadores, eu gostaria de enfatizar que, na minha avaliação, temos no Senegal e na Gâmbia um quadro parecido com o que ocorre praticamente em toda a África negra, que é a percepção por nossos parceiros africanos do Brasil como sendo uma grande potência, mas uma potência ausente e distante do continente. Ao longo das últimas décadas, o nosso País – esta é a verdade, pela minha experiência em Libreville e aqui – foi encolhendo no continente negro e caminhando lentamente para uma situação de quase insignificância, tendo sido superado por países muito menores como o Marrocos, a Turquia, etc., isso sem falar da China, França, Estados Unidos, etc. Como a natureza tem horror do vazio, o espaço livre deixado pelo Brasil foi paulatinamente ocupado por nossos concorrentes. Fomos no passado muito mais importantes do que somos hoje na África.

É imenso o capital de simpatia que o Brasil e os brasileiros têm na África, em toda a África. É comum em todo o continente vermos adultos e crianças com a camisa da seleção brasileira. Por exemplo, quando nós nos apresentamos como brasileiros, imediatamente os sorrisos e as portas se abrem aqui na África. Agora, esse grande capital de simpatia – que pode ser traduzido pelo conceito de *soft power* – é subtilizado e dificilmente se transforma em negócios concretos para as nossas empresas.

Há aqui uma coisa que eu gostaria de ressaltar. Brasileiros que moram em Abidjan me contaram que durante a guerra civil de 2011 saíam às ruas com uma bandeira do Brasil ou com a camisa canarina,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e as cores nacionais lhes davam maior proteção frente aos grupos armados que aterrorizaram a capital marfinense, ou seja, as cores nacionais lhes abriam caminho no meio do caos urbano.

E é esse quadro de *gap*, de assimetria entre o nosso grande *soft power* na África e o nosso pequeno *hard power* no continente africano que precisa ser revertido por meio de uma agressiva política de reconquista do continente.

Em suma, todos os africanos adoram o Brasil, torcem pela seleção brasileira, são fãs de carteirinha do Neymar, mas têm pouquíssimas possibilidades de comprar produtos brasileiros, pois esses praticamente não chegam aos mercados locais.

Caso seja aprovado por V. Exas., em Dacar, o meu objetivo será o de trabalhar para que o Brasil ocupe a posição de destaque que merece; para que as nossas relações com Senegal e Gâmbia ganhem mais substância; para que aumente, de modo significativo, tanto em termos qualitativos, como quantitativos, a nossa presença nesses dois países. Para tal, é necessário dar mais densidade às nossas relações, por meio da promoção de um maior número de visitas de alto nível e da reativação dos trabalhos das comissões mistas ou dos mecanismos de consulta política bilaterais.

Existem felizmente boas perspectivas, que dizem respeito a importantes vendas, entre outros, de ônibus, pela Marcopolo; de aviões e material de defesa, pela Embraer; de máquinas e implementos agrícolas em geral; de material genético para o aperfeiçoamento dos plantéis bovino e caprino locais, etc. Cabe agora, então, concretizar todos esses negócios.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador pela brilhante exposição.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Embaixador Rafael de Mello. V. Exa. também dispõe de cinco minutos.

**O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Sras. e Srs. Senadores, Senadora Eliziane Gama, Relatora da minha indicação para a Embaixada do Brasil em Luanda, agradeço ao Sr. Presidente da República e ao Chanceler Ernesto Araújo pela indicação do meu nome para tão nobre e relevante cargo à frente da Embaixada do Brasil em um país estratégico nas relações bilaterais.

Agradeço igualmente à Secretaria da Comissão de Relações Exteriores, bem como a todos os Senadores e Senadoras que viabilizaram a realização desta que, como disse o Presidente Nelsinho Trad, é uma reunião histórica da Comissão de Relações Exteriores.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As relações bilaterais do Brasil com Angola, embora a independência de Angola de Portugal tenha sido reconhecida em 1975, datam, na verdade, de mais de 400 anos antes, ou seja, estamos com cinco séculos de relacionamento do Brasil com Angola. Essa relação iniciou-se já no início do fluxo de escravos de Angola para o Brasil, no século XVI, o nefasto tráfico de escravos que regia aquela época histórica, a ponto de que o jesuíta Gonçalo João, no século XVI, já dizia que "sem Angola, não há Brasil", dada a intensidade do relacionamento que se iniciou, do Brasil com Angola, já 500 anos passados.

Hoje, Brasil e Angola têm uma parceria estratégica, de altíssimo nível, com grande densidade em todas as áreas de atuação, que se pauta em alguns elementos essenciais: o idioma comum, português, a imigração forte dos dois lados, investimentos e comércio de elevadas proporções, uma geografia que une Angola e Brasil através do Atlântico Sul.

Elementos importantes nessa parceria são acordos relevantes para os dois países, que já foram firmados, como o próprio Acordo de Parceria Estratégica de 2010; o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Econômica de 1980; o Acordo de Facilitação de Investimentos de 2017; e o Acordo de Defesa, que está sob análise de V. Exas. no Senado neste momento. Ainda em negociação, encontram-se acordos de dupla tributação para transportes aéreos e marítimos e assistência jurídica mútua.

Um dos pilares importantes da relação bilateral com a Angola é a cooperação em defesa, que envolve missões de assessoria militar, como exercícios militares conjuntos; comércio, pois a Angola é um dos três maiores compradores de produtos de defesa da África; participação da Embraer, com mais de 16 aeronaves militares e perspectivas de novas vendas para Angola; atuação conjunta dos dois países na Zopacas (Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul); e, entre outros elementos dessa cooperação em defesa, a possível construção de uma base e academia naval em Angola com atuação brasileira.

A cooperação bilateral do Brasil com a Angola já envolveu mais de 71 acordos desde 1980, com ênfase nos diversos ramos do conhecimento. Hoje, a cooperação técnica envolve acordos relevantes de grande benefício para a sociedade angolana, como o banco de leite humano, que colabora para a redução da mortalidade infantil em Angola já com níveis bastante concretos; o acordo para o controle do câncer; e o acordo de cooperação para atenção a pessoas com doenças falciformes, em vigor entre os dois países. Existem demandas de Angola de cooperação que ainda estão por ser atendidas, como a cooperação na área de controle do HIV, a investigação agrária, a educação inclusiva, a formação de professores e a administração pública.

O comércio entre Brasil e Angola envolve volumes bastante elevados, cerca de US\$580 milhões, níveis de 2019, que caíram bastante desde 2018, quando tínhamos US\$4 bilhões em comércio bilateral. Hoje, estamos falando de um salto comercial de US\$300 milhões para o Brasil, concentrado em açúcar, carnes de aves, carnes bovinas e suínas e máquinas de construção. Angola, por sua vez, exporta para o Brasil produtos de alto nível, derivados de petróleo, como o gás liquefeito também. Vale lembrar que







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Angola é, para o Brasil, um importante mercado não só pelo seu potencial, mas também como região central na África.

Não falarei muito sobre a economia de Angola, porque já está no relatório da Senadora Eliziane.

Investimentos são fortíssimos os brasileiros em Angola na área de infraestrutura, tecnologia de informação, turismo e energia renovável, que são campos de ampliação para novos investimentos brasileiros.

A cultura conta com o Centro Cultural do Brasil, que ensina o Português e promove eventos culturais de grande nível na capital, Luanda.

Na área consular, estamos falando de 20 mil brasileiros, a maior concentração de brasileiros no continente africano, além de milhares de angolanos que vivem hoje no Brasil, muitos deles refugiados da guerra civil. Na pandemia, a gestão do Embaixador Paulino Franco se responsabilizou pela repatriação ao Brasil de centenas de brasileiros que estavam retidos em Angola.

A educação conta com programas importantes na área de ensino de graduação, pós-graduação e com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia, que se encontra no Ceará e já formou mais de 500 alunos angolanos.

A política interna do Presidente João Lourenço. Ele foi eleito com 61% dos votos, portanto, ele tem a maioria qualificada para atuar no país. Sua pauta é de anticorrupção, reforma das instituições, eleições autárquicas graduais, diversificação da economia petroleira e combate à impunidade.

Na minha gestão à frente da Embaixada do Brasil, caso seja aprovado por esta nobre Comissão, eu pretendo concluir os acordos em aberto, atender a demandas de Angola em cooperação, explorar cooperação em gestão pública, transparência e combate à corrupção, ampliar o enfoque da cooperação para agricultura, inovação e serviços, criar uma missão empresarial brasileira na área de agricultura, com ênfase em carne bovina e soja, criação da adidância agrícola, diversificação de investimentos com o setor privado, com menor dependência de fundos estatais nos investimentos brasileiros em Angola, a criação do Consulado Geral, a ser discutida com as altas autoridades competentes do Governo brasileiro, a possível criação de uma escola Brasil em Luanda, manter a agenda de encontros de alto nível, que já envolveu seis visitas presidenciais nos últimos anos, iniciativas para a divulgação da cultura afro-brasileira e sua integração com a angolana e a criação de uma incubadora de empresas para pequenas e médias empresas, com enfoque em inovação, em cooperação com o Sebrae, na Embaixada do Brasil em Luanda.

Muito obrigado, Sr. Senador, Sras. e Srs. Senadores, pelo tempo concedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Parabéns, Embaixador Rafael de Mello, pela exposição.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez peço escusas aos nobres Embaixadores pelo exíguo tempo que cada um tem para fazer a sua apresentação, mas de outra forma não seria possível dar sequência e concluir os trabalhos da sabatina e da votação de 32 embaixadores.

O próximo Embaixador é Sérgio França Danese.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

Com a palavra o Embaixador Sérgio França Danese.

**O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Presidente Fernando Collor, a quem agradeço a generosidade do relatório, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, manifestar o meu agradecimento pela designação para esse próximo posto de Pretória, junto com as duas cumulatividades, caso conte com a aprovação de V. Exas.

Queria também dizer que o relatório do Presidente Collor é muito sucinto e muito preciso, de forma que eu vou me concentrar apenas numa rápida exposição sobre os três países, focado em questões conceituais.

A África do Sul é um país muito especial, com um processo de descolonização que foi praticamente único na história, um país que se descolonizou a si mesmo, com o fim do *apartheid*.

É um país muito destacado nas relações internacionais, um Estado moderno e democrático, consolidado, com um enorme potencial econômico, um país de muitos recursos naturais, de muito potencial, e que apresenta também grandes contrastes e muitos desafios, o que o torna muito semelhante ao Brasil, na questão da concentração de renda, da pobreza, de altos índices de desigualdade, da questão da violência urbana, da necessidade de reforço de infraestrutura e de uma série de outras questões que o tornam muito próximo do Brasil, em matéria de desafios.

É uma democracia estável, que tem sido colocada à prova, mas acho que tem conduzido bem esse processo de consolidação de uma democracia muito jovem, que começou em 1994, depois de uma história muito conturbada, e tem enfrentado hoje em dia, naturalmente, o problema do agravamento das desigualdades, apesar de ter dado uma resposta muito firme, muito decidida, à questão da pandemia do Covid-19. Isso provocou, obviamente, pesados reflexos na economia e representa um desafio para o país.

É um país de economia aberta, embora seja de economia mista, com uma presença grande do Estado na economia.

É um país com uma liderança imensa na África. Foi um dos líderes do processo de negociação e, agora, de implementação do Acordo de Livre Comércio da África, que terá uma grande importância para





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil, como parceiro da África do Sul, uma vez implementado nele, justamente nessa alavancagem que nós precisamos fazer das nossas relações com toda a África.

É um país de primeira importância para o Brasil; é a segunda maior economia da África, depois da Nigéria; é membro do Ibas (Índia, Brasil, África do Sul), as três maiores democracias do mundo, em desenvolvimento; é membro do Brics; é membro do G20; é um país com uma liderança diplomática muito ativa, muito engajada, na África e em todo mundo; é um país que tem interesses conosco no Atlântico Sul; é um parceiro estratégico do Brasil – é o único parceiro estratégico do Brasil na África, ao lado da Nigéria –; e é, como eu disse, um vetor – por toda essa influência, por todo esse peso que a África do Sul tem na África – fundamental para a política africana do Brasil naquele continente.

É um mercado de dimensões muito importantes: tem 57 milhões de habitantes – para que tenham uma ideia, a Argentina, nosso terceiro parceiro comercial, tem 45 milhões de habitantes.

Nós temos ainda um comércio relativamente modesto com a África do Sul, US\$1,8 bilhão, com um superávit para nós, mas há um enorme espaço para que esse comércio possa ser ampliado.

Há investimentos recíprocos, importantes, tanto brasileiros, na África do Sul, quanto sul-africanos, no Brasil, e uma série de áreas de cooperação em que é possível desenvolver uma relação muito densa, muito sólida, com prováveis bons reflexos na nossa relação comercial.

Há várias áreas em que nós temos desenvolvido programas de cooperação técnica, tais como meio ambiente, saúde, agricultura familiar, enfim, e até o próprio segmento da crise do Covid-19 poderá ser um campo de atuação para a nossa diplomacia na África do Sul.

É um país, portanto, com uma elevada capacidade de absorver e de responder a um bom programa de cooperação que o Brasil possa lhe apresentar.

Uma preocupação que nós devemos ter neste momento, depois e até que se conclua a crise do Covid-19, é sobre a questão da ligação aérea direta entre a África do Sul e o Brasil, a única que existe da África do Sul com o continente sul-americano e que está sofrendo, neste momento, uma descontinuidade importante, por conta da Covid-19.

Nós temos uma embaixada de dimensões adequadas na África do Sul, ela tem um trabalho muito intenso a realizar, e, caso aprovado pelo Senado, o meu trabalho será o de aprofundar o enorme diálogo político que já existe com a África do Sul, a cooperação e a promoção dos interesses econômicos e comerciais do Brasil na África do Sul. E vamos tratar de aproveitar essa grande projeção que a África do Sul tem em toda a África para fazermos a nossa política.

Eu falo rapidamente sobre Maurício.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maurício é um país insular, que, como todo país insular, tem uma forte personalidade e não apresenta problemas decorrentes de divisões étnicas, presentes em outros países.

É um país estável, democrático, relativamente próspero – é o segundo Índice de Desenvolvimento na África e o 66º mundial –, tem boas perspectivas de crescimento econômico e apresenta, portanto, grandes oportunidades para o Brasil.

Obviamente que nosso comércio ainda é muito limitado – cerca de US\$40 milhões de comércio absoluto, totalmente feito do lado brasileiro –, mas há perspectivas importantes de cooperação que nós podemos desenvolver e que nós trataremos de fazer, caso contemos com a aprovação no Senado.

O Reino do Lesoto, finalmente, o segundo posto cumulativo a que eu teria de atender, é um país muito singular, rodeado inteiramente pela África do Sul, que exerce sobre ele uma influência estabilizadora importante.

É um país com frequente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE** (Para expor. *Por videoconferência.*) – ... política, mas que tem um alto índice de alfabetização, que tem um interesse muito grande na cooperação que o Brasil possa lhe prestar. De forma que, embora essas relações estejam muito incipientes ainda com o Brasil, há um campo grande para que nós possamos explorar melhor esses laços de cooperação entre o Brasil e o Lesoto.

Eu acho que eu fico por aqui, Presidente. Agradeço muito a sua atenção e a de todos os Senadores e Senadoras.

E agradeço muito essa oportunidade única, histórica, que nos estão brindando, de fazer essa sabatina tão especial, para podermos avançar com a nossa política externa em todo o mundo.

Muito obrigado.

**O SR. NELSON TRAD** (PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Sérgio Danese, mais uma vez pedindo desculpas pelo exíguo tempo.

Passo a palavra ao Embaixador Laudemar Gonçalves.

V. Exa. tem, igual aos outros, cinco minutos.

**O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Nelson Trad, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, boa tarde.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de me associar aos meus colegas num agradecimento ao inédito esforço do Senado Federal, em particular desta Comissão, em apreciar os nossos nomes no dia de hoje.

Agradeço ainda ao meu Relator, Exmo. Sr. Senador Antonio Anastasia, que há três anos presidiu a sessão desta Comissão que aprovou o meu nome para ser Embaixador do Suriname.

Como bem sabem V. Exas., os laços diplomáticos com o Irã remontam a 1903. Embora nossas relações bilaterais tenham variado ao longo desse período, elas sempre foram pautadas pelo respeito mútuo, pela cordialidade e pelo profissionalismo.

Da parte do Brasil, nós buscamos hoje o equilíbrio possível entre, de um lado, a firme defesa dos valores da liberdade, da democracia, do respeito ao direito internacional e aos direitos humanos e, de outro, a consecução dos interesses brasileiros, sejam eles político-estratégicos, econômico-comerciais, científico-tecnológicos e outros.

A atuação diplomática brasileira reconhece a importância regional da República Islâmica do Irã, situada em área do Globo historicamente estratégica, extremamente conturbada, complexa, foco de grandes tensões políticas, religiosas, econômico-comerciais e militares.

Essas tensões extrapolam as fronteiras do Oriente Médio e da Ásia Ocidental e afetam, em maior ou menor grau, praticamente toda a comunidade internacional.

Embora não seja fonte única de preocupação para a paz e a segurança internacionais, a questão nuclear é sensível. O Governo Federal favorece a solução pacífica das controvérsias e respalda o trabalho da AIEA na verificação dos compromissos de não proliferação de todos os países não nuclearmente armados, parte do TNP, como é o caso do Irã. Está presente em Teerã, portanto, e constitui posto de observação diplomático imprescindível para melhor acompanhar a geopolítica regional, o papel nele desempenhado pelo Irã e, por conseguinte, para melhor defender os interesses brasileiros.

Sr. Presidente, ainda que tenhamos acordos e entendimentos com o Irã nas mais diferentes áreas, o fluxo de comércio adquiriu, nos últimos anos, especial relevância. Em 2019, o Irã foi o quinto maior importador de *commodities* no agronegócio brasileiro, sobretudo de milho, soja, carne bovina e açúcar, o que beneficiou diversos Estados brasileiros. As exportações diretas alcançaram cerca de US\$2,2 bilhões, como bem ressaltou o meu Relator, Senador Anastasia, e esse valor pode ser ainda maior, já que parte das exportações brasileiras passariam por países intermediários, sobretudo depois da aplicação das sanções unilaterais ao Irã.

Essas sanções, aliadas às consequências da atual pandemia, que afetam a todos nós, aprofundaram a crise econômica iraniana, limitando ainda mais a capacidade de pagamento do País.

Neste ano, houve queda das compras do Brasil, como, de resto, de vários parceiros do Irã.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos opções para manter nossas exportações de *commodities* e para ampliar nosso comércio bilateral em outras áreas não sujeitas às sanções, inclusive de produtos de maior valor agregado, como implementos agrícolas e equipamentos médico-hospitalares, por exemplo.

Devemos ainda estar preparados para futuros entendimentos diplomáticos que levem ao levantamento dessas sanções, como ocorreu a partir de 2015, o que abriria enormes oportunidades adicionais de negócios para o Brasil.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a política exterior brasileira se beneficia cada vez mais da ativa participação do Poder Legislativo. As últimas visitas recíprocas dos grupos parlamentares de amizade Brasil-Irã, Irã-Brasil, ocorreram em 2018, mesmo ano, aliás, em que visitou o Teerã o Exmo. Sr. Senador Presidente Fernando Collor, então Presidente desta Comissão.

A recente renovação da composição dos grupos de amizade em ambos os Parlamentos – de que fazem parte do lado brasileiro, como sabem, 15 Senadores, dos quais dez integrantes desta Comissão – poderá contribuir para os nossos contatos bilaterais.

Caso venha a ter meu nome aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, para exercer o cargo de Embaixador na República Islâmica do Irã, eu me sentirei muito honrado em poder receber, em Teerã, membros desta Comissão, do grupo de amizade parlamentar Brasil-Irã e do Congresso Nacional.

Eu agradeço muito a atenção e estou à disposição para informações adicionais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Laudemar Gonçalves.

Passo a palavra ao penúltimo embaixador deste bloco, Embaixador José Carlos.

**O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa noite a todos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, meus colegas, neste encontro histórico e inédito de uma sabatina virtual, gostaria de mencionar que vou apresentar, nesta primeira rodada, três aspectos que me parecem importantes.

O primeiro é a questão política da Costa do Marfim, porque, na verdade, estamos à beira de uma eleição no próximo dia 31 de outubro, uma eleição presidencial, em que o Presidente da República não iria ser candidato, mas, infelizmente, o seu delfim político, o seu candidato escolhido, faleceu inesperadamente – o seu ex-Primeiro-Ministro, Amadou Gon Coulibaly –, e o Presidente da República,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alassane Ouattara, foi, de certa forma, instado por seus correligionários a assumir uma terceira candidatura presidencial, que não estava prevista.

E, com isso, o Conselho Constitucional da Costa do Marfim foi consultado e deu parecer favorável ao Presidente Ouattara.

O problema é que ele já tem dois mandatos, e este terceiro começa a ser questionado por diferentes segmentos da sociedade marfinense.

Houve distúrbios nas últimas semanas, a situação se complicou um pouco com essa oposição, e nós estamos aí a pouco mais de um mês das eleições sem saber exatamente o que vai acontecer no *day after*, o que será o novembro na Costa do Marfim, se persistirem as reações contrárias ao atual Presidente, caso ele seja eleito, porque também não temos essa segurança.

O conselho constitucional estabeleceu que são quatro candidatos. E, para enfrentar o atual Presidente, outros segmentos da oposição também apresentaram suas candidaturas. Então, essa questão política que envolve a Costa do Marfim hoje não pode deixar de ser mencionada porque ela condiciona tudo mais que virá posteriormente. E há uma sombra na Costa do Marfim desde 2010, 2011, quando o país, infelizmente, caminhou para uma guerra civil, de curta duração, mas uma guerra civil, e ninguém na Costa do Marfim, nem no continente nem na comunidade internacional gostaria que isso se repetisse.

Dito isso, eu gostaria de dizer que a Costa do Marfim é um grande produtor agrícola, é um dos países de maior potencial agrícola na África, é o país de maior projeção econômica na África francófona, é um país de grande projeção política e econômica na África Ocidental. Por isso, a situação interna da Costa do Marfim interessa muito além da África, interessa à França, por exemplo, interessa aos seus grandes parceiros.

Então, a questão econômica está em jogo na medida em que, pressionada por essas vicissitudes políticas, não se pode deixar de reconhecer que o país, que tem um grande potencial agrícola, que é o maior produtor de cacau do mundo, que é o quarto produtor de café do mundo, que é um grande produtor de castanha de caju hoje e que também tem uma expressiva produção de algodão e de outros *commodities* do mundo tropical, precisa de paz interna para que tudo isso não se perca.

O Brasil e a Costa do Marfim têm, nos últimos cinco anos, uma balança comercial muito incerta – às vezes, o déficit é da Costa do Marfim e, outras vezes, o déficit é brasileiro, mas o Brasil vai equilibrando a sua balança comercial com a Costa do Marfim dependendo de cada ano nesses últimos cinco anos. O Brasil tem um potencial muito grande nessa relação comercial porque nós temos produtos industriais que interessam à Costa do Marfim: os aviões da Embraer, os ônibus da Marcopolo, que já são uma realidade numa compra recente. Então, nós temos muitos produtos de maior valor agregado que podem esse intercâmbio comercial, com o Brasil vendendo produtos industriais.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso eu venha a merecer a aprovação da minha indicação para Embaixador do Brasil em Abidjã, eu gostaria de ressaltar que deverei dar continuidade às observações sobre a atuação do BAD e da Organização Internacional do Cacau, que estão sediadas em Abidjã, tentar realizar uma comissão mista Brasil-Costa do Marfim, que não se realiza desde 2014, de restabelecer a conexão aérea que tivemos no passado entre Abidjã, São Paulo e Rio, e também estimular um pleito que é deles de estruturarem uma academia diplomática na Costa do Marfim, com o apoio do Instituto Rio Branco, e trazer de volta alunos marfinenses para o Instituto Rio Branco, como tivemos no passado, nos anos 70, nos primórdios do instituto em Brasília.

Essas são as minhas primeiras observações nesse exíguo tempo que nós temos. Muito obrigado ao Presidente Nelsinho Trad por esta oportunidade. Essas são as minhas primeiras observações.

Estou à disposição para quaisquer outras perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador José Carlos.

Passo, de pronto, a palavra ao Embaixador Carlos Sérgio, o último deste bloco.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

**O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado ao Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, e a toda a sua equipe e às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores pela sessão histórica que se realiza hoje, assim como ao meu Relator, Senador Humberto Costa.

Agradeço ao Sr. Presidente da República a indicação do meu nome à consideração do Senado Federal para representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, na Áustria.

A Agência Atômica existe desde 1957. É um organismo internacional independente, que faz parte do sistema das Nações Unidas dedicado essencialmente à aplicação da energia nuclear para fins pacíficos, à segurança técnica e física dos materiais e das instalações nucleares e à administração de salvaguardas nucleares, que são medidas para evitar desvios para fins não pacíficos. São temas que interessam a diversas áreas do Governo brasileiro e que têm merecido atenção em alto nível.

Por coincidência, a Conferência Geral anual da Agência teve início hoje, 21 de setembro, e dela estão participando, pelo Brasil, dois Ministros de Estado: o Ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, que chefia a delegação, e o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia.

Além da Conferência, que reúne seus 171 Estados-membros, a Agência dispõe de um órgão executivo, que é a Junta de Governadores. São 35 assentos, e o Brasil é membro ininterrupto desde a







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

criação da agência. Vinte nacionais brasileiros ocupam, hoje, cargos no secretariado, entre os quais duas diretorias e cinco de alto nível profissional.

O orçamento da agência é compartilhado de maneira equitativa entre seus membros, cabendo ao Brasil menos de 3%. Parte do que é contribuído para a cooperação técnica, por exemplo, retorna na forma de programas e projetos. É muito importante que a cota brasileira seja paga em dia, inclusive para manter o nosso direito de voto nas decisões.

Esses vínculos do Brasil com a Agência, que são sólidos e de longa data, podem se estreitar ainda mais nos próximos anos. Isso porque os interesses econômicos estratégicos da área nuclear, tanto para o Governo quanto para o setor privado, são, hoje, muito significativos. Basta mencionar algumas das áreas de ação e oportunidades que decorrem da Política Nuclear Brasileira, como, por exemplo, a expansão da geração de energia nucleoe elétrica, incluindo a retomada das obras de Angra 3, a produção, em escala comercial, de urânio enriquecido, a autossuficiência em radiofármacos e a construção de submarino com propulsão nuclear, no âmbito do Programa Prosub da Marinha do Brasil.

As dimensões e a substância dessa agenda levam, naturalmente, a uma intensificação das relações com a Agência: primeiro, na cooperação em tecnologia nuclear, que tem, hoje, muitas vertentes, desde a geração de energia até a mineração, agricultura, saúde humana; segundo, no acesso a padrões técnicos do mais alto nível na segurança nuclear e na proteção radiológica, e; terceiro, na aplicação apropriada e eficiente de medidas de salvaguardas, nos termos dos compromissos assumidos pelo Brasil.

A execução desses procedimentos de salvaguardas pode ser orientada de maneira a maximizar sinergias também com a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, a Abaac, que é a agência bilateral de verificação nuclear.

Em todos esses campos, existe espaço para negociações diplomáticas, sempre buscando ampliar a autonomia estratégica, operacional e tecnológica do Brasil.

Além da agência atômica, cabe uma breve referência também a organismo conexo que tem sede em Viena e que é a Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, a OCTBT.

A proibição de testes é verificada por uma rede mundial de monitoramento que, no Brasil, inclui estações sísmicas de infrassom e de radionuclídeos. É um sistema tecnicamente sofisticado que nos abre outras frentes de formação, de cooperação e de obtenção de informações e conhecimentos especializados.

Em síntese, esses seriam os pontos principais e as perspectivas de ação na nossa missão em Viena, que me proponho a aprofundar, caso mereça a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal.

Permaneço à disposição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Carlos Sérgio pela explanação.

Agradeço a todos que compuseram o segundo bloco, o bloco intermediário.

Agora, nós vamos entrar no último bloco. Nós temos quatro sabatinas virtuais e quatro presenciais.

Apenas ressalto que a gente tem que procurar tirar as lições proveitosas de tudo nas nossas vidas. Eu penso que esta sessão histórica e inédita, como já disseram alguns dos oradores, vai servir de exemplo para que outras sabatinas possam, assim, ser realizadas, é lógico, com o tempo maior para cada um, vez que essa condição remota vai gerar economia ao Itamaraty, porque vai evitar fazer com que o Embaixador tenha que se deslocar até Brasília, economia de passagens, diárias, gastos em geral, e, com certeza, é uma dinâmica realmente interessante que a gente inaugurou aqui no Senado da República.

Nós temos apenas três perguntas do e-Cidadania.

Uma veio daqui do Distrito Federal para a Embaixadora Ellen: "Como o Brasil pode colaborar com o fortalecimento da democracia em Burkina Faso?"

Daqui a pouco, eu passo a palavra para a Embaixadora Ellen.

Outra veio do Rio de Janeiro, Fernanda Delgado.

Identifica qual é o embaixador que relator esse aqui. *(Pausa.)*

Só vamos identificar o embaixador que relatou. *(Pausa.)*

Para o Embaixador Flávio Hugo, quem pergunta é Fernanda Delgado: "Qual a relevância macroeconômica para o Brasil de uma embaixada na República do Botsuana?"

E a Vanessa Santana, de São Paulo, para o Embaixador Bruno Luiz: "Como o embaixador vai proceder caso uma brasileira entre em contato com a Embaixada alegando estar em cárcere privado?"

As perguntas que chegam a gente tem de fazer, e os embaixadores, se puderem, respondam.

Então, com a palavra a Embaixadora Ellen.

**A SRA. ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS** (Para expor. *Por videoconferência.*) –

Eu agradeço a pergunta, porque, inclusive, ela me confere a oportunidade de me estender um pouco mais sobre um dos temas que queria ter falado durante a apresentação, que tem a ver com o processo eleitoral em curso em Burkina Faso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso lembrar que Burkina Faso, assim como outros da região, acabou de completar 60 anos de independência e passou, ao longo desses 60 anos, por alguns períodos de instabilidade, com golpes militares, governos ditatoriais. E o atual Presidente, Kaboré, está conduzindo não só o processo democrático, mas tendo, no governo civil, também conduzido a transição democrática que se deu quando da saída do Presidente anterior, que havia ficado 27 anos no poder, conforme eu já disse.

É preciso lembrar também a figura de um líder carismático chamado Thomas Sankara, que acabou sendo não só uma lembrança e uma memória forte e marcante em Burkina Faso, mas também na África. Ele, durante a década de 80, tornou-se presidente após numa revolta popular que o levou ao poder. E, como líder marxista militar, ele tentou implantar, ou iniciou pelo menos, a implantação de uma série de reformas estruturais.

O mandato dele foi curto. Ele foi tirado do poder exatamente pelo presidente que ficou 27 anos, o Kampalrê, que, por sua vez, foi tirado em 2014 também por uma revolta popular. Essa revolta popular de 2014 é importante porque foi levada exclusivamente pela população burquinadense e foi motivada, em grande parte, pela memória de Sankara, e o processo democrático que se instalou em seguida está em curso.

A comunidade internacional está bem atenta a isso, porque a crise que provocou um milhão de refugiados e a pandemia são elementos que, agora, podem afetar o calendário eleitoral, e também há o elemento da contaminação pelo que aconteceu no Mali, que acabou de sofrer um golpe militar.

Isso tudo, enfim, é para responder que o Brasil pode apoiar o processo democrático ao continuar emprestando o seu apoio e atuando junto com a comunidade internacional para garantir que o processo democrático continue sendo implantado e reforçado na África.

O Brasil tem laços importantes com a África. Então, não só por esses laços, mas também porque, pelo peso do Brasil como país, esse apoio é fundamental.

Eu acho que, enfim, não teria mais a acrescentar no momento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Ellen.

Com a palavra, para responder a Fernanda Delgado, do Rio de Janeiro: "Qual a relevância macroeconômica para o Brasil de uma embaixada na República do Botsuana?", Embaixador Flávio Hugo.

**O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Falha no áudio.*) ... assinalar no momento é que, em termos de relevância macroeconômica, as relações econômicas são pouco representativas, mas uma missão diplomática não se restringe apenas ao comércio. (*Falha no áudio.*) ... objetivos é justamente buscar oportunidades





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicas e de investimento para empresas brasileiras. Hoje já há um projeto de investimento (*Falha no áudio.*) ... Se tudo der certo, essa mesma empresa pretende levar a experiência para outros produtos hortigranjeiros. Então, é importante ter (*Falha no áudio.*) ... a defesa de brasileiros, a defesa dos nossos interesses, a representação do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador pela resposta.

O último Embaixador, que vai responder à Sra. Vanessa, de São Paulo: "Como o Embaixador vai proceder caso uma brasileira entre em contato com a embaixada alegando estar em cárcere privado?", Embaixador Bruno Luiz. (*Pausa.*)

Por favor, ative o som, Embaixador Bruno.

**O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi! Alô, alô! Está bem agora? Está bem.

Então é o seguinte, Vanessa: o primeiro esclarecimento é dizer que todo o setor consular brasileiro no exterior dá apoio integral aos brasileiros no exterior. Nesse caso concreto, hipotético de uma brasileira que está sendo ameaçada, a primeira providência que nós tomamos é de mandar um responsável pelo setor – um vice-cônsul, etc. – averiguar *in loco* se existe realmente esse tipo de problema, ou seja, mandar alguém da embaixada falar diretamente com a cidadã brasileira que esteja sofrendo esse tipo de agressão e sevícia. E, se efetivamente ocorrer algum tipo de ameaça à integridade física da nossa cidadã, nós, imediatamente, a embaixada imediatamente entra em contato com a chancelaria local e com as autoridades policiais locais, para que tomem as devidas providências, no sentido de liberar a cidadã brasileira. Nós podemos até, se a ameaça realmente continuar no tempo, pedir auxílio financeiro ao Itamaraty para que a nossa compatriota seja repatriada para o Brasil.

São basicamente esses os procedimentos mais imediatos de apoio à cidadã brasileira em questão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador pela resposta.

Encerrada a sabatina desse grupo, agradeço a participação de todos e vamos proceder à apuração da votação.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Secretaria que proceda à apuração e faça registrar no telão.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado.

O Sr. Embaixador Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque, foi aprovado com 18 votos SIM e 01 contrário.

Está aprovado.

Comunico que o Sr. Embaixador Renato Soares Menezes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana, também foi aprovado com 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.

Comunico que o Sr. Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Botsuana, obteve 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.

Comunico que o Sr. Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e também na República da Gâmbia, obteve 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.

Comunico que o Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola, recebeu 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.

Comunico que a Embaixadora Regina Célia de Oliveira Bittencourt, que vai exercer suas funções de Embaixadora do Brasil na República do Benim e também na República do Níger, obteve 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovada.

Comunico que o Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, indicado para exercer o cargo de Embaixador na República da Costa do Marfim, obteve 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que o Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado para exercer o cargo de representante do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica e organismos internacionais conexos, com sede em Viena, na Áustria, obteve 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.

Comunico que a Embaixadora Ellen Osthoff Ferreira de Barros, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso, com 18 votos SIM e 01 contrário, foi aprovada.

Comunico ao Embaixador Laudemar Gonçalves Aguiar Neto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã, teve 18 votos SIM e 01 contrário.

Aprovado.

E comunico que o Embaixador Sérgio França Danese, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, também no Reino do Lesoto e na República de Maurício, que obteve 18 votos SIM, 01 contrário, foi devidamente aprovado.

Uma salva de palmas a todos os Embaixadores e Embaixadoras aprovados. (*Palmas.*)

Declaro encerrado este bloco.

Já estamos recebendo a pauta do bloco subsequente.

Parabéns a todos os Embaixadores!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu posso pedir um complemento de aplauso? Porque V. Exa. dirigiu esta sessão, que é histórica mesmo, em que houve produtividade, houve concisão, e os assuntos foram debatidos como mandam a Constituição e o Regimento. Por isso, eu queria mais um complemento de aplauso endereçado a V. Exa. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – E fico muito feliz que o Presidente desta Comissão e ex-Presidente da República Fernando Collor tenha dito: "Muito bem" à modesta iniciativa que eu tomei. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – E aproveito para enaltecer o fato de ele ter visitado, como Presidente desta Comissão, paragens não muito procuradas, como a Síria, num momento difícil, e o Irã, que são países que fazem parte da nossa história.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Determino à assessoria que possa fazer chegar à mesa a sequência do terceiro bloco. *(Pausa.)*

Um intervalo de cinco minutos para a gente poder organizar a mesa aqui.

*(Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 33 minutos.)*







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Fernando Collor e Carlos Fávaro, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Ciro Nogueira, Fernando Bezerra Coelho, Major Olímpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Telmário Mota, Antonio Anastasia, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Marcos Rogério e Marcos do Val, e ainda dos Senadores não membros Otto Alencar e Carlos Viana. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Rocha, Mara Gabrilli e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e também da presente reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 10, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 11, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 12, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 13, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 16, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) nº 25, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) nº 17, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Collor (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) nº 19, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) nº 21, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) nº 41, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se a reunião às vinte horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Nelsinho Trad**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/09/21>

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos iniciar o último bloco.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sexta Reunião, dia 21 de setembro de 2020, segunda-feira, após o término da 5ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Abertura.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Informo às Sras. e aos Srs. Senadores que estão acompanhando a reunião remotamente por videoconferência que, neste momento, as mãos serão abaixadas e vamos iniciar as inscrições para a lista de oradores.

Antes de iniciarmos a apreciação da pauta, passo à leitura das normas e diretrizes da 6ª Reunião.

Os relatórios das mensagens constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora 9, de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência para debate e leitura do relatório. Entretanto, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio das urnas já devidamente instaladas dentro do Senado da República.

Para otimizar os trabalhos, os indicados serão divididos em três grupos com dois Embaixadores e um grupo com quatro Embaixadores. As sabatinas começarão com a participação dos dois Senadores Relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos Embaixadores para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, com duração de três minutos por Senador. Consequentemente, com as respostas dos Embaixadores, o tempo total será de cinco minutos.

As regras e procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020, com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa 14, de 2020 e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020.

Nós vamos fazer, primeiro, com os remotos para aproveitarmos o sinal e o teste que ora foi feito.

Item 7.

**ITEM 7****MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Marcio Bittar

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Determino e solicito que o Senador Fernando Collor possa fazer a relatoria *ad hoc*.

V. Exa. dispõe de cinco minutos para ler o relatório.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Como Relator.) – Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente Nelsinho Trad, e conforme sua orientação passo a ler, na condição de *ad hoc*, o relatório apresentado por S. Exa. o Senador Marcio Bittar.

Trata-se da indicação do Sr. José Antonio Gomes Piras, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Ennio Piras e Maria Nazareth Gomes Piras, nasceu a 19 de outubro de 1952, em Além Paraíba, Minas Gerais. Em 1975, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco. Em 1984, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2007, o Curso de Altos Estudos, defendendo a tese “A Relevância da Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha no Período 1996-2005”.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1976; promovido a Segundo-Secretário em 1979; a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1985; a Conselheiro, por merecimento, em 1993; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2007; a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2011; e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2019.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe da Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores de 1993 a 1994 e Diretor-Substituto da Agência Brasileira de Comunicação de 2003 a 2006.

No exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra de 1986 a 1989; na Embaixada em Bogotá de 1989 a 1992; na Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, de 1995 a 1998; na Embaixada do Brasil em Bonn de 1998 a 2000; na Embaixada do Brasil em Berlim de 2000 a 2002; na Embaixada do Brasil em Tóquio de 2006 a 2011; no Consulado-Geral em Hamamatsu (Japão) de 2011 a 2017. E, desde 2017, é o Embaixador do Brasil em Trinidad e Tobago.

É autor de “Pequeno Manual do Trabalhador Brasileiro no Japão” (2014) e “Manual do Empreendedor Brasileiro no Japão – Como abrir e administrar sua própria empresa no Japão” (2017).

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco no Grau Grande Oficial em 2013.

Também em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores elaborou relatório sobre a Estônia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Estônia é um país do leste europeu, com 45.228km<sup>2</sup> e mais de 1,3 milhão de habitantes. Em 2009, o Produto Interno Bruto nominal *per capita* foi superior a US\$23 mil.

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais.

Em 2019, o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de US\$18,3 milhões, e o total das importações brasileiras da Estônia foi de US\$20,4 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aves vivas, chás, baunilha e cravo, e os principais produtos importados foram animais vivos – cavalos, cabras e ovelhas –, sementes e carne congelada.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o que apresento, Sr. Presidente Nelsinho Trad.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador e Presidente Fernando Collor.

Visto que os relatórios das mensagens já foram publicados e a vista coletiva concedida, indago aos Srs. Senadores e Senadoras se podemos abrir o processo de votação. (*Pausa.*)





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a anuência de todos e não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação do último bloco, que será feito nas urnas eletrônicas devidamente instaladas dentro do Senado da República.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos passar já para a Mensagem 19, cuja Relatora está aqui presente, Senadora Eliziane Gama.

**ITEM 8****MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senadora Eliziane Gama

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

V. Exa., Senadora Eliziane, dispõe de cinco minutos.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu o cumprimento e, em seu nome, cumprimento a todos os demais colegas e o meu colega Anastasia – com muita honra estou aqui do seu lado –, a quem eu admiro muito. É nosso professor aqui do Senado Federal.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 19, de 2020, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, o nome do Sr. Carlos Eduardo de Ribas Guedes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Carlos Eduardo de Ribas Guedes, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido, observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado.

O Sr. Carlos Eduardo de Ribas Guedes é filho de Max Justo Guedes e Lais Ribas Guedes e nasceu no Rio de Janeiro em 1954. É graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O currículo encaminhado pelo Itamaraty não oferece notícia sobre as atividades do indicado no Instituto Rio Branco (IRBr). Não sabemos, assim, datas da conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco; do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD); e do Curso de Altos Estudos (CAE) e do tema da tese que nele defendeu. De toda forma, tem-se que o diplomata ascendeu a Terceiro-Secretário em 1985; a Segundo-Secretário em 1990; a Primeiro-Secretário em 1998; a Conselheiro em 2005; e a Ministro de Segunda Classe em 2009.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal, destacam-se: missões transitórias nas embaixadas em Trípoli (1997) e em Porto-of-Spain (1998); Cônsul-Adjunto em missão transitória no Consulado-Geral em Lisboa (2000), no Consulado em Caiena (2002) e no Consulado-Geral em Rotterdam (2004); Encarregado de Negócios, em missão transitória, na Embaixada em Manágua (2005); Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado em missões no exterior, na Embaixada em Kingston (2006/08); Coordenador da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2008/14); Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Licitações (2015); Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Roseau (2017); e Cônsul no Consulado do Brasil em Cobiya (2018).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Mali, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil. Desse material, extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Mas há ainda alguns itens aqui complementando o currículo, Presidente. Em 1984, ele concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Em 1993, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2008, concluiu o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese "Propostas para o Fortalecimento Orçamentário do Itamaraty".

A República do Mali, que se tornou independente da França em 1960, está situada no oeste da África. O país não tem saída para o mar e ocupa ao norte parte do Deserto do Saara, território habitado por tribos tuaregues. Historicamente, a região é um dos centros de difusão da cultura islâmica na África. Estima-se que 90% da sua população, calculada em 19 milhões de habitantes, aderiu aos ensinamentos do islamismo.

Esse contingente humano, cujo nível de vida está entre os piores do mundo, concentra-se majoritariamente nas terras férteis às margens do Rio Níger, no centro e no sul do país. Ele abrange expressivo número de grupos étnicos, dos quais a maioria tem concordâncias histórico-culturais, linguísticas e religiosas.

Cuida-se de uma democracia constitucional com sistema de governo semipresidencialista. A Assembleia Nacional, único órgão legislativo do país, é unicameral e está situada na capital, Bamako. A orientação da política externa maliana, que teve fortes laços com a União Soviética, tornou-se cada vez mais pragmática e pró-ocidental. O país, que tem relação diplomática de longa data com a antiga metrópole colonial, é ativo em organizações regionais como a União Africana e a comunidade econômica do oeste africano.

O Mali tem no norte do seu território preocupantes questões relacionadas com banditismo e terrorismo, assim como movimento de independência da região do Azawad, que é estimulado pelos tuaregues, povo nômade que habita a área. Essas circunstâncias levaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas a criar, em 2013, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (Minusma).

A economia maliana reflete a circunstância de ser um dos países mais pobres do mundo, que ocupa a 184ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. A base das exportações são *commodities* – ouro, 62% do total exportado; algodão 10%; animais vivos, 8%. A indústria aurífera, controlada por mineradoras multinacionais – australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas –, situa-se na região sul. Trata-se da terceira maior produção do minério no continente, depois da África do Sul e de Gana. O país importa, de modo destacado, petróleo, medicamentos e cimento.

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1962. No entanto, o Brasil só instalou sua Embaixada em Bamako no ano de 2007. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, só foi aberta em 2011. Percebe-se crescente aproximação dos dois países, sobretudo nas áreas de cooperação





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica – produção cotonífera, piscicultura, pecuária, recuperação dos solos, alimentação escolar – e de defesa – reequipamento e treinamento das forças armadas locais –, bem assim no comércio.

Na esfera comercial, o Mali ocupa a 143ª posição na relação dos destinos de nossas exportações, sendo a 24ª no contexto dos Estados africanos. Exportamos itens alimentares – açúcar, carnes, arroz –, produtos de baixo valor agregado – pneus –, maquinário – agrícola e utilizado na mineração –, veículos automotivos e equipamentos militares para aviões. Merece destaque, no ponto, a venda pela Embraer de 6 aeronaves A-29 Super Tucano para o Mali, em 2016. Nossas importações são inexpressivas.

Já a comunidade de brasileiros residentes no Mali é estimada em 35 pessoas. Esse grupo é integrado essencialmente por missionários – católicos e protestantes – e funcionários das Nações Unidas. O documento informa, ainda, que durante a crise da Covid-19, não houve repatriação promovida pelo Governo brasileiro.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório, Presidente.

Esse é o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Senadora Eliziane Gama.

Já, de pronto, a Mensagem nº 21, de 2020.

## ITEM 9

## MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2020

## - Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.*

A relatoria é do nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

Passo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, que está no sistema remoto, com muito prazer.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

O Sr. José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, filho de Mauro Mendes de Azeredo e de Maria do Rosário Lopes, nasceu no Rio de Janeiro em 1968.

Ele é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. O indicado concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos.

O Diplomata ascendeu a Terceiro-Secretário em 1992, a Segundo-Secretário em 1997, a Primeiro-Secretário em 2003, a Conselheiro em 2007, e a Ministro de Segunda Classe em 2011.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Conselheiro e Ministro na Embaixada em Buenos Aires; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia; Ministro-Conselheiro da Missão junto às Nações Unidas em Nova York; Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Ottawa.

Além do currículo do Diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Suriname, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, bem como a relação dos tratados celebrados entre os dois países. Desse material, extraímos resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

Com relação ao país de destino, o Suriname está situado entre a Guiana e a Guiana Francesa. Com o Brasil são 593km de fronteira, localizada quase toda ela com o Estado do Pará, sendo apenas 25km com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

o Amapá. O país tem o menor território da América do Sul e conta com população estimada em 560 mil habitantes.

Outra curiosidade está no fato de o Suriname ser a única nação fora do contexto europeu em que a língua oficial é o neerlandês. O país, que se tornou independente em 1975, segue mantendo estreitos vínculos culturais, econômicos e diplomáticos com o Reino dos Países Baixos. Não surpreende, assim, que o Suriname seja considerado um país culturalmente caribenho.

O relacionamento bilateral experimenta um momento singular nos últimos cinco anos. Desse modo, verifica-se no período a ocorrência de visitas em nível de chefe de Estado, bem como de chanceler. Inobstante ser o único país vizinho com quem não temos ligações viárias diretas, as relações entre o Brasil e o Suriname têm dinamismo compatível com a estatura de suas respectivas economias.

Dessa forma, a balança comercial é favorável ao nosso País. Em 2019, o intercâmbio atingiu a cifra de US\$36,6 milhões, com saldo favorável de US\$34,6 milhões ao Brasil. Somos o sétimo fornecedor de produtos para o Suriname, que tem como principais parceiros comerciais os Estados Unidos da América, Reino dos Países Baixos, China, Trinidad e Tobago e Japão.

Atualmente, o Suriname é o país com a maior carteira de projetos e programas bilaterais coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação. Essa cooperação técnica abrange distintas áreas, tais como fortalecimento institucional, meio ambiente, geologia, saúde e alimentação escolar. Defesa e segurança pública são por igual temas inseridos na agenda de cooperação.

Relativamente à comunidade de brasileiros residentes no Suriname, ela é estimada entre 15 mil e 30 mil pessoas.

Sr. Presidente, aqui é uma síntese do relatório da indicação do Sr. José Raphael Lopes Mendes de Azeredo para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Suriname.

Pelo currículo e documentos apresentados nesta Comissão, ficam evidentes a experiência e a alta capacidade de militar. Ademais, tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Jarbas Vasconcelos pela leitura do seu relatório.

Passo para o item 10 da pauta.

**ITEM 10**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.*

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues. V. Exa. tem cinco minutos.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 41, de 2020 (Mensagem 493, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o art. 39 combinado com o art. 46 da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Sr. Carlos Alberto Michaelсен Den Hartog, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Carlos Alberto Michaelсен Den Hartog, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Já ao relatório, Sr. Presidente.

Ele se formou em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado, de São Paulo em 1980; ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1983; foi







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1990 e no Curso de Altos Estudos em 2003, ambos também do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Financiamento e Reforma das Nações Unidas (implicações político-orçamentárias para o Brasil)" – uma bela tese.

Ele iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983; ascendeu a Segundo-Secretário em 1987, a Primeiro-Secretário em 1994, a Conselheiro em 2000 e a Ministro de Segunda Classe em 2006 – todas as promoções por merecimento.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia em Bruxelas (1987-1990); na Delegação Permanente do Brasil junto à Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) em Montevidéu (1990-1993); na Missão do Brasil junto à ONU (Organização das Nações Unidas) em Nova York (1998-2001); e nas Embaixadas em Assunção (2001-2004), em Pequim (2004-2009) e na Embaixada junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) em Roma (2011-2015). Além disso, o Embaixador Carlos Alberto também foi Embaixador do Brasil na Jamaica, Representante Permanente do Brasil junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos – 186 países-membros do fundo – e Coordenador do Grupo Latino-Americano e Caribenho. O Brasil é um dos líderes desse grupo.

A República Democrática Federal do Nepal tem uma área de 147 mil quilômetros quadrados e conta com aproximadamente 30 milhões de habitantes, segundo o documento informativo encaminhado pelo Itamaraty. Seu PIB é de US\$29 bilhões, a expectativa de vida é de 70 anos, e a taxa de alfabetização é de 67% da sua população. O seu IDH a coloca na 147ª posição entre 188 países.

Brasil e Nepal estabeleceram relações diplomáticas em 1976. Em 2010, o Nepal abriu embaixada em Brasília, mas o Brasil só abriu embaixada residente em Katmandu em 2011.

O fluxo de visitas bilaterais entre o Brasil e o Nepal é ainda modesto.

O Acordo de Cooperação Técnica, embora tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, ainda aguarda ratificação pelo lado nepalês. Mesmo assim, a cooperação técnica é a principal vertente do relacionamento bilateral, por meio de projetos *ad hoc* referentes a temas sociais, como a proteção à infância, e político-institucionais, como governança e gestão federativa.

Há interesse do Nepal em receber projetos e consultoria de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas, dado o grande potencial hidrelétrico dos rios nepaleses.

O Brasil também mantém com o Nepal comércio bilateral superavitário. Em 2019, a corrente de comércio totalizou US\$2,5 milhões, tendo apresentado aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. As vendas brasileiras para aquele país somaram US\$2,4 milhões, enquanto as compras totalizaram US\$140 mil. Os principais produtos exportados pelo Brasil são hortaliças, leguminosas, especiarias e cereais. Os principais produtos nepaleses importados pelo Brasil são tapetes artesanais tradicionais.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em março de 2015, foi criada a Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil. Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento na área de turismo e hotelaria, com vistas a fomentar investimentos brasileiros na área e a melhorar a estrutura turística no Nepal.

Há oportunidades para as empresas brasileiras de construção em obras de infraestrutura de transportes e de reconstrução pós-terremoto; por outro lado, um dos setores mais competitivos da economia brasileira, o agronegócio, apresenta potencial de expansão para o Nepal.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito deste relatório.

Sr. Presidente, o Embaixador Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog é um diplomata, como V. Exa. e os colegas Senadores perceberam, com vasto currículo no Itamaraty, inclusive tendo servido em vários postos no mundo, o que demonstra exatamente que essa sua ascensão agora ao cargo na República Democrática Federal do Nepal se reveste da maior importância para o Brasil, visto que realmente, pela localização geopolítica e geoestratégica do Nepal, ele é importante para o Itamaraty e para o Brasil.

Eu quero desejar ao Embaixador Carlos Alberto uma bela gestão, a exemplo das demais nos postos que ocupou.

E quero dizer que o Itamaraty é sempre respeitado por todos nós. E aqui, por uma questão de justiça, o nosso Chanceler, na verdade, tem sido injustiçado com alguns comentários, que respeito – nós acatamos –, mas que acho que são injustos, porque ele tem assumido uma posição de coordenação, acima de tudo, dentro das linhas que são orientadas pelo nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro. Então, o Ministro das Relações Exteriores tem todo o nosso apoio.

Concluído este relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, Senador Chico Rodrigues.

Peço um pouquinho de paciência aos Embaixadores que estão no sistema remoto, porque agora nós vamos fazer a leitura dos relatórios dos Embaixadores que aqui se encontram.

Eu pediria apenas que ficasse de pé o Embaixador cujo relatório está sendo lido.

Sr. Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado, pode ficar aí mesmo, para evitar a questão epidemiológica, sanitária, e, na hora de V. Exa. fazer a explanação, V. Exa. vem.

**ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2020**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Fernando Collor

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Passo a relatoria para o Senador Fernando Collor, Relator do Sr. Reinaldo José de Almeida Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Como Relator.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Reinaldo José de Almeida Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Filho de José Aluísio de Resende Salgado e de Zaira Lourdes de Almeida Salgado, nasceu em São Paulo, em 25 de janeiro de 1965.

Cumpriu dois anos de graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1987. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e no Curso de Altos Estudos no mesmo Instituto, em 2006.

Iniciou carreira diplomática como Terceiro-Secretário. Ascendeu a Segundo-Secretário e a Primeiro-Secretário, a Conselheiro, a Ministro de Segunda Classe e a Ministro de Primeira Classe, em





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

2018. Conforme a praxe do Ministério das Relações Exteriores, todas as promoções foram por merecimento, salvo a primeira ascensão, alcançada por antiguidade.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Subchefe da Divisão de Integração Regional, Coordenador-Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia, Chefe da Divisão de Integração Regional e Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul.

Dirigiu o Departamento do Mercosul, o Departamento de Energia e o Departamento para a Sustentabilidade Ambiental, todos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Em 2019, assumiu a Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia.

Ocupa atualmente o cargo de Secretário de Comunicação e Cultura.

No exterior, exerceu funções no Consulado-Geral em Londres, na Embaixada em Caracas, na Missão Permanente do Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias e na Embaixada em Buenos Aires.

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial; Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial; Medalha do Pacificador e Medalha do Mérito Tamandaré.

A análise de sua trajetória evidencia, assim, o amplo conhecimento acumulado pelo diplomata sobre o relacionamento entre o Brasil e a Argentina, insumo valioso para o desempenho do cargo ao qual sua indicação ora se aprecia.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial e o de maior extensão entre as nações de língua espanhola, embora México, Colômbia e Espanha, países com menor território, sejam mais populosos.

A população argentina é atualmente de 44,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 92% residem em áreas urbanas.

Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

No relacionamento bilateral, Brasil e Argentina mantêm laços históricos de importância singular e, ao longo das últimas três décadas, promoveram transformação profunda em aspectos centrais da relação.

É incontornável recordar dois marcos no processo de aproximação, concretizados no início dos anos 90.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles foi a assinatura dos acordos históricos voltados ao uso pacífico da energia nuclear, processo de êxito internacionalmente reconhecido, que tive a honra de conduzir na qualidade, então, de Presidente da República.

Superando anos de suspeição e rivalidades, os acordos lançaram as bases de uma relação transparente e cooperativa entre os dois países, determinantes para o aprofundamento dos demais aspectos da relação. Foram fundamentais, ademais, para a construção de um espaço de paz, entendimento e cooperação na América do Sul.

O segundo marco foi a criação do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, que tive igualmente a honra de assinar na Presidência da República. Integrando os dois países nas modernas tendências do comércio internacional, o Mercosul transformou a nossa geografia econômica, ressignificou nossa inserção no mundo e uniu nossas capacidades produtivas no objetivo comum de uma participação virtuosa na economia mundial.

O resultado é que Argentina e Brasil construíram relação comercial de importância estratégica para ambos os países. Consideradas as informações consolidadas até o final de 2019, a Argentina é o terceiro destino das exportações brasileiras e o Brasil ocupa a primeira posição nas vendas externas argentinas, com elevada percentagem de produtos de alto valor agregado como característica marcante das nossas trocas comerciais. Sua relevância destacada se deve não apenas à magnitude do intercâmbio, mas particularmente à qualidade do comércio e seus desdobramentos positivos sobre a competitividade, o dinamismo e a preservação da densidade tecnológica da estrutura produtiva de ambos os países.

Temos agora o desafio de concretizar o acordo recentemente concluído com a União Europeia, que inclui o mais amplo e complexo instrumento comercial negociado pelo bloco até o momento.

Uma parceria de tamanha relevância demanda mobilização significativa das autoridades também no âmbito do Poder Legislativo, especialmente no sentido de apoiar, promover e intensificar a relação comercial estruturante entre os dois países, tanto no seu aspecto bilateral quanto nos interesses compartilhados no Mercosul. Esse tem sido um dos temas a orientar os trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina desde o início de suas atividades, em 2017, no Congresso Nacional. Do lado argentino, tramita projeto de lei que cria a “Comissão Bicameral Permanente de Integração Bilateral e Cooperação entre Brasil e Argentina”. Com a criação da Comissão no Parlamento argentino, será possível elevar as relações entre os Poderes Legislativos dos dois países a um novo patamar, aprofundando nossos vínculos, de maneira a ampliar o aporte valioso dessa relação para o desenvolvimento inclusivo e duradouro de nossos países e da região.

Brasil e Argentina são hoje países irmãos, que compartilham uma relação vigorosa e enormes desafios comuns. Não há nenhum outro país no mundo com o qual o Brasil tenha empreendido, no passado recente, esforço comparável de diálogo, negociação, trabalho conjunto e trocas de toda natureza.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os laços que nos unem estão disseminados na sociedade, transcendem governos e configuram patrimônio pertencente às nações brasileira e argentina. Estas esperam de seus representantes o aperfeiçoamento e a ampliação do relacionamento arduamente construído, para que possa ser traduzido em benefícios concretos para os cidadãos aqui e lá. Para tanto, é fundamental uma relação respeitosa e pragmática, uma parceria de resultados, para o bem do Brasil, para o bem da Argentina e para o bem da América do Sul.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, Sr. Presidente Nelsinho Trad, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

Agradeço a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao nobre Senador Presidente Fernando Collor a leitura do magnífico relatório.

De pronto, passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para proferir o relatório do Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas, que foi designado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

## ITEM 1

## MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Jaques Wagner

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner, V. Exa. tem cinco minutos.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente Nelsinho Trad, cumprimento a V. Exa., a todos os colegas, a todos os indicados para exercerem cargos como Embaixadores em diversos países, particularmente ao Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas, que é o que apreciaremos e sobre o qual farei o relatório.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

A Mensagem nº 10, da Presidência da República, está acompanhada do currículo do indicado. Ele é filho de Segismundo Garcia de Freitas e Dalva Menandro Garcia de Freitas, tendo nascido em Resende, em 20 de abril de 1954.

Gerson Menandro Garcia de Freitas graduou-se em Ciências Militares pela Aman, em 1975. Possui uma extensa lista de estudos de pós-graduação, que incluem: Mestrado em Ciências Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1984); Curso Avançado de Ciências Militares, no Fort Benning, Geórgia, Estados Unidos (1987); Doutorado em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado Maior (Eceme) (1991); pós-graduação em Planejamento Estratégico, no War College, Pensilvânia, Estados Unidos (2011); e pós-graduação em Relações Governamentais, pelo Insper, São Paulo (2019).

Entre os cargos e funções que desempenhou ao longo de sua vida profissional, achamos por bem destacar: assessor brasileiro na Academia Militar de West Point, Estados Unidos, entre 1994 e 1996; Analista de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico do Estado-Maior do Exército, de 1996 a 1998; Comandante do Batalhão em Uberlândia e do Corpo de Cadetes da Aman, entre 1999 e 2003; Secretário-Geral do Exército e Coordenador-Geral dos Especialistas dos Estados-Membros da ONU, de 2005 a 2007; Vice-Chefe e Subchefe do Estado-Maior do Exército, em 2012; Comandante Militar do Planalto, de 2012 a 2014; Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, entre 2014 e 2016; Comandante Militar do Oeste, de 2016 a 2017; Conselheiro Militar na Missão Permanente do Brasil na ONU, entre 2017 e 2019; atualmente é Gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Apex-Brasil.

Além da dedicação profissional, grandemente voltada para a gestão de relações institucionais e internacionais, o Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas angariou ampla experiência em missões transitórias, seminários e congressos, também com foco em relações internacionais.

Além do *curriculum vitae* do indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Estado de Israel e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros desta Comissão, na sabatina ao indicado.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

As relações entre Brasil e Israel foram estabelecidas em 1949 e, desde então, têm sido marcadas pela cordialidade e amizade e pela paulatina construção de uma agenda bilateral positiva.

A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 110 mil pessoas, segundo o último Censo do IBGE, na qual me incluo), décima maior do mundo, também contribui para que Brasil e Israel tenham um relacionamento privilegiado.

Apesar da reduzida dimensão da área, apenas 20.770 quilômetros quadrados, e de uma população de 9 milhões de pessoas em 2019, Israel tem PIB nominal de US\$387 bilhões e PIB *per capita* anual de US\$42,8 mil, com economia centrada em setores de alta tecnologia.

O intercâmbio comercial de Israel com o resto do mundo, em dados de 2018, foi de US\$138,5 bilhões. As importações somaram US\$61,9 bilhões, e as exportações, US\$76,58 bilhões, representando um déficit comercial de US\$14,678 bilhões. Diamantes, equipamentos de alta tecnologia e produtos farmacêuticos estão entre os principais produtos exportados. Suas principais importações incluem petróleo bruto, grãos, matéria-prima e equipamentos militares.

Israel geralmente registra déficits comerciais consideráveis, que são compensados pelo turismo e outras exportações de serviços, bem como influxos significativos de investimentos estrangeiros.

Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio.

Em 2019, o comércio voltou ao patamar de 2013, momento em que a balança de comércio atingiu US\$1,57 bilhão.

Em 2019, as exportações brasileiras aumentaram 15,51%, em relação ao mesmo período do ano passado, e as importações subiram 3,04%. Ainda assim, as trocas comerciais bilaterais estão aquém do potencial de ambos os países.

Israel é apenas o 57º destino das exportações brasileiras, e o comércio é estruturalmente deficitário para o Brasil. Qualitativamente, a pauta exportadora de ambos os países se tem mantido constante.

A lista brasileira para Israel está centrada em *commodities*. Entre as exportações israelenses para o Brasil, em 2019, defensivos agrícolas e adubos responderam a 32,2% do total. Nesse contexto, além da exploração de novas áreas, há potencial para o crescimento das importações israelenses de carne brasileira, que estão em patamar significativamente inferior àquele dos países árabes.

No biênio 2016/2017, Israel foi o quarto maior exportador de armamentos para o Brasil, atrás de França, Itália e Estados Unidos.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Lembre-se, por fim, de que, a partir do Acordo de Livre Comércio com o Mercosul, firmado em Montevideu, em 18 de fevereiro de 2007, Israel foi o primeiro país fora da América Latina a ter um acordo de livre comércio com o nosso bloco.

Pela natureza de relatório informativo, e não de parecer, nos termos regimentais não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça, que se destina, essencialmente, a instruir a sabatina pelos ilustres Senadores membros desta Comissão, mas eu, pessoalmente, faço questão, Sr. Presidente, de aduzir algo pessoal. Eu tive o prazer de, sendo Ministro da Defesa, de janeiro até outubro de 2015, servindo à ex-Presidenta da República Dilma Rousseff, ter tido o prazer de ter o então Gen. Menandro, hoje na reserva, como realmente o responsável, eu diria, pelos estudos e pelo opinativo estratégico da pasta do Ministério da Defesa e posso dar aqui meu depoimento pessoal, perante os colegas que irão votar, da lhanza no trato, da preparação acadêmica e do compromisso profissional com o nosso País e com a defesa dos maiores interesses da Nação por onde cumpriu seus cargos. Então, faço questão de fazer isso porque tive o prazer, como já disse, de conviver por pelo menos dez meses com o então Gen. Menandro, hoje indicado para a Embaixada do Brasil em Israel.

Era o que eu tinha a comentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pelo vigor físico! V. Exa. já vai completar 12 horas numa maratona, e, portanto, é admirável a sua postura. Parabéns! O Brasil merece esse esforço para que não haja lacunas na nossa representação internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, nobre Senador Jaques Wagner, sempre uma pessoa muito amável.

Vamos agora à Mensagem nº 11, de 2020.

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Marcos do Val





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pronto para deliberação**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

A relatoria é do Senador Marcos do Val, que teve um contratempo e não pôde estar presente.

Solicito, então, ao Senador Antonio Anastasia para que possa proferir o relatório como Relator *ad hoc*.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.)** – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Permita-me saudar V. Exa., os eminentes Senadores presentes, o Senador Esperidião Amin, o Senador Presidente Collor, Senador Mecias de Jesus.

Conforme V. Exa. apregoa, esta Casa do Congresso é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Norberto Moretti, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata. O Sr. Norberto Moretti é filho de Mario Moretti e Maria José Moretti, e nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1965.

Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi aprovado também no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e no Curso de Altos Estudos, do mesmo instituto, com a tese "Interesses Brasileiros e o Acordo de Subsídios da OMC. Necessidades Internas e Restrições Externas: um Balanço", que mereceu o conceito "com louvor".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1995 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assessor na Divisão Especial de Avaliação Política e de Programa (1991) da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1994) e da





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria-Geral do Itamaraty (1995). Foi também Chefe substituto da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2002), Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional (2011), assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2013). Dirigiu o Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2015) e o Departamento de América do Sul, Setentrional e Ocidental (2018). Foi Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (2019), Secretário de Política Externa Comercial e Econômica (2019) e Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (2019), todos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

No Exterior, serviu na Embaixada em Washington (1995), na Embaixada em Buenos Aires (1999), Embaixada em Ottawa (2004) e na Missão junto às Nações Unidas (2007).

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Mérito Aeronáutico, Comendador (2009); Mérito da Defesa, Comendador (2011); Mérito Militar, Comendador (2013); Medalha do Mérito Tamandaré (2013); Ordem Nacional do Mérito da República Francesa, Comandante (2014); Ordem do Rio Branco, Grande Oficial (2014); Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (2019).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Organização da Aviação Civil Internacional.

Trata-se de organização multilateral reunindo 193 Estados partes, da qual o Brasil é membro fundador. Foi criada pela Convenção de Chicago, de 1944. Sediada em Montreal (Canadá), conta com os seguintes órgãos principais: Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado, e tem escritórios em todos os continentes. É ligada à ONU.

Entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve importante trabalho na área da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização.

Atualmente, trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre seus Estados membros.

O Brasil tem sido extremamente atuante na organização e vem fazendo parte do Primeiro Grupo do Conselho desde a sua criação, em 1944. A posição do nosso país é de liderança, dada sua importância no transporte aéreo internacional. O Brasil integra os Comitês de Transporte Aéreo, Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico, bem como diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de dez brasileiros no Secretariado da Organização, sendo que dois deles ocupam cargos de Diretoria. O





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil é o nono maior contribuinte da organização, tendo contribuído, em 2020, com a soma de mais de US\$ 700 mil.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, Sr. Presidente, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório apresentado pelo eminente Senador Marcos do Val, que faço do qual faço a leitura *ad hoc*.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia e já vamos, de pronto, ao Item 4, Mensagem nº 3, de 2020, onde V. Exa. é o Relator de fato e de direito.

## ITEM 4

## MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

V. Exa. dispõe novamente de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Reitero a saudação aos meus pares e um cumprimento especial ao eminente embaixador sabatinado, que se encontra presente neste Plenário.

A Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Paulo Roberto Soares Pacheco, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Paulo Roberto Soares Pacheco é filho de Armando Rodrigues Pacheco e Aracy Soares Pacheco, e nasceu no Rio de Janeiro, a 12 de março de 1964. Graduiu-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1986.

Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997 e no Curso de Altos Estudos em 2007, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os 'progressistas em desenvolvimento'."

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1988. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1994 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2019. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, de assessor do Gabinete do Ministro de Estado, de Chefe de Gabinete e assessor do Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos e de Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos.

Assumiu a chefia da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia em 2019.

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Terceiro Secretário e de Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, de Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá, de Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres, de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires e de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington.

O diplomata em apreço fez jus, entre outras, às seguintes condecorações: Ordem do Mérito Naval; Ordem do Mérito da Defesa; Ordem de Rio Branco, Grande Oficial; Medalha Mérito Tamandaré e Medalha do Mérito Naval, também Grande Oficial.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República do Chile, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República do Chile é o oitavo país mais extenso da América Latina, décimo no continente americano e trigésimo oitavo do mundo.

É limitado a leste pela Argentina, a oeste pelo Oceano Pacífico e ao norte por Bolívia e Peru. Seu território estende-se por 4,63 mil quilômetros de norte a sul — o maior país do mundo no sentido norte-sul; no entanto, sua distância leste-oeste mede apenas 430 quilômetros, no ponto em que seu território é mais largo.

Fazem parte do território chileno as Ilhas de Juan Fernández, Salas y Gómez, Desventuradas e Ilha de Páscoa, todas no Pacífico. Na Antártida, o Chile reclama território que se sobreporia aos pleiteados por Argentina e Reino Unido.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República do Chile, essas caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio e empresarial. Na coordenação política, área em que ambos os países têm aprofundado sua articulação, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no multilateral.

Segundo a informação enviada pelo Itamaraty, é intenso o fluxo de investimentos bilaterais, beneficiando as economias e as sociedades dos dois países. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, o qual ultrapassa a marca dos US\$35 bilhões. As empresas chilenas no Brasil atuam nas áreas de papel e celulose, varejo e energia.

O Brasil, por outro lado, registra investimentos na economia chilena de mais de US\$4,5 bilhões, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos. Em novembro de 2015, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

No tocante ao comércio bilateral, esse, segundo informa o Itamaraty, já está praticamente todo liberalizado, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile. Em 2019, o Brasil foi o principal parceiro comercial do Chile na América Latina, e o Chile foi o segundo sócio do Brasil na América do Sul. O volume total de comércio entre Brasil e Chile, em 2019, foi de US\$8 bilhões, com superávit brasileiro de US\$2 bilhões. Comparado aos anos anteriores, o intercâmbio bilateral no ano de 2019 apresentou curva descendente, com queda das exportações e das importações brasileiras, resultando em diminuição do superávit brasileiro.

O Brasil exporta para o Chile, principalmente, óleos brutos de petróleo, carnes, automóveis e tratores. E importa do Chile produtos derivados de cobre, salmão e vinhos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018, Brasil e Chile assinaram importantes acordos comerciais bilaterais, como o Protocolo de Compras Públicas; o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras e o Acordo de Livre Comércio. Esse último, uma vez em vigor, incorporará os demais instrumentos acima referidos, estabelecendo arcabouço normativo moderno e de amplo alcance, ao abranger temas de natureza não tarifária, como política de concorrência, facilitação de comércio, comércio eletrônico, questões sanitárias e fitossanitárias, gênero, meio ambiente e assuntos trabalhistas.

Interessados em aprimorar a infraestrutura regional, Brasil e Chile constituíram Grupo de Trabalho para tratar de questões logísticas no âmbito do projeto para o Corredor Rodoviário Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile. Esse eixo logístico deverá impulsionar a integração econômica do Brasil à região da Ásia-Pacífico.

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República do Chile, estima-se o seu número em 20 mil pessoas, 70% das quais concentradas na Região Metropolitana de Santiago.

No tocante à sua política externa, o Chile mostra-se adepto da política comercial livre-cambista, sendo parte de 26 acordos comerciais vigentes, abrangendo 64 mercados.

Em 1994, tornou-se a primeira nação sul-americana a integrar o foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. É membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desde 2010. Em 2012, juntamente com Colômbia, México e Peru, constituiu a Aliança do Pacífico.

No âmbito regional, o Chile propôs a constituição do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul, novo espaço de diálogo regional destinado a contribuir para o fortalecimento das relações e da cooperação entre os Estados sul-americanos, com base em valores como a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente relatório.

É o relatório que passo à apreciação dos eminentes pares.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia pelo brilhante relatório.

Passo, de pronto, a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do relatório da indicação do nome do Sr. Antônio Carlos de Salles Menezes, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## ITEM 5

## MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2020

## - Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Com a palavra, o Senador Mecias de Jesus.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, cumprimento V. Exa., os demais colegas Senadores aqui, o nosso mestre Antonio Anastasia, o nosso competente e estimado Esperidião Amin e o nosso Presidente Collor.

Esta Casa do Congresso Nacional, Sr. Presidente, é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Antônio Carlos de Salles Menezes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata. O diplomata indicado é filho de Simplício Augusto Fonseca Menezes e Doris Salles Menezes. Ele nasceu no Recife/PE, em 10 de janeiro de 1959, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1981. No Instituto Rio Branco,





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1986, antes de ingressar na carreira no ano seguinte.

Ainda nessa instituição, atendeu ao Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1996, e cumpriu o Curso de Altos Estudos, em 2013, quando teve aprovada sua tese intitulada “Apoio ao Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), um Projeto Bem-Sucedido: Perspectivas para a Cooperação Sul-Sul Brasileira”.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1987. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014, em promoções por merecimento.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Guiné. A Guiné é uma República presidencialista, o Estado é unitário e dividido em oito regiões. O Presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito a reeleição. O Legislativo é unicameral, composto por 114 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos.

A economia do país possui um setor moderno exportador e explorador de recursos naturais, que contrasta com os outros setores, mais tradicionais e menos dinâmicos, voltados ao mercado interno ou à subsistência. Entre os setores tradicionais, destaca-se a agricultura. Dominada pela produção para consumo local, essa atividade representa aproximadamente 20% do Produto Interno Bruto, embora empregue 76% da população economicamente ativa. A agricultura comercial, mesmo obstaculizada por restrições estruturais, como a precariedade da infraestrutura, vem se desenvolvendo nos últimos anos.

A mineração, por sua vez, absorve a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros. As exportações do país são relevantemente dependentes desse setor. Do total exportado, mais de 50% são representados pelas vendas de bauxita, ouro e alumínio. O diamante é outro recurso importante para a Guiné. No entanto, sua extração é majoritariamente feita de maneira artesanal, por pequenos produtores. Há também grande potencial para a exploração do minério de ferro nas minas de Simandou. A região abriga uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo.

O Brasil reconheceu a independência guineense em 1958 e estabeleceu relações diplomáticas com a República da Guiné em 1973. A embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005, e no ano seguinte foi instalada a embaixada brasileira em Conacri.

O comércio entre o Brasil e a Guiné restringe-se, basicamente, às exportações brasileiras, concentradas no açúcar, produto que, em 2019, correspondeu a mais de 70% do valor exportado. A pauta de importações de produtos guineenses pelo Brasil concentra-se na borracha. Em 2017, registrou-se valor





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais alto que a média no total de importações, que chegou a mais de US\$10 milhões. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

A Guiné foi um dos países favorecidos pela decisão do Governo brasileiro de perdoar as dívidas de alguns países africanos – política de recuperação de créditos que abrangeu a reestruturação de dívidas. O lado brasileiro comprometeu-se com a redução de 98% dessa soma, restando o equivalente a mais de US\$200 mil.

Sendo o que se considera suficiente para o debate e para a deliberação da sabatina, nada mais aqui se acrescenta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a relatoria do nobre Senador Mecias de Jesus.

O próximo relatório...

## ITEM 6

## MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Marcos do Val

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Relatoria, Senador Marcos do Val.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito a gentileza do Senador Anastasia para que proceda à leitura do relatório. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Com muito gosto, Sr. Presidente. Muito obrigado, saudando V. Exa., os nossos pares e os eminentes Embaixadores aqui presentes.

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Sr. Mauricio Medeiros de Assis, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do nosso Regimento Interno, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, no qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Francisco Florêncio de Assis e Ana Maria Medeiros de Assis, nasceu a 21 de maio de 1967, em Natal, Rio Grande do Norte.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1996, após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, sendo, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007, por merecimento; a Conselheiro em 2011, por merecimento; e a Ministro de Segunda Classe em 2019, também por merecimento.

No Brasil, entre outras funções no Ministério, foi Coordenador de Licitações; Chefe da Divisão de Acompanhamento Administrativo dos Postos; e Chefe da Divisão de Informática. É o Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação desde 2019.

No exterior, serviu na Embaixada em Madrid; no Consulado-Geral em Sidney; na Embaixada em Hanói; e no Consulado-Geral em Xangai.

Foi agraciado com a Ordem do Mérito Santos Dumond.

Também em atendimento ao art. 383 do nosso Regimento Interno, o Ministério elaborou relatório sobre o Timor-Leste, no qual destacamos informações seguintes.

O Timor-Leste é um país insular do sudeste asiático, com 14.609 quilômetros quadrados e 1,2 milhão de habitantes. Seu PIB *per capita*, em 2018, era de US\$2 mil. Conquistou sua independência da Indonésia em 2002 e faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As relações do Brasil com o Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. Evidência dessa solidariedade é o amplo programa de cooperação bilateral prestado pelo Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do nascente estado timorense.

A moeda oficial do Timor-Leste é dólar americano. A principal fonte de renda do governo é o petróleo, que responde por 92% das suas receitas.

Os dois principais destinos das exportações – petróleo e gás representam 78%, e café, 14% – do país são a Indonésia e os Estados Unidos. Nas importações, as duas principais fontes dos produtos são a Indonésia e a China.

Apesar da intensa agenda bilateral de cooperação técnica entre Brasil e Timor-Leste, o comércio entre os dois países é ainda modesto. Em 2019, a corrente comercial totalizou tão somente US\$6,7 milhões, a maior parte decorrente de exportações brasileiras – as importações provenientes de Timor-Leste equivaleram a apenas US\$60. Das vendas brasileiras a Timor-Leste, cerca de 80% correspondem a carnes e 18%, a preparações de carnes.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria, não cabem outras considerações neste relatório, que faço, designado *ad hoc* por V. Exa., em nome do Senador Marcos do Val.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia.

Peço a compreensão dos Embaixadores que estão via remota, porque nós vamos chamar primeiro os presenciais para a explanação de cada um, por cinco minutos.

Ao meu lado direito, solicito que venha e se assente o Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel; e, ao meu lado esquerdo, o Sr. Norberto Moretti, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, sediada em Montreal.

Passo a palavra ao Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel. Peço apenas a compreensão para que se atenha ao tempo, a fim de nós concluirmos os nossos trabalhos ainda no dia de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** (Para expor.) – Boa noite, Srs. Senadores.

Eu agradeço ao Senador Nelsinho Trad, Presidente da CRE, por todo dinamismo, liderança e esforço que resultou nesta reunião de hoje – entendemos perfeitamente a dificuldade disto –; ao meu





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator, Senador Jaques Wagner, por toda a orientação e o apoio que me forneceu; ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Chanceler Ernesto Araújo pela indicação de meu nome à apreciação do Senado Federal.

Eu estou extremamente honrado com a indicação e mais ainda ficaria se recebesse a aprovação das senhoras e dos senhores.

Falarei um pouquinho sobre Israel e o relacionamento com o Brasil, inicialmente.

O Brasil está no DNA de Israel desde 1947, naquela célebre sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo eminente brasileiro Oswaldo Aranha, quando houve a partilha da Palestina. A partir daí, criou-se o Estado de Israel e até hoje esse eminente diplomata é reconhecido e admirado em Israel.

Mais recentemente, o relacionamento bilateral se adensou bastante. Sempre foi cordial, mas, devido a visitas presidenciais de alto nível, a abertura do escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a Apex-Brasil, e a celebração recente de seis acordos estratégicos, forneceu-se, então, o arcabouço jurídico que permite que ampliemos bastante a colaboração.

Eu vou falar agora, aqui, de alguns pilares desse relacionamento e que são norteadores, inclusive, de um possível programa de trabalho. Um deles é a comunidade brasileira. Nós somos 15 mil brasileiros em Israel residentes e 86,4 mil visitantes, um aumento de 72% no ano passado. Não me refiro a 2020, que é um ano atípico, e naturalmente o turismo foi muito afetado. É obrigação da nossa representação diplomática prestar todo o apoio onde se fizer necessário a esse universo.

Quanto ao comércio bilateral, o fluxo comercial hoje é de US\$1,57 bilhão, amplamente favorável, ou seja, o superávit está com Israel, que nos exporta US\$1,2 bilhão, enquanto nós só exportamos US\$370 milhões. A explicação disso reside no fato de que os produtos que eles nos exportam são principalmente de alto valor agregado, ao passo que os itens da nossa pauta são produtos comerciais e *commodities*. No entanto, há, sim, condições de reverter isso buscando um reequilíbrio, não só aumentando os itens atuais da pauta, como principalmente diversificando a nossa pauta e incluindo produtos com maior valor agregado.

Quanto ao intercâmbio cooperação, eu abro um parêntese rápido aqui. Eu tive oportunidade de ir a 15 ministérios, a todos os Estados e ao Distrito Federal, às 27 unidades da Federação, e constatei o que existe hoje e o imenso potencial de crescimento, de ampliação. Então, eu vou dividir rapidamente em algumas áreas aqui. Primeiramente, educação, ciência, tecnologia, inovação e saúde; cinco áreas nas quais Israel em escala mundial é grande destaque, e nós temos pouco intercâmbio com Israel nisso. Podemos aumentar bastante o número, por exemplo, de estudantes, professores, pesquisadores, centros de pesquisa e fazermos iniciativas conjuntas. Outras áreas – eu citaria mais quatro –, por exemplo, agronegócio, gestão de recursos hídricos, meio ambiente e energia. Israel é um país que tem 43% de solo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desértico e poucos recursos naturais, recursos hídricos naturais. No entanto, nós temos hoje um agronegócio que nos orgulha muito. De escala mundial e um grande protagonista, o Brasil é um provedor de alimentos para o mundo.

Apesar disso, temos, sim, potencial para aumentar a nossa produtividade. Hoje já temos algum relacionamento na área, por exemplo, de irrigação, fertilização, reuso da água, dessalinização, com potencial bem grande para ampliarmos isso.

Outras quatro áreas que eu citaria: defesa, segurança pública, nos setores cibernético e espacial. Israel é reconhecidamente um país muito avançado em seus meios, equipamentos, doutrinas, táticas e técnicas de defesa, e nós podemos – já há uma cooperação estruturada – adiantar e avançar bem mais.

Encerro aqui, no tempo permitido, cinco minutos, talvez traduzindo isso tudo num grande desafio, que é transformar essa visão política e esse potencial em resultados concretos, com objetivo, estratégia, ação, atividade, meta e indicador.

Eu ficaria extremamente honrado, e reforço aqui, se eu recebesse a distinção por parte dos senhores.

Muito obrigado pela atenção, coloco-me à disposição para as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A dinâmica é a de que nós vamos ouvir os dois e abro para as perguntas.

Agradeço ao Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas.

Da mesma forma que recomendei, eu peço também ao Embaixador Norberto Moretti, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, sediada em Montreal, que se atenha aos cinco minutos.

V. Exa. está com a palavra.

**O SR. NORBERTO MORETTI** (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Antonio Anastasia, que muito me honrou com a sua relatoria *ad hoc*, Sras. e Srs. Senadores, junto-me aos meus colegas que puderam, antes de mim, agradecer muito sinceramente ao Senado, ao Presidente Davi Alcolumbre, a V. Exa., Senador, Presidente desta Comissão, pelo ingente esforço que foi feito, inclusive com algum sacrifício pessoal do Senado e dos Srs. Senadores, para realizar essa maratona de sabatinas no dia de hoje, que efetivamente é um dia histórico nesta Casa.

Eu não vou cansar os senhores e as senhoras repetindo boa parte da informação que o Senador Anastasia fez constar do seu relatório. Eu, apenas a título introdutório, vou me permitir reiterar ou destacar uns poucos elementos de informação de fundo, que são relevantes para minha exposição.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro desses elementos é a absoluta importância da Oaci como instrumento da comunidade internacional para fazer funcionar, na verdade, uma das máquinas mais complexas, que é a aviação internacional, e que permite, ou permitia antes da crise da Covid-19, que cerca de 100 mil voos acontecessem diariamente em todo o mundo de forma adequada e segura.

O segundo elemento que eu gostaria de destacar, de elementos de informação de fundo que o Senador fez constar do seu relatório, repito, é a participação do Brasil na organização. O Brasil é um ator absolutamente central na Oaci, com uma participação reconhecida, ativa.

Nós integramos o conselho da organização que, como o Senador nos informava, conta com apenas 36 dos 193 Estados-membros. Nós participamos do conselho ininterruptamente desde a sua fundação e organização em 1947. Somos um dos 11, apenas, países considerados de importância maior no transporte aéreo internacional.

Nós somos um de apenas dois países latino-americanos que têm assento, embora não como representação do País, mas representação pessoal, na importantíssima Comissão de Navegação Aérea da organização.

Um brasileiro já foi Secretário-Geral da Organização, e o Brigadeiro Ary Bertolino será muito proximamente indicado, oficialmente, candidato ao mesmo cargo. E um brasileiro chefia, dirige o escritório regional da organização na América do Sul, que tem sede em Lima.

Eu agora passo, Sr. Presidente, a fazer breves comentários sobre alguns dos temas que merecerão a minha atenção prioritária, se esta Comissão e o Plenário do Senado entenderem que devem atender e endossar a recomendação de Sua Excelência o Presidente da República.

Atualmente, para além da sua vastíssima, complexa e crescente agenda, a Oaci está mobilizada para ajudar na superação da crise absolutamente sem precedentes que se abateu sobre a aviação internacional, evidentemente causada pela pandemia de Covid-19.

Permito-me mencionar uns poucos números que demonstram a dimensão desta crise. Para 2020, prevê-se em todo o mundo a redução do número de passageiros em cerca de nada menos que 2,8 bilhões e do número de assentos ofertados pelas companhias aéreas entre 49% e 51%. No Brasil, tomando os meses de agosto de 2020 e de 2019, a demanda por voos domésticos caiu 67,5%, a oferta de assentos 65%, o número de passageiros em voos internacionais, impressionantes 92%, e a oferta de assentos 82%.

É uma crise, como eu disse, sem precedentes, não se compara sequer à crise que foi produzida depois dos ataques às torres gêmeas em Nova York.

Globalmente, a perda de receita das companhias aéreas com transporte de passageiros, pode chegar a US\$393 bilhões. No Brasil, aproximadamente, US\$11 bilhões.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto sobre o emprego nesse setor, evidentemente, causa grande preocupação, inclusive no Brasil.

A principal resposta da Oaci foi o estabelecimento da força-tarefa para a recuperação da aviação civil, que sugeriu dez princípios e numerosas medidas práticas destinadas a enfrentar a crise, recomendações aos governos dos Estados-membros.

Outro tema de atual grande relevância na organização é o mecanismo de redução e compensação de emissões da aviação civil internacional, Corsia. Seu objetivo final é o crescimento da aviação civil de modo neutro de carbono. Os operadores aéreos deverão compensar as emissões de suas aeronaves que excedam uma determinada quantidade, por meio da aquisição de unidades consideradas elegíveis para abater suas emissões. O Brasil apoia firmemente uma aviação sempre mais sustentável e atua no sentido de assegurar que o Corsia não limite o potencial de crescimento da aviação brasileira.

A delegação também lida com temas afetos à Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), inclusive seus protocolos de Nagoya e Cartagena, e o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio.

No âmbito da CDB atualmente negocia-se o chamado Marco Global de Biodiversidade Pós-2020, que definirá novas metas de conservação e uso sustentável da biodiversidade, bem como de acesso e repartição justa e equitativa dos benefícios. É um documento de fundamental importância porque balizará os esforços da comunidade internacional na conservação da biodiversidade, uso sustentável dela e repartição de benefícios.

Na CDB e nos seus protocolos, tenciono sempre, se o Senado assim aprovar o meu nome, buscar ativamente assegurar que seja promovido o desenvolvimento sustentável do Brasil, ou seja, nosso desenvolvimento social e econômico de modo ambientalmente responsável.

Quanto ao Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal antes referido – e me aproximo da conclusão da minha exposição, Sr. Presidente –, esclareço que o fundo presta assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento para a implementação desse importante instrumento. Cerca de US\$130 milhões já foram destinados a projetos no Brasil. E, outra vez, se o Senado entender que deve endossar o meu nome, é meu propósito firme seguir trabalhando para que nós obtenhamos desse fundo os recursos necessários à implementação do protocolo pelo Brasil.

Sr. Presidente, eu concluo aqui a minha exposição e fico, naturalmente, à inteira disposição da Comissão.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Norberto Moretti, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, sediada em Montreal, no Canadá.

Abro para as perguntas. Se algum Senador quiser fazê-las, o momento é agora. *(Pausa.)*

Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não vou fazer perguntas, mas eu não poderia deixar, na presença dos dois, de desejar a eles felicidades. V. Exa. sabe que tanto eu quanto o Senador Amin e o Presidente Collor gostamos muito das sabatinas e as acompanhamos, mas as circunstâncias excepcionais nos limitam, e nós compreendemos bem essas circunstâncias.

Mas eu não poderia deixar de fazer aqui uma referência, agradecer ao Embaixador Moretti, cumprimentá-lo e agradecer muito ao Embaixador Menandro o telefonema que me deu, aliás, desejando boa sorte a ambos nas missões que vão enfrentar, porque são postos desafiadores, mas ambos têm toda a condição de realizar com muito êxito as suas atribuições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Na mesma toada, V. Exa. sabe que eu procuro ser assíduo nessas reuniões de sabatina, como se chama, dos candidatos a postos de representação do nosso País e até em consideração ao fato de ambos, tanto o Embaixador Moretti quanto o Gen. Menandro, terem compartilhado o risco leve, mas é um risco, da reunião presencial, sobre a qual comentávamos.

Eu queria fazer só dois comentários: primeiro, a Organização da Aviação Civil Internacional funciona em Montreal. Há mais alguma organização assemelhada ou ela é a IATA? Porque a IATA também tem sede em Montreal. Essa é a minha primeira pergunta.

E a segunda: se a oferta de vagas, de assentos na aviação comercial brasileira foi de 65%, aliás, caiu 65%, e a oferta de ocupação caiu 67,5% – estou fazendo o inverso –, ou seja, houve um excesso de vagas, vamos dizer assim, de assentos, da ordem de 2,5 pontos percentuais de diferença. Ou seja, a crise parece que foi administrada com, pelo menos, pesos e medidas adequados.

Eu gostaria de saber se as regras de esforço governamental para a recuperação da aviação são assemelhadas – não precisa entrar em detalhes – ao que o Brasil estabeleceu e outros países de igual nível.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E ao Gen. Menandro, que me deu a honra de me telefonar, de se colocar à disposição, eu desejo sorte, sucesso, numa missão espinhosa, que poderá ser bem-sucedida na medida em que Israel seja parceiro do Brasil em transferência de tecnologia, e não em venda de produtos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o nobre Senador, nosso Presidente, Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Nelsinho Trad.

Eu teria uma pergunta a dirigir ao Embaixador Gen. Menandro sobre esse posto de extrema importância que ele passará a ocupar a partir do momento em que esta Comissão e o Senado da República, por intermédio de seu Plenário, aprovarem sua indicação.

Eu gostaria que V. Exa., Embaixador, nos desse uma ideia o mais possível precisa da situação política hoje de Israel: se os dois contedores já entraram num acordo, se há uma pacificação política, se há algum perigo de alguma ruptura dentro do acordo que imagino que tenha sido feito, enfim, como se encontra a situação política hoje de Israel?

Em relação ao Embaixador Moretti, eu gostaria de aduzir que fiquei realmente surpreendido com os números que S. Exa. nos apresenta nesta noite, que já foram referidos aqui pelo Senador Amin, pelo Senador Anastasia, mas que são números realmente muito...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acachapantes.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Acachapantes! Exatamente, esse é o termo, porque uma redução de 92% do número de passageiros do Brasil para o exterior no período de um ano é algo inimaginável se nós pudéssemos, se alguém nos pudesse dizer isso há algum tempo, que essa pandemia levaria a esse impacto, fora, também, o impacto muito forte que teve do turismo de fora para cá. E, nessa sua posição em Bornéu, de que maneira isso poderia ajudar na recuperação da aviação civil no Brasil?

Eram essas as indagações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria apenas aos sabatinados que se restringissem a três minutos na resposta.

Gen. Menandro.

**O SR. GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Collor, pela pergunta.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à situação política de Israel, nós podemos dizer, hoje, que o enfoque é tanto na política interna quanto na política externa. Hoje, existe uma coalizão entre o atual Primeiro-Ministro, que é também o Chefe de Governo, e também com Benny Gantz.

Então, o que se observa hoje é que, em Israel, bastante afetado, e a segunda onda de Israel do coronavírus foi muito maior que a primeira onda, existem reações internas muito grandes. A coalizão, que já foi mais forte, poderia ser ainda mais forte. O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu enfrenta hoje reações, tendo em vista o recrudescimento da situação de saúde existente, principalmente a disseminação que está acontecendo do vírus, tem um bom relacionamento, no entanto, é questionado, tendo em vista as providências a serem adotadas.

Eu diria, internamente, então, não é tão simples essa coexistência, já que ele tem ali uma coalizão frágil, ele está governando por 18 meses, e o acordo é de que nos próximos 18 meses seja Benny Gantz, que é do outro partido, do azul e branco.

Então, internamente, hoje, há essa instabilidade, eu poderia dizer, mas, externamente, o senhor deve ter acompanhado, todos têm acompanhado, tem havido alguns movimentos, após um longo período em que somente dois países, especialmente o Egito e a Jordânia, reconheciam Israel como Estado independente no ambiente do Oriente Médio, dos 22 países ali do Oriente Médio, e mais muçulmanos. Após isso, recentemente, dois países reconheceram e deram um passo adiante e outros também estão se candidatando a isso. Então, externamente, o ambiente político é favorável, de forma a termos um ambiente, não diria de paz completamente, mas mais estável.

Então, existe um horizonte, existem boas perspectivas no horizonte para aquela região tão conturbada que é o Oriente Médio hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Norberto.

**O SR. NORBERTO MORETTI** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Para responder às perguntas que me foram dirigidas inicialmente pelo Senador Esperidião Amin, a IATA e a Oaci são organizações distintas. A IATA reúne as empresas aéreas, as companhias aéreas e a Oaci reúne os Estados-membros signatários da Convenção de Chicago, os 193 Estados-membros.

Embora distintas, são parceiras. A Oaci tem a característica algo singular de que na sua vida participam muito intensamente mais de 100 organizações governamentais e intergovernamentais. A IATA é uma dessas organizações intergovernamentais que, não sendo membros, são participantes muito importantes na vida da organização.

Quanto à sua pergunta relativa às medidas adotadas pelos vários governos para ajudar o setor – e, quando me refiro ao setor, é preciso ter em mente que nós falamos não só das companhias aéreas, mas de um setor fundamental que é o setor aeroportuário –, a Presidente do Conselho Internacional de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aeroportos, recentemente, qualificou a crise produzida pela Covid como uma ameaça existencial ao setor, tamanho o efeito desses números como entendo que o Senador Anastasia qualificou de acachapantes, que o são efetivamente.

Então, as medidas são similares. Evidentemente, elas guardam alguma relação com a profundidade dos bolsos dos governos. O Governo francês, por exemplo, ofereceu uma ajuda de 7 bilhões de euros à Air France; a Alemanha, de 9 bilhões à Lufthansa em empréstimo e várias outras medidas.

No caso do Brasil, o BNDES lidera um consórcio de bancos públicos e privados para oferecer empréstimos que podem somar até R\$6 bilhões, além de várias outras medidas adotadas, sobretudo aquelas que visam aliviar o caixa das empresas e das concessionárias de aeroportos.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. NORBERTO MORETTI** (Para expor.) – São R\$6 bilhões.

Com relação à pergunta que o senhor fez, Presidente Collor, sobre como a Oaci pode, digamos, ajudar os governos a enfrentar esta crise, uma das medidas mais importantes, como eu dizia, foi a criação dessa força-tarefa que produziu um conjunto de diretrizes, de orientações aos governos de como responder. Evidentemente, a função essencialmente cabe aos Estados-membros, mas, desempenhando a sua função, a organização junta a capacidade técnica e a experiência não só dos Estados-membros, mas do corpo técnico da organização para oferecer esse rol, esse cardápio de medidas, sobretudo aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento que têm uma burocracia menos desenvolvida e que, portanto, precisam de orientação mais claramente do que países com uma burocracia sofisticada, como a brasileira e a de países desenvolvidos, que precisam um pouco menos. Nestes momentos de crise aguda, a orientação, o esclarecimento, o aconselhamento da organização são de grande valia.

E aqui concluo dizendo que a outra grande valia da organização, no seu funcionamento regular, mas também na crise, é buscar oferecer alguma homogeneidade, alguma coerência entre as várias medidas adotadas pelos Estados-membros, de modo que a aviação de novo – e, nesse caso, a criação de condições para a superação da crise – aconteça da forma mais escoreita, mais coordenada possível.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL.  
*Fora do microfone.*) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a participação do Gen. Menandro e do nobre Embaixador Norberto Moretti. Solicito a V. Exas. que se dirijam aos seus lugares.

Convoco a D. Socorro para que faça a higienização.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, quero apenas ressaltar o nosso privilégio, não só o da minha pessoa, que estou presidindo, mas o de V. Exas., que estão sendo sabatinados, de nós termos, em uma mesma banca, três ex-Governadores, sendo um deles Presidente da República. Refiro-me a Antonio Anastasia, Governador de Minas Gerais, nosso Senador; a Esperidião Amin, Governador de Santa Catarina, nosso Senador; e ao Presidente Collor, Senador por Alagoas.

Suspendo a reunião por dois minutos.

*(Suspensa às 19 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 28 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Retomamos a reunião.

Convido o Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado para sentar ao meu lado direito – foi designado para a República da Argentina – e também o Paulo Roberto Soares Pacheco – que foi designado para o Chile –, ao lado esquerdo.

Com a palavra o Embaixador Reinaldo, cinco minutos.

**O SR. REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO** (Para expor.) – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, saúdo, na pessoa do Presidente desta Comissão, o Senador Nelsinho Trad, as Senadoras e os Senadores que nos acompanham presencialmente e por videoconferência.

Junto-me aos colegas ao agradecer ao Senador Nelsinho Trad, ao Senado em geral e a todos os funcionários da Comissão de Relações Exteriores o enorme esforço para que todos sejamos sabatinados hoje.

Gostaria de deixar registrado o meu agradecimento ao Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, pela confiança em mim depositada ao submeter meu nome a esta Casa para exercer o cargo de Embaixador junto à República Argentina.

Agradeço ao Presidente Fernando Collor pelo seu generoso relatório. É para mim uma honra e um privilégio ter como Relator um dos atores centrais da história moderna do Brasil e Argentina e que também preside hoje em dia o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Pela limitação de tempo, eu começo pelo que talvez seria a conclusão da minha exposição em outras circunstâncias.

A relação Brasil-Argentina é uma relação estratégica e essencial que serve aos interesses permanentes do Brasil e tem trazido benefícios concretos ao conjunto da sociedade brasileira. Do que talvez poucas pessoas se deem conta é que somente a partir dos meados da década de 1980 essa relação adquire estabilidade num contexto de cooperação. Durante mais de 150 anos, Brasil e Argentina viveram,







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se não de costas, talvez de lado um para o outro: indiferença, rivalidade... Foram poucos os períodos de cooperação sustentada. Uma nova moldura institucional começou a se forjar no ano de 1985, quando foi adotada a Declaração de Iguaçu pelos Presidentes Sarney e Alfonsín, e culmina em 1991, quando, durante o Governo do meu Relator, foi criado o Mercosul e foram assinados acordos históricos, estratégicos na área nuclear, que é uma área extremamente estratégica. Graças a essa visão estratégica, que emerge a partir de então, construímos na última década um sólido patrimônio conjunto, com um relacionamento com extrema densidade, que se estende a praticamente todas as áreas cobertas por políticas públicas e que, no fundo, vai muito mais além, na medida em que, nesse período, também as nossas sociedades, nossos empresários, nossos cidadãos se aproximaram, e as eventuais turbulências da relação bilateral – e muitas já houve, muitas já houve – ou ainda a falta de convergência em determinados temas não alteram o caráter estratégico e fundamental desse vínculo.

O contexto atual é desafiador, todos reconhecemos. Comércio e investimentos são o cimento das relações, e, nessa área, hoje é grande o grau de incerteza também pelos efeitos da pandemia. Ainda assim, minha ampla experiência na área de Mercosul e Argentina, como Diretor do Departamento de Mercosul do Itamaraty e como Ministro-Conselheiro da nossa Embaixada em Buenos Aires, me traz confiança e otimismo de que saberemos superar os desafios do momento.

Nosso comércio com a Argentina, como disse o meu Relator, é da mais alta qualidade. Talvez não tenhamos um comércio de tal qualidade com nenhum outro país no mundo, porque ele é de qualidade em ambos os sentidos. Temos investimentos mútuos extremamente significativos. São 150 empresas brasileiras na Argentina, com estoques de investimentos por volta de 17 bilhões, gerando 53 mil empregos diretos. No sentido inverso, temos 60 empresas argentinas, 10 bilhões em estoques de investimentos e 43 mil empregos diretos. Nossa fronteira comum é de 1.261 quilômetros, e temos importante cooperação em áreas estratégicas, como nuclear, defesa, espacial, ciência e tecnologia – todas áreas que pretendo incentivar caso aprovado por esta Casa.

Recebemos a cada ano, no Brasil, 2 milhões de turistas argentinos – um em cada três turistas estrangeiros que vêm ao Brasil é argentino – e exportamos 1,5 milhão de brasileiros para a Argentina a cada ano.

A cooperação parlamentar também é muito robusta, Senador, tanto no seio do Parlasul quanto bilateralmente. Sua visita à Argentina, no início do ano, para uma reunião do Mercosul e visitas recíprocas dos Presidentes da Câmara dos Deputados dos dois países comprovam a importância da relação parlamentar, que pode ainda subir a um novo nível, como disse o meu Relator, caso seja criado um grupo bicameral na Argentina sobre isso.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a pandemia trouxe não apenas impactos diretos nos pilares econômico e comercial das relações, também forçou uma atenção muito mais introspectiva em ambos os países e dificultou encontros presenciais.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso aprovado por esta Casa, pretendo contribuir ativamente para a retomada do dinamismo da relação bilateral, em especial no campo econômico-comercial, tendo como norte, como todo agente público brasileiro deve ter, a defesa dos interesses nacionais.

Se o senhor me permite, eu falarei muito brevemente, apenas pontuando sem explicar, alguns pontos que merecem especial atenção: intensificação dos contatos entre as autoridades uma vez que a pandemia passe; retomada dos mecanismos bilaterais de cooperação, como a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; apoio às empresas brasileiras que lá e aqui estão; cooperação em áreas estratégicas, como já disse; retomada do turismo e preservação e aumento da conectividade aérea e conectividade terrestre também, ampliada, inclusive, com a construção de uma nova ponte binacional em Porto Xavier, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado.

De pronto, passamos a palavra ao Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco, que vai servir lá na República do Chile.

**O SR. PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** (Para expor.) – Senador Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, eu gostaria de me associar aos meus colegas que me antecederam nos cumprimentos a V. Exa. pela condução desta reunião, que, desde já, é histórica.

Eu gostaria também, a exemplo do meu colega Reinaldo Salgado, de registrar o meu agradecimento ao Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Ministro Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, pela submissão do meu nome a esta Casa para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Chile.

Senhoras e senhores, como comentário inicial sobre a relação Brasil-Chile, eu diria que se trata de uma relação extremamente positiva com enorme potencial de desenvolvimento no futuro próximo. É uma relação que se baseia no amplo entendimento, no respeito mútuo, no diálogo fluido e na convergência de visões sobre os principais temas das agendas bilateral, regional e também multilateral.

Feitos esses comentários iniciais, eu pretendo desenvolver minha apresentação propriamente dita em dois blocos: um primeiro concentrado em temas de natureza econômico-comercial e o segundo concentrado nos temas da agenda política.

Conforme destacado pelo Sr. Relator, o fluxo comercial entre Brasil e Chile é bastante expressivo, mas pode se beneficiar enormemente da entrada em vigor dos acordos assinados em 2018, em particular em abril de 2018, o Protocolo de Serviços Financeiros e o Acordo para Contratação Pública, e, em





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

novembro, o Tratado de Livre Comércio, que já foi aprovado pelo Senado chileno em 11 de agosto passado.

A média do fluxo comercial no período de 2017 a 2019 foi de US\$9,4 bilhões, sendo o Brasil superavitário. Os principais itens de exportação do Brasil foram mencionados pelo Senador Anastasia: petróleo, carne bovina, automóveis, carrocerias, caminhões. E da pauta de importações: cobre, peixes em geral, salmão, minério de cobre, vinhos e frutas secas e desidratadas.

Outro item importante da pauta bilateral econômico-comercial, também destacado pelo Senador Anastasia, são os investimentos chilenos. O Chile é o principal investidor direto latino-americano na economia brasileira. No período entre 2012 e 2018, a média de investimentos chilenos na economia brasileira foi de US\$1,9 bilhão. Esses investimentos foram direcionados a setores importantes da economia brasileira, como celulose, energia, transportes e comércio. Nesse mesmo período, as empresas brasileiras investiram o equivalente a US\$1,2 bilhão no Chile, também em setores de ponta, como medicamentos, serviços financeiros e tecnologia da informação.

Outro tema importante dessa agenda econômico-comercial seria a aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, que, embora não seja um tema estritamente bilateral, tem no Brasil e no Chile, respectivamente, os principais líderes desse processo que visa, num futuro próximo, a celebração de um acordo de facilitação de comércio entre os dois blocos.

É importante também mencionar o apoio irrestrito que o Chile dá à postulação brasileira de acesso à OCDE desde o início do processo.

Por fim, eu gostaria de destacar um projeto que sei que é caro ao Sr. Presidente que é o do Corredor Bioceânico, entre Mato Grosso do Sul e os portos do norte do Chile, Antofagasta e Iquique. As obras de infraestrutura mais importantes que faltavam para a conclusão desse projeto já estão, digamos, em andamento. A principal delas é a ponte sobre o Rio Paraguai, que vai ligar Porto Murtinho a Carmelo Peralta, no Paraguai, com financiamento da margem direita de Itaipu Binacional. Paralelamente, os quatro países envolvidos nesse projeto estão negociando com vistas à superação dos entraves ao livre trânsito fronteiriço.

Vou ser bem breve no capítulo político, então.

Um primeiro tema importante vai ser a cooperação que o Brasil poderá brindar ao Chile para a produção de vacina anticovid. O governo chileno já demonstrou interesse nesse assunto e vem conversando com o Instituto Butantan e a Fiocruz a respeito.

No campo defesa, destaco a cooperação entre as Marinhas em temas antárticos, já é tradicional. Punta Arenas é um ponto de base para as missões brasileiras rumo à Antártica. E a cooperação chilena foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental durante todo o processo de reconstrução da base Comandante Ferraz, que foi inaugurada em janeiro último pelo Vice-Presidente Mourão.

Há também um projeto de conformação de um foro de diálogo estratégico de longo prazo, com a definição de metas e estratégias comuns aos dois países, para o atingimento de objetivos previamente definidos.

Finalmente, uma menção muito breve à liderança que o Chile tem desempenhado no âmbito sul-americano na consolidação do Prosul (Foro para o Progresso e Integração da América do Sul).

Como conclusão, eu diria que, caso seja aprovado, o meu principal desafio vai ser, com base nesse amplo arcabouço já existente, ampliar, diversificar e aprofundar a relação bilateral com o Chile. E eu acho que existe vontade política de ambos os lados e, certamente, para o sucesso dessa tarefa, vai ser fundamental o apoio desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passo a palavra aos Srs. Senadores para fazerem os questionamentos.

Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para interperlar.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Nelsinho Trad. E eu faria a primeira pergunta ao Embaixador Reinaldo Salgado.

Com a retirada da Argentina das negociações para o acordo Mercosul-União Europeia, isso, além de nos desestimular bastante, nos traz quase a certeza da impossibilidade de nós chegarmos a bom termo no acordo Mercosul-União Europeia. O que poderíamos fazer, o que poderia ser feito, que iniciativas poderíamos tomar, para fazer com que a Argentina retome a sua posição original e participe como um membro *full* do Mercosul, desses acordos comerciais que estão em tramitação, para chegarmos finalmente à assinatura – Deus sabe quando. Nós pretendemos que não demore tanto – com a União Europeia?

E, em relação... Eu poderia fazer já para os dois senhores embaixadores, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Sim, senhor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para interperlar.) – Obrigado.

Em relação ao Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco, seriam duas indagações. A primeira delas é sobre o referendo, que está para acontecer em outubro. Esse referendo trata da questão de uma





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação ou não de uma reforma na Constituição, e essa reforma na Constituição, acredito eu, vai passar por uma reforma no sistema previdenciário, que foi saudado, há uns 30 anos, como um grande feito do então Governo chileno, para salvar o sistema previdenciário daquele país, o que me parece que não logrou muito êxito, ao final de tanto tempo.

Então, esse *referendum* poderá causar alguma mudança fundamental na estrutura política e institucional do Chile? E, no caso da eleição que se aproxima – acho que é em abril do ano que vem –, é uma eleição subnacional. Os reflexos desse *referendum*, o resultado desse *referendum*, da mudança que vai haver na Carta Constitucional... De que maneira isso influirá para o povo chileno, para o país, como um todo?

E a segunda pergunta é em relação ao OCDE.

O Chile já está fazendo parte da organização há cerca de dez anos. Nós estamos agora engatinhando, para tentarmos ser aceitos como membros da OCDE. No que o Chile poderia nos ajudar, além do apoio que já está nos oferecendo, em termos da experiência? A experiência do Chile como membro da OCDE foi exitosa, foi uma experiência que possamos dizer que tenha sido lucrativa para os interesses soberanos do Chile?

Seriam essas as duas perguntas que eu faria a V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Fernando Collor.

Mais algum Senador?

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Para interpelar.) – O meu é tão somente, Sr. Presidente, o que eu fiz com os dois anteriores: cumprimentar os dois Embaixadores, o Embaixador Reinaldo, o Embaixador Paulo Roberto, desejar-lhes boa sorte.

São dois países fundamentais para o Brasil, irmãos na América do Sul. E claro que, se a sabatina fosse em outras condições, se fosse isolada, nós teríamos aqui uma sabatina longa. Mas, diante das circunstâncias, eu quero desejar a ambos boa sorte.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – A minha intervenção é para registrar a extrema importância de ambos os países.

Acho que questões muito importantes, do ponto de vista das perspectivas do caminho bioceânico, foram em razão de uma ida nossa que... Há uma questão fundamental no caminho bioceânico: ele tem que passar por Campo Grande, senão a Comissão de Relações Exteriores vai vetá-lo. Estou sendo claro? Essa coisa de poder de veto passa por Campo Grande. Então, seja para leste, seja para oeste, o epicentro é Campo Grande. E nós, que estamos na beirada, nós, de Santa Catarina, que cedemos até um pouco do





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mar para o Espírito Santo e o compartilhamos, compartilhamos o Oceano Atlântico com Alagoas, ficamos satisfeitos de ser ou o começo ou o fim desse caminho, que, evidentemente, passa – predominantemente até, eu diria –, na sua extensão, pela Argentina.

E, só para concluir, quero lembrar o que disse ao Embaixador do Chile, que o caminho do Peabiru tem centenas de anos, e o fato de haver vários locais com designação tupi-guarani, no Chile, mostra que ele era usado mesmo. Por isso, também é confundido com o caminho do Pai Sumé, mas isso é uma história muito comprida e uma grande perspectiva para o turismo, para o desenvolvimento da economia e para a logística.

Eu desejo a ambos que caminhem sem olvidar o fundamental: Campo Grande.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Esperidião Amin, nosso Senador.

Passo a palavra, primeiramente, ao Embaixador Reinaldo, para responder às perguntas, e, posteriormente, ao Embaixador Paulo Roberto.

**O SR. REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Senador Presidente, eu queria tranquilizá-lo, porque, na realidade, a posição inicial da Argentina, já há alguns meses, foi de não participar de novas negociações do Mercosul, que eram essencialmente com Coreia, Canadá e Singapura, mas as negociações já dadas por concluídas, como era o caso do Mercosul e da União Europeia, eles não reabririam. Depois, eles evoluíram e já voltaram à mesa das negociações, mas se reservando o direito de pedir certas flexibilidades. Então, isso é algo que, enfim, foge do meu escopo, obviamente, mas a Argentina está na mesa, participando, e vai pedir flexibilidades, conforme for o caso.

Então, no caso do acordo do Mercosul e União Europeia, nós estamos numa fase que só exista, talvez, nesses acordos muito complexos, que é uma fase de revisão legal. Os textos foram assinados já há algum tempo. Você tem que passar o que eles chamam de *legal scrubbing* pelo serviço da comissão, e, durante esse *legal scrubbing*, há reuniões periódicas entre as autoridades do Mercosul e da União Europeia. Então, é isso que está acontecendo agora. Uma vez terminado e havendo um texto legalmente, aí se dará a assinatura. E, obviamente, como em todos esses países, isso passará pelos Paramentos, e existe a possibilidade de qualquer Parlamento, inclusive o argentino, se opor.

Mas existe também uma outra coisa que também nos tranquiliza: existe uma cláusula específica nesse acordo do Mercosul e União Europeia que permitirá a vigência... Por exemplo, se o Brasil terminar seus trâmites parlamentares, e a Europa já tiver terminado qualquer que seja o trâmite – porque lá existem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trâmites possíveis, conforme a natureza do acordo –, ele entrará em vigor para o Brasil, por exemplo, antes mesmo da ratificação da Argentina. Isso não é uma matéria específica minha, mas é algo que dá tranquilidade, porque foram construídos mecanismos, inclusive com a possibilidade de uma vigência antecipada para alguns outros países. De toda forma, a Argentina voltou atrás naquela decisão inicial de deixar os três seguirem nas negociações; ela participa, talvez exigindo alguma coisa. Isso é algo que, obviamente, será negociado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco.

**O SR. PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo às perguntas do Senador Presidente Collor, o plebiscito efetivamente estava agendado, agora, para 26 de abril, mas, devido à pandemia, foi adiado para 25 de outubro. É um plebiscito em que o povo chileno decidirá pela elaboração ou não de uma nova Constituição.

Voltando um pouco no tempo, a decisão em favor da realização desse plebiscito emana de um acordo de novembro de 2019, que, por sua vez, é um acordo entre o Governo e as oposições, em decorrência da eclosão do chamado "*estallido* social", em outubro do ano passado, no Chile.

Caso... E aparentemente há uma vontade do povo chileno em elaborar uma nova Constituição. Isso provavelmente resultará em mudanças também no sistema previdenciário. Inclusive, recentemente, em 23 de julho, foi aprovada uma reforma constitucional que habilitou, a quem desejar, sacar 10% dos fundos de pensão. Essa reforma constitucional resultou em uma mudança de gabinete no Governo chileno – inclusive o próprio chanceler também mudou nessa ocasião.

Então, certamente esse plebiscito terá um efeito, tanto nas eleições subnacionais – como o senhor mencionou – em abril como nas eleições presidenciais de novembro de 2021.

Com relação à OCDE, sem dúvida alguma a experiência chilena é importante, porque durante todo esse processo de ascensão do Brasil à OCDE, além do apoio, digamos, político, é importante que nós aprendamos com o processo que, eu diria, é de convergência dos regramentos nacionais ao chamado, vamos dizer assim, aqui da OCDE.

Como o Chile já fez esse dever de casa, certamente ele terá muito a nos ensinar também nesse aspecto mais concreto do processo de ascensão à OCDE.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

**O SR. PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** – Obrigado ao senhor.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Antes de liberá-los para voltar aos seus lugares, apenas para ressaltar que, na rota via oceânica, jamais iria imaginar, Senador Esperidião Amin, quando eu fui Prefeito de Campo Grande, de 2005 a 2012, que iria ser Senador.

Jamais iria imaginar que eu, ao terminar o intermodal de cargas, que nós iniciamos, em nosso mandato, rodo e ferroviário, numa distância de 2km para poder atingir também o aeroporto, que iria ser a peça que faltava para transformar economicamente a nossa capital.

Esse terminal já está 95% pronto, e, com certeza, isso haverá de dar realmente um ganho na economia não só de Campo Grande como de Mato Grosso do Sul.

Recomendo aqui aos dois Embaixadores, tanto quem vai para a Argentina quanto para o Chile, que fiquem atentos a esse projeto, porque ele é um projeto realmente muito importante. Na Argentina, passa por Salta, Jujuy e Tartagal. No Chile, Antofagasta e Iquique. Diminui em 8 mil quilômetros marítimos a distância, 14 dias de viagem, 40% a 60% no frete, dependendo do tipo do que vai sendo carregado. Ou seja, ele tem início, meio e fim.

Os quatro Presidentes estão entusiasmados com essa questão. Sai Presidente da direita, entra da esquerda, sai da esquerda, entra da direita, e todos continuam entusiasmados. Ou seja, é sinal de que o projeto é muito bom mesmo.

E não é só nessa área econômica: ele vai também fomentar o turismo, porque, de Campo Grande até o Chile, você vai por essa rota, você vai levar 1,8 mil quilômetros. É a mesma distância de Campo Grande ao Rio de Janeiro. Então, é algo realmente muito significativo.

E esses dias eu estava na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, levantou um daqueles alunos sabidos e falou assim: "Senador, já que vocês estão organizando a questão econômica, a questão do turismo, porque não organizar um intercâmbio entre as universidades desses quatro países?"

Então, eu acho que realmente é muito significativo.

Agradeço a presença de ambos, solicito que voltem aos seus lugares.

Novamente chamo Dona Socorro, para fazer aqui a limpeza, e suspendo por dois minutos para a gente dar seguimento aos dois últimos presenciais.

*(Suspensa às 19 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 59 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos retornar os trabalhos.

Solicito que se assente ao meu lado direito o Embaixador Antônio Carlos de Salles Menezes, que vai ser designado para a República da Guiné, do lado direito, e, do lado esquerdo, Mauricio Medeiros de Assis, Embaixador da República Democrática de Timor Leste. Solicito a ambos que se atenham aos cinco





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos que cada um tem, porque nós temos mais quatro embaixadores para fazerem as suas explanações via remota.

Com a palavra o Embaixador Antônio Carlos de Salles Menezes, indicado para a República da Guiné, por cinco minutos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES** (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa do Senado Federal. Agradeço também ao Senador Mecias de Jesus, Relator da minha indicação, embora ele não esteja presente.

Srs. Senadores presentes, Sras. e Srs. Senadores que estão acompanhando *on-line*, meus colegas, senhoras e senhores, boa noite e parabéns a todos pela organização desta histórica reunião.

Há exatamente cinco anos, em 2015, nesta mesma Comissão – e vejo aqui que alguns Senadores são os mesmos que estavam na minha arguição de 2015, como o Senador e Presidente Fernando Collor e o Senador Anastasia – eu fui aprovado por V. Exas. para ser Embaixador no Togo, função na qual eu me encontro até o momento.

Conforme o meu relatório de gestão, que em breve circulará na Comissão quando da indicação do meu sucessor pelo Itamaraty, eu acredito ter empreendido todos os esforços possíveis para levar a cabo as tarefas da Embaixada em Lomé, no Togo, consignadas nos seus programas de trabalho anuais, especialmente aquela tarefa importante de assentar as relações bilaterais em bases sustentáveis e previsíveis e criar condições para um importante aprofundamento das relações de cooperação sul-sul entre o Brasil e aquela região da África. Também são muito importantes as relações econômicas, comerciais e culturais entre os países do sul.

E eu sempre recordei – e, se V. Exas. me aprovarem, permanecerei na mesma região da África Ocidental – em todos os discursos que fiz no Togo, que pretendo também, se for possível, fazer na Guiné, que nós somos os vizinhos que ficam a oeste. Sempre recordo a proximidade geográfica que existe entre essas duas margens do Oceano Atlântico, do rio chamado Atlântico, de acordo com o título da famosa obra do Embaixador Alberto da Costa e Silva. E há uma ligação histórico-cultural importante entre o Brasil e aquela região, como V. Exas. sabem.

Recentemente, o meu colega de carreira diplomática, o Chanceler Ernesto Araújo decidiu confiar-me, caso seja aprovado por V. Exas., a chefia de outra embaixada naquela mesma região, desta vez na República da Guiné, país onde nós abrimos uma embaixada residente em 2006, mas onde também, desde 2012, nós estamos sem um embaixador, tendo em vista de que aquele posto do Itamaraty vem sendo chefiado apenas por encarregados de negócios, o que é uma reciprocidade desequilibrada tendo em vista que a Guiné mantém aqui em Brasília um embaixador residente. Coincidentemente, hoje o embaixador fez contato comigo e informou que estava na Europa, mas acaba de chegar a Brasília hoje mesmo.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Guiné, como já foi adiantado pelo Relator da minha indicação, é um país com imenso potencial de desenvolvimento econômico, cujo PIB vem crescendo sistematicamente nos últimos anos: mais de 10%, em 2017; 6%, em 2018; 5,6% no ano passado; e há uma previsão de mais de 2% para este ano, apesar da Covid-19, que, no cômputo geral, pode-se dizer que poupou os guineanos. No final da semana passada, eram apenas 10.045 casos no país e um número pequeno de fatalidades, apenas 63. Esse não foi o caso da outra pandemia que assolou aquela região, a epidemia do Ebola, que aconteceu em 2013. Mas, felizmente, para a África em geral, mais especialmente para a Guiné, o país foi poupado, pode-se dizer, da atual epidemia de Covid.

A Guiné dispõe de riquezas hidrográficas importantes, de um rico potencial mineiro – dois terços das reservas mundiais de bauxita, ouro, diamante, ferro de rica qualidade, manganês, zinco, cobalto, níquel, urânio –, e muitas dessas riquezas ainda não foram exploradas. A Guiné é muitas vezes chamada de "um escândalo geológico", e há importantes razões para que se invista na Guiné. Segundo as pesquisas que eu fiz, há sete boas razões, especificamente, para se investir na Guiné. Ela dispõe da maior reserva de bauxita e do mineral de ferro mais rico do mundo, tem um rico potencial agrícola e energético ainda pouco explorado, tem um baixo custo da mão de obra e vários outros fatores de investimento que são favorecidos pela legislação, um ambiente de negócios atrativo e um quadro jurídico propício, há investimentos importantes do Estado em infraestrutura de base e há uma estabilidade política importante, que foi ganha a muito custo, mas foi ganha... Há dez anos que o país vem vivendo uma estabilidade macroeconômica e uma estabilidade política importantes. A Guiné é, de fato, uma nova fronteira que oferece perspectivas concretas para os investidores de todo o mundo, inclusive para os brasileiros.

Em suma, se eu for aprovado, se eu merecer a aprovação de V. Exas., pretendo fazer um trabalho, na nossa missão diplomática, em prol do apoio aos empresários brasileiros, essencialmente àqueles interessados nas imensas possibilidades de investimento no país, assim como em favor da retomada da Cooperação Sul-Sul, inclusive nos campos educacional e cultural, que foi estancada desde os tempos do Ebola. Naquela época, até o Brasil concedeu um auxílio emergencial de 25 milhões a agências das Nações Unidas. Mas, desde então, a nossa Agência Brasileira de Cooperação não tem mais participado de nenhum projeto na Guiné.

E, nesses projetos de cooperação, eu me proponho também a lembrar sempre que a CSS, a Cooperação Sul-Sul, deve sempre priorizar as temáticas que são importantes para o país que receba a cooperação. As temáticas que são caras à Guiné, como já foi assinalado até pelo meu Relator, são as de melhoria da produtividade agrícola, assim como do atendimento a carências médicas e laboratoriais por meio da formação do pessoal técnico e também do compartilhamento das experiências brasileiras no tratamento de doenças, diga-se de passagem, como a Aids e outras, conforme também foi assinalado no relatório.

Muito obrigado. É pouco tempo, mas... Obrigado a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Antônio Carlos.

Com a palavra o Embaixador Mauricio Medeiros.

**O SR. MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS** (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão, Senador Nelsinho Trad, Sr. Relator da minha indicação, Senador Marcos do Val, que entendo estar participando desta sabatina pela via eletrônica, Srs. Senadores aqui presentes, Presidente Fernando Collor de Mello, Senador Esperidião Amin, Senador Antonio Anastasia, verdadeiros decanos desta Comissão e profundos conhecedores da política externa brasileira, o que muito me honra, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, participando também pela via remota, e meus caros colegas aqui presentes e também os colegas que estão no exterior.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Chanceler Ernesto Araújo pela indicação de meu nome para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Timor-Leste. É uma grande honra poder estar aqui diante dos senhores para tratar das relações bilaterais com esse jovem e querido país asiático de língua oficial portuguesa.

O Senador Anastasia, na leitura do relatório preparado pelo Senador Marcos do Val, apresentou os dados básicos do Timor-Leste e as principais estatísticas do relacionamento bilateral. Eu pretendo, nessa minha breve exposição, tratar mais de aspectos qualitativos do relacionamento.

Trata-se de uma relação essencialmente fraternal, marcada pela admiração e pelo respeito mútuos. Os timorenses costumam dizer que o Timor vê o Brasil, dentro da família da lusofonia, como seu irmão mais velho. Esse carinho deriva dos laços que cultivamos de língua, de religião e de cultura e também das afinidades que temos em relação à defesa da democracia e dos direitos humanos.

Em 2022, o Timor-Leste completará 20 anos como nação soberana. Nós brasileiros temos muito orgulho de termos participado da construção dessa que é uma das democracias mais vibrantes do sudeste asiático. Lá estivemos à primeira hora. Enviamos ao Timor observadores parlamentares para acompanhar o referendo de 1999 e, depois, para todas as eleições presidenciais subsequentes.

Eu aproveito essa oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar que a construção da política externa do Brasil em relação ao Timor-Leste recebeu forte influência deste Parlamento. A decisão do Governo brasileiro de apoiar o referendo de 1999, que resultou na independência do Timor-Leste, foi em grande medida influenciada pela atuação dos Parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados, de diversos partidos, favoráveis à causa do povo timorense.

Após a independência, identificamos na cooperação técnica a principal vertente do relacionamento bilateral. Ajudamos a jovem nação asiática na construção de suas principais instituições estatais. Um dos frutos dessa cooperação, para citar um breve e singelo exemplo, foi a implantação no Timor-Leste do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Interlegis, desenvolvido nesta Casa pelos técnicos, pela equipe técnica, que nos permite hoje realizar essa histórica sabatina pela via totalmente eletrônica.

Com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação, já desenvolvemos 83 projetos bilaterais de cooperação técnica no Timor e mais de uma dúzia de projetos na área de educação e de defesa. Estão em curso, apesar da pandemia, entre diversos outros, os projetos de fortalecimento do setor de inteligência, desenvolvido pela Abin; o apoio ao fortalecimento das Forças Armadas, que conta com três oficiais brasileiros residentes em Díli, que assessoram os comandos militares das forças de defesa do Timor-Leste; e, já em sua oitava fase, o projeto de fortalecimento da Defensoria Pública timorense, questões que eu poderei aprofundar na sessão de perguntas.

Para encerrar, Sr. Presidente, caso eu mereça a aprovação de V. Exas. na confirmação de meu nome como Embaixador do Brasil em Díli, darei prioridade à continuidade dos projetos de cooperação iniciados pelos meus antecessores, muito bem desenvolvidos até o momento, e ao desenvolvimento de novas iniciativas, pelas quais fortaleceremos ainda mais as relações bilaterais com o Timor-Leste.

Agradeço por esta oportunidade e me coloco à disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Embaixadores Antônio Carlos e Mauricio Medeiros.

Algum Senador deseja fazer alguma consideração? (*Pausa.*)

Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Da mesma forma, para cumprimentar ambos. Ao contrário de Argentina e Chile, que são dois postos bem mais complexos, mais difíceis em relação às suas condições, mas também, como disse, ao contrário de Argentina e Chile, temos muito ainda a avançar. Então, quero desejar boa sorte ao Embaixador Antônio Carlos, na Guiné, e ao Embaixador Mauricio, no Timor-Leste, e a ambos muito sucesso nos respectivos postos. Parabéns e boa sorte!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Pela ordem.) – Acompanhando S. Exa. o Senador Antonio Anastasia, eu gostaria de desejar a ambos os Embaixadores pleno êxito na missão que lhes caberá cumprir proximamente. Muito obrigado aos senhores pela presença.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente Nelsinho Trad.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Presidente Senador Fernando Collor e ao Senador Anastasia.

Solicito aos dois Embaixadores que retornem aos seus assentos.

A D. Socorro está convocada por mais dois minutos e, em seguida, nós vamos para as últimas quatro explicações, na seguinte ordem: Embaixador José Antonio, primeiro; Embaixador Carlos Eduardo, segundo; Embaixador José Raphael, terceiro; e Embaixador Carlos Alberto, quarto.

*(Suspensa às 20 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 15 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à D. Socorro, mais uma vez.

Dando sequência, passo a palavra, por cinco minutos, ao Embaixador José Antonio Gomes Piras. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Nelsinho Trad, Exmo. Senador Presidente Fernando Collor, que me deu a honra de encarregar-se da leitura do relatório preparado pelo Senador Marcio Bittar para esta indicação, aos quais muito agradeço; permitam-me cumprimentar o Senador Anastasia, ex-Governador do meu Estado, Minas Gerais, que foi meu Relator na primeira vez em que tive a honra e o prazer de ser sabatinado por esta Comissão.

Exmos. Srs. Senadores membros da Comissão, ao cumprimentar V. Exas. aproveito para agradecer a todos que contribuíram para o notável esforço para a realização desta histórica sabatina. Sinto-me honrado com a indicação do meu nome, a ser considerado por esta Comissão, para representar o Brasil na República da Estônia. Da mesma forma, grato ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores pela indicação do meu nome ao Senado, que, caso aprovado por V. Exas., representará para mim grande oportunidade de realização profissional.

A Estônia é uma República parlamentarista representativa, independente desde 1918, independência essa reafirmada em 1991 em relação à União Soviética. É um país báltico, geograficamente e por suas experiências históricas. Contudo, por suas reformas econômicas, desenvolvimento e afinidades, tem-se afirmado mais como uma sociedade nórdica, em vista também da maior identificação cultural.

A longa história do povo estoniano foi marcada por sucessivas invasões e ocupações desde o século XIII, com o domínio dos dinamarqueses, suecos e ordens religiosas, como as Cruzadas do Norte, e uma consequente e forte influência dominante alemã por 700 anos. Foi parte do Império Russo por 200 anos, durante os quais, na segunda metade do século XIX, viu florescer sua identidade nacional, até







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lograr em 1918 a sua independência. Desde 1940, foi parte da União Soviética por 50 anos, período considerado trágico pelos estonianos, até 1991, quando reafirmou, retomou a sua independência, inclusive marcada pela música, eu diria. Sua história explica o caráter do povo estoniano, marcado pela busca da segurança e da preservação pela democracia.

A Estônia é membro da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte desde 2004. É ainda parte do Espaço Schengen desde 2007 e da Zona do Euro desde 2011.

Com um território de apenas 45 mil quilômetros quadrados, que equivale ao Espírito Santo, foi um dos países que mais cresceram na União Europeia nos últimos anos. Os principais responsáveis pelo crescimento têm sido as comunicações e sobretudo o desenvolvimento de uma alta tecnologia de informação e inovação, inclusive em termos de governo eletrônico, com ideias originais, com uma resiliência digital, seguida das áreas de comércio, educação e pesquisa. A base do seu desenvolvimento é o exemplar sistema educacional do País, provavelmente o melhor da Europa e dos melhores do mundo, conforme as cinco últimas edições do teste Pisa da OCDE.

A criação em 2011 da Embaixada do Brasil em Tallinn teve por objetivo abrir novas oportunidades de atuação política e econômica, comercial e de cooperação. Trata-se de região importante, tanto do ponto de vista geopolítico, como geoeconômico. A abertura da embaixada foi também o reconhecimento da vitória da longa luta dos Países Bálticos pela liberdade e independência, pois configura-se como ótimo ponto estratégico para uma observação ponderada da situação política securitária da região.

Paralelamente, a Estônia é um país tecnologicamente avançado em áreas fundamentais nos dias atuais. Graças ao seu chamado poder digital, tem conseguido competir com países que são geográfica, demográfica, econômica e militarmente muito maiores. Em razão do seu desenvolvimento digital e da sua atuação, a Estônia sedia entidades de fundamental importância, como o Centro em Defesa Cibernética da Otan, a Agência para Tecnologia de Informação da União Europeia e a Academia de Governança Eletrônica. Tallinn hospeda também a sede da Agência Europeia para o Gerenciamento Operacional de Sistemas de TI de Grande Escala. Mais recentemente, a Comissão Europeia e a Autoridade para Sistemas de Informação da Estônia decidiram criar em Tallinn o Centro de Segurança Cibernética. Ressalto que, com o Centro de Defesa Cibernética da Otan, em Tallinn, estamos já a passos largos construindo excelente cooperação.

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido nas áreas bilateral e multilateral. Têm sido frequentes as visitas, estágios e intercâmbios, inclusive em defesa cibernética. A Estônia tem atraído também um número cada vez maior de delegações públicas e privadas de diferentes Estados e regiões do Brasil, com destaque para entidades e Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, entre outros que buscam parcerias de desenvolvimento tecnológico.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de ser um país relativamente pequeno, a Estônia adquiriu importância na cena mundial não somente em termos de educação, governança, governança eletrônica, tecnologia digital e segurança cibernética, como também em vários temas comuns aos nossos nessa agenda de valores e princípios, nessa agenda de liberdade, liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade da internet, em que são muito avançados. É um país-chave nessa questão da liberdade digital – hoje nosso grande desafio. É, pois, um posto relevante para interação em áreas fundamentais para o que tenciono dedicar-me com afinco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o Embaixador José Antonio Gomes Piras.

Mais uma vez, peço escusas aos Srs. Embaixadores pelo exíguo tempo de cinco minutos para cada um, mas foi a única forma para a gente poder dar sequência ao trabalho da sabatina e da votação de 32 Embaixadores.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Eduardo de Ribas Guedes pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmos. Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores, boa noite.

O Brasil desenvolve importantes relações com o Mali, que incluem venda de aviões, ônibus, agronegócio e programas de cooperação.

Em 2012, o Mali esteve a ponto de ser dominado por tuaregues que queriam independência, apoiados pela Al-Qaeda e pelo Estado Islâmico. A França desencadeou operações que interromperam a marcha dos combatentes para a capital e retomaram o território ocupado e mantém pressão constante sobre os extremistas. A ela se juntaram Canadá, países europeus e Estados Unidos. A ONU e outras duas missões de treinamento da União Europeia estão também presentes.

Em pleito convocado após a vitória, o Presidente Ibrahim Keïta foi eleito para um mandato de cinco anos e reeleito em 2018, assinou acordos de paz com os tuaregues e se empenhou em manter as instituições democráticas, mas não teve sucesso na área econômica. Em abril último, promoveu eleições legislativas, cujos resultados foram fortemente contestados. Esse foi o detonador de uma crise sociopolítica. Grupos de oposição e jovens expressaram descontentamento e acusaram Keïta de mau governo com fracos resultados nas áreas de educação, saúde e emprego. Células terroristas reapareceram no norte, onde provocam baixas quase que diárias nas Forças Armadas do Mali.

No mês passado, as manifestações culminaram num movimento militar que forçou a demissão do Keïta e formou o Comitê Nacional pela Salvação do Povo. Seus chefes declararam a intenção de conduzir o país a uma transição política civil, com base em eleições gerais. Promulgaram o Ato Fundamental nº 1,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que garante todos os direitos individuais e públicos, Estado laico e suspenderam a Constituição. Organizaram consultas a um fórum de concertação nacional que adotou a carta da transição. Está sendo negociada a formação de um novo governo que durará 18 meses. Hoje foi anunciado seu presidente. Tão logo empossado, o comitê militar será dissolvido. A comunidade internacional e o Brasil se depararam com a total perda de sustentação política de Keita e passaram a pedir apenas pelo seu bem-estar, no reconhecimento implícito do governo provisório.

Na economia, o Mali é um país de baixa renda, pouco diversificado e exposto à flutuação dos preços das matérias-primas. A agricultura é de baixa produtividade, importa até arroz e açúcar. As importações também são responsáveis por 90% dos bens industriais consumidos no país. Na mineração, inexistem restrições ao capital internacional. Para atrair recursos externos, o governo criou a Agência de Promoção dos Investimentos, espécie de guichê único para abertura de empresas em até 72 horas.

As relações exteriores do Mali se caracterizam pela cooperação. A prestada pelo Brasil foi impulsionada por projeto de desenvolvimento da cultura do algodão. Seguiram-se ações em hortifruticultura, agricultura familiar, pecuária, piscicultura, melhoria de solos, área têxtil, trabalho decente, defesa civil, aprimoramento das instituições, merenda escolar e assistência humanitária a refugiados. Isso nos rende retornos políticos traduzidos em apoio às posturas e candidaturas brasileiras a cargos em organismos internacionais.

No campo do comércio e defesa, ressalto a exportação de quatro Super Tucanos em 2018, no montante de US\$70 milhões. O suprimento de armas e munições para os Super Tucanos e a previsão de aquisição de mais duas aeronaves devem prolongar no tempo essas exportações. Empresas como Avibras, ATECH e AEQ Aliança Eletroquímica visitaram o Mali em 2019, para implementar a venda de armamentos, radares e foguetes.

Outras missões comerciais foram, ao Brasil, do grupo importador União Africana pelo Comércio Internacional, interessado em diversos setores; ao Mali, da Marcopolo S.A., que deverá ampliar as exportações de *(Falha no áudio.)* ... concorrer à elaboração de novo modelo de transportes públicos na capital.

Em conclusão, o Brasil tem um papel relevante a desempenhar no Mali. O comércio bilateral e apoio à inovação, sobretudo na área agrícola, devem contribuir para dar ao país os meios necessários ao seu próprio salto de progresso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Carlos Eduardo de Ribas Guedes.

Com a palavra o Embaixador José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, por cinco minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO** (Para expor. *Por videoconferência.*)  
– Muito obrigado, Presidente Nelsinho Trad, pelos seus esforços – e naturalmente do Presidente Alcolumbre – pela realização desta sabatina, que é histórica – isso já foi ressaltado por tantos, mas vale repetir –, e obviamente meus parabéns também às equipes da CRE e da Afepa, do Itamaraty, pelo trabalho impecável.

E eu gostaria também de agradecer ao meu ilustre Relator, o Senador Jarbas Vasconcelos, através do qual eu me permito cumprimentar as Sras. e os Srs. Senadores que me honram com a sua participação hoje.

Eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República pela indicação para essa missão que, caso aprovado por esta Casa, será a minha primeira chefia de posto no exterior.

Sr. Presidente, por se tratar de uma sessão aberta e já tendo o eminente Relator resumido temas essenciais, eu, dada a limitação de tempo, destacaria apenas três áreas que julgo mais pertinentes ao interesse de V. Exas. e também dos telespectadores da TV Senado.

A primeira seria o contexto regional e global do novo cenário político no Suriname. Por que deve o Brasil considerar o Suriname, que é o menor Estado soberano do continente – para se ter uma ideia, com uma área geográfica menor que a do Estado do Ceará e com população equivalente à da cidade de Joinville? Por que esse país é relevante – e não digo relevante, mas muito relevante – para a nossa política externa?

São vários motivos: primeiro, a localização geográfica faz desse país um grande e muito importante ator no contexto dos esforços regionais de segurança e de defesa, sobretudo para os Estados do Norte. E aqui eu me permito destacar a iniciativa de criação da Embaixada em Paramaribo, da Adidância Policial, e o trabalho muito intenso da Adidância de Defesa no desenvolvimento e no acompanhamento da intensa cooperação na área de defesa e militar naquele país. E destaco também que o perfil do novo governo no Suriname é essencialmente voltado para termos de segurança e de cooperação regional. O próprio Presidente já foi Ministro da Justiça e tem por formação profissional a carreira de policial.

A economia do Suriname tem, Sr. Presidente, duas áreas estratégicas que coincidem com a visão estratégica da economia brasileira, que são basicamente a mineração e o setor energético. A pauta global de exportação do Suriname concentra em 80% ouro e petróleo. E nós temos recentemente a notícia de amplas jazidas de petróleo de fácil acesso no mar territorial do Suriname e que obviamente, através deste chamado Bloco 58, poderão transformar consideravelmente o perfil socioeconômico do país em relação a essa *commodity*.

Eu mencionava o novo Presidente, que se chama Chandrikapersad Santokh. Ele vem depois de um longo período do Presidente Bouterse. Ele é líder do Partido da Reforma Progressista, considerado de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro-direita e já anunciou um governo pautado por uma retomada do desenvolvimento econômico e pela recuperação da imagem do Suriname no exterior.

Em termos de política externa, obviamente que o Suriname privilegiará a relação com o Brasil, como não poderia deixar de ser, além de obviamente com outros países limítrofes, como a China – perdão, como a Guiana e a Guiana Francesa –, mas também terá relações muito intensas, segundo declarado pelo novo governo, com China, Índia, Indonésia, Estados Unidos e a antiga colônia dos Países Baixos.

Destaco o perfil de experiente diplomata do novo Chanceler Albert Ramdin, que foi ex-Secretário-Geral da OEA durante muito tempo.

A segunda área que eu queria destacar é a extensa comunidade brasileira no Suriname, que, como foi dito pelo Relator, é difícil de estimar entre 15 e 30 mil pessoas, porque são, em sua maioria, brasileiros que trabalham indocumentados; são brasileiros que trabalham praticamente na área de garimpo e precisam muito da assistência brasileira, da assistência da embaixada, não só através do setor consular em Paramaribo, mas através também da realização de missões de consulados itinerantes para as áreas remotas da floresta onde se encontram.

Eu também destaco a importância do diálogo no mais alto nível com aquele país para a regularização da situação desses brasileiros.

A terceira e última área que eu quero destacar, Sr. Presidente, é a perspectiva para as relações políticas bilaterais. Os desafios de se ter uma relação intensa com um país que não conta com interligação viária e que não conta com cidades gêmeas, à diferença de todos os outros países limítrofes do Brasil, é enorme, mas Brasil e Suriname têm conseguido superar essa dificuldade, com várias visitas de alto nível, presidencial, ministerial.

Nós temos uma intensa agenda de cooperação com o Suriname. Aliás, é a maior carteira atualmente da Agência Brasileira de Cooperação. A cooperação em defesa, como eu mencionava, é extremamente importante para o Suriname nos dar um papel muito destacado. Inclusive, o Brasil ajudou no estabelecimento do programa da recém-criada Academia Militar do Suriname. Foi o único país estrangeiro convidado nesse sentido.

E também, por fim, o perfil do novo governo, Sr. Presidente, aponta uma possibilidade de maior convergência em termos de integração, defesa e segurança. Eu cito aqui a questão da Venezuela. O governo anterior era franca e declaradamente solidário com o regime ilegal de Nicolás Maduro, e o novo governo deve rever essa posição.

Eu estou obviamente à disposição dos Srs. Senadores e da Comissão para qualquer pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador José Raphael.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Alberto pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa noite a todos. Sr. Presidente Nelsinho Trad, eu queria primeiro agradecer muito a sua disposição de enfrentar essa maratona de sabatinas hoje. Queria agradecer à equipe técnica da Comissão e à Afepa do Itamaraty, como já dito por outros, pelo trabalho excepcional que permitiu a gente realizar esta sessão nesse cenário novo que a gente vive de pandemia.

Também quero agradecer especialmente ao Exmo. Sr. Senador Chico Rodrigues pela minha relatoria da minha indicação para a Embaixada do Nepal; obviamente ao Ministro das Relações Exteriores e ao Presidente da República, que confiaram em mim e me indicaram para chefiar esse posto – já é o meu segundo posto como chefe. E quero agradecer a presença de Senadores tão ilustres e que conhecem muito de relações internacionais. É bom saber que o nosso trabalho é apreciado na Casa. A gente sabe que é, e é bom confirmar isso aqui visualmente.

O Itamaraty providenciou uma informação para os senhores, que eu acho que é concisa, mas é muito completa. Ela, em termos substantivos, contém informação acho que suficiente para entender os limites e a importância do Nepal.

Para o Brasil, como eu vejo o Nepal? Eu acho que ele é um lugar de interesse como ponto de vista de observação, de análise e de relato para o Itamaraty sobre a visão local desse subcontinente onde ele está inserido, o Nepal, do deslocamento que a gente está vendo do eixo geoeconômico e geopolítico do Ocidente para o continente asiático. As informações que o Itamaraty coleta, dos seus postos, inclusive do Nepal, são importantes para poder ajudar a gente a se situar nesse sistema multilateral novo que está ainda em vias de redefinição. E nós não sabemos muito bem como ele vai ser, até no curto prazo.

O Nepal é um país que é uma monarquia; teve uma guerra civil até pouco tempo atrás, até 2006; tornou-se uma República Federativa recentemente, que ainda está em fase de organização interna; e tem uma Constituição aprovada em 2015 só – muito jovem, não é?

É um país que sofre problemas de desastres ambientais, como terremotos. Em 2015, imagens impressionantes dos efeitos dos terremotos, nessa época, eram justamente no momento em que eles aprovavam sua nova Constituição.

O Nepal é um país, como se sabe, sem litoral e que tem fronteira com as duas potências da Ásia naquela área, que é a China de um lado, do lado norte, justamente com o Tibete, que é uma área um pouco complexa, e com a Índia, com quem ele tem relações tradicionais.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ele tem aí uma inevitável relação de cooperação e também de divergências e de conflitos: tem conflitos de fronteira. Hoje há um que está na pauta deles, com relação a uma área contestada pelos dois países, na qual a Índia construiu uma estrada e colocou no seu mapa. Então existe uma disputa aí.

Isso ajuda também a gente a entender toda essa parte do sul da Ásia, de como ela se organiza e atua nesse novo cenário. Aí há países que estão sempre na pauta dos jornais, como o caso do Afeganistão, com seus conflitos internos, e do Paquistão, um país que é também uma potência nuclear.

Bom, mas eu vou diretamente agora ao que nos interessa do ponto de vista bilateral. Eu sei que tenho só cinco minutos.

O Nepal tem sido um grande parceiro brasileiro no grupo que a gente chama de países de menor desenvolvimento relativo, no grupo dos países sem litoral. É um grupo muito vocal no sistema das Nações Unidas. Então, uma parceria com o Nepal, para nós, tem nos ajudado muito, em termos de candidaturas, em termos de propostas brasileiras lançadas. A gente tem um interlocutor muito bom e um interlocutor que nos preza muito. E um fato concreto disso é eles terem, apesar de ser um país em desenvolvimento só relativo, aberto uma embaixada no Brasil, até antes da nossa, uns meses antes.

O Nepal tem apoiado o Brasil até em questões maiores, como é o caso da reforma da ONU e a reforma que envolve o Conselho de Segurança, que nós pleiteamos, e tem apoiado – já manifestou apoio ostensivo ao Brasil – como um membro permanente de um Conselho de Segurança reformado.

No plano bilateral, diretamente, o Brasil tem hoje com eles três instrumentos só. A gente tem um acordo muito simples, que é de isenção de vistos diplomáticos e de serviço, que ajuda muito na movimentação das autoridades nesse começo de...

*(Interrupção do som.)* A gente tem um acordo de melhor entendimento sobre consultas políticas bilaterais e tem um acordo-quadro de cooperação técnica, que, se indicado pela Comissão, seria o meu primeiro trabalho lá, que seria a ideia de fazer esse acordo caminhar. Ele está parado lá. Do nosso lado, tudo já está pronto, aprovado, ratificado. Mas eu tenho a impressão – eu não soube; não há nenhum problema substantivo com ele – de que é um problema de andamento no Parlamento. E eu me disporia a começar a conversar com interlocutores lá, para acionar esse acordo. Eu acho que esse acordo abre portas para a gente, em cooperação, sobretudo na área agrícola. Eles têm interesse na área energética conosco, em hidroelétricas, e isso se pode trazer para aprimorar o nosso comércio com eles. É pequeno nosso comércio, mas é superavitário. A Argentina fez um comércio com eles na área agrícola que me surpreendeu, e eu acho que a gente pode replicar isso.

E eu teria que levar, o que levo aqui da Jamaica, uma experiência na área de educação, na área educacional. Eu gostaria de trabalhar, se possível, num acordo de cooperação científica, educacional e cultural que permitisse a gente talvez incluir o Nepal no nosso Programa de Estudantes-Convênio do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, que tem sido absolutamente fantástico aqui na Jamaica. Eu acho que a gente poderia levar isso para o Nepal.

Eu encerro aqui, nos cinco minutos, e estou aberto às perguntas, que me deixariam muito honrado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Carlos Alberto.

Solicito, se algum Senador quiser fazer algum questionamento... *(Pausa.)*

Agradeço a presença do Senador Carlos Fávaro, sempre assíduo e presente nas suas obrigações aqui no Senado.

Encerrada a sabatina do último grupo, agradeço a participação de todos, e vamos proceder à apuração da votação.

Apuração em reunião aberta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos embaixadores.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Sr. Gerson Menandro Garcia de Freitas, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel, obteve 15 votos favoráveis, nenhum contrário. Aprovado.

O Sr. Embaixador Norberto Moretti, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil, sediada em Montreal, obteve 16 votos favoráveis, nenhum contrário. Aprovado.

O Sr. Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina, também obteve 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

O Sr. Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

O Sr. Embaixador Antônio Carlos de Salles Menezes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Embaixador Mauricio Medeiros de Assis, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor Leste, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

Sr. Embaixador José Antonio Gomes Piras, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

Sr. Embaixador Carlos Eduardo de Ribas Guedes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

Sr. Embaixador José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

Sr. Embaixador Carlos Alberto Michaelson Den Hartog, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal, 16 votos favoráveis, nenhum contrário.

Agradecendo novamente a participação dos indicados, solicito uma salva de palmas aos Embaixadores ora aprovados. (*Palmas.*)

Deliberação de atas de reuniões anteriores.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem como da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a histórica reunião.

Solicito a presença, desde que observado o distanciamento, para uma foto oficial, que é uma praxe na nossa Comissão, dos Embaixadores aprovados presencialmente. Solicito também a presença do Senador Carlos Fávaro para abrilhantar a foto.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

(*Iniciada às 17 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 45 minutos.*)





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Marcos Rogério e Marcos do Val, e ainda dos Senadores não membros Leila Barros, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Oriovisto Guimarães, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Roberto Rocha, Major Olimpio, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Fernando Collor e Antonio Anastasia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 19/2020 - CRE, de autoria Senador Telmário Mota (PROS/RR) e Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Audiência Pública Interativa semipresencial com o Senhor Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestar informações sobre a visita e as declarações do Senhor Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. **Participante:** Sr. Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

## Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/09/24>

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Informo às senhoras e aos senhores Senadores que estão acompanhando a reunião remotamente pelo sistema de videoconferência que, neste momento, as mãos serão abaixadas e vamos iniciar as inscrições para a lista de oradores.

Antes de iniciarmos a apresentação da pauta, passo à leitura das normas e diretrizes desta reunião. A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores pelo sistema de videoconferência.

O acesso a esta sala estará restrito às Sras. e Srs. Senadores, ao Sr. Ministro, a assessores que julgarem indispensáveis e aos servidores da Secretaria de Comunicações das áreas de tecnologia do Senado da República, no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reunião para atender à demanda do respectivo Senador ou Senadora, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e procedimentos para a reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19, no âmbito do Senado Federal, e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora 7 e 9, de 2020, com os Atos do Presidente 2, 3, 4 e 6, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa 14, de 2020, e com o ato da Diretoria-Geral 4 de 2020.

Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão.

A pauta.

A presente audiência pública tem por finalidade a vinda do Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para prestar informações sobre a visita e as declarações do Sr. Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, em atendimento ao Requerimento 19, de 2020, desta Comissão, de autoria do Senador Telmário Mota, que aqui se encontra, está presente, e subscrito pelo Senador Esperidião Amin, de acordo com o inciso I, combinado com o §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para esta reunião, contaremos com a participação do Exmo. Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o qual tenho a honra de cumprimentar em nome da Casa e desejar boas-vindas.

Interatividade da reunião.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo e a participação poderá ser feita no portal e-Cidadania.

Gostaríamos de registrar a presença das seguintes autoridades: Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas; Embaixador Marcos Arbizu de Souza Campos, Assessor das Relações Federativas com o Congresso Nacional do Ministro das Relações Exteriores; Secretário Pedro Barreto da Rocha Paranhos, Ministério das Relações Exteriores; Conselheira Melina Maia, Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Kadri e Embaixador Nilo, que também se encontram presentes.

Para dar início ao debate, antes de conceder a palavra ao Sr. Ministro Ernesto Araújo, gostaria de registrar aqui a presença do Senador Marcos do Val e do Senador Telmário Mota e também da Deputada Bia Kicis. Sejam bem-vindos!

De forma remota, aparece na tela... Ora, que beleza! Senadora Mara Gabrilli, seja bem-vinda. V. Exa. faz falta. Está deixando muita saudade aqui presencialmente. Seja bem-vinda!

Senador Oriovisto, Senador Esperidião Amin, Senador Jaques Wagner. Se houver algum outro, posteriormente eu registro a presença.

Então, vamos aos trabalhos.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Embaixador Ernesto Araújo.

V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazer a sua exposição, com o tempo necessário para sua conclusão.

Terminada a exposição do Ministro, concederemos a palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores inscritos, que terão cada um cinco minutos para interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica, conforme o inciso X do art. 398 do Regimento Interno.

A ordem de inscrição já se encontra aqui. Nós vamos alternar: um presencial e outro remoto, para ser justo, conforme a gente tem feito nos nossos trabalhos.

Passo, neste momento, por dez minutos, a palavra ao Embaixador Ernesto Araújo, nosso Chanceler.

Trinta minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Perfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Srs. Senadores aqui presentes e Srs. Senadores presentes remotamente, Deputada Bia Kicis, senhores aqui presentes e que nos assistem, é uma honra, como sempre, estar presente aqui no Senado. Fico muito feliz de ter recebido este convite para vir falar com os senhores e falar sobre a nossa relação com a Venezuela e, especificamente, sobre a recente visita do Secretário de Estado Mike Pompeo ao Brasil.

Gostaria de começar mencionando como foi a marcação da visita do Secretário de Estado.

O Secretário Mike Pompeo me telefonou, em certa ocasião, dizendo que estava pretendendo organizar um périplo por alguns países da América do Sul e gostaria de vir também ao Brasil, especificamente, gostaria de ir a Boa Vista para visitar a Operação Acolhida, suas instalações na capital de Roraima. Perguntou-me o que eu achava. Falei: acho excelente. O Brasil tem na Operação Acolhida uma iniciativa da mais alta importância e atribuímos a mais alta importância à defesa dos direitos humanos e da recuperação da democracia na Venezuela. Então, disse que o receberia com o maior prazer em Boa Vista. Marcamos a reunião, e assim aconteceu. Então, foi uma visita marcada comigo e com contraparte do Secretário Mike Pompeo, com grande satisfação pela nossa parte.

Bem, essa visita foi anunciada já antes de acontecer por parte do próprio Secretário de Estado, enfim, do Departamento do Estado Americano, como uma visita para, segundo a nota deles, enfatizar a importância do apoio dos Estados Unidos e do Brasil ao povo da Venezuela, no seu momento de necessidade, ao visitar migrantes venezuelanos que fogem do desastre na Venezuela – essa foi a expressão da nota americana, e é exatamente o propósito da visita, conforme tínhamos falado com o Secretário Mike Pompeo. Portanto, já estava anunciada dessa maneira.

A visita à Operação Acolhida.

A Operação Acolhida, como eu disse, é uma iniciativa à qual nós atribuímos a maior prioridade, uma iniciativa internacionalmente reconhecida.

Eu queria falar de alguns depoimentos recentes de autoridades de organismos internacionais em relação à Operação Acolhida. Por exemplo, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, disse, em dezembro de 2019 – é uma declaração do porta-voz do Secretário-Geral da ONU: "O Secretário-Geral saúda e agradece ao Brasil por essa decisão da Operação Acolhida. Como alguém que já foi alto comissário de refugiados, ele sabe muito bem o impacto que isso terá para os venezuelanos, ao dar-lhes maior proteção e acesso a serviços vitais".





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

O Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações disse: "A Operação Acolhida brasileira se destaca por não apenas ajudar os que chegam à fronteira, mas por realocá-los em todo o Território nacional, dando acesso ao mercado de trabalho".

Expressões semelhantes do funcionário da Acnur, da Agência de Refugiados das Nações Unidas, e do representante conjunto da Acnur e da Organização Internacional para as Migrações são mais ou menos no mesmo sentido. Portanto, é uma iniciativa com enorme apoio internacional, de organismos internacionais, e nos dá muito orgulho que ela seja visitada, no caso, pelo Secretário de Estado Mike Pompeo.

É importante lembrar que os Estados Unidos são, em primeiro lugar, o maior financiador das operações da agência das Nações Unidas de refugiados e da Organização Internacional para as Migrações no mundo. Especificamente, o Governo norte-americano já destinou mais de US\$64 milhões para o financiamento de atividades e apoio aos imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. O número mencionado pelo Secretário Mike Pompeo em Boa Vista é até um pouco menor, é de US\$50 milhões, mas, se a gente soma tudo que já foi feito, chega a US\$64 milhões, mais US\$30 milhões que os Estados Unidos anunciaram na última sexta-feira em Boa Vista.

Esses recursos chegam através desses organismos internacionais principalmente, não são diretamente para o Governo brasileiro, mas ajudam imensamente na manutenção dessa operação. Então, parece que faz todo o sentido que o Secretário de Estado dos Estados Unidos, que tem essa contribuição, que tem esse interesse em contribuir com a Operação Acolhida, visite as instalações da Operação Acolhida e, no caso do Brasil, nos dá muito orgulho.

A visita, então, se deu em algumas horas em Boa Vista, com visitas a instalações da Operação Acolhida e uma coletiva de imprensa. Quer dizer, houve uma reunião bilateral entre mim e o Secretário Mike Pompeo e, depois, uma coletiva de imprensa.

Nessa coletiva, um dos elementos mencionados pelo Secretário Mike Pompeo foi objeto de polêmica por uma má tradução, como já se sabe, que já está publicada na imprensa. Foi traduzido que ele haveria dito: "O nosso mundo está consistente, e a gente vai tirar essa pessoa e vai colocar no lugar certo" – como se estivesse referindo a Nicolás Maduro. Na verdade, o que ele disse em inglês, eu vou tentar uma tradução melhor, foi: "*So, our will is consistent, our work will be tireless and we will get to the right place*". "Então, nossa vontade é coerente, o nosso trabalho será incansável e chegaremos ao lugar certo". Isso, no contexto de toda a entrevista, fica claro que é dentro de uma perspectiva humanitária, de uma perspectiva de defesa dos direitos humanos.

O Secretário de Estado disse outras coisas. Eu vou me permitir ler em inglês e depois vou traduzir, porque aí fica no registro como foi o original, em inglês, para que não se fique discutindo a questão de tradução.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele disse:

*The spirit of goodwill and shared values continues* [entre Brasil e Estados Unidos, ou seja, o espírito de boa vontade e de valores compartilhados continua]. [...] *the two largest democracies and economies in the western hemisphere are powerful forces for good when we work together* [somos as duas maiores democracias e economias do hemisfério ocidental e poderosas forças pelo bem quando trabalhamos juntos].  
[...]

Ele disse:

[...]  
*I'm in Boa Vista because we're working together to help the Venezuelan people overcome the humanitarian man-made crisis brought on by the illegitimate Maduro regime* [estou em Boa Vista porque estamos trabalhando juntos, ou seja, com o Brasil, para ajudar o povo da Venezuela a superar a crise humanitária feita pelo homem, ou seja, não é uma crise decorrente de um desastre natural, mas trazida, ocasionada pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro].

Ele disse: "*Foreign Minister, your government's compassion and support for freedom in this area is truly a model for the entire hemisphere*". Então, ele disse, dirigindo-se a mim: "Ministro, a compaixão do seu Governo e o apoio do seu Governo à liberdade nessa área, nessa região, é verdadeiramente um modelo para todo o hemisfério".

Ele disse: "*You provided shelter* [você deu abrigo] *to nearly 265,000 Venezuelans* [a 265 mil venezuelanos, etc.] [...]".

Então, o apoio especificamente na Operação Acolhida e a nossa visão humanitária, a nossa visão da crise humanitária na Venezuela, ficaram muito claros como foco da visita. Nada foi dito que possa ser considerado um tipo de ameaça ou de agressão ou qualquer coisa nesse sentido.

Bem, em encontros... A máscara deixa a gente um pouco ofegante. Peço desculpas. A respiração fica um pouco mais difícil.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, ele não pode tirar a máscara, já ele fala só ao microfone dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – É que...

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – É a norma, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... a gente recebeu uma série de normas para poder funcionar a Comissão.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Está bem. Não há problema, não! Ótimo! Muito obrigado.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, vou insistir um pouquinho. Eu vi, por exemplo, no Plenário, que o Senador estava sem máscara, porque ele estava usando só aquele microfone. No caso, o Ministro está usando só o microfone dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Telmário, assiste razão para colocação de V. Exa., mas, para funcionar a Comissão, que é uma coisa que V. Exa. sabe que é peculiar... A gente recebeu por parte do setor de saúde do Senado várias normatizações. Então, eu não vou deixar de cumpri-las, porque vai que dá um problema aqui dentro, e vão falar que foi por causa disso.

Pode dar sequência.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Ótimo! Ótimo! Muito obrigado.

Bem, então, só para finalizar, na Operação Acolhida, o Governo brasileiro já gastou mais de US\$400 milhões desde 2018. A contribuição americana, dependendo de como se compute, dá US\$80 milhões ou quase US\$100 milhões. Isso dá uma dimensão de qual é a contribuição americana, do volume da contribuição americana para a Operação Acolhida. É um modelo, inclusive, como eu dizia, reconhecido, porque ele é diferente, dá apoio integral ao imigrante, com saúde, com documentação e com a questão da internalização, que outros modelos não têm. Ele tem sido uma referência, por exemplo, para a Colômbia, que já recebeu mais de três milhões de imigrantes venezuelanos.

O êxodo venezuelano, como os senhores sabem, não tem nenhum precedente na nossa região e pouquíssimos precedentes no mundo. Quatro, cinco milhões de venezuelanos já deixaram o seu país, o que significa em torno de 15% – ou até mais – da população venezuelana. Isso não tem absolutamente nenhum precedente.

Bem, como eu dizia, em reuniões bilaterais entre chanceleres, a coisa mais comum é que se converse sobre a situação de terceiros países. Quase sempre, nessas reuniões, nesses diálogos, existe um item na pauta: situação regional na região do país A e situação regional no país B. Comentam-se os problemas e se comenta como esses países cooperam para aquela determinada situação. Então, falar de terceiros países é a coisa mais comum em todos esses diálogos.

Quero lembrar que, no mesmo dia em que eu fui a Boa Vista para o encontro com o Secretário Mike Pompeo, eu havia tido uma teleconferência com o Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Tivemos uma longa conversa por telefone na manhã daquele dia, em que, entre vários assuntos, numa excelente conversa da relação bilateral, falamos também de Venezuela. Nesse caso, as perspectivas são um pouco diferentes. Eu reiterarei a nossa enorme preocupação com a situação de direitos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos e falta de democracia na Venezuela e a expectativa de que toda a comunidade internacional se mobilize. O Ministro da China, enfim, se referiu basicamente à ideia da não intervenção. Eu acho que não se pode fazer nada em relação àquilo, são perspectivas muito diferentes, mas falamos de Venezuela, falamos de várias outras coisas.

Bem, para falar disso, tem sido usada uma imagem que eu acho interessante de a gente trabalhar um pouco, que é a imagem: "Olha, eu recebi alguém na minha casa para falar mal do meu vizinho". Na verdade, não é isso. Na verdade, o que nós temos? Vamos supor, então, que nós, aqui no Brasil, estamos numa rua e temos um vizinho que é muito amigo nosso. De repente, esse vizinho tem a casa dele invadida por um narcotraficante que praticamente escraviza o vizinho, prende no porão o vizinho e toda a sua família e ocupa essa casa do vizinho. Vamos supor que um dos filhos do vizinho consegue escapar, vem para o nosso terreno, nós o acolhemos e, então, recebemos um amigo de uma outra rua, que também é amigo do nosso vizinho, e vamos falar dessa situação. Então, o fato de nós falarmos dessa situação não é uma agressão ao nosso vizinho, é uma preocupação com o fato de que a casa do nosso vizinho foi tomada por um narcotraficante. Então, vamos falar aqui o que fazemos, se chamamos a polícia, conforme o caso mais difícil.

Enfim, vamos falar da contribuição, estender um pouco essa metáfora, esse vizinho de outra rua estar nos ajudando a receber os filhos do vizinho que conseguiram escapar. Então, ele tem todo o interesse também na situação, de modo que é isto: o fato de sermos vizinhos não quer dizer que nós tenhamos que ignorar a situação justamente da casa do vizinho. O fato de nós estarmos criticando, nesse exemplo, o narcotraficante que tomou essa casa não significa que nós estejamos agredindo o nosso vizinho; é o contrário: é o nosso dever de vizinhança e de solidariedade.

Existe muita confusão – às vezes, deliberada; às vezes, não – quando se fala da Venezuela, porque, às vezes, se fala se referindo ao país, à nação venezuelana e a seu povo; às vezes, ao Governo; e, às vezes, ao regime. Então, absolutamente nada do que nós estamos fazendo é contra o povo venezuelano, contra a Venezuela. Então, algumas pessoas disseram: "Ah, isso é contra a Venezuela", "Isso é uma ofensa à Venezuela". De forma nenhuma! Ofensa à Venezuela seria a gente ignorar o sofrimento do povo venezuelano. Nós temos total solidariedade pelo povo venezuelano. É uma nação amiga, é uma nação irmã, com uma tradição democrática imensa; terra de Bolívar, como se sabe. Aliás, o fato de o regime usar o nome bolivariano é uma ofensa à memória de Bolívar – fazendo um parêntese. Então, temos um país, a nação Venezuela. Nada contra.

Governo. Para nós o Governo da Venezuela é aquele que o Brasil e 56 outros países reconhecem, que é o Governo legítimo de Juan Guaidó. Existe o regime, que é o grupo de pessoas que manejam ali as alavancas do poder de maneira repressiva, de maneira brutal contra o seu próprio povo. Então, Venezuela pode significar coisas diferentes, não é? Inclusive, a Venezuela... Guaidó faz parte do Grupo de Lima, que é o grupo de países latino-americanos e caribenhos e Canadá que tenta trabalhar pela democracia na





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Venezuela. A Venezuela está ali presente. Então, é importante que a gente não use a palavra Venezuela para se referir a esse bando de facínoras que ocupa o poder ainda na Venezuela, pelos quais a gente só tem desprezo – e justamente, me parece. É importante esclarecer isso.

As críticas que o Secretário Mike Pompeo e eu veiculamos, enquanto em Boa Vista, ao regime venezuelano – que, como eu disse, não foram nem tanto o foco da reunião; foi mais a questão da Operação Acolhida –, essas críticas não são novas, de nenhuma maneira. São muito conhecidas as nossas posições, tanto as nossas quanto as dos Estados Unidos, que não são necessariamente as mesmas, mas são muito convergentes.

Por exemplo, há uma declaração de 14 de agosto do Grupo de Lima (Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela – Venezuela legítima, a verdadeira Venezuela), de apoio ao Presidente Encarregado Juan Guaidó, contra "as manobras do regime ilegítimo de Nicolás Maduro que atentam contra o exercício dos mais elementares direitos civis e políticos [...]". Firme repúdio ao anúncio do regime ilegítimo de realizar eleições parlamentares sem as garantias mínimas e sem a participação de todas as forças políticas". Isso está bastante bem registrado aqui nesta nota.

Houve também uma declaração conjunta de países do Grupo de Lima e de países de outras regiões, entre eles os próprios Estados Unidos, Austrália, Marrocos, Coreia, Ucrânia, Reino Unido, enfim, países de todas as regiões, que mencionaram a necessidade de colocar os interesses da Venezuela acima da política. Enfim, é um apelo a todos os venezuelanos, de todas as tendências ideológicas, para que coloquem os interesses da Venezuela acima da política e se engajem – eu estou lendo e traduzindo, então estou um pouco lento –, urgentemente, em apoio a um processo formatado e conduzido pelos venezuelanos para estabelecer um Governo de transição inclusivo. Essa é uma proposta que nasceu no começo deste ano, de estabelecimento de um Governo de transição, com a renúncia simultânea de Maduro e Guaidó, proposta que apoiamos, no começo do ano, que nos pareceu muito pertinente e prática. Infelizmente, ela não deu certo, porque o grupo de Maduro e o próprio Maduro não querem largar o poder. Mas isso mostra que há um esforço de criação de uma solução política. Aqui se fala de solução conduzida pelos venezuelanos, claro, com o apoio da comunidade internacional.

Se me dão um segundo, eu preciso procurar um papel aqui.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Talvez eu precise me estender um pouquinho.  
*(Pausa.)*

Desculpem-me, eu estou... *(Pausa.)*

Só um segundo. *(Pausa.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero falar com detalhes sobre a evolução da degradação institucional da Venezuela a partir de 2015. Então, como é muita coisa, são muitos atos antidemocráticos, não consigo decorar tudo.

Nós não chegamos aqui do nada. Houve toda uma involução dramática na Venezuela.

Em fevereiro de 2015, o Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, foi preso por alegada conspiração contra o Governo, uma das principais figuras da oposição.

Em julho de 2015, decisões do Controlador-Geral da República inabilitaram ao exercício de qualquer cargo público outras grandes figuras da oposição, como Daniel Ceballos e María Corina Machado, talvez uma das maiores líderes democráticas da Venezuela, além de Vicencio "Enzo" Scarano Spisso, líder do partido regional Cuentas Claras e ex-Prefeito de San Diego.

Em dezembro de 2015, foram realizadas eleições legislativas, as últimas minimamente livres na Venezuela, que resultaram na eleição de 66%, dois terços, da Assembleia Nacional de figuras da oposição, algo que não era esperado pelo regime. Então, o que o regime fez? Imediatamente começou a anular todas as decisões, todos os atos da Assembleia Nacional e a pressionar a Assembleia Nacional através de decisões do Judiciário e de intimidação. Então, em dezembro de 2015, ainda nos últimos dias do mandato da composição anterior da Assembleia Nacional e no meio de um recesso parlamentar, a Assembleia Nacional nomeou novos juízes do Tribunal Supremo de Justiça e o Governo intimidou os juízes do tribunal então existentes. Muitos deles tiveram que fugir do país e constituíram o que é hoje o Tribunal Supremo de Justiça no exílio, o tribunal legítimo da Venezuela.

Em janeiro de 2016, no início da nova legislatura, o novo Parlamento venezuelano foi declarado em desacato por esse tribunal ilegítimo de justiça, ou seja, a Suprema Corte composta por pessoas nomeadas naquele momento ilegitimamente por Maduro, aparelhado pelo regime. A Corte Suprema sentenciou que qualquer ato da Assembleia Nacional não teria efeito.

Em abril de 2016, esse tribunal ilegítimo, a pedido do Executivo, declarou inconstitucional a Lei de Anistia, que acabava de ser aprovada por essa nova Assembleia Nacional. As Forças Armadas venezuelanas declararam que a Lei de Anistia atentava contra a paz, o Estado de direito e a disciplina militar. Era uma lei que permitiria que os políticos de oposição acusados injustamente de todo tipo de crimes voltassem à atividade política.

Em 2016, outubro, após uma série de protelações, o Conselho Nacional Eleitoral suspendeu o processo de coleta de assinaturas para aprovação de referendo revocatório do mandato presencial, algo previsto na Constituição venezuelana. Pela Constituição venezuelana, a própria Constituição bolivariana de Hugo Chávez, se você tiver assinaturas de 1% dos eleitores do país, é convocado um referendo para manter ou revogar o mandato presidencial. A oposição recolheu mais de 1% das assinaturas, mas esse Judiciário aparelhado por Maduro não reconheceu. Servidores públicos foram ameaçados de demissão, caso assinassem a petição. Continuaram as usurpações das funções do Legislativo pelo Judiciário.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Em março de 2017, o Tribunal Supremo de Justiça anunciou restrições à imunidade parlamentar e a intenção de assumir as funções legislativas enquanto durasse a situação de desacato da Assembleia Nacional.

Em maio de 2017, o Conselho Eleitoral anunciou convocação de eleições de uma Constituinte, a partir de um critério misto de representatividade, ou seja, violando o sufrágio universal, violando o que está previsto na própria Constituição venezuelana.

Essa Assembleia Constituinte eleita de maneira inconstitucional começou a funcionar em agosto de 2017, usurpando o mandato da Assembleia Nacional legítima. Houve vários outros desmandos: esse conselho eleitoral antecipou inconstitucionalmente as eleições para Governador.

Em dezembro de 2017, a Assembleia Nacional Constituinte declarou a dissolução de prefeituras por terem se afastado do caminho da orientação político-territorial, ou seja, usurpação dos poderes das entidades subnacionais.

Em janeiro de 2018, a Corte Suprema determinou que o Conselho Eleitoral excluísse a união das oposições, a Mesa da Unidade Democrática, do processo de revalidação do registro eleitoral de partidos políticos.

Em março de 2018, a Assembleia Constituinte, de maneira inconstitucional, aprovou o decreto que antecipava as eleições presidenciais para maio de 2018. Essa eleição foi realizada com a vedação de participação dos principais partidos opositores, eivada de denúncias de compra de votos, operação de zoneamento eleitoral e uso do aparato de segurança para repressão e intimidação dos eleitores. Foi feita sem nenhuma supervisão internacional, nenhuma observação de nenhuma entidade externa.

Em função dessa eleição completamente fraudada, foi eleito Maduro para novo mandato. O corolário, é lógico, da ilegitimidade de uma eleição é a ilegitimidade do mandato que dela se origina. As oposições venezuelanas e o tribunal legítimo no exílio, o Tribunal Supremo, concordaram com essa linha e os países latino-americanos, finalmente, em janeiro de 2019, com grande liderança do Brasil, mobilizaram-se para defender a própria Constituição venezuelana e evitar que Maduro tomasse posse ilegitimamente. Então, não foi reconhecida a posse de Maduro para um mandato obtido em eleições completamente fraudadas e de acordo com a Constituição venezuelana, por decisão da própria Assembleia Nacional, o poder passou, conforme a Constituição, para o Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó.

Os desmandos do regime continuaram depois disso, enfim, com todo tipo de suspensão de imunidades parlamentares, intimidação, usurpação de poderes da Assembleia Nacional legítima e assim por diante.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que, inclusive, os Srs. Senadores aqui, nesta Casa, vejam que o que há na Venezuela é, entre outras coisas, uma progressiva intimidação e usurpação do Legislativo venezuelano, que, no entanto, é onde hoje reside a legitimidade da Venezuela, pela própria Constituição venezuelana. Juan Guaidó é Presidente interino por força da Constituição venezuelana, como Presidente da Assembleia Nacional. O que foi feito foi uma completa degradação e erosão das instituições venezuelanas ao longo do tempo, não é um fenômeno recente, é um fenômeno que, se ocorresse em qualquer outro lugar do mundo em que as pessoas não tivessem a estranha simpatia que têm por Nicolás Maduro, seria denunciado como uma ditadura e como um regime ditatorial da pior espécie.

Eu queria me referir também ao seguinte: a questão dos direitos humanos. Nós temos um problema dessa evidente erosão da democracia que é acompanhada pela pior situação de direitos humanos já vivida na nossa região. Na semana passada, dois dias antes da visita do Secretário Pompeo a Boa Vista, saiu o informe da missão internacional independente de averiguação de fatos sobre a Venezuela, formada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, aprovada em 2019 por iniciativa do Brasil e dos países do Grupo de Lima.

O que essa missão da ONU concluiu sobre a Venezuela? Que houve um processo gradual de ruptura das instituições democráticas e do Estado de direito, como acabei de mostrar aqui; que há uma repressão política seletiva contra indivíduos críticos ao regime, incluindo Parlamentares, Prefeitos, militares alegadamente implicados em rebeliões; que houve um papel central dos órgãos de inteligência nas atividades de repressão política, como prisões sem mandados judiciais, interrogatórios sem a presença de advogados, uso excessivo da força, falsificação de provas, tortura, violência sexual e prisões ilegais; que houve execuções extrajudiciais, manipulação de informações, completo desrespeito em relação à produção de provas. Em conclusão, o relatório deixa claro que foram cometidos crimes de lesa-humanidade na Venezuela, incluindo, entre aspas, "assassinatos, encarceramentos e outras privações graves da liberdade física, tortura, violação e outras formas de violência sexual, desaparecimento forçado de pessoas e outros atos inumanos". A missão afirma estar segura de que Maduro e alguns de seus ministros, como os Ministros da Justiça e Paz – curiosamente: paz – e da Defesa, ordenaram ou cometeram os delitos verificados. Então, é diante disso que nós estamos.

Bem, esta é situação da Venezuela: degradação institucional e esse tipo de situação de direitos humanos. Há outros elementos de direitos humanos em outros relatórios, mas eu vou me ater a este que é o último e que é das Nações Unidas.

Um parêntese aqui. Foi dito – e talvez seja uma das críticas principais à visita do Secretário Mike Pompeo – que ela foi uma plataforma eleitoral para as eleições de novembro nos Estados Unidos. Bem, não é assim, não é assim. Um dos elementos que mostram que não é assim é o seguinte: existe nos Estados Unidos uma grande convergência entre republicanos e democratas sobre a situação na Venezuela.

Aqui preciso também pegar uma... Desculpem-me!







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim, obrigado!

Numa audiência no último mês de agosto, no Senado americano, foi evidenciado um amplo consenso bipartidário, republicanos e democratas, sobre a questão venezuelana. O Líder democrata, Bob Menéndez, corroborou a ideia de consenso bipartidário em relação: aos objetivos norte-americanos na Venezuela; à disponibilização de auxílio humanitário ao país e aos seus vizinhos; ao apoio às sanções – ele chegou a afirmar –, ao apoio integral à ampliação das sanções americanas, no caso, contra aqueles que se beneficiem de exploração ilegal de ouro venezuelano, por exemplo. Então, esse é um dos elementos que mostra que não faz muito sentido pensar nisso como uma plataforma eleitoral, já que não há diferença substantiva entre posições de republicanos e democratas em relação à Venezuela, ou seja, tudo indica que, se houver uma vitória democrata nas eleições em novembro, a atitude norte-americana em relação à Venezuela continuará exatamente a mesma. Não foi apresentada nenhuma novidade em relação ao posicionamento americano nem brasileiro na reunião de Boa Vista.

Eu acho que essa ideia de que pode ser uma plataforma eleitoral, além de não ser verídica, cria uma estranha dependência, assim, digamos, em relação ao calendário político de outros países, ao contrário do que se afirma, porque, se nós não pudermos defender os direitos humanos, em época de campanha, em outros países, em que mundo nós estamos? Eu acho que a defesa dos direitos humanos, a defesa da democracia é uma obrigação permanente quer estejamos ou não em campanha em algum país do mundo.

É muito interessante falar da questão da defesa da democracia à luz da nossa Constituição e dos direitos humanos, porque foi muito bem mencionado que haveria uma contradição entre a reunião que nós tivemos em Boa Vista e a Constituição Federal, especificamente ao art. 4º. Não há absolutamente nenhuma contradição; ao contrário, nós estamos defendendo e trabalhando de acordo com os princípios do art. 4º da Constituição, cujo inciso II diz: "prevalência dos direitos humanos". A prevalência dos direitos humanos é um dos princípios que deve orientar a atuação externa do Brasil, o relacionamento internacional do Brasil. Outro princípio é a "autodeterminação dos povos", que, evidentemente, é a democracia. O povo venezuelano hoje não possui autodeterminação, em função dos desmandos, da repressão do regime.

Então, nós estamos claramente trabalhando em defesa dos direitos humanos, pela prevalência dos direitos humanos. Eu acho que eles... E o que é prevalência? Prevalência vem de prevalecer, e prevalecer significa uma coisa ter mais valor do que outra. Então, é a ideia de que os direitos humanos prevalecem sobre, por exemplo, alguma ideia de que haja um benefício eleitoral em outro país. Certamente não é o caso. Se nós fizéssemos isto, "olha, eu não posso receber uma visita para falar de democracia na Venezuela e para apoiar ajuda humanitária na Venezuela, porque faltam 46 dias para a eleição americana", estaríamos, portanto, dizendo, "olha, então existe a prevalência da eleição americana sobre os direitos humanos", e estaríamos ferindo brutalmente a Constituição. É interessante pelo seguinte, outro aspecto: a questão da defesa da democracia em face da...







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso estender um pouquinho, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Mais cinco minutos.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Pois não, muito obrigado.

Alega-se, então... Acho que talvez seja a alegação de que trabalhar pela democracia na Venezuela, pelos direitos humanos na Venezuela, fere o inciso do art. 4º sobre a não interferência ou não intervenção em outros países, não é? Bem, não é certamente o caso. O próprio Congresso Nacional já reconheceu que não é o caso, que trabalhar pela democracia não fere a Constituição, não é inconstitucional.

Eu quero lembrar, por exemplo, que, em 2001, o Congresso Nacional aprovou o texto do Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, e foi promulgado um decreto em 24 de abril de 2002. O Artigo 1 do Protocolo de Ushuaia diz: "A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo".

O que isso significa? Significa que, se houvesse uma ruptura da ordem democrática em outro país, no caso, do Mercosul, os demais países deveriam tomar determinadas atitudes a respeito. Se esse tipo de atitude é considerado que fere a não intervenção, então, o Congresso Nacional teria aprovado um texto inconstitucional, que eu acho que não é o caso. Mas, enfim, nós temos a corroboração, por meio do Protocolo de Ushuaia, de que trabalhar pela democracia, pelos direitos humanos em outro país é plenamente constitucional.

Além disso, também ainda falando do art. 4º, é interessante, porque o Protocolo de Ushuaia, aprovado pelo Congresso Nacional aqui, diz que a democracia é a condição para os processos de integração entre, no caso, os países do Mercosul, então, condiciona a integração regional à democracia. O art. 4º diz também que um dos nossos propósitos é promover a integração latino-americana. Então, ao assegurar a democracia, que o próprio Congresso Nacional reconheceu que é uma condição, uma pré-condição para a integração regional, nós estamos trabalhando para cumprir o art. 4º no sentido da integração regional latino-americana.

Já tenho dito que a integração latino-americana não pode ser a integração dos cartéis da droga, tem que ser a integração de países democráticos. Enquanto houver países dominados por cartéis da droga, por exemplo, não se pode, de acordo com o próprio Protocolo de Ushuaia, aprovado pelo Congresso Nacional, trabalhar pela integração ou obter uma integração.

Bem, apenas para finalizar, gostaria de dizer também da questão dos interesses brasileiros, econômicos, porque frequentemente se menciona que nossa atitude em relação à Venezuela feriria nossos interesses econômicos, comerciais ou algo desse tipo. Bem, o que feriu nossos interesses comerciais e econômicos foi a atitude irresponsável de governos anteriores de apoiar o regime de Hugo Chávez e de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nicolás Maduro. Então, por exemplo, na questão da Refinaria Abreu e Lima, em que houve um compromisso da Petrobras de participar com a Venezuela de Chávez da construção da refinaria, Chávez nunca colocou o dinheiro, Venezuela teve prejuízos financeiros e na sua credibilidade. Foi mais um dos muitos elementos dessa época que prejudicaram imensamente a Petrobras.

Além disso, companhias brasileiras que exportaram bens e serviços para a Venezuela com garantias do Tesouro Nacional levaram calote, ao longo desse tempo, num montante já vencido de mais de US\$400 milhões e, a vencer, de mais uns US\$300 milhões.

Então, o contribuinte brasileiro... Isso nunca foi cobrado. Nunca foi usada a maravilhosa relação bilateral que existia entre determinados governos e a ditadura de Chávez-Maduro; nunca usaram isso para cobrar o dinheiro dos brasileiros, o dinheiro das companhias brasileiras. E o contribuinte brasileiro, em função das garantias do Tesouro Nacional, arcou – ou vai arcar em breve – com esses mais de US\$700 milhões de prejuízo.

Então, quem feriu os interesses econômicos brasileiros foi quem tolerou esses regimes, esse regime brutal na Venezuela.

Basicamente é isso. Teria, claro, outras coisas para falar, mas, enfim, espero ter coberto basicamente qual é o contexto da visita do Secretário Mike Pompeo, como ela ocorreu e por que ela ocorreu. E estou pronto a esclarecer qualquer outra dúvida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Chanceler Ernesto Araújo pela apresentação ora proferida.

Como nós tínhamos combinado, nós vamos fazer um intercâmbio entre quem está remoto e quem está aqui presencialmente.

Apenas para registrar a presença do Senador Zequinha Marinho, que eu não havia registrado, Senador Rogério Carvalho, Senadora Zenaide Maia, Senador Petecão e Senador Chico Rodrigues. Além de Telmário e Marcos do Val, que eu já havia falado.

Senador Telmário, V. Exa. é o primeiro, mas eu queria colocar a Senadora Mara Gabrilli, pois eu acho que é uma homenagem que a gente faz ao seu retorno aos trabalhos da Casa.

O que V. Exa. acha?

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Primeiro, pela pessoa que ela é; segundo, por ser mulher; e, terceiro, porque ela merece, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, com a palavra, com toda a pompa, Senadora Mara Gabrilli.

V. Exa. tem cinco minutos.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada, Senadores. Estou com muitas saudades e quero agradecer ao nosso Chanceler Ernesto Araújo.

Eu queria começar, Chanceler, perguntando... Porque o Brasil sempre foi muito respeitado internacionalmente por sua tradição pacificadora e a gente tem acompanhado de perto essa mudança de posição nas nossas relações internacionais. V. Exa., Ernesto, realmente entende vantajoso abrir uma Assembleia Geral das Nações Unidas fechando portas para outros países? O que o Brasil ganha com isso? Eu realmente queria entender.

Segundo, é muito importante a gente esclarecer que a proximidade do Brasil é com o Trump e não com os Estados Unidos. O Brasil está preparado caso o seu aliado não vença as eleições? Que medidas o Itamaraty vai tomar isolado do resto do mundo e sem o Trump?

E a terceira pergunta. V. Exa. esclareceu que a Operação Acolhida é um exemplo de solidariedade à Venezuela, mas a nossa fronteira continua fechada. V. Exa. poderia comentar, por exemplo, a respeito da Portaria 419, de 2020, que prevê sanções desproporcionais e ilegais, inabilita o pedido de refúgio, responsabiliza criminalmente os migrantes e ainda determina a deportação imediata? E, mesmo assim, com essa portaria, V. Exa. continua afirmando que o Brasil mantém a sua solidariedade ao povo venezuelano, Chanceler?

Muito obrigada, Presidente, Senador Trad.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Senadora Mara Gabrilli, que se ateve ao tempo.

Passo ao Ministro Ernesto para responder às perguntas da Senadora Mara, que, se desejar, terá uma réplica. E V. Exa., se desejar, terá uma tréplica.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Normalmente tem sido praxe aqui nas Comissões, para facilitar os trabalhos – e sabemos que muitos membros participarão deste debate com o Ministro –, fazer blocos de três Parlamentares. Assim, o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro responderia e aceleraríamos os trabalhos. Caso contrário, ficaremos até o final da tarde hoje. É uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a sugestão de V. Exa. Ocorre que a gente reduziu o tempo, tanto da resposta quanto da pergunta, para poder ficar individualizado.

Então, V. Exa. já responde e resolve o assunto.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli, pelas perguntas.

Bem, eu acho que existe uma percepção extremamente superficial sobre o que nós estamos fazendo em política externa. Existe uma percepção equivocada sobre o que era a nossa política externa e sobre o que ela é hoje. Eu acho que é preciso ir além desses clichês de que o Brasil era um país que promovia a paz e hoje não promove a paz. Isso absolutamente não é verdade quando examina os fatos.

Em relação à própria Venezuela, eu acho que o que ameaça a paz que existe é um regime como o regime de Maduro, que alberga terrorismo, que loteou o país entre facções criminosas, que ameaça a segurança e a paz de todo o continente, inclusive em coligação, às vezes, com forças em outros países, como a gente tem mencionado. Então, acho que a gente não pode usar a ideia da paz e da atitude pacificadora como um elemento para ignorar a realidade.

Eu digo que diplomacia não é covardia. Há gente que acha que é. Embora rime, não é; é uma coisa completamente diferente. Nós temos que trabalhar com coragem. Às vezes a gente se choca com interesses muito claros, como no caso da Venezuela e da América do Sul, onde há interesses políticos e econômicos por trás dessa coligação da ditadura Maduro com outros regimes políticos, com outras correntes políticas, com o narcotráfico, com o crime organizado. Essa é a verdadeira ameaça à paz.

Então, nós estamos trabalhando com a realidade concreta, não com a realidade idealizada, teórica. O mundo não é um idílio, no qual se diz: "Ah, vamos ter um diálogo". "Que bom! Vamos promover a paz! Que maravilha!" Não é assim que o mundo funciona. Seria bom que fosse. Então, nós estamos trabalhando pela paz, agora, concretamente e não simplesmente com retórica, como era o caso antes, tentando identificar quais são as ameaças reais à paz.

Também existe um equívoco muito grande em achar que o Brasil está no mundo para intermediar situações entre outros países ou entre outras forças. Não, nós temos os nossos interesses e as nossas posições e nos articulamos com diferentes países para promover esses interesses e esses princípios, que são os princípios que estão na Constituição. Então, como eu dizia, a Constituição, como os senhores sabem melhor do que eu, fala da busca da paz, fala da prevalência dos direitos humanos, fala da autodeterminação dos povos, fala de várias coisas. Estamos trabalhando por todas elas. Nós temos que trabalhar, não é uma opção. A Constituição nos manda trabalhar pelos direitos humanos na Venezuela.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos anteriores, que deixaram esse descabimento surgir na Venezuela, que os apoiaram, inclusive financeiramente, com perdas para o contribuinte brasileiro, são aqueles que feriram de maneira direta a Constituição Federal.

O Brasil não está fechando nenhuma porta. O Brasil está dizendo aquilo que pensa, aquilo que é o sentimento do povo brasileiro. O discurso do Presidente nas Nações Unidas procurou mostrar a realidade do combate ao Covid, a realidade da Amazônia, a realidade da nossa atuação em favor de novos enfoques, que estão, por exemplo, contribuindo para a paz no Oriente Médio. É curioso, porque muito se fala que nós não temos sido pragmáticos, mas, em relação ao Oriente Médio, nós estamos justamente apoiando soluções pragmáticas, diferentes, que procuram, através de novas ideias, gerar uma paz que não foi gerada ao longo de anos. Mas muitas pessoas insistem, aí sim, dogmaticamente, em manter posições eternas sem procurar soluções novas.

Então, nós estamos abrindo portas, inclusive para a realidade brasileira. Isso era uma realidade que era ignorada. O Brasil aparecia nos discursos nas Nações Unidas apenas como um nome. Agora é o povo brasileiro que aparece no discurso do Presidente nas Nações Unidas, com a sua essência, com a sua identidade, com os seus sentimentos. Então...

Bom, rapidamente a questão de... Não é fato que a proximidade do Brasil seja com o Trump e não com os Estados Unidos. Essa é uma interpretação, é direito da senhora, mas é o contrário. Tudo que nós estamos fazendo com os Estados Unidos eu tenho certeza que é de interesse permanente para os dois países. Um Governo democrata provavelmente manteria esse mesmo enfoque, a menos que queiram, enfim, trabalhar contra os seus próprios interesses, o que tenho certeza que não seria o caso. O que existe, assim... Nós não podemos desperdiçar a oportunidade de fazer coisas com os Estados Unidos pelo fato de que o Presidente atual pode perder as eleições, porque assim nós não faríamos nada, nunca, com nenhum País.

Sobre fronteira fechada com a Venezuela, isso é uma decisão sanitária, é uma decisão que é tomada através de coordenação entre vários órgãos, desde o começo da pandemia, inclusive as portarias são de responsabilidade de outros órgãos, e não diretamente do Itamaraty. Então, não queria aqui comentar diretamente a portaria que a senhora mencionou, porque não foi diretamente da nossa responsabilidade, mas vou pesquisar mais a respeito para lhe dimensionar essa portaria.

Agora, o fato de que nós não estamos demonstrando solidariedade pelo povo venezuelano, no caso específico, me parece completamente equivocado. Estive lá já pela segunda vez, tive a oportunidade de visitar Roraima. Estive na Operação Acolhida. Aquilo é uma demonstração claríssima de solidariedade. Então, o fato de que tivemos que fechar a fronteira durante a pandemia não anula tudo que nós estamos fazendo por esses mais de 200 mil venezuelanos, com sacrifício inclusive do contribuinte brasileiro, com apoio de organismos internacionais, internalizando as pessoas. Eu acho que dizer que o fato de a fronteira estar fechada por razões sanitárias é ignorar completamente... É de quem nunca viu a realidade dos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venezuelanos que chegam lá e o carinho e a atenção com que eles são tratados pelo Governo brasileiro. Acho que é um sofisma, realmente, total e não corresponde, de forma nenhuma, à realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Mara, vai querer fazer mais alguma consideração?

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sim.

Só queria relembrar que falar de retórica com relação à participação sempre pacificadora do Brasil é muito distante da realidade que a gente sempre viveu, porque o Brasil liderou o desarmamento nuclear na ONU, liderou o pacto de migrantes, de que depois o próprio Governo Bolsonaro se retirou. O nosso País sempre teve participação especial nos temas dos indígenas – e, no discurso da ONU, o Presidente os culpou pelas queimadas. E, ainda, o Brasil sempre teve uma forte atuação com as pessoas com deficiência. Por essas razões, eu entendo que o Brasil sempre foi pacificador, sim. Não é retórica.

Infelizmente a gente tem caminhado para o sentido oposto disso, Chanceler. É como eu vejo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, então, a consideração da Senadora Mara.

V. Exa. quer fazer algum comentário?

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Quero.

Rapidamente, eu acho que há diferentes maneiras de trabalhar pela paz e também pela soberania. A Constituição requer que a gente trabalhe pela independência nacional.

A senhora mencionou, por exemplo, o pacto de refugiados. Nós saímos do pacto não porque nós somos contra os refugiados – ou contra o pacto de migração –, mas porque consideramos que cada país tem que ter autonomia, portanto, independência para direcionar sua política sobre imigrantes. E nós achamos que, nesse caso, o fato de ser um problema que afeta muitos países não significa que seja um problema que requeira soluções únicas para todos os países, por isso saímos desse pacto. Em muitos outros casos, temos nos posicionado no sentido de que não podemos ter organismos internacionais se sobrepondo à capacidade legislativa desta Casa, do Congresso Nacional. Esse é um dos elementos que mostram que nós estamos no caminho da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Ministro Ernesto.

Agora, com a palavra, o autor do requerimento – muito obrigado por ter permitido colocar a Senadora Mara Gabrilli para inaugurar os questionamentos –, Senador Telmário Mota.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Presidente, eu quero cumprimentá-lo e agradecer por estar nos oportunizando... Quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes e os que estão de forma remota. Quero agradecer ao Ministro Ernesto, que aceitou o convite.

Sr. Presidente, quando nós fizemos esse requerimento, não foi por ter nada pessoal contra o Ministro – porque hoje que eu o estou vendo pessoalmente – e muito menos contra o Secretário de Estado Mike Pompeo. Nada disso. Eu o fiz por duas razões: por este País, porque eu nasci nele; e pelo Estado em que nasci.

Vamos aos fatos. Eu assisti atentamente à fala do Ministro. Eu queria só comentar três pontos.

O primeiro é quando ele fala, por exemplo, do recurso que os Estados Unidos doaram. A fala do Ministro eu respeito, mas só uma auditoria vai aferir isso, porque, se não fosse a ajuda brasileira, estaria todo mundo morrendo lá – é fato.

Segundo, quando o Ministro fala, por exemplo, da vinda do Pompeo por uma questão humanitária, e a Arábia Saudita? E a Coreia do Norte? A China e a Rússia? Então, são dois pesos e duas medidas.

E, quando o Ministro fala que o Pompeo não fez aquela fala ali... Ora, nós temos um dos órgãos mais competentes, que é a nossa Chancelaria, os nossos diplomatas, e o Mike é um homem que tem o principal Ministério dos Estados Unidos. Como é que ele fala uma coisa, o tradutor diz outra, e ele deixa? Só reage quando o povo reage, quando nós reagimos? Então, com todo respeito à fala do Ministro, toda ela eu classifico, como no meu Estado diz, coisa para inglês ver.

Vamos lá... Eu queria ir os fatos.

Roraima tem uma convivência pacífica com a Venezuela, centenária; uma relação comercial, uma relação humana, uma relação cultural e uma relação social. Quando o Brasil fechou os garimpos de Roraima, mais de 50 mil brasileiros foram para a Venezuela. Em 2015, o ano em que começou uma crise política, social e econômica na Venezuela, nós tínhamos cerca 250 milhões de brasileiros lá dentro, nas diversas atividades, e eu fui o primeiro político, primeiro político do Brasil a alertar as autoridades brasileiras: "Olha, vai ter a crise na Venezuela e o Brasil tem que se preparar". Fui contra a acolhida no Estado de Roraima, porque não tem a menor condição, como não tem até hoje. Trinta por cento da população de Roraima é contra a acolhida – eu fechei uma pesquisa ontem nesse sentido. A acolhida tinha que ser como foi feita no Haiti: passamos 11 anos e gastamos 150 milhões. Dois anos na Venezuela e já se vão 500 milhões. Se for verdade esse dinheiro que o Pompeo disse que colocou, olha a fortuna que está gastando... E não está resolvendo nada! Absolutamente nada!

Sr. Presidente, na verdade, quando os Estados Unidos fizeram aquele ensaio midiático de uma ajuda humanitária à Venezuela, oferecendo...







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui falar só uma coisa que eu estava esquecendo: entre a ditadura da esquerda e a ditadura da direita, eu fico com a democracia. Não sou nenhum louco, sou contra toda ditadura, porque eu fui vítima da ditadura brasileira. E nós brasileiros achamos o nosso caminho, e espero que o povo venezuelano, sofrido, maltratado, ache o seu caminho. Não é nosso papel interferir lá.

Então, Sr. Presidente, quando os Estados Unidos fizeram aquela ajuda humanitária midiática, mandaram um caminhãozinho deste tamanho, três, quatro, com a metade de alimentação. Nós tínhamos cinco alojamentos, vamos dizer assim, ali nas acolhidas. Se um caminhão daquele fosse para lá, não alimentava nem aquele pessoal. Como é que os Estados Unidos iam alimentar 30 milhões de venezuelanos? E tinham que ir pela mão do Guaidó. Sabe qual foi o resultado? O resultado foi que fechou a fronteira, estrangulou a nossa economia – estrangulou a nossa economia. A energia, pela qual nós pagávamos 264 mil por ano para a Venezuela, nós estamos pagando 2 bilhões, segundo o Presidente da República disse esses dias, de energia subsidiada. Considerando um ano e meio, já foram aí 3 bilhões! Com mais de 500 milhões de acolhida, nesses dois itens já vão 3,5 bilhões – quando nós deveríamos ter gasto somente, olha só – somando um ano e meio –, 94 milhões. Então, a perda é muito grande. E o resultado: todo esse dinheiro que está indo para a acolhida não tem resultado econômico no Estado de Roraima. Nada é comprado lá, absolutamente nada! Vai tudo de fora. Para Roraima ficam só as políticas públicas. Tem que oferecer a saúde, a segurança, a habitação, a geração de emprego, e isso o povo...

O Estado é pequeno. No nosso Estado, Sr. Presidente, apesar de ser o Estado que tem a maior riqueza natural *per capita* do mundo, nós somos vítimas de um Governo Federal – todos os que passaram por aí – que usa o Estado de Roraima para pagar suas dívidas internacionais. Quem pagou a dívida indigenista do Brasil foi Roraima, com 46% da sua terra. Nós temos hoje mais de 65% das terras lá comprometidas, e para as outras restantes ainda não chegou a titulação.

Roraima é um Estado virtual, Ministro. O senhor acredita? Nós não temos energia com o Brasil; nós não temos uma resolução para o problema da mosca da carambola; nós temos 10 mil servidores para serem enquadrados, e não se enquadram!

Então, a nossa necessidade não é a ida do Pompeo para lá. E eu pergunto, Sr. Ministro, ou melhor, nem pergunto, mas ressalto: por que o Pompeo foi agora lá, em plena campanha do Trump? E as fronteiras estão fechadas! Por que ele não foi lá na hora da crise da imigração, para nos ajudar, quando ninguém tinha dinheiro para nada? Por que ele não esteve lá, Sr. Ministro, na hora de se fazer a interiorização? Por que ele não esteve lá, Sr. Ministro, na hora da nossa crise da pandemia? O nosso povo estava morrendo! Nós não tínhamos respiradores! Os Estados Unidos compraram todos da China e não deram nenhum para nós! Nós estávamos mandando nosso povo de Boa Vista para Manaus, para respirar. Ou seja, o Sr. Pompeo, um homem humanitário, de coração grande e bom, resolveu ir lá agora, na hora em que nós não estamos precisando dele! E por que ir para Roraima? Por que ele não veio para cá, para fazer o discurso dele aqui em Brasília?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lamento isso. Sabe o que que acontece? É que, se se criar uma nova situação dessas... Vou explicar em números, porque é importante.

Olhem só: quando começaram as sanções americanas à Venezuela, nós caímos de US\$350 milhões para US\$238 milhões, de 2018 a 2019. Agora, depois que o Senador Nelsinho, como Presidente da Subcomissão desta Comissão, me autorizou a integrar a brigada só para tratar do assunto da Venezuela... Ele me autorizou a ir à Venezuela. "Ah o Telmário foi falar com o Maduro!" Eu não fui falar com o Maduro, eu fui falar com o chefe de Estado de lá; poderia ser o Guaidó, o Maduro, a Antônia, a Josefa... Quem estivesse lá! Eu tinha que resolver! Por quê? Noventa e seis por cento do comércio de Pacaraima estavam fechados! Era um caos absoluto no Município de Pacaraima! E Pacaraima nasceu nestas mãos. O primeiro Prefeito de lá foi o meu sobrinho, por dois mandatos, com mais de 60%. Então, estrangulou! A nossa exportação toda estrangulou! Então, em Roraima, que não tem indústria, que vive no contracheque, com essa avalanche de pessoas que chegaram ali, o que que aconteceu? Em Roraima havia um caos absoluto! Uma loucura!

O calcário, Ministro – que hoje nós estamos plantando, que aumentou a nossa exportação –, vem da Venezuela. O senhor sabe qual é o preço do calcário? Vou lhe mostrar... Olhe só o preço do calcário: a tonelada custa R\$70; no Brasil, custa R\$300. Então, se a gente for pegar o calcário daqui para plantar soja, ninguém tem mercado.

Em 2019, com essas nossas exportações, depois que eu consegui abrir a fronteira, o crescimento do PIB de Roraima foi de 4,3%, em 2019. Sabem quanto foi o do Brasil? Foi de 1,1%. Por quê? Porque nós alavancamos a nossa exportação.

Roraima exportou 156 milhões em produtos em 2019, 72 milhões para a Venezuela! Se se fechar lá, vai se estrangular o nosso Estado.

Aliás, em 2020, nós saímos, só no mês de abril, Ministro... De 2019 a 2020. Em 2019, nós exportamos US\$1 milhão; em 2020, exportamos US\$11,1 milhões, 97% aumentou nossa exportação.

Ministro, hoje, sabe quanto sai de exportação de Roraima para a Venezuela? São cem carretas, quatro toneladas, 25 milhões por dia. É o que sustenta. Roraima só tem comércio e serviço, não tem indústria.

Então, é esta a minha preocupação: é com o meu povo, é com o vizinho, porque nós não temos absolutamente nada. Então, a necessidade, Ministro, do meu Estado, do meu povo, para viver...

Está bom, Sr. Presidente. Dê-me um pouquinho mais de tempo, porque é importante. Estamos falando de um Estado que está à beira do colapso e que paga toda a dívida do Brasil nas questões indígenas, migração etc., etc., etc.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, do que que Roraima precisa, Ministro? Chame o Pompeo, chame o Bolsonaro, que teve a segunda maior votação lá, para voltar lá e ajeitar, arrumar a nossa energia, colocar a nossa energia interligada! É isso que nós queremos.

Nós queremos enquadrar 10 mil servidores, Ministro, do ex-Território, que estão há 30 anos... Estão morrendo sem conseguir enquadrar. Todo mundo enquadrrou.

Nós estamos querendo, Ministro, as nossas terras, que são virtuais. É preciso titular para o homem do campo... Até para essa queimada que existe é o indígena, é o ribeirinho, é o agricultor familiar... Porque ele não tem mecanismo. Precisamos criar crédito e financiamento... Até propus o Pronaf Verde. Vamos financiar o nosso povo.

Sabe do que nós precisamos, Ministro? Abrir os nossos garimpos ilegais. É importante. O Presidente prometeu, os garimpeiros vieram tudo para Roraima... Está uma loucura! Está uma loucura isso aí. Hoje mesmo foram, por exemplo, não sei quantos para lá.

Nós estamos querendo resolver a questão indigenista. Os indígenas querem entrar no setor produtivo. Estão pedindo toda hora.

Isso é a prioridade do meu Estado, um Estado que merece, um Estado que tem uma acolhida, que tem sofrido com o nosso povo, um Estado que pagou com suas terras... Então, é isso que nós estamos querendo. Não podemos brigar com um país que está comprando de nós.

Eu não sou a favor de Maduro, de Pedro, de José; eu sou a favor de um país que está comprando da gente, que está salvando a gente.

E a prioridade nossa, Ministro, do Brasil, com todo o carinho, acho que são esses 3 milhões de pessoas que estão passando fome, segundo o IBGE disse hoje. Cerca de 10 milhões de brasileiros vivem hoje em lares em situação de insegurança alimentar grave; desempregados, Ministro, 27,6 milhões; a população desocupada do Brasil saiu de 10 milhões para 12,9 milhões de pessoas. Então, o Brasil tem suas prioridades. Deixe a Venezuela para lá brigar; o que eu não quero é a gente estar brigando pela Venezuela e o nosso povo desempregado, morrendo de fome, o Estado não tendo as coisas. Isso que eu acho que não é a política prioritária da gente.

Então, o nosso objetivo de ter chamado isso foi nesse sentido.

Sr. Ministro, eu estou fazendo isso, porque não há um plano "b" para Roraima, só há o plano "a". Eu nasci ali.

Eu não tenho uma caneta fora do meu Estado. Sabe por quê, Senadora Zenaide? Porque o primeiro Prefeito do meu Estado foi o Coronel Mota, quatro vezes Prefeito. O último comandante do Forte de São Joaquim, que enfrentou os ingleses, que queriam invadir ali, porque Roraima era considerada El Dorado –





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia uma lenda de que havia um lago em que se tomava banho de ouro; então, a Europa toda queria –, foi o meu avô, Pedro Rodrigues, pai do meu pai, genro do Coronel Mota. Ele não tinha contingente, requisitou índio, levou meu tio, primeiro filho do Coronel Mota, que era Prefeito, e foi a única baixa do lado do Brasil. Do lado de lá, houve baixa total.

Então, eu tenho ali uma história, eu tenho um legado, eu tenho amor àquele Estado. Amor àquele Estado!

E eu queria Ministro, com todo o carinho e respeito, encerrar aqui. Eu ouvi sua fala, ouvi sua posição. Eu entendo que V. Exa. tem um viés ideológico extremamente forte – extremamente forte. Então, essas várias perguntas que meus assessores fizeram... Eu quero aqui pedir desculpa aos meus assessores e às pessoas que estão ouvindo de fora, mandando várias perguntas: eu vou suspender todas. E queria, Ministro, dar-lhe um conselho e uma sugestão. Eu queria lhe dar um presente. Permita-me.

Aqui nós temos duas bandeiras: esta é americana, e esta é brasileira. Esta aqui é nossa. Esta aqui que é nossa! Esta aqui que é a do nosso coração. É esta que nós temos que abraçar. Os americanos já abraçam bem a deles; eles a hasteiam em qualquer lugar. Então, eu trouxe uma para o senhor. Mandei fazer para o senhor levar para casa e ver todo dia.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Eu só não dou minha máscara porque não tenho outra. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a manifestação do Senador Telmário.

Passo ao Chanceler Ernesto, para a sua resposta.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Presidente, só um pouquinho: como eu não fiz nenhuma pergunta e tenho um avião... Eu queria pedir licença, porque tenho um avião agora para ir. Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não dá nem para ouvir a resposta dele? Ele faz em três minutos, e aí o senhor está liberado.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Certo. Vamos ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota. Em primeiro lugar, muito obrigado pela bandeira. Já tenho uma, várias. É mais uma bandeira do Brasil – esta aqui é grande, inclusive.

Não tenha a menor dúvida de que eu tenho a bandeira do Brasil no meu coração e de nenhum outro país.

Eu acho que houve problemas realmente num passado recente. Autoridades brasileiras que não tinham essa bandeira no coração e que não tinham, na verdade, amor ao povo brasileiro no coração.

Durante muito tempo, nós fizemos uma política externa que eu acho que tinha talvez a bandeira da ONU no coração, ou que não acreditava no povo brasileiro, que desprezava o povo brasileiro. Noventa por cento do povo brasileiro é cristão, e, quando o Presidente diz que o Brasil é um país cristão, muitas pessoas, algumas pessoas se revoltam contra isso, porque desprezam o povo brasileiro, desprezam a fé da grande maioria do povo brasileiro, desprezam os valores do povo brasileiro.

Durante muito tempo, tivemos uma política externa que tinha vergonha do Brasil, tinha vergonha dessa bandeira. Trabalhava-se apenas para ser louvado e elogiado nos corredores dos organismos internacionais, o que é fácil. Eu sei que é fácil. Basta você dizer: "Olha, nós estamos com a paz, nós estamos com a solução pacífica de controvérsias", e o povo brasileiro perdendo recursos, perdendo esperança, perdendo oportunidades comerciais, perdendo a fé, sendo esquecido... Políticas que não trabalhavam... que também não tinham a Constituição brasileira no coração, que não trabalhavam pelos direitos humanos em outros países, com no caso da Venezuela, que não trabalhavam pela autodeterminação dos povos, nem mesmo pela autodeterminação do povo brasileiro, que queriam submeter o Brasil a ditames de organismos internacionais, portanto ignorando o princípio da independência nacional.

Então, o que acontece é o seguinte: temos parceiros internacionais que podem nos ajudar a defender os interesses do povo brasileiro, alguns mais do que outros. Acho que hoje o parceiro internacional que mais pode nos ajudar a defender os interesses do povo brasileiro e que mais pode nos ajudar a cumprir a Constituição, a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, por exemplo, etc., etc., são os Estados Unidos da América. Então, não tenho vergonha nenhuma de que seja um parceiro tão importante para o Brasil, porque esse parceiro não é por uma opção ideológica, garanto ao senhor, é por uma opção de ser o parceiro que pode nos ajudar a transformar o Brasil do jeito que nós queremos transformar, uma verdadeira democracia, uma verdadeira economia de mercado, gerando oportunidades para todos, e um país respeitado no mundo, sim, por ser um país que trabalha por grandes valores e não um país que é simplesmente elogiado por diplomatas de outros países. Nós queremos fazer uma política externa que seja elogiada pelo povo brasileiro.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que isso responde um pouco ao que o senhor falou, mas eu queria, sobretudo, agradecer a bandeira. Rapidamente, muito do que o senhor falou, boa parte tem a ver com os problemas, as questões do Estado de Roraima. Eu queria rapidamente dar um exemplo disso. É claro que as minhas viagens geralmente são internacionais, mas, das minhas viagens nacionais até hoje, eu estive uma vez só em São Paulo e estive duas vezes em Roraima. *(Risos.)*

Acho que isso dá uma ideia da prioridade que nós damos ao Estado.

Sabemos das dificuldades do Estado, que vêm de antes. Tenho conversado muito também com o Governador Denarium – conversei com ele lá agora em Roraima. Com o Senador Chico Rodrigues estamos frequentemente conversando sobre os interesses do Estado de Roraima. É uma grande honra sempre conversar com o Senador Chico Rodrigues, que também estava lá em Boa Vista.

Há vários eixos nos quais nós procuramos contribuir: demos a voz do Itamaraty em favor da construção do Linhão de Manaus a Boa Vista, absolutamente estratégico; demos total apoio e engajamento do Itamaraty para a construção e a pavimentação da rodovia Lethem-Linden, que vai abrir para o mercado da Guiana, que vai crescer imensamente; estamos programando uma enorme dinamização da nossa relação com a Guiana, que vai criar imensos interesses econômicos para o Estado de Roraima. Então, há toda a nossa solidariedade e interesse em contribuir com o Estado de Roraima.

Eu acho que isso pode ser mais bem promovido, justamente no dia em que nós tivermos a Venezuela democrática que nós sonhamos. Eu acho que os problemas que tem havido na relação com a Venezuela foram criados pela Venezuela. Foram eles que fecharam a fronteira, porque não queriam receber ajuda humanitária, enfim, e os outros problemas que eu já mencionei de não pagarem ao povo brasileiro em geral e não apenas ao povo de Roraima, de reterem lá recursos de empresas brasileiras. Mas estamos convencidos de que qualquer solução definitiva só será alcançada com a redemocratização da Venezuela.

Nesse ínterim, do ponto de vista do Governo Federal – claro que não depende só do Itamaraty –, há atenção enorme pela situação de Roraima. E, do ponto de vista do Itamaraty, estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance para, inclusive, criar alternativas no caso específico da Guiana, para, digamos, substituir isso. Acho que, no longo prazo, será um futuro que pode ser brilhante para o Estado de Roraima. Com a democratização da Venezuela e daquela região e com a Guiana crescendo, aquilo vai virar, aí sim, um El Dorado como o El Dorado da lenda. Há problemas com os quais a gente concorda – o senhor sabe – inteiramente com o senhor, no Governo Federal: o problema da titulação de terras e o problema da mineração em terras indígenas. Nós queremos abrir isso de acordo com a Constituição, legalmente, de maneira sustentável. São políticas do Presidente Jair Bolsonaro que coincidem creio que inteiramente com os interesses da população de Roraima. Então é isso. Nós queremos fazer uma política do povo brasileiro e do povo de Roraima muito especificamente.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, como eu tenho uma pequena réplica e tocou num assunto importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, senhor. V. Exa. tem a réplica e aí...

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Pois é. No lugar de se fazer a estrada para a Guiana inglesa, que é bom para exportar, vamos embora primeiro arrumar as nossas, porque a BR-174 está intrafegável, na BR-433 carro não passa, na BR-421 não tem asfalto, para Uiramutã não tem asfalto, e são áreas estratégicas. Então, vamos arrumar nossa casa antes de arrumar a casa dos outros.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Telmário. V. Exa. está liberado para cumprir com seu horário do compromisso que tem fora daqui. Muito obrigado.

Com a palavra, agora, obedecendo a alternância, o nobre Senador de Santa Catarina, ex-Governador Esperidião Amin.

É um lá e outro cá, Petecão. Foi combinado assim. Aí o próximo será Chico Rodrigues... Ah! Marcos Do Val – desculpe. (*Pausa.*)

Coloque o áudio aí, Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Tem que liberar aí. Liberou agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora sim.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Agora está liberado.

Então, um bom dia a todos. Quero cumprimentar V. Exa., o Ministro e todos os já mencionados; agradecer pelo Senador Petecão ter compreendido que o fato de estar remoto não me inibe de participar desse momento.

Eu quero cumprimentar sinceramente o Ministro; cumprimentá-lo por ter elucidado a razão imediata deste convite. O próprio depoimento – muito mais do que indagações – do Senador Telmário Mota se encarregou de contribuir para a elucidação do motivo do convite. O motivo do convite era em cascata, tinha como topo a frase: "Vamos tirá-lo de lá". E esta frase restou aparentemente comprovado, aos meus olhos comprovado, que não foi proferida.

Eu agradeço muito o Ministro por ter enriquecido a metáfora que eu apresentei. A metáfora do vizinho é minha, Ministro. Pelo menos neste caso eu tenho direito autoral. E foi o que eu procurei traduzir





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

como metáfora, até com críticas do meu querido amigo Jaques Wagner, mas para dizer que eu recebi alguém, e este alguém teria se valido da proximidade da minha casa com a casa do vizinho para desferir um impropério essencial que é este: "Vamos tirá-lo de lá". Como este "vamos tirá-lo de lá" não foi proferido – e eu quero obter a sua confirmação mais uma vez –, eu acho que as questões passam a ser típicas de relações internacionais. O Brasil e vários outros países não podem se omitir diante do arbítrio, dos abusos praticados na casa deste vizinho, mas não é por isso que nós vamos intervir lá, como já foi sugerido. Há seis meses, estava-se discutindo se o Brasil deveria tomar alguma ação concreta, estimulado pelo Governo dos Estados Unidos, em face do regime venezuelano. Nós temos esse compromisso democrático, que eu acho que o senhor expôs corretamente. Não nos esqueçamos de que admitir ou não admitir e retirar de um organismo internacional um Estado que não abrigue instituições democráticas é uma decisão plausível no Estado democrático de direito e na relação entre as nações.

Eu gostaria, reconhecendo o principal da razão do convite, apenas trazer ao Ministro Ernesto Araújo uma informação complementar. O Brasil tem um alinhamento hoje muito claro com os Estados Unidos, e V. Exa., inclusive, fez menção. Na hipótese da eleição de um democrata, no caso, o candidato Joe Biden, nos Estados Unidos, o senhor mesmo mencionou – e eu reconheço como verdadeira a afirmação – que não há diferença entre o que pensam os democratas e os republicanos nos Estados Unidos em relação ao regime venezuelano, mas o nosso alinhamento ou a nossa concordância com posições norte-americanas têm que ser baseados no interesse fundamental do nosso País, e não transparecer que nós estamos alinhados com uma candidatura. É nesse aspecto que eu pediria que o senhor voltasse a discorrer sobre outros aspectos e circunstâncias da vinda do Secretário de Estado, Mike Pompeo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Passo, de pronto, a palavra ao Chanceler Ernesto.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Desculpe, não tinha presente que a metáfora do vizinho era sua, dou todo o crédito.

Acho que procuramos mostrar aqui que, realmente, houve um colapso progressivo na casa do vizinho e que é isso que está por trás dessa situação, com todo o nosso apego, digamos, a esse vizinho propriamente.

Queria basicamente mencionar isso também e reiterar algo que também já mencionei: eu acho que tem que haver uma preocupação muito clara, por parte do Congresso Nacional, em relação ao que acontece na Venezuela, porque grande parte do problema é a usurpação dos poderes da Assembleia Nacional, do Legislativo venezuelano pelo Executivo. Eu acho que é um tema transfronteiriço, digamos, de autonomia de um Parlamento dentro dos respectivos sistemas constitucionais.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria mencionar também que isso já foi, eu acho, objeto de preocupação do Senado em outros momentos. Vejo aqui, por exemplo, o Senador Sérgio Petecão, do Acre, que esteve presente na Venezuela, em 2016, com aquela comitiva que tentou verificar *in loco* a situação da Venezuela e foi praticamente expulsa por Maduro e sua...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Praticamente, não! Nós fomos expulsos! V. Exa. está sendo gentil! Nós fomos expulsos da Venezuela, toda a delegação.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Exato.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Então, este é o tipo de regime com o qual nós estamos lidando até hoje: que expulsa Parlamentares de um outro país que estavam ali para verificar a situação.

E nós precisamos continuar contando muito – no nosso exercício de levar adiante os princípios constitucionais, na nossa relação com a Venezuela, na nossa preocupação com a Venezuela –, o Executivo, o Itamaraty especificamente, com esse engajamento do Congresso Nacional, muito especialmente do Senado, que teve esse momento importante em 2016. Então, é fundamental... E eu queria dizer isto de uma forma genérica: esta audiência aqui, para nós, para mim, é fundamental para que possamos discutir isso e ter esse permanente engajamento do Senado também na nossa política para com a Venezuela.

Sobre a questão da relação com os Estados Unidos e se seria, digamos, um alinhamento com uma candidatura, eu acho que não é absolutamente o caso, não, Senador. Vejamos os resultados que nós temos já obtido na relação com os Estados Unidos: o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas; o acordo de pesquisa de material de defesa, que abre um mercado imenso; o apoio norte-americano para o ingresso do Brasil na OCDE...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – ... os três acordos regulatórios que estão praticamente prontos para serem assinados, como, por exemplo, o Acordo de Facilitação do Comércio, que vai reduzir os custos de comércio entre os dois países; a evolução das tratativas que estão em curso ainda no setor de etanol e açúcar, mas que já nos trouxe aí essa cota adicional de 80 mil toneladas de açúcar e que seguramente vai trazer mais ao longo das negociações. Então, tudo isso são valores permanentes, aí, na área de defesa e em outras áreas, de modo que não vejo que isso seja paralisado com uma vitória, como dizia, dos democratas e não vejo de forma nenhuma que isso seja um alinhamento com uma candidatura.

Quero reiterar um pouco – já que eu tive a oportunidade de mencionar a Senadora Mara Gabrilli – que eu defendo também a ideia de que, quando a gente se relaciona com um país democrático, sempre há



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a possibilidade de que mude o Governo e de que mude a orientação daquele país. Então, se a gente fosse sempre trabalhar com esta hipótese de que vai mudar a orientação, a gente nunca faria nada; a gente simplesmente reiteraria a amizade e pronto. E os Estados Unidos, é claro, são um parceiro que a gente não pode absolutamente dispensar pelo fato de que ele possa mudar de Governo dali em diante.

Eu queria mencionar um ponto específico que eu sempre tenho usado como exemplo para negar e para mostrar que não existe o famoso alinhamento automático com os Estados Unidos de forma nenhuma. O Governo Trump tem uma posição pró-vida em organismos internacionais, que é uma posição coincidente com a do nosso Governo, porque achamos que é a posição da grande maioria do povo brasileiro, pró-vida. Provavelmente, um governo democrata teria uma posição diferente, não teria esse mesmo engajamento contra, digamos, um direito universal ao aborto ou coisa desse tipo nos organismos internacionais. Nós não nos alinharemos com os Estados Unidos nisso, porque nós continuaríamos crendo que não deve haver uma espécie de direito universal ao aborto, continuaremos com a posição pró-vida nos organismos internacionais. Acho que isso responde basicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Esperidião Amin, nobre Senador, V. Exa. quer concluir algum encaminhamento?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero concluir agradecendo ao Ministro, cumprimentando-o sinceramente. Já tivemos a sua participação aqui na Comissão de Relações Exteriores em várias ocasiões, o senhor nunca se furtou a esse compromisso, e eu considero que esta sua participação foi a mais esclarecedora e, por isso, respeitável para a nossa Comissão.

Senador Nelsinho Trad., V. Exa., que cumpriu uma grande jornada anteontem, uma longa e proveitosa jornada, cumpre também com a nossa – aliás, segunda-feira –, cumpre com esse papel importante de dar densidade e conteúdo às nossas reuniões. E esta foi uma reunião certamente com bom conteúdo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Passo, de pronto, a palavra ao Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero, de pronto, agradecer ao Ministro Ernesto, que não hesitou e, logo quando a CRE, o Senado fez o convite, de imediato confirmou a presença no dia de hoje. Isso mostra desprendimento, mostra que o Brasil está caminhando de forma muito saudável, de forma democrática.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escutando o meu amigo Telmário, que aqui já não se encontra, pois teve que retornar a seu Estado, é compreensível a defesa dele ao Estado, é compreensível a proteção dele ao Estado de Roraima. Eu já estive também muitas vezes trabalhando em Roraima, eu já estive na fronteira da Venezuela, inclusive fomos até lá, não eu, mas quem me levou, até para abastecer, porque a situação da gasolina era mais barata na Venezuela. Bom, é muito compreensível isso, mas a gente tem que olhar a função do Itamaraty, que é uma função macro, função de País.

Há muita crítica dessa relação do Brasil com os Estados Unidos. Todo mundo sabe que a minha relação é muito próxima com os Estados Unidos; trabalhei, vivi e fiz intercâmbio durante 20 anos com os Estados Unidos, com as forças de segurança americanas. Assim quando eu cheguei, no início do ano 2000, eles me questionavam, eles me perguntavam qual era o tamanho do Brasil. "É do tamanho de qual Estado americano? É do tamanho da Flórida? Do tamanho do Texas?". Eles não tinham noção do que era o Brasil. Então, antes de iniciar a minha aula... Até no início, quando comecei minha aula – isso em Dallas –, quase todos os policiais levantaram e saíram da aula quando apresentaram que eu estava vindo do Brasil. Bom, passando por isso, em todas as aulas que eu dava – isso na década de 2000, nos anos 2000 –, eu apresentava o Brasil: "Olha, esse é o Brasil, quase do tamanho dos Estados Unidos". E eles ficavam impressionados, e há aquela ideia de que tudo é mato. Então, a gente ia quebrando essa resistência.

Anos depois, logo depois de 11 de setembro, quando os Estados Unidos sofreram aquele baque, os próprios integrantes da segurança americana propuseram-me vir ao Brasil ajudar. Eles haviam acabado de sofrer o que eles sofreram e se colocaram à disposição para repassar o conhecimento que eles tinham na área de segurança pública, na área de treinamento policial, em situações, como aconteceu no caso Eloá, em Santo André, com a refém que foi morta, colocando-se à disposição para ajudar o Brasil sem absolutamente pedir nada em troca, apenas por gostar do Brasil e ajudar o Brasil.

Hoje, vendo essa crítica também dessa aproximação, as pessoas não entendem que estar próximo aos Estados Unidos, que é uma potência, não podemos negar isso, é um país que abre portas para todos os outros países consumirem os nossos produtos, gerar emprego, renda em nosso País. É um país que está indicando o Brasil para a OCDE, quer dizer, pegou na mão e falou: "Vamos lá! Vamos caminhar para entrar também para a OCDE, e isso vai abrir mercados, vai gerar emprego, vai gerar renda". E as pessoas ainda, no Brasil, não conseguiram ter noção disso. A linha diplomática é uma linha muito tênue, como o senhor próprio, o Ministro, falou. A gente fala de diplomacia quando a gente consegue resolver conflitos de forma democrática, em que todo mundo se beneficie e ninguém se prejudique.

Como o próprio Senador disse, o nosso querido Esperidião Amin, o fato do convite foi esclarecido logo de imediato. Muito me impressiona a imprensa, sabendo que houve uma má tradução... De novo, 20 anos também trabalhando com tradutores. Isso é supercompreensível e acontece mesmo de o tradutor não ser ao pé da letra. E já se geraram até situações, dentro do treinamento, em que o brasileiro entendeu...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Foi traduzido de uma forma, e os policiais brasileiros ficaram revoltados e foi esclarecido ali na hora, de imediato.

Então, muito me impressiona ver a imprensa, cada vez mais, colocar lenha na fogueira; querendo ver o País, cada vez mais, em crise; querendo ver relações diplomáticas serem interrompidas, a relação com Roraima e Venezuela ser prejudicada, as relações com o Brasil e os Estados Unidos serem prejudicadas. Eu não consigo ainda entender como é que a imprensa – que é capaz de gerar o caos, que é igual a urubu, vive da parte podre – não compreende que, lá na ponta, há um brasileiro que está passando fome, que vai passar fome se o Brasil tiver um relacionamento ruim com os outros países, principalmente com os Estados Unidos. Isso me indigna; eu fico muito indignado de ver essa irresponsabilidade, essa falta de amor ao brasileiro. Mesmo se sabendo que uma fala mentirosa, uma divulgação de uma notícia mentirosa ou validando algo que se espalhou de forma mentirosa pode levar fome a um brasileiro, não há indignação, não há revolta e não há entendimento de: "Peraí, eu não tenho que estar contra o Governo A nem o Governo B; eu tenho que estar a favor do Brasil". É isso.

Obrigado, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Marcos do Val.

De pronto, passo a palavra ao Ministro Ernesto, para responder à sua indagação.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, obrigado, Senador do Val.

O Senador do Val tocou em vários pontos muito importantes, que eu gostaria de desenvolver um pouco, no que diz respeito à relação com os Estados Unidos, ao que nós ganhamos com essa relação, ao que Brasil todo ganha com essa relação. Por exemplo, hoje está havendo no mundo uma realocação de investimentos, uma reestruturação das cadeias de suprimento. Com a Covid ficou claro para muitos no mundo, para as pessoas que fazem a estratégia das grandes multinacionais que havia uma superconcentração das cadeias na Ásia, sobretudo na China. E muitas companhias estão realocando seus investimentos globais, está havendo uma enorme reestruturação. E o Brasil pode se beneficiar disso. É claro que não há absolutamente nada contra a China, mas é um fenômeno que está acontecendo. E, para que nós possamos receber uma parcela importante desses investimentos que estão sendo, digamos assim, redistribuídos ao redor do mundo, que são decisões de empresas, de multinacionais, não são decisões de governos, nós precisamos ter as condições regulatórias e os acordos para nos posicionarmos nisso.

Por exemplo, há o acordo com a União Europeia, que nós já fechamos, o acordo com o EFTA, que tem países muito importantes do ponto de vista dessa alocação de multinacionais, como a Suíça. São acordos que já começam a mudar e, com os Estados Unidos, nós estamos na mesma linha. Então, quando uma empresa que estava em algum país asiático, digamos, está repensando e vê um país que tem acordo com a União Europeia, novos acordos com os Estados Unidos, acordos regulatórios, como esse de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilitação que nós estamos negociando, que está numa região pacífica, segura – este é outro elemento, você tem a união entre a importância da segurança e, portanto, da democracia na Venezuela, com os investimentos –, essa empresa vai pensar nesse país, no caso o Brasil, de uma maneira diferente nesse momento. E este momento é agora, as cartas estão sendo redistribuídas. Nós podemos pegar uma mão melhor de cartas se nós estivermos prontos para isso.

Grande parte disso já vinha de antes, porque já tínhamos consciência dessa oportunidade, agora se acelerou com a Covid. Então, grande parte da nossa estratégia com os Estados Unidos e também da entrada para a OCDE – os Estados Unidos são uma condição necessária, embora não suficiente ainda, porque depende do acordo deles com os europeus sobre o sequenciamento dos novos membros, não depende do Brasil –, grande parte disso é para nos reposicionarmos nesse novo mapa econômico mundial de uma maneira melhor. Então, isso é totalmente em benefício de todos os brasileiros, não há nada de ideológico, absolutamente nada de ideológico. A percepção de que...

E os Estados Unidos, claro, como ainda a maior economia do mundo, têm uma centralidade nessa reorganização das cadeias globais que é fundamental. Ao mesmo tempo, é uma parceria que contribui para algo que eu vou dizer e que é importante para a economia também, que é a segurança, a defesa, a capacitação das nossas Forças Armadas – são excelentes, mas enfrentam sempre um desafio na parte material. Então, com a nossa aproximação dos Estados Unidos, vem a possibilidade de novos acordos. Isso gera oportunidades incríveis para a nossa indústria de defesa.

De modo que tudo isso converge para a contribuição decisiva que os Estados Unidos podem dar à nossa política de um novo ciclo de crescimento. Isso vem junto com a defesa da democracia, essas coisas não são incompatíveis; ao contrário, uma é necessária à outra.

Só para repetir o que eu tenho dito muito: democracia não é ideologia. Então, a gente, ao defender a democracia, não tem nenhum componente ideológico. A questão é a estrutura das sociedades, e também não é simplesmente por solidariedade com a Venezuela, é por interesse nosso – no exemplo trazido aqui –, porque uma Venezuela que abre espaço, um regime que abre espaço para terrorismo, como hoje, para grupos que já atacaram na Colômbia etc., e para grupos de crime organizado é um regime que afeta diretamente nosso interesse e nosso interesse de segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço o Ministro Ernesto.

Agora, diante de vários inscritos, com a participação de vários que aqui acabam por aparecer no telão, Senador Tasso, Senador Izalci, que muito honra a nossa reunião com a presença de V. Exa., eu vou seguir a sugestão do nobre Senador Chico Rodrigues, até para dar celeridade, a pedido até dos Senadores que aqui estão presentes. Então, os três que vão fazer os questionamentos agora, por três minutos: Senador Humberto Costa, depois Chico Rodrigues, depois Jaques Wagner, nesse bloco de três. É o primeiro bloco.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o Senador Humberto Costa, três minutos.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, o próximo bloco qual vai ser, depois desse?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Próximo bloco, Petecão, Oriovisto e Rogério Carvalho. E o último bloco, Randolfe, Zenaide e Leila.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC. Pela ordem.) – Aquela proposta, Presidente, de dois presentes e um que está em casa, não vingou, não? Porque o cabra que está em casa está no sofá, tranquilo, e os velhinhos que estão aqui estão correndo o risco de Covid, Presidente.

É para o senhor fazer uma reflexão.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É profunda essa análise. Vou fazê-la.

Vamos seguir.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpellar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro, bastante esclarecedora a exposição do Ministro. Ficou claro para todos nós que a iniciativa dessa visita ao Brasil não foi um convite do nosso País. Foi uma iniciativa do próprio Chefe de Estado Americano, se assemelhando muito a instruções que são dadas a subalternos. Eu queria começar perguntando se a área técnica setorial do Itamaraty foi ouvida sobre essa visita. Qual foi o parecer emitido por essa área técnica? Houve alguma tramitação formal de documentos, incluindo notas técnicas que sejam relativos a esse processo?

A mim parece que nós vivemos um episódio vergonhoso para a diplomacia do Brasil, que gerou surpresa e indignação. Todos os Ministros de Relações Exteriores, desde o Governo Itamar até o Governo Michel Temer se colocaram contra a forma como isso foi feito, a começar pela escolha do local. Por que essa visita de interação não aconteceu em Brasília, e ela aconteceu lá em Roraima? Em nome dos direitos humanos? Que direitos humanos o Brasil defende, tendo ficado calado diante do golpe de Estado na Bolívia e de massacres de camponeses? Onde está a política de direitos humanos do Brasil que hoje se alinha às repúblicas mais atrasadas, em defesa da discriminação contra mulheres, contra grupos de gays, de lésbicas, como o Brasil tem se posicionado na Comissão de Direitos Humanos da ONU? Essa posição, inclusive, afronta o Congresso Nacional, que aprovou uma Política Nacional de Defesa, que aprovou o Livro Branco de Defesa Nacional e a estratégia de defesa nacional que sempre foram pela continuidade da posição do Brasil em defesa da autodeterminação dos povos, em defesa da negociação, e não do enfrentamento, como o Brasil está passando a fazer agora.

E mais: como querer que a Venezuela possa sair dessa situação, com um bloqueio econômico que tornou o país que tem a maior reserva de petróleo do mundo em importador de derivados de petróleo? O





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, sim, deveria ajudar na suspensão desse bloqueio econômico, até para que nós recebamos aquilo que a Venezuela nos deve.

E política autônoma? Nós do Nordeste, por exemplo, estamos sofrendo agora com a extensão da possibilidade de colocação de álcool, mais 750 milhões de litros por três meses agora, neste período. Se não é para favorecer Trump, é para favorecer o Brasil? Eu pergunto: Sr. Ministro, pelo amor de Deus, em que mundo está o Governo brasileiro, que faz uma política de subserviência, de seguidismo, como é essa que está sendo feita pela Administração que o senhor coordena em termos de relações internacionais?

De todas as formas, eu considero isso uma coisa extremamente lamentável. Lamento que o Brasil tenha passado de uma posição de referência na política externa para se tornar um pária das relações internacionais no mundo hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

De pronto, Senador Chico Rodrigues. Posteriormente, o Ministério Ernesto já está anotando e vai responder um a um.

V. Exa. tem três minutos.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente Nelsinho Trad e o Ministro Ernesto Araújo e registrar aqui que recebemos ontem a explicação da Embaixada dos Estados Unidos acerca daquilo a que se referiu o nobre Ministro: a contextualização do pronunciamento e das manifestações do Secretário de Estado Mike Pompeo, fazendo uma correção naquelas informações, o que, na verdade, para nós, Ministro, é inútil discutir, quando a solução é bem mais simples, ou seja, o problema realmente foi mostrado de uma forma muito clara.

Agora, eu gostaria de questionar a todos aqueles que não conhecem o problema: o que representa, na verdade, uma diáspora de 4 milhões de nacionais da Venezuela que saíram do seu país? Será por que motivo? Estavam sendo bem atendidos no seu país? Não havia crise interna? É o primeiro comentário que eu gostaria de deixar aqui para que todos refletissem. Quatro milhões de venezuelanos, tangidos pelas dificuldades internas do país, tiveram que o deixar, de uma forma muito deprimente, nas suas fronteiras com o Brasil, com a Colômbia, fugindo para os próprios Estados Unidos, para o Caribe.

Não queremos entrar no mérito da política interna da Venezuela, mas, para que todos compreendam, essa crise humanitária que corrói o tecido social tem que ser realmente analisada, principalmente por todos aqueles países que, como o Brasil, fazem parte de organismo internacional como a ONU e que defendem a paz, a segurança internacional, a cooperação entre as nações.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nobre Ministro, V. Exa. tem se havido de uma forma muito tranquila, tem sido claro desde o primeiro momento em que assumiu o Ministério das Relações Exteriores. A gente tem verificado que as críticas, na verdade, não apenas na área diplomática, mas em todas as áreas do Governo do Presidente Bolsonaro, são contundentes, permanentes, insistentes, intermitentes. É como se o Governo do Presidente Bolsonaro fosse um pote de água benta, onde cabe tudo. Tudo, tudo é oposição ao Presidente. E mesmo assim nós estamos num crescer junto à comunidade internacional.

Eu gostaria apenas de fazer umas perguntas rápidas – peço a V. Exa. –, são só duas perguntas.

Como o Governo brasileiro avalia as eleições legislativas convocadas pelo regime de Nicolás Maduro para dezembro próximo? O que é possível fazer a respeito? O Brasil tem buscado mobilizar a comunidade internacional para esse tema?

Há alguma notícia concreta de incremento dos investimentos norte-americanos em infraestrutura no Brasil? Sabemos que os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro direto no País, mas existe alguma ação do Itamaraty para que incrementar esse fluxo?

Essas perguntas podem ser respondidas, nobre Embaixador, de uma forma ampla, porque nós sabemos que aqui vão ficar remoendo esse tema das declarações do Secretário de Estado Mike Pompeo. E, como é assunto vencido, eu acho que é inútil essa discussão prevalecer. Apenas sobre informações novas que o Itamaraty possa realmente nos subsidiar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto, passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, três minutos.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente; bom dia, Ministro.

Foi bom suceder ao querido colega Chico Rodrigues para lhe dizer que eu antecipo alguns dos desinvestimentos dos americanos aqui: a Ford retirou a sua fábrica de caminhões daqui; por ordem do Governo americano, a Embraer foi abandonada depois daquela parceria com a Boeing; além da Sony agora, que acaba de anunciar que suspende, depois de muitos anos, o seu investimento no Brasil.

Ministro, permita-me a franqueza, V. Exa. não está numa classe de primário com muitos ingênuos, para tentar nos convencer de que a visita de Mike Pompeo, por incrível que pareça, apenas em países fronteiriços à Venezuela não tem a ver com as eleições marcadas para 6 de dezembro na Venezuela e com as eleições americanas. Mas, se V. Exa. quiser, pode continuar insistindo.

Eu quero saber se houve troca de documentos através da secretaria técnica encabeçada pelo Embaixador Pedro Miguel, se houve alguma preparação desta visita ou se foi apenas o telefonema a que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. se referiu, dizendo que ele o telefonou dizendo: "Eu quero ir aí". Eu gostaria de saber quais eram os termos tratados, porque uma visita é preparada por muito tempo. Então, para mim está muito claro o objetivo.

Segundo, quero dizer ao Ministro que eu não tenho nenhuma simpatia especial nem pelo atual, nem pelo ex-Presidente da Venezuela, mas eu tenho repulsa à tentativa de uma nação se pretender ser tutora da democracia internacional. Se V. Exa. está tão preocupado com o narcotráfico na Venezuela, melhor seria que a gente se preocupasse com o narcotráfico dentro do Brasil, que vitimiza tanta gente, inclusive a Vereadora Marielle, do Rio de Janeiro – e até hoje o crime feito pelas milícias não foi esclarecido.

Segundo, eu quero já repetir o que o Senador Humberto disse: nós estamos alinhados aos seis ex-chanceleres.

É claro que a mudança de governo pode mudar a sua política externa. Eu só gostaria de saber quais foram os ganhos até agora, em dois anos. E, pelo amor de Deus, não diga que foi a Covid que atrapalhou, porque, antes da Covid, vocês já tinham 15 meses de governo! O que foi de benefícios que V. Exa. e o seu Governo ideológico trouxeram para o Brasil? Eu, pessoalmente, não conheço nada, a começar pela imagem do País.

No meu tempo... V. Exa. se referiu muito aos que não gostam de brasileiros e me ofende pessoalmente. Eu quero dizer que, no meu Governo, o Presidente era extremamente elogiado e desejado por muitos povos, enquanto não me parece que aconteça o mesmo com o seu Presidente e até eventualmente com V. Exa., que são motivos de chacotas da imprensa internacional.

E a pergunta: já que V. Exa. diz que trata tão bem dos interesses brasileiros, eu quero saber qual é a explicação que V. Exa. tem para sangrar a indústria alcooleira brasileira, inclusive a do Nordeste, para oferecer 150 milhões de litros gratuitos com menos 20% de taxa de importação para os Estados Unidos como reciprocidade à restrição ao aço brasileiro – e são responsáveis por 80% da pauta brasileira, no caso do aço, os semiacabados. Então, V. Exa. recebe um tapa no aço e retribui oferecendo 150 milhões de litros para um grupo, e há muita gente empregada aqui que, na verdade, depende desse emprego.

Então, eu, realmente, não consigo entender a política de V. Exa., já que V. Exa. diz tanto que é defensor do Brasil.

Nós temos tido muitas reprimendas, muitos puxões de orelha dos investidores internacionais, inclusive em Davos, que dizem: "Desse jeito, nós não vamos investir no Brasil, com as bravatas ditas por alguns do Governo".

Por último, como judeu, vendo aqui ao meu lado o meu irmão Esperidião Amin, eu quero lhe perguntar... Eu tive orgulho de ser o Relator da mensagem sobre o atual Embaixador em Israel, o Embaixador Menandro, ex-General, extremamente preparado, que me ajudou muito no Ministério da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa e que, graças a Deus, foi aprovado. Eu pergunto se V. Exa. já escolheu o nosso representante no Escritório de Representação na Palestina. Eu sei que lá ainda não há embaixada. Não sei se será sabatinado. O atual foi indicado para o Kuwait. Eu quero saber se V. Exa. já se preocupou em indicar o novo representante, porque eu defendo – e disse isto ao Embaixador Menandro – a coexistência pacífica do Estado palestino com o de Israel. Não me parece que é o caminho que está tomando a Diplomacia brasileira, ao dizer que vai instalar a Embaixada brasileira em Jerusalém, numa clara afronta ao povo palestino. Eu sou judeu – quero repetir aqui –, mas eu defendo a coexistência pacífica, sem qualquer beligerância. Aquele povo já sofreu demais. Eu quero saber qual é a política que V. Exa. traça para o Oriente Médio.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passo a palavra, então, para responder a esses três Senadores, ao Embaixador Ernesto.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, respondo as perguntas do Senador Humberto Costa, a quem eu muito agradeço.

Em primeiro lugar, há uma pergunta que me dá a oportunidade de esclarecer um tema interessante. O Senador pergunta qual foi o parecer da área técnica do Itamaraty, como se houvesse uma área técnica diferente da área política do Itamaraty. Entendo que é isso que o senhor tem em mente, não é? O Itamaraty é chefiado por mim e trabalha por minha orientação. Todas as áreas contribuem para a condução da política externa, que é minha responsabilidade, por orientação do Presidente da República, conforme a Constituição. Então, é assim que funciona o Itamaraty.

Mas eu digo o seguinte: outro dia eu vi uma declaração – se eu não me engano, era do ex-Ministro Aldo Rebelo – criticando, de alguma maneira, a posição do Governo brasileiro e do Itamaraty, como se houvesse uma diferença entre Governo brasileiro e o Itamaraty, como se o Itamaraty não fosse parte do Governo brasileiro. Isso me chamou muito a atenção, porque é uma mentalidade que existe por aí, como se o Itamaraty fosse um órgão independente do Governo, o que parte da ideia de que a política externa não é feita pelo Governo, de que existe uma espécie de política externa permanente, o que não está na Constituição.

Então, eu acho que muitas pessoas desejariam que, neste momento de transformação do Brasil, em que nós estamos querendo transformar o Brasil de um sistema de corrupção e atraso num país avançado, num país de felicidade e oportunidade para todos, o Itamaraty tivesse que continuar sendo um enclave daquele velho sistema de corrupção e atraso. Eu acho que é isso que está por trás.

Não é, não será e continuaremos contribuindo para a transformação do Brasil em benefício dos brasileiros.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Então, evidentemente que a visita foi preparada, depois de ter sido combinada entre mim e Mike Pompeo, com subsídios para os temas que seriam discutidos, subsídios sobre a Operação Acolhida.

Por que foi em Boa Vista e não em Brasília eu acho que está bastante claro. Enfim, o Senador Jaques Wagner disse que eu não estou falando com pessoas primárias, mas acho que fica claro que não existem instalações da Operação Acolhida em Brasília, existem em Boa Vista. Por isso é que foi em Boa Vista, porque a ideia era visitar as instalações da Operação Acolhida. Eu acho que isso, enfim, primário ou não, é o esclarecimento que se impõe.

Golpe de Estado na Bolívia não houve, de forma nenhuma. Isso é uma interpretação do senhor. Foi uma eleição fraudada de acordo com a observação internacional da OEA, inclusive a Missão de Observação Eleitoral da OEA está vindo ao Brasil, por convite do Tribunal Superior Eleitoral, para acompanhar as eleições municipais agora em novembro. Então, é uma entidade que tem reconhecimento inclusive por parte das autoridades eleitorais brasileiras. Ano passado, deixaram claríssimo que houve fraude por parte de Evo Morales – tentativa de fraude – nas eleições da Bolívia. Então, o próprio Evo Morales renunciou e foi instalado constitucionalmente um outro governo, que convocou eleições que serão realizadas agora, em breve.

Alinhamento pela discriminação contra mulheres. Isso absolutamente não existe. Nós temos, às vezes, certas posições em determinados textos nos organismos internacionais com determinadas críticas. Às vezes, os países árabes têm críticas a outros elementos daqueles textos – e por outros motivos. Existe uma convergência em se opor a determinados textos, mas não quer dizer um alinhamento, de forma nenhuma. Nós, às vezes, nos opomos a determinados textos sobretudo porque não queremos que exista lá legislação que não foi adotada pelo Congresso Nacional. Então, se determinados textos deixam implícito determinado direito ao aborto, que não existe na legislação brasileira, que nunca foi votado aqui neste Congresso, nós não podemos, inclusive cumprindo a Constituição, defendendo a independência nacional, aderir a esses textos que implicariam uma superposição de organismos internacionais ao nosso Congresso Nacional. Se os países islâmicos, às vezes, têm determinadas posições, será pelos motivos deles.

Bem, eu queria falar basicamente um pouco sobre o tema do bloqueio econômico na Venezuela, que o senhor aponta como sendo causa dos problemas da Venezuela. Isso me dá a oportunidade de dizer o seguinte.

Eu tenho usado muito uma comparação com a questão da África do Sul no tempo do *apartheid*. É um tema que, aliás, eu estudei bastante. Foi o tema da minha tese de conclusão no Instituto Rio Branco, em 1991, quando estávamos no meio da transição entre o regime do *apartheid* e o regime democrático na África do Sul. Então, eu tive a oportunidade de estudar um pouco isso. E isso é muito pertinente agora para a Venezuela. Por quê? Porque sobretudo a partir dos anos 80 começou a surgir uma enorme indignação da comunidade internacional contra o regime do *apartheid*. A África do Sul tinha a sua Constituição, tinha autoridades estabelecidas, eleitas... Claro, a população negra não votava, mas era de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com a Constituição sul-africana. E começou, cada vez mais, a parecer um absurdo toda a discriminação que havia dentro da África do Sul para a comunidade internacional, e a comunidade internacional começou a se mobilizar. Então, se fosse hoje, as pessoas diriam: "Ah, isso é interferência; não se pode fazer nada", e foi essa mobilização da comunidade internacional, em grande parte, que permitiu uma transição e o fim do regime racista na África do Sul. E parte desse processo da comunidade internacional foi com sanções econômicas à África do Sul.

Então, há até uma coincidência aí, porque as sanções também se referiam ao petróleo. Na época, não se podia exportar petróleo para a África do Sul, assim como hoje a Venezuela não pode exportar petróleo, de acordo com algumas sanções. O que que acontecia na época? Clandestinamente, petroleiros paravam ali ao largo da África do Sul, descarregavam petróleo e alimentavam a África do Sul de petróleo – a África do Sul racista da época –, assim como hoje a Venezuela também vende clandestinamente petróleo. Inclusive, o petróleo venezuelano, como os senhores sabem, foi o causador do desastre ecológico do ano passado nas praias do Nordeste brasileiro.

Então, isso deixa claro que existe uma possibilidade, um dever da comunidade internacional de se movimentar diante de determinadas realidades e de usar os instrumentos que tenha. Não foi usado nenhum instrumento militar para superar o regime do *apartheid* na África do Sul, mas a pressão internacional foi absolutamente fundamental. E, durante muito tempo, foi o apoio de alguns países à África do Sul que manteve em vida aquele regime, assim como hoje alguns países, infelizmente, ainda apoiam o regime ditatorial na Venezuela.

São 15 segundos para tudo ou só para esta resposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Não, pode seguir.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Obrigado.

Bem, o Senador Humberto Costa e o Senador Jaques Wagner também falaram da questão do etanol, do açúcar...

Em primeiro lugar, não são 750 milhões a extensão; é um quarto disso, durante três meses, ou seja, proporcional à cota dos últimos 12 meses. Enfim, essa extensão foi provisória para nós termos um espaço negociador para tentar achar uma solução de longo prazo que seja de benefício tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos no setor do etanol, do açúcar e também do milho. Pela primeira vez os Estados Unidos estão aceitando falar de açúcar no contexto dessas negociações. Isso é um avanço importante. E já comprovaram esse avanço com essa cota, que é o momento inicial dessa negociação, de 80 mil toneladas adicionais de açúcar, passando de 230 mil toneladas para 310 mil, o que beneficia única e exclusivamente o Nordeste, porque, por lei, as cotas de açúcar são para o Nordeste.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa perspectiva é não a de travar mercados, porque aí ninguém ganha; quer dizer, nós não queremos que ninguém ganhe: queremos que os dois ganhem. Essa é a maneira de negociar no comércio, e é isso que nós estamos procurando achar nesse processo negociador. Esperamos conseguir. Se não conseguirmos, paciência, mas aí ninguém ganhará e ninguém perderá. Nós queremos que ambos ganhem. Achamos que é possível encontrar soluções interessantes para o setor do álcool e do açúcar, do etanol e do açúcar, tanto no curto, quanto no médio e no longo prazo.

Nós apontamos para um mercado extraordinário para o etanol no mundo todo, se nós conseguirmos realmente o nosso propósito de transformar o etanol numa *commodity* mundial. Brasil e Estados Unidos são os grandes interessados nisso. Somos os grandes interessados também que os Estados Unidos implementem misturas mais elevadas do etanol na gasolina, o que vai decuplicar o mercado de etanol para o mundo, em benefício nosso.

Então, isso faz parte de uma nova atmosfera negociadora com os Estados Unidos, uma atmosfera construtiva, que já nos permitiu vários ganhos. Temos agora, reitero, a perspectiva de três acordos regulatórios que estão em andamento, quase sendo terminados. Há o acordo de facilitação de comércio, o acordo de convergência regulatória e um interessante acordo anticorrupção. Acho que algumas pessoas gostariam que nós negociássemos acordos pró-corrupção. Isso foi em governos anteriores. Agora nós negociamos acordos anticorrupção com os Estados Unidos e com outros parceiros.

São acordos que vão beneficiar investimentos no Brasil, vão atrair mais investimentos não só de companhias americanas. São ganhos que, no momento, não são mensuráveis. O senhor mencionou alguns investimentos americanos que estão saindo, e estão entrando muitos outros. E muitos outros investimentos vão entrar cada vez mais, por essa atmosfera negociadora que nós estamos encontrando.

Então, pária internacional era o Brasil em outros momentos, no momento em que o Sr. Senador Jaques Wagner falou que era o seu Governo. Então, no seu Governo é que o Brasil virou um pária internacional. Eu vi isso em...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) –  
Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem. Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Questão de ordem do Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Veja, eu acho que a gente tem que manter o nível do debate. O Brasil não foi pária durante o Governo do Presidente Lula. O Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma quadruplicou o comércio externo, estabeleceu relações com todos os países do hemisfério sul, pacificou e rearticulou com todos os países do continente americano, fortaleceu o Mercosul... Então, V. Exa. respeite para ser respeitado. O PT não é pária.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando o senhor fala de corrupção, o senhor precisa explicar a corrupção na família do Presidente. Se é esse o nível que V. Exa. quer trazer para o debate aqui, V. Exa. precisa explicar a corrupção na família do Presidente. Aí a gente começa a discutir corrupção, porque o Fernando Pimentel foi inocentado, o Vaccari foi inocentado, o Paulo Ferreira foi inocentado, o Delúbio Soares foi inocentado e o Genoíno foi inocentado. Então, se quer falar de corrupção, vamos começar pela família do Presidente. Por uma questão de respeito. Ou a gente faz o debate de alto nível ou a gente vai começar o debate por aí.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Solicito apenas que a gente se atenha ao tema, para que a gente possa dar sequência. Há outros Senadores querendo participar. Então, para o Ministro concluir...

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Está bem.

Posso responder à questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Não, conclua aí...

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Está bem. Está bom.

Continuando, para concluir o último raciocínio, eu vi claramente, em vários países sul-americanos, como o Brasil era considerado um país que exportou corrupção. Vi isso no Peru, vi isso na Colômbia, inclusive durante minha atividade anterior no Departamento de Assuntos Interamericanos do Itamaraty. Ficou bastante clara qual era a imagem que o Brasil passava na América do Sul e ao redor do mundo.

Instruções dadas a subordinados, como dizia o Senador Humberto Costa, acho que era o que muitas vezes acontecia entre o Presidente Hugo Chávez e o então Presidente Lula. Bom, acho que já esclareci a questão de documentos. Foi a preparação normal de qualquer visita. São documentos do Itamaraty, enfim, que preparam nossas posições.

Se eu estou preocupado com o narcotráfico na Venezuela e por que não no Brasil? Ora, os senhores sabem muito bem que, no narcotráfico... E aqui mais uma vez... Quer dizer, eu acho que é ingenuidade tratar os senhores como ingênuos. Acho que a gente não pode tratar o povo brasileiro como ingênuo e fazer parecer que o narcotráfico fica preso lá na Venezuela, e que o narcotráfico na Venezuela e o espaço que o regime Maduro dá ao narcotráfico não afeta e não alimenta o narcotráfico no Brasil e vice-versa. Então, essa é a realidade. O narcotráfico não respeita fronteiras.

Benefícios para o Brasil? Acho que muitos benefícios estão vindo, acordos comerciais que não conseguiam ser negociados em 20 anos, acordos tecnológicos, enfim, sem nenhuma perspectiva ideológica, porque se fala muito que somos a favor dos Estados Unidos e contra a China. Ora, o comércio com a China cresceu, em alguns produtos, em até 30% neste ano. Fala-se em Israel e países árabes. O





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso comércio com os países árabes, em 2019, cresceu 10% em comparação com 2018. Então, são benefícios muito concretos e que desmentem completamente essa perspectiva ideológica.

Bem, acho que falamos de várias coisas. Ah, sim, o novo representante na Palestina, sim, está nomeado, é o Embaixador Alessandro Candeias, atual Chefe do Departamento de temas de Defesa, no Itamaraty. Entendo que, por ser ainda um escritório, não necessita passar pelo Senado, mas, sim, nós damos toda importância, é claro, à relação com a Palestina, e tudo que nós estamos fazendo, como eu disse numa resposta anterior, é uma tentativa pragmática de achar novas soluções e não ficar preso a dogmas de 1967, em benefício tanto de israelenses quanto de palestinos.

E só para concluir, em relação à questão de ordem, quem foi chamado de pária foi o nosso Governo, e de maneira totalmente inverídica e nenhum apoio aos fatos. Então, o respeito tem que se dar à pessoa. Eu não elevei a voz, como o Senador Rogério elevou para mim. Então, não faltei com o respeito com ninguém aqui. Eu que fui chamado de pária, o senhor é que me chamou de pária...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – É o nosso Governo! Mas num tom agressivo e com a voz elevada que eu não usei aqui com o senhor nem com ninguém. Então, eu também gostaria de ter esse respeito no tom de voz que é usado em relação a mim.

Bem, de toda forma, também respeito aos fatos, porque claro que toda avaliação às vezes é subjetiva nesse tipo de fala, mas não há absolutamente nenhum elemento objetivo que embase esse tipo de afirmação de que o Brasil está perdendo prestígio, ou de que nós não somos recebidos, ou de que o Brasil é pária. Não existe absolutamente nunca, nas alegações de pessoas que não gostam do que a gente está fazendo, não há absolutamente nenhum fato objetivo que seja citado, para citar essas alegações.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, então, as colocações do Ministro Ernesto...

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Ministro. Pela ordem, Presidente.

Eu tinha feito duas perguntas a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ah! Ficou ali na folha de trás. Então, responda às perguntas do Senador Chico, por favor.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Claro!

Bem, sobre as eleições legislativas. Obrigado, Senador. Desculpe-me por ter pulado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As eleições legislativas na Venezuela são eleições convocadas pelo regime, sem proporcionar nenhuma condição de realização minimamente legítima, com opositores presos, com opositores com seus direitos cassados, com partidos que não têm seus registros reconhecidos, com listas de eleitores que são feitas por um tribunal sem nenhuma independência, com milícias que, em outras eleições, intimidaram eleitores, sem nenhuma garantia de segurança, sem aceitar supervisão internacional robusta, como a da OEA, por exemplo, que é a mais tradicional que nós temos no continente, talvez a melhor do mundo... Então, são eleições que são a crônica de uma fraude anunciada, como se diria, que serviriam apenas para legitimar o regime, se fossem reconhecidas pela comunidade internacional. Então, é fundamental que a comunidade internacional não reconheça, como está acontecendo.

Há essa declaração do dia 14 de agosto de países não só do Grupo de Lima, mas de vários outros de todas as regiões do mundo, concordando que não é possível reconhecer esse tipo de eleição. É uma afronta, aí, sim, à democracia. Então, nós queremos continuar trabalhando, porque, vejam, não podemos impedir que as eleições se realizem; o que podemos é mobilizar a comunidade internacional, para que ninguém reconheça o resultado dessas urnas já previamente fraudadas e comprometidas.

Investimento em infraestrutura por parte dos Estados Unidos é um tema interessante, porque a estrutura econômica dos Estados Unidos é muito diferente da de outros grandes investidores em infraestrutura, onde há grandes companhias estatais ou grandes fundos estatais, como é o caso da China e de países do Golfo, com os quais também estamos trabalhando em novos investimentos em infraestrutura. No caso dos Estados Unidos, são companhias privadas que têm as suas estratégias. Então, é preciso trabalhar com eles... Nós estamos criando agora – acabamos de criar – um grupo de investimento em infraestrutura, porque aí são basicamente questões regulatórias que podem estimular a maior presença dos Estados Unidos, mas, na parte que depende de decisões estatais ou de apoio estatal... Aquele fundo de investimentos no exterior americano, que apoia investimentos americanos no exterior, tem aumentado suas linhas de financiamento para o Brasil, o que facilitará a presença dos Estados Unidos também nesse setor de infraestrutura no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Ministro Ernesto.

Agora, há o direito à réplica, e eu pediria apenas aos Senadores que vão fazê-la que se atenham a um tempo máximo de dois minutos, até para a gente poder participar aqui, principalmente aqueles que estão presentes aqui – e nós temos aqui nove Parlamentares presentes querendo participar.

Agradeço ao Senador Jaques Wagner, que é o primeiro a fazer a sua réplica, sendo depois o Senador Humberto Costa.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpar. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu entendo que o Ministro não respondeu à minha





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta sobre qual é o planejamento da nossa política para o Oriente Médio, particularmente a relação do Estado de Israel com o Estado palestino, na medida em que o Brasil endossou o acordo proposto pelo Governo americano, que é altamente repudiado pelo povo palestino – e vou repetir que eu sou judeu e quero a paz naquela região, não quero nenhum tipo de guerra.

Segundo, foi o Ministro, que se sentiu ofendido, que disse que alguns preferiam pró-corrupção. Eu acho que o Ministro, até como Ministro de Relações Exteriores... E é próprio da diplomacia não a covardia, mas pelo menos a lhaneza e o respeito. O Governo não é apenas uma pessoa, é um grupo enorme de pessoas. Então, eu quero lhe dizer que nós não estamos aqui atrás de nenhuma pró-corrupção, nem o ex-Presidente Lula, nem a ex-Presidente Dilma, como já foi listado. Então, eu gostaria que V. Exa. me respondesse qual é efetivamente o nosso planejamento para o Oriente Médio, objetivamente.

E, por fim, Ministro – permita-me um pouco de ironia para relaxar –, mas, a depender de como continue sendo conduzida a nossa política exterior e o Governo, mais do que a própria política exterior, já que V. Exa. começou com um erro de tradução das palavras de Mike Pompeo, temos que tomar cuidado para que o *slogan* do Brasil, "Brasil acima de tudo", não seja traduzido para o inglês como "*USA over all*". Então, é só para a gente se cuidar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou me abster de responder ao Ministro sobre o tema corrupção porque eu acho que o Senador Rogério Carvalho já o fez muito bem. E estes temas o povo todo sabe, rachadinha, laranjal... Tudo isso a população sabe.

Mas eu quero me manifestar sobre atraso. Será que a posição do Brasil no enfrentamento à pandemia é vista hoje no mundo como avanço ou o pior atraso do mundo?

Sobre o meio ambiente, em que esse Governo é omissos diante da devastação das nossas matas, das nossas florestas, do Pantanal, o Governo é tão incompetente que o Ministro fica dizendo que foi um derramamento criminoso de ódio da Venezuela, mas até hoje o Brasil não conseguiu descobrir de onde veio aquele óleo. Que é venezuelano, é verdade, mas qual foi o navio que deixou que acontecesse aquele derramamento? Nem isso eles sabem e ficam acusando já o Governo da Venezuela.

Segundo, na Bolívia, Ministro, não se provou fraude alguma; foi um golpe de Estado para impedir que Evo Morales continuasse. Eu aqui falei clara e corretamente: são 750 milhões de litros de álcool em três meses, e o objetivo disso é tentar melhorar a situação de Trump no meio oeste, onde os produtores vinham deixando de manifestar apoio a ele.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa é que, na Venezuela, nessas eleições, as forças políticas que não querem guerra civil e conflito estão respaldando essas eleições legislativas. Na verdade, a interferência de fora, junto com a extrema direita, representada por Guaidó, acusado de corrupção por desviar dinheiro que foi mandado dos Estados Unidos para ele lá fazer as suas ações... E, por falar de narcotráfico, ele foi protegido pelos narcotraficantes colombianos lá na fronteira com o próprio Brasil.

Por último, eu quero perguntar a V. Exa. o que é essa declaração de consenso de Genebra, dizendo aí para combater o aborto, inclusive aquele que, no Brasil, é legal. Ou seja, V. Exa. quer tirar o direito das mulheres estupradas e daquelas que têm o risco de morrer de terem assistência legal ao abortamento? É isso o que eu quero perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Chico.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Meu caro Ministro, obviamente, como o tema central foram as declarações do Secretário de Estado e derivou exatamente para outras áreas, nobre Presidente Nelsinho... Eu e V. Exa. temos conversado bastante sobre a importância da integração regional da Região Norte do Brasil com os nossos países fronteiriços – e aqui está o caso específico da República Cooperativa da Guiana –, nós vemos exatamente, pela posição geopolítica que ocupa o nosso Estado, essa importância da integração rodoviária com a Guiana, com a saída extremamente importante e estratégica para o Atlântico Norte.

Como V. Exa. vê essa integração para que toda a Amazônia, via Estado de Roraima, Boa Vista, Lethem-Linden, possa se integrar num processo de desenvolvimento mais rápido? A Guiana está se transformando na nova Dubai. São mais de 15 bilhões de barris de petróleo descobertos e já em exploração pela ExxonMobil e pela China. Então, V. Exa. vê uma perspectiva desse salto no desenvolvimento regional em função dessa estrada de integração?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora sim, a palavra ao Chanceler Ernesto para concluir as réplicas e já passar para o outro bloco.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom, sobre a proposta de acordo de paz feita pelos Estados Unidos para a questão Israel-Palestina e nosso encaminhamento, nossa percepção nessa questão: acho que o Presidente Bolsonaro caracterizou muito bem a nossa política como de aproximação simultânea com Israel e com os países árabes, algo que parece óbvio, mas que nunca tinha sido tentado. Durante muito tempo, o Brasil queria participar de alguma maneira em soluções do Oriente Médio, mantendo explícita ou implicitamente posições muito antipáticas, muito contrárias a Israel, achando que, assim, nós de alguma maneira nos credenciaríamos. Então, apenas com a aproximação simultânea que nós estamos fazendo, quer dizer, ficamos, claro, muito mais próximos de Israel, levamos a relação para um outro patamar, mas também estamos levando a relação para um outro patamar com vários países do mundo árabe, inclusive o país que é, digamos, o país





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

central, de alguma maneira, do mundo islâmico, não só árabe, que é a Arábia Saudita, cujo Rei é o guardião das duas mesquitas sagradas, e isso é um fator determinante também naquela região.

Nossa aproximação com a Arábia Saudita, por exemplo, com Emirados Árabes, com o Catar favorece o que está acontecendo no Oriente Médio, que é uma progressiva... Não está tudo resolvido; as pessoas reclamaram porque foram celebrados, foram comemorados os acordos de normalização entre Israel e os Emirados e entre Israel e Bahrein. Ninguém falou que isso era uma coisa definitiva, mas é óbvio que isso é um avanço no caminho da paz. E a proposta de acordo que foi feita no começo deste ano é para ser uma base de negociação, e a partir dali as coisas evoluírem. É uma base realista, que parte de novos enfoques, parte do reconhecimento de que Israel tem que ter uma garantia da sua segurança, para que seja feita uma solução de dois Estados, à qual nós continuamos aderindo completamente.

Bem, a questão de tradução. O senhor falou: "Brasil acima de tudo". Então, se estamos falando de tradução, me permita corrigir a tradução que o senhor sugeriu para o inglês, porque se nós traduzíssemos isso, "Brasil acima de tudo", não seria "*USA over all*", seria "*USA above all*". Mas, enfim, eu acho que para os americanos é "*USA above all*" e para o Brasil é "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", não se esqueçam de que isso também é parte do *slogan*, para aqueles que acreditam em Deus é uma parte decisiva. E, para nós que cremos, para mim, por exemplo, eu acho que é absolutamente decisivo e o Brasil é um País cuja grande maioria da população acredita em Deus. Acho que é pelo fato de que finalmente nós estamos falando em Deus que nós estamos conseguindo as transformações necessárias no Brasil. Sem esquecer que a própria Constituição brasileira começa pela invocação à proteção de Deus.

Em relação ao Senador Humberto Costa, se a pandemia avança ou atrasa. Eu acho que nós mostramos que nós tivemos um enfoque que está se provando que todo mundo necessita, que é o enfoque que o Presidente falou, emprego e saúde. Acho que o Presidente destacou – quero voltar a destacar, tenho destacado isso muito em reuniões virtuais internacionais de que tenho participado – a contribuição do agro brasileiro para o enfrentamento da crise da Covid. Se nós tivéssemos resolvido parar toda a economia e inclusive o agro, hoje não haveria comida para um bilhão de pessoas ao redor do mundo.

Então, foi o fato de que tivemos um enfoque correto para o agro, não só ao agro, mas à logística, então, graças aos produtores brasileiros, aos caminhoneiros inclusive e outros trabalhadores que não só os brasileiros continuaram comendo, mas boa parte do mundo.

Eu acho que isso foi um avanço e é uma pena que tantas pessoas ao redor do mundo, por falta de conhecimento, em grande parte, denigram o agro brasileiro.

O óleo eu não disse que foi deliberadamente vindo da Venezuela. O óleo é venezuelano, eu apenas fiz uma comparação com o fato de que a Venezuela está exportando ilegalmente petróleo e que foi petróleo venezuelano, por coincidência, que foi derramado nas costas brasileiras. Não sabemos quem foi realmente o culpado, e não é por falta de tentar, pois existem investigações em andamento para saber.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Bolívia, não há o que reiterar. Enfim, a gente reconhece a Missão de Observação Eleitoral da OEA como um organismo isento, que comanda missões de observação eleitoral inclusive para o Brasil, mandou de 2018 e está mandando agora. As conclusões dessa Missão de Observação Eleitoral em relação à Bolívia têm que ser respeitadas e bem consideradas, eu entendo.

Sobre o etanol, só para novamente corrigir, quer dizer, a extensão de cota é de um quarto de 750 milhões, que são 187,5 milhões de litros. Isso como uma, digamos, condição para abrir uma negociação, uma negociação positiva. Nós queremos negociações para criar mercados e não para fechar mercados.

Juntamente, aliás, com o Senador Nelsinho Trad, eu recebi já, em uma ocasião, toda a representação do setor sucroalcooleiro brasileiro, antes dessa medida. Conversamos sobre as diferentes alternativas e estamos começando agora esse trabalho, de três meses, de negociação com os Estados Unidos e estaremos, se o setor sucroalcooleiro assim quiser, em consulta permanente com eles sobre os resultados disso. Não tomaremos nenhuma decisão sem ouvi-los, se eles quiserem se coordenar conosco.

Quanto à questão de direitos humanos – se puder só esclarecer rapidamente, Senador – e do aborto. Nós sempre nos posicionamos de que não haja, de maneira sub-reptícia, em termos de organismos internacionais, algum tipo de direito universal ao aborto como método de anticoncepção ou método de controle de natalidade, absolutamente. A lei brasileira é a lei brasileira, nós não fazemos nada que seja, digamos, contrário ao que existe na lei brasileira. O que nós queremos é introduzir novos elementos que não estão, justamente. É um tema delicadíssimo, e o dia em que isso tiver que ser mudado ou em que se quiser mudar, tem que ser objeto de apreciação pelo Legislativo brasileiro e não por via de contrabando em textos internacionais de organismos internacionais. Essa é a nossa posição.

Em relação à Guiana, nós estamos diante de um novo panorama, de um novo horizonte com a Guiana, não só em termos logísticos. Uma estrada, evidentemente, de Roraima até Georgetown vai encurtar em dezenas de dias o tempo de transporte de qualquer produto do Norte brasileiro para os mercados mundiais, reduzindo imensamente os custos, dando nova competitividade não só a Roraima, mas a todo o Norte brasileiro. Ao mesmo tempo, com essa estrada, nós vamos, digamos, nos ligar ao crescimento que virá na Guiana, um país pequeno que, de repente, vai começar a receber centenas de milhões de dólares anualmente, ou até bilhões, em *royalties* pelo petróleo. Enfim, nós temos que trabalhar com a maior prioridade nisso, estamos trabalhando com a maior prioridade.

Isso tem a ver também com a integração – quero mencionar o Senador Petecão, também do Acre – com o Peru. Estamos trabalhando muito fortemente nisso. Amanhã irei ao Acre em companhia do Senador Marcio Bittar...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – O senhor também? Que bom!







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de dar continuidade a esse tipo de integração.

Mas, em relação à Guiana, é uma prioridade, o Presidente quer visitar a Guiana, o novo governo da Guiana, assim como o Suriname, para marcar esse novo período, essa nova fase que será fundamental para nós. Então, reitero o que falei antes em relação a Roraima: contem conosco nessa nova agenda, que, acho, vai criar uma nova perspectiva econômica para o seu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Ministro.

Vamos fazer um bloco de quatro agora, até em respeito àqueles que aqui estão presentes. Primeiro o Senador Petecão, depois o Senador Oriovisto, Rogério Carvalho e Randolfe.

Com a palavra o Senador Petecão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC. Para interpelar.) – Agradeço ao nosso Presidente, Senador Nelsinho Trad, e agradeço ao Ministro Ernesto Araújo a gentileza de vir a esta Comissão para nos trazer alguns esclarecimentos.

Eu fiz questão de estar presente, até porque essa situação da Venezuela já acompanhamos... Estou aqui em segundo mandato de Senador, Ministro, e tive o prazer de acompanhar de perto essa situação. Como estou ali no Acre, na fronteira com a Bolívia, nós sentimos ali uma situação parecida com a da Venezuela. E aqui nesta Comissão nós tivemos oportunidade de receber um grupo de Parlamentares venezuelanos que nos fizeram um convite – acho que na época o Presidente era o Senador Ferraço, salvo engano –, e nós montamos um grupo de Parlamentares e fomos até a Venezuela ver *in loco* o que foi relatado aqui pelos Parlamentares – é o nosso papel, não é? E, para nossa surpresa, lá na Venezuela, nós tivemos uma decepção. Tivemos que sair de lá corridos. Chegamos ao aeroporto, entramos em uma *van* – eu, o Senador Aécio, o Senador Caiado, um grupo acho que de oito ou nove Senadores. Passamos um apertado grande, grande mesmo. Eles nos cercaram no trajeto, começaram a balançar esse micro-ônibus, e todo mundo ficou em pânico. E tinha um abençoado lá de um venezuelano que dizia: "Pega o 'grandón'!". Eu não sei se era eu ou se era o Caiado. Eu só sei que o Caiado foi parar debaixo do banco, e eu também, com medo, porque os caras queriam tocar fogo no micro-ônibus.

Então, foi uma situação muito ruim. E, quando eu vejo tentar politizar esse debate, eu acho que não é bom para nenhum lado. Eu acho que nós temos que trazer a situação do jeito que ela é. Eu, sinceramente, tenho 32 anos de mandato. Lá no Acre foram 20 anos de PT, mas a minha relação com o pessoal do PT é a melhor possível, não tenho nada contra o PT. A minha divergência é política. Não misturo essa questão política, partidária e ideológica, viu, Leila? Eu procuro o que for certo. Aqui, quantas vezes eu já votei contra o Governo? Várias vezes. O que eu acho que não é certo, que não é coerente, que não é correto, eu voto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa situação da Venezuela eu senti pessoalmente. Essa situação é muito ruim, e aqui neste País não há uma cidade hoje, aqui no Brasil, onde você não encontra um venezuelano com uma placa na mão... Lá no meu Estado está lotado. Situação de penúria. Eu acho que as pessoas jamais iriam se prestar a uma situação dessas se o país deles estivesse em uma situação de tranquilidade, de calma.

Então, nós temos um problema e não podemos esconder que temos um problema. Como nós vamos resolver? Eu acho que nós aqui no Parlamento temos uma responsabilidade e um compromisso de dar a nossa contribuição. O que passou do Governo passado passou. Nós estamos em outro Governo. Agora, daqui nós temos que tentar melhorar a situação.

Na Bolívia, quantas vezes eu denunciei aqui, quantas vezes na tribuna deste Senado, e, quando Deputado Federal na tribuna da Câmara, essa relação com o Evo Morales? Aí eu posso falar porque eu conheço, é na minha fronteira. Foram expulsos de lá centenas de brasileiros que moravam ali, que viviam ali há décadas em território boliviano, por conta da relação que nós sempre tivemos. Eles expulsaram os brasileiros que estavam ali e até hoje eles não conseguiram arrumar suas vidas, porque perderam tudo que tinham ali. Gente que vivia há 50 anos ali, que era casado com boliviano ou boliviana, ou que era casado com brasileiro... Viviam na fronteira, em uma área de dez quilômetros dentro da Bolívia, e eles também aqui. Mas era uma relação de respeito e amizade. Então, eu me preocupo quando eu vejo esse debate ser ideológico, partidário. Eu acho que nós não podemos ir para esse lado. Nós temos que encontrar um mecanismo, uma forma...

Se o colega lá, o Mike Pompeo, se excedeu, este aqui é o fórum para nós debatermos, e tentar evitar que isso aconteça, mas nós temos que ter a responsabilidade de encontrar uma saída para a situação em que a Venezuela se encontra e em que a Bolívia se encontra. Está dentro da normalidade? É lógico que não está. Se estivesse... Foi citado um dado aqui que eu nem sabia: 4 milhões – foi o senhor que falou – de venezuelanos tiveram de sair do seu país e estão aqui nas nossas ruas, vivendo em condições subumanas. Eu estou cansado de, lá no meu Estado, ajudar, levar para comer lá em casa... Você dá uma gorjeta, mas não resolve. Esse povo quer voltar para o país dele.

Então, eu penso que nós estamos diante de um grande desafio e temos que ter responsabilidade – acho que a palavra-chave é "responsabilidade" – para não politizar esse debate, mas tentar resolver, para amenizar o sofrimento desse povo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Excelente participação, Senador Petecão, como lhe é peculiar.

Com a palavra o Senador Oriovisto.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) –**  
Sr. Presidente, me ouve? Está me ouvindo, Presidente? Está bom.

Primeiro, quero cumprimentar o nosso Chanceler Ernesto Araújo, agradecer sua presença e, no primeiro momento, dizer que sou um fã, que eu aplaudo o alinhamento brasileiro com a democracia americana. Admiro os Estados Unidos, admiro a democracia americana, gosto da democracia e sou um crítico de qualquer ditadura.

Reconheço que os nossos vizinhos venezuelanos estão passando por grandes dificuldades e, nesse aspecto, eu não tenho discordância com a política externa brasileira.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade, Chanceler, para lhe fazer uma indagação que há tempos eu tenho vontade de lhe fazer, e não pude fazer até hoje. Eu me lembro, no começo do Governo Bolsonaro, do quanto deve ter sido difícil para o senhor ser Chanceler. Eu me lembro das palavras ruins que foram ditas relativamente à esposa do Presidente da França, Emmanuel Macron; eu me lembro da declaração de que a Embaixada Brasileira em Israel seria mudada para Jerusalém, o que criou uma crise desnecessária, assim como os maus-tratos à esposa do Emmanuel Macron também criaram uma crise desnecessária; eu me lembro igualmente da tentativa de nomear Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente Jair Bolsonaro, Embaixador do Brasil na embaixada mais importante que temos, que é em Washington, a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, e me lembro de umas palavras que o senhor pronunciou, em julho de 2019, defendendo a nomeação de Eduardo Bolsonaro para a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. O senhor disse: "Romper um ciclo vicioso onde nós trabalhamos só para nós mesmos e esquecemos a sociedade do lado de fora", ou seja, que a nomeação de Eduardo Bolsonaro ajudaria certa atualização do Itamaraty.

Vi hoje o senhor fazer menção a seu trabalho de conclusão de curso no Instituto Rio Branco. Então, é uma pergunta muito objetiva a que eu lhe faço: o senhor despreza toda a carreira diplomática? O senhor despreza o ensinamento do Instituto Rio Branco? O senhor, quando disse aquela frase... Eu até entendo que tivemos grandes personalidades brasileiras que não cursaram o Itamaraty e foram até Chanceleres do Brasil, mas pessoas de notório saber, o que não era o caso, evidentemente, por mais brilhante que seja, do jovem Eduardo Bolsonaro, por quem tenho um grande respeito, mas que, até pela pouca idade, não tinha as menores condições de ser Embaixador do Brasil nos Estados Unidos; depois ele desistiu. Então, eu acho que... Eu tenho muitos amigos que são diplomatas que ficaram indignados com aquilo, porque toda uma carreira, todo o Instituto Rio Branco, e aquela declaração sua ficou ainda sem explicação até hoje. O senhor declarou aquilo porque não acredita no preparo do Instituto Rio Branco e na carreira da diplomacia brasileira, ou o senhor disse aquilo simplesmente porque queria ser agradável com o Presidente Jair Bolsonaro?

É só essa pergunta, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a participação do Senador Oriovisto.

Vejo na tela aqui, com muita alegria, a presença do Senador Girão – seja bem-vindo! –, bem como da Senadora Soraya.

Apenas quero informar que, após o Senador Rogério e Randolfe, nós vamos ter um bloco feminino de participação: Senadora Zenaide, Senadora Leila e Senadora Soraya.

Então, com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero dizer que o nosso ex-Presidente Lula foi considerado uma das personalidades mais importantes do mundo e mais influentes do mundo ao final do seu Governo, reconhecido no mundo inteiro, e até hoje é reconhecido, por isso, merecedor de vários títulos de doutor *honoris causa* pelo mundo afora. Segundo, esse mesmo ex-Presidente só não foi inocentado ainda nos processos da Lava Jato de Curitiba, porque tinha a finalidade de persegui-lo e de retirá-lo da disputa eleitoral. Nos outros todos ele já foi inocentado.

Eu tenho três perguntas a fazer ao Chanceler. Primeiro, o Governo Bolsonaro, estimulado pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, resolveu brigar com todo o movimento ambientalista mundial, pois passou a questionar abertamente o efeito estufa. Assim, por decisão do Governo, o Brasil voltou atrás em sua decisão de sediar a COP 25. O Presidente até prometeu retirar o Brasil do Acordo de Paris, compromisso internacional de extrema relevância para o combate mundial ao efeito estufa. Ante as queimadas recordes na Amazônia e no Pantanal, no ano passado e neste ano, o Governo Bolsonaro afirma que a culpa é dos caboclos e dos índios, das ONGs ambientalistas e até do ator Leonardo DiCaprio, provocando risos e descarte em todo o mundo.

Já V. Exa. diagnosticou que o aquecimento global é mera ideologia inspirada no marxismo cultural; mereceu, diga-se de passagem, artigos jocosos na imprensa internacional. V. Exa., em entrevista à Voz da América, em 28/08/2019, afirmou que estes incêndios, há alguns que são naturais, muitos são provocados e são provocados uma boa parte deles por agricultores que utilizam isso como uma técnica agrícola para limpar a propriedade e plantar. "Não estão queimando uma floresta que está aí em sua condição original, mas áreas que já estão desmatadas e estão preparando para a agricultura, ou seja, isso não tem a dimensão que foi dada". V. Exa. culpou os pequenos e médios agricultores brasileiros e minimizou o problema, dizendo, ao contrário do Inpe, que os incêndios haviam ocorrido em área já desmatadas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perguntamos, quais as razões que levam o Governo Bolsonaro a questionar o caráter antropogênico do efeito estufa? Quais são as evidências científicas que sustentam tal questionamento? Em virtude dessa postura do Governo brasileiro, V. Exa. não reconhece que a imagem do Brasil no exterior está muito prejudicada e que o acesso de nossos produtos ao mercado poderá ficar comprometido? V. Exa. não percebe que, em virtude desse negacionismo climático e da irresponsabilidade e omissão ante a devastação ambiental, o acordo entre Mercosul e União Europeia bem como outros acordos estão seriamente prejudicados?

Outra questão que eu queria apresentar, Sr. Presidente, é sobre outra afirmação do Chanceler.

V. Exa. afirmou, no ano passado, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que o golpe de 1964 não foi um golpe, mas apenas um movimento destinado a evitar que o Brasil caísse em uma ditadura. V. Exa. concorda, mantém tal afirmação? Se, em 1964, não houve golpe e se o regime militar não foi uma ditadura, como explicar os quase 500 mortos e desaparecidos que se verificaram naquele período? Os registros da CIA revelaram que havia, inclusive, um comando para fazer a eliminação naquele período, com ordem direta do Presidente. V. Exa. é favorável à censura à imprensa, ao fechamento do Congresso e dos partidos políticos e à intervenção nos sindicatos? O Ato Institucional nº 5 teria sido um instrumento democrático?

Por fim, a imprensa internacional deu grande destaque às inúmeras mentiras ditas pelo Presidente Bolsonaro em seu trágico discurso ante a Assembleia Geral da ONU. Foi algo extremamente constrangedor, que ridicularizou o Brasil no maior fórum mundial. O Presidente pode ter agradado alguns seguidores internos, mas, aos olhos da comunidade internacional, foi uma manifestação patética, que demonstra total despreparo para representar os interesses nacionais na ordem mundial. É assim que o Governo de V. Exa. pretende defender o Brasil no exterior, com mentiras, ignorância, agressões e negacionismo científico? Para ser patriota, é necessário ser mentiroso, ignorante, como o Presidente? É essa a imagem que o Governo de V. Exa. pretende projetar no mundo?

Em relação à Venezuela, o que fazer com o Livro Branco, aprovado aqui por este Parlamento, de não agressão e de não intervenção militar? Essa é uma decisão desta Casa, e o Governo, agora, tenta agir fora da orientação do Parlamento brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

De pronto, passo a palavra ao Senador Randolfe.

Rogo a todos os colegas, apesar de compreender que estamos há algum tempo sem nos reunir – quando a gente se reúne, dá aquela vontade de questionar e de participar –, que possamos nos ater ao tema da convocação, até para podermos garantir a participação de todos, o que não tira o mérito de colocações que possam também fugir um pouco dessa questão, até porque esta Casa existe para isso. Então, agradeço a compreensão de todos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eu é que lhe agradeço, Presidente.

Meus cumprimentos, Ministro!

Permita-me, então, Presidente, só na primeira questão, tergiversar um pouco sobre o tema central, mas acho que é pertinente.

Aproveitando a oportunidade em que o Ministro vem a esta Comissão de Relações Exteriores, quero perguntar qual a opinião do Ministro e do Itamaraty sobre o acordo comercial entre o Mercosul e a comunidade europeia, sobre a importância do acordo comercial e o que está sendo feito para viabilizá-lo.

Eu percebi que o Ministro – e eu considero isso um tema relevante – citou duas vezes dois organismos multilaterais: a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas. Eu aprecio essa consideração, porque inclusive – como o Ministro muito bem sabe – é um dos princípios das nossas relações exteriores, está pautado assim na nossa Constituição. E, ao citar os organismos multilaterais, muito bem o Ministro destacou a condenação por parte do relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a Venezuela. Eu achava pertinente o Ministro detalhar esse relatório, com a opinião em relação a esse relatório, e qual o grau de condenação que é feito às óbvias violações de direitos humanos que ocorrem na Venezuela.

Por fim, se o Ministro pudesse detalhar mais algumas questões sobre os acordos anticorrupção de que o Brasil está sendo signatário – está havendo tratativas –, eu acho que era pertinente para esta Comissão, já que foram trazidos pelo Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Randolfe e passo a palavra ao Exmo. Ministro, para que possa responder diante daquilo que foi aqui convidado – e de pronto atendeu.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente; obrigado pelas perguntas e comentários.

Sobre a exposição e os comentários do Senador Sérgio Petecão, realmente extremamente relevantes, com o seu depoimento pessoal inclusive sobre a situação na Venezuela. Eu gostaria apenas de reiterar o que mencionei antes da importância de que nós tenhamos a coordenação com o Senado e especialmente com a Comissão de Relações Exteriores na condução desse tema com a Venezuela, já que é um tema em que vários Senadores se envolveram tão diretamente a ponto de irem à Venezuela e serem expulsos de lá pelo regime Maduro. Então, é extremamente produtivo que nós possamos ter esse esclarecimento das nossas preocupações, das nossas posições aqui com os senhores. É fundamental que







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos ir além dos equívocos, ir além das más traduções, ir além dos estereótipos, ir além dos clichês e nos debruçar realmente sobre os temas.

Eu acho que grande parte do problema que existe, que acho precisamos ir superando realmente com base em informação e com base na análise correta dos interesses nacionais, é realmente o fato de que determinadas posições em relação à Venezuela ficaram identificadas com governos anteriores do Brasil, apoio à Venezuela – não à Venezuela, apoio ao regime crescentemente ditatorial na Venezuela. Então, eu acho nós precisamos abstrair isso e aqui o que está em questão é a relação evidentemente com a Venezuela.

Sobre o Senador Oriovisto e suas colocações, a sua pergunta principal foi em relação à questão da carreira diplomática e à nomeação de embaixadores.

Bem, como os senhores sabem, o cargo de Embaixador no exterior não é privativo de membros da carreira diplomática, é um cargo que qualquer brasileiro com mais de 35 anos pode exercer. Nós temos, há muitos anos, tido praticamente apenas diplomatas de carreira na função de Embaixador. Um diplomata que não é de carreira acaba de ser nomeado e aprovado pelo Senado para a Embaixada em Israel: o – agora, Embaixador – Gen. Menandro.

O que acontece é que o cargo de Embaixador – isso todo mundo sabe – é um cargo político. O Embaixador é um representante pessoal de um Chefe de Estado junto a outro Chefe de Estado; não é um cargo técnico. É um cargo que exige, claro, uma competência, mas é um cargo essencialmente político. Então, isso, digamos, torna o cargo de Embaixador especial dentro da carreira diplomática. O restante da carreira, sim, é objeto de uma preparação, que começa no Instituto Rio Branco, mas se distingue da função do Embaixador no exterior, que é um representante pessoal do Presidente da República, de modo que tudo que se diz em relação à carreira diplomática... E falou-se muito isso realmente quando houve a ideia da nomeação do Deputado Eduardo Bolsonaro para a Embaixada em Washington, como se isso fosse um demérito à carreira diplomática. De forma nenhuma, porque não há nenhum requisito de que seja membro da carreira diplomática. E eu continuo achando que o Deputado Bolsonaro teria todas as condições de bem exercer aquela função.

O que nós precisamos também – mencionei na ocasião e continuo pensando exatamente isso – é de um arejamento da carreira diplomática. Eu acho, como eu disse, que não pode ser uma carreira que fique alheia à população brasileira, ao que está acontecendo na sociedade. Tenho repetido muito a frase de que os diplomatas têm que fazer coisas que não sejam importantes apenas para outros diplomatas; têm que fazer coisas que sejam importantes para a população. E acho, sim, que ter embaixadores que não sejam de carreira é uma abertura a isso; é não considerar que exista nenhum privilégio, digamos, ancestral de que apenas diplomatas possam exercer o cargo de Embaixador, porque não é isso que está na nossa legislação, na nossa Constituição.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos permanentemente melhorar a formação de diplomatas. Eu acho que o Itamaraty não pode se deitar sobre os louros, não pode ficar se olhando no espelho e se achando o máximo como carreira – a carreira diplomática, melhor dizendo. É preciso se atualizar, é preciso entender quais são as transformações no mundo, quais são as transformações no Brasil. Não basta ficar repetindo que nós temos uma excelente tradição e que somos respeitadíssimos, e não fazer coisas concretas pela população brasileira. Então, acho que precisamos de todos os instrumentos para essa abertura e para manter a relevância do Itamaraty. Não interessa o que Rio Branco fez, o que Osvaldo Aranha fez, o que Marquês do Paraná fez no passado. É claro que interessa, mas não basta repetir esses grandes nomes da nossa Diplomacia para sermos relevantes e úteis hoje. Então, precisamos ter os melhores embaixadores, os mais capacitados. Temos muitos membros da carreira diplomática extremamente capacitados, como os senhores viram nas sabatinas, para serem embaixadores no exterior, mas isso não é uma exclusividade do Itamaraty.

Em relação ao que mencionou o Senador Rogério Carvalho, sobretudo a questão do meio ambiente, a questão do aquecimento global e da mudança climática, o que eu sempre defendi – e continuo defendendo – é que exista liberdade de debate sobre o tema do aquecimento global. Há muitos cientistas que contestam não a existência do fenômeno, mas a sua magnitude e o fato de ser ou não predominantemente causado pelo homem. Esses cientistas infelizmente são demonizados, são considerados fora do debate. Eu acho que isso é incorreto, acho que esse é um debate em que existem essas críticas.

Eu acho que o mundo precisa tomar decisões de acordo com a melhor ciência. Enfim, existem muitos cientistas que falam uma coisa e outros que falam outra, e ciência não é uma questão de maioria, não é? Ciência é uma questão de quem tem razão ou de quem não tem e de quem consegue demonstrar os seus dados e de quem não consegue. Mas nós permanecemos no Acordo de Paris, que é um acordo que, independentemente da questão científica, tem um imenso valor, porque a transição energética tem um valor em si mesma, a proteção das florestas tem um valor em si mesma. Então, a contribuição que o Brasil pode dar na redução de emissões por meio, sobretudo, de evitar o desmatamento tem um valor em si mesma.

Apenas para mencionar também...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Sim, sim.

Senador Randolfe Rodrigues, sobre o acordo do Mercosul e União Europeia, é um acordo que também é de proteção ambiental, porque reitera cláusulas ambientais de outros acordos, compromissos, inclusive, com o Acordo de Paris. Então, ele não é um acordo que atente, como se diz, em alguns círculos na Europa, que possa levar a problemas ambientais ou que estimule desmatamento, por exemplo. Tenho repetido também que isso vai ficar bastante claro quando esse acordo for objeto... Hoje nós estamos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando para que se termine a revisão legal dos instrumentos desse acordo, a revisão jurídica, melhor dizendo, para que então seja assinado pelos representantes de todos os países da União Europeia e do Mercosul e seja submetido aos Parlamentos. Ele será submetido, se tudo der certo, ao Congresso Nacional e ao Parlamento Europeu. E, nesse momento, no caso dos Parlamentos europeus, vão ter a oportunidade de analisar realmente o que esse acordo é para além dos clichês, para além das falsas premissas. E aí tenho certeza de que ficará claro que é um acordo bom para o meio ambiente.

Na questão de citar organismos multilaterais, o que nós queremos... Eu não sei se é o que o Senador tinha em mente, mas temos críticas evidentemente ao funcionamento de muitas instituições multilaterais e temos críticas a uma visão ideológica do multilateralismo de que todos os problemas podem ser mais bem resolvidos nos organismos multilaterais do que em outros arranjos ou nacionalmente. Essa é uma visão em que tem que se olhar caso a caso. Mas queremos, sim, multilateralismo, melhor dizendo, instituições multilaterais sólidas, funcionando bem, funcionando de acordo com a sua vocação, funcionando como elas têm que funcionar. Acho que a OEA é um bom exemplo, as Nações Unidas são um bom exemplo disso na área de direitos humanos, por exemplo.

Esse relatório recente é o relatório de uma missão de verificação, que está sendo aprovado, adotado hoje pelo conselho propriamente. Ele não tem condenações, porque o Conselho de Direitos Humanos não tem a capacidade de condenar, ele apresenta fatos e apresenta sugestões, ou recomendações, melhor dizendo, para serem seguidas, para corrigir esses fatos gritantes, no caso daqueles que são apresentados no relatório. Acho que ele seja fundamental para chamar a atenção da comunidade internacional para o que está acontecendo na Venezuela, mais do que... Diretamente, infelizmente, ele não pode levar a indiciamentos e coisas assim, mas ele aumenta evidentemente a conscientização.

O caso do acordo anticorrupção com os Estados Unidos tem a ver inclusive com elementos anticorrupção que estão presentes na OCDE. A OCDE se tornou, digamos, um fórum importantíssimo, entre tantas coisas também, na criação de dispositivos que desestimulem que as companhias sejam parte de processos de corrupção, sejam parte de atos de corrupção em outros países quando ali investem. E os compromissos anticorrupção da OCDE têm sido um dos principais elementos de estímulo ao combate à corrupção através da OCDE.

E, no caso dos Estados Unidos, é um acordo de certa forma inspirado por isso, quer dizer, é um acordo para que haja compromissos comuns, mas sem... É uma coisa que se chama de *best endeavours*, de melhores propósitos; de que não haja, nos investimentos recíprocos, atos de corrupção ou de suborno, etc. E é extremamente útil também para a imagem do Brasil, que foi, como a gente sabe, comprometida por problemas de corrupção no passado recente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A réplica... Eu pediria apenas que quem for fazer a réplica se atenha bem ao tempo, para darmos oportunidade de participação para as pessoas e os colegas que estão aqui presentes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar.) – Perfeitamente, Presidente.

Presidente, eu espero, sinceramente, como brasileiro, que o acordo Brasil e Mercosul, ou melhor, Mercosul e União Europeia se concretize. Agredir a Primeira-Dama da França não vai ajudar nesse sentido. Declarações de Ministro de Estado do Governo brasileiro de que quer retaliar Finlândia, Noruega, Suécia e Alemanha, como foi dito pelo Gen. Heleno, não ajudarão nesse sentido também, Presidente.

V. Exa. falou, ainda há pouco, que o Itamaraty é o Governo. V. Exa. deve ter cursado Direito e Diplomacia. E há uma disciplina lá chamada Teoria do Estado, que ensina para a gente a diferença entre Estado e Governo. O Itamaraty, Ministro, não é Governo; é Estado brasileiro. O Itamaraty vem antes de V. Exa., muito antes, vem desde a nossa independência, e o Itamaraty existirá muito depois da minha existência e da existência de V. Exa. E V. Exa. deveria saber disso.

Ainda, Sr. Ministro, sobre os acordos anticorrupção, rogo que o Brasil os assine. Inclusive, posso incluir cláusulas de combate à prática das rachadinhas nos gabinetes de Parlamentares, práticas tão condenáveis, práticas corruptas, que precisam ser erradicadas da vida pública.

Eu saúdo V. Exa. ter destacado o relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que corretamente condena a Venezuela, que vive sob uma ditadura. É bom ler um pouquinho mais o relatório, porque mais adiante ele diz: "O Brasil está em um caminho inerente de declínio na sustentabilidade e dos direitos humanos", condenando o Brasil também por sua gestão na crise ambiental.

É o mesmo relatório que V. Exa. acabou de citar. Ele condena a Venezuela e condena o Brasil. Eu concordo com ele nos dois aspectos.

Por que eu concordo com ele? Porque a Venezuela vive sob uma ditadura, e eu acho que a devoção do Presidente Bolsonaro, no fundo, no outro extremo, é por um regime igual aqui. Ele se inspira muito nos mandamentos de Maduro. Ele, antes, inclusive, fazia essas referências, no passado, ao Presidente Chávez, e não fez autocrítica em relação a isso. Na verdade, o comportamento é o mesmo e me lembra a música de Caetano: "Quando [...] [ele se viu] frente a frente [...] [chamou] de mau gosto o que [...] [viu], de mau gosto, o mau gosto, é que Narciso acha feio o que não é espelho".

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Randolfe.

V. Exa. quer fazer algum comentário, Ministro?

Pois não.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Rapidamente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, essa questão de Estado e Governo é importante esclarecer.

Todos os órgãos institucionais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário fazem parte do Estado. O que acontece é que os ministérios, entre eles o Ministério de Relações Exteriores, fazem parte do Executivo, e o chefe do Executivo é o chefe do Governo, que é o Presidente da República. Então, o Itamaraty ou o Ministério das Relações Exteriores – isto é constitucional – implementa a política externa brasileira desenhada pelo Presidente da República, com auxílio do Ministro das Relações Exteriores. Acho que é isso que significa a questão Estado e Governo... Inclusive, são termos que não são tão claros assim. Nos Estados Unidos, já que a gente está falando dos Estados Unidos, muitas vezes, o termo Governo é usado no sentido de Estado.

O que acontece, então, objetivamente, é dizer: a política externa é determinada pelo Presidente da República, assistido pelo Ministro das Relações Exteriores. Isso é o que eu quero dizer com o Itamaraty não poder ser considerado algo fora do Governo. O Itamaraty não é... O Ministério Público faz parte do Estado, não faz parte do Governo, no sentido de que não obedece ao Presidente da República, por exemplo. Então, é nesse sentido.

Rapidamente, em relação ao relatório das Nações Unidas sobre direitos humanos... Na Venezuela, houve uma missão verificadora que verificou fatos concretos. No Brasil, o que existe são alegações, que, a meu ver, são completamente infundadas, que ignoram a realidade do Brasil. Então, problemas... Como eu disse, nós precisamos de um melhor multilateralismo, de melhores instituições multilaterais. Existe muito a ser aperfeiçoado na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, e uma das coisas seria ver a diferença entre fatos e alegações e interesses políticos nessas alegações.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Ministro Ernesto.

Agora, vamos ao bloco feminino.

Senadora Zenaide Maia, com muito prazer, passo-lhe a palavra e agradeço por V. Exa. estar desde o início da reunião aqui presente.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu tinha que estar.

Eu quero aqui cumprimentar o Presidente, o Senador Nelsinho Trad, meu colega médico...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Zenaide, só um minutinho. Eu passei por cima do Senador Oriovisto.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Ah, não pode passar. Pode voltar.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não posso. Eu garanto a palavra a V. Exa. no tempo restrito, para a gente poder deixar a participação da bancada feminina, que ainda bem que apareceu para embelezar a nossa reunião.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Rapidamente, Chanceler Ernesto Araújo, eu queria uma palavra sua a respeito das referências que o Presidente Bolsonaro fez com relação à esposa de Emmanuel Macron.

E queria uma palavra sua a respeito da declaração do Presidente Jair Bolsonaro, dizendo que iria mudar a Embaixada de Israel para Jerusalém.

Só uma palavra sobre cada assunto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ministro Ernesto, que V. Exa. possa se atentar bem ao tempo. Por favor.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Eu não tenho como comentar o comentário do Presidente Jair Bolsonaro a respeito da esposa do Presidente Emmanuel Macron. Eu só queria lembrar que, antes desse comentário, o Presidente Macron tinha dito que o Presidente Bolsonaro havia mentido em determinado tema, algo bastante ofensivo. Isso tudo já está superado. Então, não é uma questão de campeonato de ofensas, mas quero só lembrar que para tudo na vida há um contexto, não é?

Sobre a mudança de embaixada, esse é um tema que permanece em estudo pelo nosso Governo. O Itamaraty, inclusive, trabalha a questão de uma possível mudança da Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém.

Tenho também repetido que tudo o que nós fizemos, não só em termos de embaixada, mas da relação com Israel e com todo o Oriente Médio, sempre será feito de maneira que não seja considerada agressiva ou que prejudique o esforço comum na busca da paz. Nós sempre ouviremos tudo – já ouvimos vários países a esse respeito –, sempre ouviremos a todos e queremos que qualquer gesto seja sempre no sentido construtivo da paz, do bom entendimento e também sob novos enfoques: não ficarmos presos a velhos paradigmas que garantiram a ausência da paz durante décadas e décadas. Então, nesse tema, como em todos os outros do Oriente Médio, meu apelo é até para que a gente olhe isso com um olhar novo, que tente olhar tudo com um olhar novo, fresco, e não a partir de um dogmatismo do passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora, sim, a participação da bancada feminina e, no meio dela, haverá também o Senador Eduardo Girão, que está aí muito bem amparado por esse...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Boa tarde já – não é, Presidente?

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Nelsinho Trad, meu colega, Presidente desta Comissão, e o Ministro Ernesto Araújo.

Ministro, o que eu ouvi aqui hoje é o seguinte: que a gente vinha para cá, que a gente o trouxe, convidou o senhor aqui para explicar a presença do Secretário de Estado americano, porque, com certeza, a gente sabe que essa foi uma decisão política. É claro que Trump está querendo os votos da comunidade latina nos Estados Unidos. Isso eu não vou nem perguntar porque isso é inegável, e ninguém vai convencer o povo do contrário.

Dois: chamou-me atenção quando o senhor falou muito de autodeterminação dos povos e condenação da ditadura, da ditadura da Venezuela – e eu não estou aqui questionando ditadura da Venezuela –, mas eu queria dizer ao senhor que me preocupou – como o Senador Rogério falou, e eu também assisti àquela reunião do senhor na Câmara – o senhor ter deixado claro ali que o golpe militar não foi para fazer uma ditadura, foi para evitar uma ditadura.

Ministro, foi uma ditadura, sim, não há como contestar. Eu tenho familiares que foram torturados, foram mortos, e não era porque eram comunistas, isso ou aquilo; bastava fazer um discurso numa universidade. Então me preocupei: como um Ministro e um País que se preocupam tanto com a ditadura do país vizinho não prezam... Vem dizer que não é. Isso me preocupa. O senhor ainda pensa assim, que não tivemos uma ditadura, que não tivemos uma ditadura durante 21 anos? É a segunda pergunta.

O senhor falou dessa importação do álcool, que seria uma maneira de, em médio e longo prazo, abrir barreiras para o açúcar da gente, para a venda no mercado internacional. O senhor tem um cálculo de quanto o Brasil deixa de receber por essa conduta de deixar o álcool americano entrar aqui? A pergunta é essa. Sabe por que eu estou perguntando, Ministro? Porque tudo que nós, Parlamentares, aqui propomos para o Governo sempre vem.

Terceiro: direitos humanos.

Eu, particularmente, acho que a gente passou aqui 21 anos... Não é que eu não queira dizer que os países não possam ajudar internacionalmente, até porque é verídico que a maioria desse êxodo da Venezuela é a restrição dos Estados Unidos. A gente sabe. Eu ouvi Mike Pompeo ontem dando uma entrevista: 30 bilhões bloqueados. Então, se há aí esse interesse humanitário, por que não libera o dinheiro para esse povo, que está faminto? É uma coisa difícil de entender.

E acho que a gente está muito unilateral. Nada contra se aliar ao Estado americano, à União Europeia. Agora, os direitos humanos da gente não estão respeitados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E sabe o que me preocupa, Presidente? É o negacionismo. Quando se falou aqui de meio ambiente... Eu me apavoro com isso, porque nós não estamos tendo alucinações quando estamos dizendo que há fogo e queimadas. Nós não estamos tendo alucinações quando vemos os animais feridos e mortos. E eu acho que ainda acreditar, Chico, que essa destruição da natureza não leva ao que a gente está... Porque hoje provaram, todos já sabem que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já são uma consequência do desmatamento e das queimadas na Amazônia. A gente sabe disso, não há como não provar. Então, é negar o que existe.

E, por exemplo, concessão de visto unilateral, restrição de exportação do nosso aço: eu me preocupo. Não que eu tenha... Eu acho que não deve ser essa a política externa.

E também ficar alfinetando os outros países, isso não é diplomacia. A gente tem que trazer investidor. E digo mais: quem está travando os investimentos no Brasil não são os poucos direitos que os trabalhadores têm; é justamente porque, se não abrirem os olhos... Os agropecuaristas têm que se preocupar, Nelsinho, com isso: se continuar o Governo não tendo uma conduta, negando a existência de queimadas, como eu vejo, negando o desmatamento, nós não vamos ter investidor externo aqui não, porque o meio ambiente é a vida e o futuro do nossos filhos e netos, Ministro.

E acho que o senhor deixou de responder a muita gente, deixou a desejar. O senhor fala bem e tudo, mas, por exemplo, à própria Mara Gabrilli o senhor deixou de responder.

Bem, é só assim, diplomaticamente falando; não é acusando, mas perguntando e confirmando o que é óbvio.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Senadora...

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Nobre Senador, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passo já, de pronto, a palavra à Senadora Leila Barros e, pela ordem, ao Senador Chico.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Na verdade, esta Comissão é um cenáculo de ideias, de debates de temas que são importantes no cotidiano da vida do brasileiro.

Aproveitando essa discussão, e falei à Senadora Zenaide, que se referiu à questão ambiental, eu gostaria de dizer que, na verdade, o mundo procura fazer do Brasil, nas discussões em relação ao meio ambiente, um verdadeiro palanque.

Alguém me passou do gabinete, agora...







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – ... o Senador Lucas. Pois é – um documento do SBPC de 1985. Os ambientalistas, na verdade, já diziam que, em 2010, a Amazônia seria uma imensidão de areia. A Amazônia está lá inteira, em pé. O Estado do Amazonas tem 97% da sua área preservada. Isso é para o mundo ouvir!

O meu Estado de Roraima tem 95% da sua área preservada e está no coração da Amazônia!

As queimadas no Brasil... Isso aqui são dados do Inpe, que têm que ser divulgados ao mundo e aos brasileiros, inclusive àqueles de má-fé.

Se você for ver uma série histórica de 2003 a 2020, as queimadas, em quilômetros quadrados... Os anos de 2013 e 2020 foram os dois anos em que se teve a menor área desmatada no Brasil, e eles teimam em, na verdade, discutir a questão ambiental no Brasil...

Sabe o porquê, Presidente? É porque hoje nós somos o maior banco de proteína do Planeta. Nós temos o maior rebanho bovino do Planeta: são 220 milhões de bovinos! Maior que a população do Brasil, que é de 211 milhões de brasileiros.

Na verdade, nós somos o maior produtor de soja do mundo. A proteína vegetal e animal do Brasil está alimentando mais de 1 bilhão de pessoas. A China, os Estados Unidos e a Índia cultivam as suas áreas em territórios superiores a 150 milhões de hectares. O Brasil, sendo o maior produtor de grãos do Planeta, cultiva apenas em 67 milhões de hectares.

Nós temos, ainda, praticamente duas a três vezes a área de expansão da nossa atividade agrícola.

Então, é só para dizer que esta questão ambiental... O Senado, nós iríamos nos reunir, e eu proponho, para que tivéssemos um longo debate sobre essa questão ambiental, porque, na verdade, é o mundo que precisa do Brasil. O mundo precisa, para alimentar o mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Chico Rodrigues, pela ordem.

Atendendo à inscrição, passo, com muito prazer, a palavra à Senadora Leila Barros, também agradecendo a sua presença desde o início da reunião.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assim como a Deputada Bia Kicis, que está aqui também desde o início, acompanhando os debates.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Nelsinho Trad, demais Parlamentares, Senadora Zenaide, Chico Rodrigues e Deputada Bia Kicis.

Sr. Ministro Ernesto Araújo, sei que o principal motivo para o senhor estar aqui nesta reunião é justamente a visita de Mike Pompeo, Secretário de Estado americano, a Roraima, em nosso País. Eu já escutei, eu acompanhei da metade para o final... Tinha algumas perguntas a fazer, mas, acredito, que não preciso repeti-las, até porque está avançado o horário.

Eu sou a última, não é, Senador Nelsinho?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Não.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Ah, temos mais?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Temos ainda aqui o Senador Eduardo Girão e o Senador Coronel, diretamente da Bahia, para fechar.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Então eu vou tentar ser o mais pragmática possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Falará a Senadora Soraya também.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Então, tal como muitos Senadores e Senadoras que já trataram do assunto, eu só faço questão de registrar a minha absoluta contrariedade com a forma e o momento da visita. Eu não quero colocar ninguém em saia justa com relação a isso, mas fica a minha contrariedade em relação a como foi e ao período em que ocorreu, porque o fato de ter ocorrido neste período, um período eleitoral nos Estados Unidos, abre precedente para todo tipo de interpretação, e eu entendo isso como uma afronta a nossa soberania. Enfim, coloco a minha posição aqui, como os demais.

Agora, dito isso, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Ministro, para abordar um tema que não foi abordado por ninguém aqui. Sou mulher, sou Parlamentar e, junto com Zenaide e Bia Kicis, formamos um número muito pequeno de mulheres dentro desta Casa, dentro do Congresso Nacional, e gostaria de aproveitar a oportunidade de sua presença para tratar de tema que eu julgo, como mulher, Parlamentar, cidadã e mãe de família, igualmente fundamental: diz respeito ao tratamento dado às diplomatas, mulheres a serviço do Itamaraty.

Eu fui provocada dentro do meu gabinete não pelas diplomatas, mas provocada de uma forma geral pela sociedade, que acompanhou dentro desta Casa, dentro da Comissão, a sabatina de vários indicados.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram 34 indicações de Embaixadores, sendo 32 indicações masculinas e apenas, infelizmente, quero ressaltar isso aqui, duas indicações femininas – duas!

Trata-se de um quadro, Sr. Ministro, para mim, e acredito que estou com as mulheres da Casa, inaceitável, porque a nossa Constituição Federal garante plena igualdade de direitos a todos. As mulheres, tenho certeza, se destacam em termos acadêmicos e educacionais. Esse fato é ainda mais grave diante da reconhecida capacidade, que é incontestável, das nossas diplomatas brasileiras. Então, eu não posso acreditar que, em pleno século XXI... Tenho certeza, quero reiterar isso aqui, de que, no século XXI, não existe nenhum tipo de discriminação ou preconceito no serviço diplomático nacional.

Nesse sentido, para que seja dissipada qualquer dúvida, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição, protocolei junto à Mesa do Senado Federal requerimento de informações dirigido a V. Exa., Ministro das Relações Exteriores, solicitando alguns esclarecimentos. Vou, inclusive, citá-los muito rapidamente aqui, Presidente Nelsinho.

Primeiro: a proporção de homens e mulheres na carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores por nível na carreira – Secretário, Conselheiro, Ministro ou Embaixador; segundo: quantos Embaixadores e quantas Embaixadoras representam o Brasil neste momento; terceiro: a distribuição desses representantes em termos de localização geográfica e de relevância política dos pontos que ocupam – as Embaixadas e postulados e missões nos postos A, B, C e D; os critérios usados nas indicações que foram examinadas na última segunda-feira, quando, de 32 Embaixadores indicados, apenas duas mulheres foram indicadas. Evidentemente, eu não espero que V. Exa. me responda isso, até porque a nossa Constituição lhe garante um prazo para responder todas essas indagações, mas eu gostaria de ouvir do senhor o que o senhor acha a respeito disso, gostaria de uma posição do senhor, de um breve resumo da posição do Itamaraty em relação a esse baixo número no aproveitamento das nossas diplomatas.

Evidentemente eu estou aqui dentro do Senado Federal, 2019 e 2020. Eu garanto o que eu estou dizendo porque eu participei das sabatinas e votei, e o número foi muito baixo, com certeza menos de 20%. Eu não estou lutando por paridade, eu sei que nós mulheres temos um muro para transpor na sociedade e também em vários meios, e na política não é diferente. O que eu quero é que pelo menos se veja um pouco de equilíbrio. Quem sabe 30%, como aqui nesta Casa. Reclama-se tanto de cotas, mas se não houvesse as cotas, talvez não estivesse aqui a Zenaide, nem eu, nem Bia. Então, peço ao senhor, encarecidamente, esclarecimentos sobre isso e uma reflexão do Itamaraty sobre esse baixo aproveitamento das nossas mulheres, das nossas diplomatas.

Obrigada, Sr. Ministro.

Obrigada, Sr. Presidente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações sempre muito precisas e aguerridas da Senadora Leila Barros. Que bom que V. Exas. estão no nosso meio. Honra-me muito a companhia de V. Exas.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos então aproveitar os ares femininos e de pronto passar a palavra à Senadora Soraya Thronicke, lá do nosso Estado, Presidente da Comissão de Agricultura.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente Nelsinho Trad. Bom dia, Sr. Ministro Ernesto Araújo, bom dia a todos os colegas Senadores, a todas as pessoas que trabalham conosco na assessoria, Deputada Bia Kicis.

Sr. Ministro, quero agradecer primeiramente a sua prontidão em atender ao convite do Senado Federal, e agradecer ao Senador Telmário e aos demais que aceitaram transformar a convocação em convite. A sua assessoria parlamentar prontamente entrou em contato. O senhor foi muito rápido. Mostrou, além de tudo, a educação de sempre, que todos já conhecem, a calma e a tranquilidade para responder. Nós ainda estamos aguardando, e eu estou sendo cobrada por isso, porque quando nós pedimos para transformar convocação em convite, os Senadores todos nos questionam. Nós ainda estamos aguardando um lugar na agenda do Ministro Paulo Guedes, que ficou de conversar conosco, e o senhor prontamente aceitou. Ajuda a minimizar os rumores na Casa, e isso me agrada muito, porque levantamos as mesmas bandeiras juntos, lá atrás, e a gente vem trabalhando por elas.

A única coisa que eu quero colocar aqui para V. Exa. vai ser, na verdade, um apelo. Eu estou extremamente satisfeita com tudo que eu ouvi, com todas as respostas. O meu apelo é no seguinte sentido: nós estamos trabalhando para que tudo que nós planejamos, que nós prometemos para a população brasileira, que nós conseguimos completar durante esses quatro anos. Já estamos no meio do mandato do Presidente Jair Bolsonaro. O Poder Executivo depende do Legislativo, e vice-versa. Tudo anda assim: com pesos e contrapesos de um Poder e de outro.

As dificuldades que eu tenho encontrado, na verdade, são em relação à comunicação, muitas vezes. No Senado Federal – e eu creio que também na Câmara, mas o Senado é onde eu estou –, nós temos conseguido votos, Ministro, e isso é o mais importante, quase unânimes em todas as propostas do Governo agora, nesse período de Covid. Nas medidas provisórias, se forem analisar, está havendo uma colaboração muito intensa de todos os Senadores. Isso é incrível, é maravilhoso! Acho que nunca foi visto tanta união. Inclusive, a oposição tem ajudado bastante quando abre mão de destaques, quando abre mão de emendas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero conscientizar vocês do Poder Executivo – por isto estou aproveitando a oportunidade: porque tem sido muito difícil a gente se falar –, principalmente, Ministro, para o fato de que, quando houver interpretações nesse sentido, e que atrapalham, a gente consiga – estou falando de nós que somos situação – dirimir isso o mais rápido possível. Porque as interpretações distorcidas e desnecessárias são criadas, muitas vezes, até por desídia nossa, pois não acreditamos que algo será distorcido ou pela mídia, apenas por parte da mídia que sabe trabalhar a distorção, ou por xiitas, seguidores xiitas que não conseguem compreender que tudo é maior, que o Brasil é maior do que o nosso ego. Que o senhor seja um instrumento, principalmente porque tudo o que vem da política exterior nos abala economicamente. Então, o senhor, com essa diplomacia... Eu tenho feito essa campanha para que nós nos atentemos mais para esses equívocos. O Presidente Jair Bolsonaro tem diminuído bastante esse tipo de ruído, que não é intencional, mas ocorre. Virou uma guerra virtual. A minha palavra ao senhor é de agradecimento e de apelo neste sentido: de não deixarmos coisas desnecessárias virarem monstros – na verdade, é o que vira, e o abalo é muito grande para todos nós.

Muito obrigada pela sua participação, pela rapidez com que atendeu o Senado Federal.

E agradeço aos Senadores por estarem cooperando, transformando essas convocações em convites por conta dos nossos apelos.

Muito obrigada, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos aproveitar. Faltam só dois. Vamos fazer este bloco um pouquinho mais extenso. Aí, V. Exa. responde a todos.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

Normalmente a gente não pede presente, a gente ganha; mas, como V. Exa. é muito meu amigo... Quando fui Prefeito de Campo Grande, eu fiz uma área denominada "área do Papa", onde há uma estátua, do tamanho real, do Papa João Paulo II, Karol Wojtyła, que está ao seu lado. Quando eu era Vereador, havia uma ruazinha, uma travessa perto do Mercado Municipal, que era uma ilha sem asfalto no meio de todo o conglomerado asfáltico do centro, e eu mudei o nome dessa rua para Francisco Cândido Xavier, que está aí do seu lado esquerdo. Algumas pessoas falaram: "Mas ele merece uma homenagem numa avenida, numa rua maior". Falei: "Essa rua é bem ele: simples e humilde". E até hoje é palco de visita de muita gente para poder conhecer esses dois logradouros. Então, está feito o pedido desses dois presentes, desses dois quadros, que eu quero também pôr no meu gabinete.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Meu querido irmão Nelsinho Trad, paz e bem.

Queria celebrar também a presença do nosso Chanceler Ernesto Araújo, que eu tive o prazer de conhecer pessoalmente no Itamaraty; dos nossos colegas Senadores, alguns já participaram, outros não; da Deputada Bia Kicis, que eu aprendo a admirar a cada dia pela coragem, pela ousadia de defender aquilo que ela acredita.

E é isso, Senador Nelsinho, Chanceler Ernesto Araújo, eu queria colocar... É até um dever participar. Eu estava, quando vocês começaram esta audiência, a 10 mil pés, chegando aqui em Fortaleza, saindo de Brasília, mas eu queria participar. Eu disse: "Eu espero que demore esta audiência, porque eu quero participar". A gente tem um grupo de Senadores no WhatsApp e houve a discussão, no final de semana, sobre a ida do Ministro ao Senado, e também houve um debate dois dias atrás no Plenário. Esse é um assunto que me toca muito o coração, me toca muito a alma, porque eu tive a oportunidade de viver nos Estados Unidos por um período da minha vida, e também, depois que eu voltei ao Brasil, pude conhecer venezuelanos, que – a palavra que eu vou falar é forte – são humilhados pelo sistema, pela ditadura daquele país, são massacrados pela ditadura daquele país. E eu me sinto corresponsável como cidadão brasileiro – não estava na política naquele momento em que o Brasil mandou mais de R\$1,507 bilhão, não é milhão, não, para financiar essa ditadura, naquele momento em que a gente estava, em outros Governos –, como cidadão eu me sinto conivente, como cidadão brasileiro eu me sinto com sangue nas mãos. Pela fome desse povo a gente tem uma responsabilidade também.

Então, é um dever me colocar aqui com relação a parabenizar o Chanceler. Pelo o que eu pude ouvir, acho que peguei do meio até agora, ele fala com muita serenidade, com muita fidalguia. Uma palavra que eu acho que cabe aqui na história do Brasil, quanto às relações exteriores, à diplomacia, é paz. Então, o Ministro, até este momento, até alguns colegas sendo um pouco agressivos na forma de colocar, está respondendo com muita sabedoria, mostrando que não é aquilo que dizem por aí. Então, a verdade sempre triunfa. O bem prevalece. Continue assim, Ministro, continue se colocando.

Eu tenho divergências com o Governo Federal – todo mundo que acompanha nosso mandato sabe disso –, inclusive quanto à própria indicação do Deputado Eduardo Bolsonaro – respeito a pessoa dele, mas discordo e coloquei isso publicamente – para ser Embaixador dos Estados Unidos.

Agora, não vejo nenhum problema de o Brasil se aliar, se alinhar aos Estados Unidos da América, uma democracia respeitável, uma democracia na qual a gente precisa se espelhar e com a qual precisamos caminhar juntos, por essa visão de mundo. Acho que o Brasil só tem a ganhar.

Em anos anteriores, em Governos anteriores, a visão era outra; a visão era a de se estar alinhado à Venezuela, à Cuba, tanto é que mandaram o dinheiro do povo brasileiro... Estou aqui no Ceará, na "terra da luz", de um povo ao qual não se impõem, goela abaixo, as coisas. E esse povo precisava desse... Só





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Venezuela foram R\$1,507 bilhão. Isso era para estar aqui no Brasil. Isso era para estar com o meu povo, no Ceará, que passa por necessidades. Agora, mandaram para lá. Acho que essas pessoas é que tinham de ser convidadas para prestar contas do que é que foi feito desse dinheiro. E foi dinheiro suado do povo brasileiro! Então, eu tenho muito mais coisa a falar, mas vou respeitar o tempo.

Quero parabenizar também porque foi falado sobre a questão de drogas. Foi falado: "Ah, realmente, a gente tem que admitir que existe narcoestado". Existe narcoestado, e a Venezuela é um grande potencial para isso. E o Brasil está dando um exemplo, que não se deu em Governos anteriores, de apreensão de drogas. Isso não é dito, isso não é dito! Em um ano e meio, já foi apreendido mais do que o que foi apreendido, inclusive com bens de traficantes, em dez anos no Brasil.

Então, parabéns pelo trabalho! Estamos satisfeitos. Eu estou satisfeito com o que eu ouvi aqui. Acredito que o caminho é o de um alinhamento.

Eu espero que o povo da Venezuela seja libertado pela paz, pela paz! Mas precisamos tomar neutralidade com relação à ditadura. É uma coisa muito difícil. É desumano! Eu conversei com o Nelsinho no nosso Plenário nesta semana. Eu falei com ele, que eu sei que é um cara humano, que essa é uma questão de humanidade. O Brasil não pode ser Pôncio Pilatos, lavar as mãos e ver o que está acontecendo, o desastre que está vindo aí. Quatro milhões de venezuelanos estão pelo mundo todo, inclusive no Ceará, onde há casas de acolhimento desses venezuelanos, desses nossos irmãos que estão sendo massacrados por uma ditadura que nós financiamos alguns anos atrás.

Que Deus abençoe o Brasil! Que Ele abençoe não apenas o nosso povo, mas também o povo da Venezuela, para que possa se livrar dessa ditadura, com muita ideologia, com muita paz!

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra agora, para fechar a ordem dos inscritos, com muito prazer, o Senador Angelo Coronel, nosso Vice-Líder do PSD, que está lá na Bahia. *(Pausa.)*

Ele perdeu a conexão?

Então, enquanto isso, o Chanceler termina de responder as perguntas.

Se ele entrar, ele ainda faz as perguntas, porque é um prazer muito grande ouvi-lo.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, era o que eu ia pedir para o senhor, porque estão dando 14h, e eu tenho uma agenda, com também a Zenaide, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente!

Então, por favor, seja sucinto, para a gente atender às nossas duas Senadoras.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, novamente.

Senadora Zenaide, muito obrigado pelas perguntas e considerações.

Primeiro, alguns aspectos específicos aqui, sobretudo a questão do etanol, dizer o que o Brasil deixa de receber: na verdade, em termos muito técnicos, nada, porque o que há é essa possibilidade de uma importação, no caso dessa cota estendida, de 187 milhões de litros, que deve ser, mais ou menos, um quarto de 2%, 0,5% do mercado brasileiro de etanol, se eu não estou totalmente equivocado. Então, o que importa é que pode haver... Não estou dizendo que seja o único impacto, mas a importação de produtos competitivos é sempre boa para o consumidor; não estou dizendo que seja o único aspecto a ser tomado em conta: há a questão dos produtores também, e nós estamos nos coordenando com eles sobre isso. Se nós impuséssemos uma tarifa, é claro que isso produziria uma arrecadação, mas poderia, ao mesmo tempo, não haver, nesse caso, a importação e, portanto, não haver o recolhimento da tarifa.

Mas eu acho que o fundamental é que, em todas as relações de comércio, sobretudo numa economia complexa como a brasileira, qualquer produto compete com algum produto brasileiro e é insumo para outro produtor brasileiro. Então, aquele que produz no Brasil sempre vai querer mais proteção para aquele produto importado, enquanto o produtor que usa aquele produto como insumo quer o contrário: menos proteção, para que entre mais barato e o beneficie. Então, é a questão da matriz sobre o produto, que a gente tem que ter sempre presente na questão do comércio, mas, claro, também sempre levando em conta o emprego gerado pelo setor e todas essas condições. Isso é uma questão interessante, porque permite a gente falar um pouco mais desse aspecto da política comercial.

Voltando um pouco atrás, a questão de 1964, eu não queria voltar a isso, porque nós estamos aqui diante de questões muito concretas. Eu acho que discussão histórica é bastante rica. Eu acho que existe um problema realmente de todos os lados de conhecimento insuficiente sobre o que era a realidade brasileira antes de 1964 e que levou aos acontecimentos – para não chamar de uma maneira nem de outra – de 1964.

Eu acho fundamental que o País conheça a sua história, independentemente também dos rótulos, porque a história é uma ciência, mas também não é uma taxonomia biológica, quer dizer, chamar de uma coisa ou de outra depende da definição do que se define por golpe, do que se define por ditadura. Eu acho que o importante é a questão do conhecimento histórico. Eu acho que é isso a que eu gostaria de apelar, porque, sempre que a gente fala, por exemplo, a Venezuela, em anos recentes, se chamava de democracia ou se chama que houve uma tentativa de golpe contra o Hugo Chávez, lá atrás, no começo do Governo dele, eu acho que em 2002. Mas o que interessa é o que são os fatos, independentemente dos votos. Eu acho que isso é importante, o conjunto, aliás, da política externa, porque é uma área, mais do que outras, que está muito sujeita ao problema da rotulagem, ao problema dos estereótipos. Então, é importante que a gente desça aos fatos, e é por isso que esta reunião também é tão importante. É claro, eu entendo, no meio político, a gente usa às vezes frases "afronta", mas o que realmente aconteceu? O que diz a Constituição?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que diz a legislação? E realmente quais são os fatos históricos, seja da história passada, seja da história presente?

A questão ambiental obviamente é uma questão que nos preocupa, porque, claro, existe uma percepção em muitos setores internacionais de que o Brasil tem problemas ambientais sérios. Nós acreditamos que há uma percepção distorcida e que, por trás dessa percepção, existe uma má informação, por um lado, e existem interesses, por outro, que não querem, por exemplo, um acordo Mercosul-União Europeia. Então, aqui também nós precisamos da verdade, precisamos dos fatos. Como dizia também o Senador Girão, verdade é uma coisa fundamental. O Governo brasileiro está trabalhando na Operação Verde Brasil, no Conselho da Amazônia. Acho que são esforços sem precedentes de combate às queimadas e de proteção ambiental e de combate ao crime ambiental. Isso eu acho que precisa ser reconhecido.

Uma coisa sobre a qual nós falamos aqui foi, por exemplo, a OCDE, o ingresso do Brasil na OCDE. Quarenta por cento da normativa da OCDE é de natureza ambiental. Então, ao ingressarmos na OCDE, nós vamos estar consolidando ainda mais a nossa legislação ambiental. Isso é preciso que os países do mundo percebam, por exemplo. Nós não negamos que haja problemas, mas acho que há uma distorção. Acho que o Senador Chico Rodrigues colocou dados que mostram que há uma distorção muito grande entre o que é apresentado e o que é a realidade.

O Senador Chico colocou a questão de se ver o Brasil como banco de proteína do Planeta. Eu digo que o Brasil é a Arábia Saudita da proteína, em termos de ser a grande potência, sobretudo no futuro, para alimentar o mundo, e nós temos tentado traduzir isso no comércio internacional, não apenas vendendo mais produtos. Existe hoje uma distorção, na qual parece que o país produtor de alimentos tem que ficar implorando para vender seus alimentos, quando na verdade o resto do mundo é que depende dos grandes produtores de alimentos. Então, precisamos inverter um pouco essa lógica. Nas negociações da Organização Mundial do Comércio, que eu acompanho um pouco, sempre foi assim. É como se os países agrícolas, de grande produção agrícola, fossem, digamos, aqueles que estão incomodando o resto do mundo querendo vender mais. Na verdade, não é. Na verdade, o mundo é que depende da produção agrícola dos países que têm um excedente exportável. O Brasil é o que tem talvez o maior excedente. Então, acho fundamentais esses dados que o Senador Chico colocou e essa preocupação em ver o Brasil como um banco de proteína.

Rapidamente, Senadora Zenaide, o visto unilateral para os Estados Unidos, a isenção unilateral gerou muito mais turismo. É claro que neste ano agora, de 2020, isso foi distorcido pela pandemia, mas no ano passado, 2019 – agora já não tenho os números exatos –, aumentou substancialmente o turismo não só americano, mas dos outros países aos quais nós demos isenção unilateral. Isso no turismo gera emprego, é um setor intensivo em emprego. Acho que não havia por que, simplesmente por um dogma... Aqui, mais uma vez, é pragmatismo – que somos acusados de não ter –; estamos sendo pragmáticos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dogmatismo seria... Bem, temos um princípio da reciprocidade estrito. O que nós ganhamos com isso? Nada. Relativizamos esse princípio, demos visto, isenção unilateral para Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido e Japão. O que acontece? Mais turismo e geração de emprego. Não adiantava ficar acenando com o princípio da reciprocidade absoluta e não gerar esses empregos.

A questão do aço é um dos setores mais complicados hoje do comércio mundial, porque existe uma sobre capacidade. Então, o fato de nós termos preservado praticamente intacto o nosso acesso atual ao mercado americano eu acho que já pode ser considerado – é aquele negócio que eu falei: tudo é contexto – pode ser considerado um bom resultado.

Sei que já estou em vários "15 segundos".

Senadora Leila, este é um tema fundamental: mulheres no Itamaraty. Eu gostaria de adiantar alguns fatos. Estou pronto a esclarecer tudo que for levantado sobre esse tema. Não há absolutamente discriminação nenhuma, de nenhuma maneira, contra mulheres ou contra qualquer grupo de pessoas no Itamaraty. Em nenhum momento o fato de ser homem ou mulher é um critério para absolutamente nada no Itamaraty. É importante... Eu não tenho aqui o dado de qual é a proporção de mulheres chefiando postos no exterior. O fato de que, nesses 34, houvesse 32 mulheres não significa que seja esse o panorama necessariamente, porque há muitas mulheres que já estão no exterior e continuam nos seus postos. Nós temos mais de 200 postos e estamos, neste momento, mudando chefias em 32 ou num pouco mais, porque existem os consulados que não passam pelo Senado.

Mas vou dar o número total. A proporção total entre diplomatas mulheres é de 23%. Ela é um pouco maior nas classes iniciais, significa que está entrando um pouco mais de mulheres do que homens. Então, entre terceiros-secretários, é de 26% e, no topo da carreira, ministros de primeira classe, é de 19%. Mas isso indica que, digamos, não é tão grande a diferença, porque, nas classes iniciais, estão as pessoas, claro, que estão entrando. Então, continua um pouco um padrão histórico de não entrarem muitas mulheres no Itamaraty. Estão em 26%, um quarto, ou seja, isso vai gerando, claro, uma certa limitação no número de mulheres que podem ser promovidas, porque há um número limitado de mulheres que estão entrando, que continuam entrando. Aí há toda uma questão de se discutir por que não entram mais mulheres, por que não procuram a carreira.

Só rapidamente, desculpe, dois fatos. Primeiro, digamos, no segundo escalão do Itamaraty, que são os secretários, que antigamente eram chamados de subsecretários, no final do Governo anterior, eram nove subsecretários, com uma mulher. Então, era uma proporção de mais ou menos 11%. Hoje nós diminuímos, são sete secretários, com duas mulheres. Então, a proporção é de mais ou menos 30%, mudou substancialmente nessa conta puramente quantitativa.

Na Comissão de Promoções, que engloba secretários, chefes de gabinete e diretor do Rio Branco, que é uma mulher, entre doze pessoas que participam da Comissão de Promoções e que, portanto,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhem quem vai ser promovido, quer dizer, a lista que vai ser levada ao Presidente da República para promoção, são três entre doze, então 25% de mulheres nessa comissão.

Só para terminar, Senadora... Não, tem ainda a Senadora Soraya e o Senador Girão.

Senadora Soraya, muito obrigado pelas considerações. Realmente acho que a ideia de que vamos entregar tudo o que prometemos à população brasileira é o que nos move, inclusive na política externa. Acho que já estamos conseguindo muita coisa, acho que mais do que esperávamos. Acho que não há nenhuma administração que tenha conseguido entregar mais do que nós em termos de política externa nos primeiros 20 meses de atuação, mesmo com pandemia e tudo. E os resultados vão continuar. Acho que nós, às vezes, somos cobrados por resultados que muito dificilmente poderiam já ter sido atingidos com 20 meses.

E a ideia das interpretações e de dirimir interpretações distorcidas acho que é fundamental para o entendimento da nossa política externa. Eu só queria mencionar que procuro dar total transparência ao que nós estamos fazendo e às nossas ideias. Então, sempre coloco todas as minhas intervenções em painéis internacionais, palestras, textos, tanto em transcrição quanto em vídeo, porque é onde a gente expressa as nossas ideias, expressa as nossas posições. Eu também acho que... Não quero que sempre fiquem falando: "Ah, estão fazendo as coisas". Mas não acho que haja precedente de uma administração que publicou tanto as suas ideias para toda a sociedade discutir e entender, espero, as nossas ideias.

Senador Girão, muito obrigado também. Eu acho que exatamente o senhor falou que os venezuelanos estão sendo humilhados. Eu acho que esse é um dos problemas da Venezuela, porque não se pode esquecer de que isso é parte de um programa que surgiu com o chamado socialismo do século XXI, que foi ideado por alguns teóricos marxistas nos anos 90. Quando a Venezuela parecia que estava dando certo, com Chávez, com o petróleo a cento e tantos dólares o barril, as pessoas propalavam aquilo como o socialismo do século XXI; agora que deu errado, ninguém mais chama aquilo de socialismo, mas é o programa do socialismo do século XXI, aquela ideia de um novo socialismo que substituísse o socialismo soviético. E está dando no que está dando.

Uma das características desse projeto é humilhar seu povo. A criação de fome e de miséria não é um acidente decorrente de más políticas; isso é parte do projeto, porque um povo humilhado e faminto é um povo que ou tem que fugir – e aí não atrapalha mais a ditadura – ou fica lá sujeito ao Estado para tudo, faminto e dependendo do Estado para tudo. Então é parte do projeto.

Bem, posso só... Ainda vou ter a palavra? Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A Senadora Leila tem a réplica, aí...

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** – Ah, sim. Eu só queria depois fazer uma colocação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Ministro, obrigada pelos esclarecimentos.

Eu vi aí as estatísticas. Claro que eu pedi o número de todos os postos. Mas o que me chama atenção é justamente o que o senhor falou no topo: apenas 19%. Nós nunca tivemos uma mulher chefiando uma Embaixada de Washington, nunca tivemos de Lisboa, nunca! Londres... E aí eu falo para o senhor: eu não quero saber dados do Governo anterior... Assim, eu estou totalmente fora disso. Eu quero saber a questão das mulheres, entendeu?

Aí eu peço ao senhor, em nome das mulheres, para que o senhor reveja esses critérios.

Obviamente, eu tenho certeza de que mulheres ali dentro do Itamaraty têm capacidade, têm competência para chefiar embaixadas. Vejam bem, nunca mulheres chefiaram as principais embaixadas. As duas embaixadoras que nós aqui sabatinamos estão indo para a África. Nada contra a África, nada mesmo. Eu acho que a gente tem que ter representatividade no mundo inteiro. Mas por quê? A mulher não tem capacidade de chefiar uma embaixada em Londres, em Lisboa? Ela se prepara tanto quanto o homem e, enfim, ela tem o caminho na carreira dela para crescimento. Eu tenho certeza de que dentro do Itamaraty nós temos mulheres com essa competência.

Então, só peço ao senhor, em nome de todas nós, que reveja esses critérios e que, no momento devido – obviamente que eu vou visitá-lo –, a gente possa conversar mais a respeito disso. Eu aguardo os esclarecimentos do senhor através do ofício.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É bom mesmo, Ministro, o senhor dar uma olhada nisso, porque o senhor não sabe o que o senhor vai arrumar daqui para frente.

Eu gostaria de dar a réplica para a Senadora Zenaide.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Ministro, eu queria perguntar ao senhor, já que diante disso tudo... Algo aqui está certo: que o Ministro de Estado americano veio politicamente; isso ninguém discute.

Segundo, o senhor ainda vai me dizer – porque eu insisto nessa questão, para que eu ouça depois – quanto vamos deixar de receber. Porque, Nelsinho, isso é o que a gente vive aqui. Quando se fala de qualquer projeto, aí se diz que isso vai onerar os cofres públicos em tanto. Então, é importante falar sobre isso.

Não gostei quando o senhor deu a entender que a questão da ditadura é mais uma maneira de ver, uma interpretação. Isso é real, Ministro.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, nós temos que cuidar não só dos famintos da Venezuela, porque o IBGE já mostra aí 14 milhões de brasileiros na extrema pobreza. Já entramos para o mapa da fome. Mas para perguntar mesmo: qual é o plano que o Brasil tem para essa intervenção na Venezuela, inclusive nessas eleições? Existe algum plano do Brasil para isso? Eu considero que cada país – claro, tem que haver uma ajuda humanitária – tem que resolver. Como eu insisto em dizer, nós passamos 21 anos aqui, e foram os brasileiros e brasileiras que criaram a oportunidade de voltarmos a ser uma democracia – quem está aqui sabe disso. Agora, eu quero dizer o seguinte: há algum plano para isso? Tudo que se mostrou é que a gente tem que ver esse outro lado, tem que ter interferência... O próprio Telmário disse que foi contra trazer, no Governo anterior, os venezuelanos. Seria muito mais prático fazer a ajuda humanitária no próprio terreno deles, mas tudo bem.

E, também como ela, vou sair, porque eu vou coloquei às 14h, achando que a gente não ia passar disso... Tudo bem, a gente sai, e o senhor me entende, porque tudo que fala...

E nós estamos com a reforma tributária aí, querendo saber de onde vai tirar dinheiro para o novo Fundeb... Então, nós temos que saber o que é que o País vai perder para tentar algo no – não tenho nada contra – setor sucro, o açúcar... Nessa questão do açúcar, a gente sabe que sempre houve essa dificuldade no mercado.

Agora, principalmente precisamos saber qual é o plano do Brasil para a Venezuela. É importante saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Agora, o último Senador com a réplica, o Senador Eduardo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador, Presidente Nelsinho. Mais uma vez, parabéns pela sua condução neste momento tão importante. Eu tenho aprendido muito com este debate.

Eu queria só sugerir ao senhor, como encaminhamento, Senador Nelsinho, Presidente desta Comissão tão importante da Casa – e eu já solicitei isto no Plenário a alguns colegas, inclusive de Roraima –, que a gente possa fazer uma visita oficial para conhecer a realidade dos venezuelanos. Eu acho a Operação Acolhida muito importante. Nós temos que abrir os braços para esses nossos irmãos que estão precisando de apoio, de amparo, já que eles vivem uma humilhação constante, com uma perseguição a muitos deles na Venezuela pela ditadura que existe lá. Agora, eu queria que a gente viabilizasse essa visita e gostaria de estar nesta comitiva. Eu não tenho coragem de ir à Venezuela, confesso para os senhores que estão aí, para as senhoras, depois do que eu ouvi do Senador Petecão, que esteve naquela comitiva. E outro Parlamentar que esteve lá tinha me dito já isso. Disseram que foi uma coisa temerária: por pouco, ali, a vida de Senadores brasileiros... Olhem só: se eles não respeitam Senadores brasileiros, imaginem o povo deles lá!





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Na reunião aí, disseram sobre uma questão de esmola: que o Governo americano deu uma esmola para o Brasil, que veio aqui para dar uma esmola... Poxa! Uma esmola de US\$50 milhões ou R\$278 milhões, o que dá para comprar 56 mil toneladas de arroz, 40 mil toneladas de feijão, uma esmola dessa a gente recebe de bom grado de quem quer que seja, porque isso é para ajudar, é humanitário. Então, até este ponto o pessoal quer desqualificar: esse alinhamento, esse gesto que houve do Governo americano.

Um grande abraço. Muito obrigado, Nelsinho. E já pedi para providenciar os quadros que vou lhe dar de presente, porque vão ficar em boas mãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senador Girão.

Antes de passar a palavra ao Ministro Ernesto, quero apenas reforçar aqui o mais alto grau de respeito e consideração que esta Comissão, o seu Colegiado e esta Casa têm para com o senhor. V. Exa. não titubeia em vir a esta Casa para prestar todo e qualquer esclarecimento, fugindo até do tema, dedicando-se nas respostas, procurando fazer as trélicas das réplicas, demonstrando o respeito e a consideração que V. Exa. tem para com esta Casa. Isso é marcante, V. Exa. pode ter certeza disso! Mas, mais marcante que isso, é a sua humildade de sempre estar aqui com essa maneira educada, humilde e diplomática que tem para poder esclarecer todas as dúvidas, que muitas vezes são confundidas.

Eu tenho aqui quatro – uma, duas, três, quatro – perguntas que vieram do e-Cidadania, que eu vou passar para sua assessoria: Jose Rocha, do Rio de Janeiro; Rafael de Carvalho, de São Paulo; Dieneffer Nunes, do Rio Grande do Sul; Marina Rongo, de São Paulo. Eu pediria que o Embaixador Pedro Miguel pudesse pegá-las. V. Exa. pode responder-lhes diretamente, porque nós vamos mandar para cada um deles as respostas, tá?

No mais, eu quero agradecer a participação de todos.

Passo a palavra para o senhor fazer o encerramento.

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, querido Senador Nelsinho Trad.

Vou falar rapidamente sobre as últimas réplicas.

Sobre a da Senadora Leila, quero garantir que não há nenhuma discriminação contra as mulheres – repito – no Itamaraty. Estou pronto para conversar sobre outras maneiras de haver uma representação maior em todas as classes, em todas as situações para as mulheres diplomatas. Estou pronto para conversar sobre isso.

Sobre o que mencionava a Senadora Zenaide, eu acho que é fundamental realmente que a gente sempre, seja em relação à questão de ditadura, seja em qualquer outra situação, se atenha aos fatos, como eu dizia antes, e não aos rótulos. Eu acho que coincidimos plenamente nisso, não é? É claro que







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

precisamos de palavras para pensar, mas temos que estar sempre atentos à realidade que está por trás das palavras, e não nos deixar conduzir pelas palavras, que é uma preocupação que eu sempre tenho.

Sobre a questão das pessoas no Brasil que estão em extrema pobreza, eu digo que, em grande parte, essa é a preocupação do Governo Federal com o auxílio emergencial, que, evidentemente, permitiu que isso não fosse um problema maior, ainda maior, mas é claro que estamos atentos a isso.

Sobre a questão da Venezuela, da Operação Acolhida e do atendimento que nós demos a eles – e, por isso, a Operação Acolhida é tão importante –, é óbvio que impactaria, porque nós, inclusive, pelos tratados internacionais, temos que receber refugiados. E recebemos com toda solidariedade os venezuelanos. Mas, sem a Operação Acolhida, a pressão, sobretudo, sobre o Estado de Roraima e sobre a população brasileira do Estado de Roraima seria muito maior, em termos de segurança alimentar, etc.

Sobre planos para a Venezuela, nós temos uma atitude consistente, que estamos mantendo desde o começo desse Governo. Justamente, como não se trata e não há nada de intervenção militar, absolutamente nenhuma, então não se trata tanto de plano, porque em diplomacia é um pouco mais difícil haver planos, porque tudo depende das vontades, tudo depende da psicologia, tudo depende do ser humano, que é tão complexo. Em todos os setores de estratégia, isso é assim, mas na diplomacia é muito mais. Então, o que nós temos são princípios diretivos, convicções, e, claro, sempre à disposição de ir analisando a realidade. É difícil fazer um plano para a Venezuela. Claro, se a gente pudesse fazer um plano e executá-lo, teríamos democracia na Venezuela amanhã, não é? Já houve propostas diferentes e tentativas de levar adiante essas propostas, e são propostas consistentes, mas claro que não podemos garantir que elas deem certo, mas precisamos continuar tentando.

Em relação ao que mencionou o Senador Girão, quero garantir aos senhores que será fundamental ter a presença de Senadores em todos os contatos que nós tivermos em relação à Operação Acolhida, por exemplo, em relação à Venezuela ou em contatos com os Estados Unidos – foi excelente a presença do querido Senador Chico Rodrigues lá em Boa Vista, quando visitamos a Operação Acolhida –, justamente para consolidar e promover essa parceria entre o nosso Itamaraty e o Senado, especialmente a Comissão de Relações Exteriores. Realmente eu queria deixar aqui esse compromisso.

Agradeço muito as palavras do Senador Trad em relação, digamos, à atitude que a gente traz, porque é da nossa convicção que precisamos ter essa parceria em conjunto, para que as nossas propostas de política externa – que são para o povo brasileiro, repito – possam se concretizar, para que sejam entendidas e sejam conversadas e apoiadas no Senado.

E, apenas para concluir, uma observação geral que se refere a tudo que nós discutimos aqui: o meu compromisso, o nosso compromisso total, que é o compromisso, claro, do Presidente Bolsonaro, é o de seguir estritamente a Constituição, no caso, no seu art. 4º, e jamais ignorar aquilo. Eu acho que realmente... Não quero comparar, mas eu acho que houve momentos em que certos itens, digamos, certos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incisos do art. 4º não foram necessariamente seguidos, mas, enfim, não quero entrar nessa disputa. Quero simplesmente mencionar que a nossa baliza fundamental dentro de um Estado de direito, dentro da democracia brasileira é a Constituição e seu art. 4º.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Ministro Ernesto.

Apenas para ressaltar e dar a resposta ao Senador Girão, que também é um Senador que cobra e é persistente, gostaria que V. Exas. os Embaixadores do Itamaraty colocassem no radar: a primeira missão que forem fazer lá para a Operação Acolhida, que nos avisem, que nós vamos fazer uma comissão de Senadores para poder acompanhar. Então, fica esse compromisso.

Apenas também para ressaltar – o Embaixador Arbizu sabe – e até para dar resposta à Senadora Leila e à Deputada Bia, antes de proclamar o resultado da aprovação dos embaixadores, eu sempre pergunto se a esposa está de acordo com a remoção que ele vai fazer, porque senão eu não declaro que está aprovado. Isso é uma rotina que a gente faz aqui. *(Risos.)*

E a gente sempre homenageia a esposa quando vem acompanhar o embaixador.

Quero agradecer ao Senador Chico, que desde o início esteve presente. Obrigado pela sua companhia, para fecharmos juntos essa reunião, que, na minha avaliação, é mais um ponto positivo que a nossa Comissão marca.

V. Exa. quer falar?

**O SR. ERNESTO ARAÚJO** (Para expor.) – Sim, obrigado pela sua gentileza, Senador.

Só para parabenizar o senhor, Senador Nelsinho Trad, e toda a Comissão de Relações Exteriores pelo esforço magnífico que permitiu a aprovação de todos esses embaixadores na segunda-feira. É fundamental para nossa política externa ter os embaixadores nos postos para os quais eles foram designados. Quero realmente enaltecer o trabalho de V. Exa. e de todos aqueles que participaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu que agradeço e transfiro esse agradecimento a todos os Senadores e Senadoras que nos ajudaram, a toda a assessoria, principalmente da nossa Comissão, à assessoria do Senado, ao pessoal que fez o controle remoto.

Ficou aqui uma sugestão para que o Itamaraty possa avaliar esse modo misto de sabatina, evitando gastos de transporte do embaixador, ao sair de sua localidade e vir para o Brasil, com diárias, com passagens... Ele pode muito bem fazer a sua sabatina de lá e nós fazermos a votação presencial aqui. Terminou sendo uma coisa positiva que a gente acabou por idealizar.

No mais, quero agradecer a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas de reuniões anteriores, bem como a da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, em nome de Deus, pedindo a sua proteção, está encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 17 minutos.)*



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

